

**ELIAS MANOEL DA SILVA**

**A PALMATÓRIA**

*“Orleans já teve um tempo perigoso”*

**Revolta Social em área de imigração no sul de Santa Catarina  
na República Velha**

**Brasília, 2006**

**ELIAS MANOEL DA SILVA**

**A PALMATÓRIA**

***“Orleans já teve um tempo perigoso”***

**Revolta Social em área de imigração no sul de Santa Catarina  
na República Velha**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação do Departamento de História da Universidade de Brasília – UnB, como requisito à obtenção do título de Mestre em História.

Universidade de Brasília

Orientador: Professor Doutor Celso Silva Fonseca

**Brasília, 2006**

## RESUMO

Pouco se tem estudado, dentro do contexto de imigração sul catarinense, o desenvolvimento da consciência política e dos conflitos que a cosmovisão política dos imigrantes enfrentou no confronto com a política de modelo oligárquico da República Velha e suas peculiaridades nessa região. A partir de um estudo de caso, intencionamos descrever e interpretar uma revolta civil armada, acontecida no município de Orleans, ex-colônia Grão Pará, que constituía parte do dote de casamento dado à Princesa Isabel e ao seu marido Conde d'Eu. Revolta ocorrida em 1923 e promovida por imigrantes e seus descendentes, cuja tradição oral nomeou de "a palmatória. Procuramos entender a dinâmica da formação dessas comunidades em nível econômico, social, político e cultural, mostrando como esse processo criou uma nova visão política que se tornou fonte de conflitos diante da política de modelo oligárquico da Velha República. Esse conflito deflagrou uma revolta armada da comunidade forçando a deposição do superintendente, sendo reprimida por forças do governo estadual. Devido ao fato de a revolta civil não ser conhecida pela historiografia, reconstruímos a revolta em sua dinâmica factual. A experiência humana dos imigrantes, a organização das comunidades para fins religiosos, a vinculação entre fé e pátria, a escolha de líderes de comunidade para articular a coordenação religiosa e litúrgica, o processo de reação aos movimentos políticos revolucionários que ecoavam diretamente em suas comunidades, possibilitaram a construção de uma visão própria nos imigrantes das relações de poder. A revolta civil em Orleans esteve ligada a um processo histórico de formação de um ethos político criado de forma paralela à omissão do Estado, como também refletiu a necessidade dessas comunidades estarem identitariamente ligadas, como mecanismo de defesa e de sobrevivência diante da instabilidade política e do mandonismo em nível local e regional.

**Palavras-chaves:** imigração, imigração italiana, imigração alemã, política oligárquica, revolta social, Colônia Grão Pará.

## ABSTRACT

We believed that little was studied, inside of the context of the immigration south catarinense, the development of the political conscience and of the conflicts that the immigrants' political *weltanschauung* had to face in confront it with the politics of model oligarchies of the Old Republic and its peculiarities in this area. Starting from a study of case we wanted to describe and to interpret the armed civilian revolt, happened in the municipal district of Orleans, ex-colony Grão Pará, that constituted part of the gift of marriage offered to the princess Isabel and her husband Conde d'Eu. Revolt happened in 1923 and promoted by immigrants and its descendants, whose oral tradition named of "the *palmatória*". We tried to understand the dynamics of the formation of those communities in the social, political and cultural level, showing as that process created a new political vision that became source of conflicts to the politics of model oligarchies of the Old Republic. That conflict motivated a revolt armada of the community, forcing the local mayor's deposition, being repressed by the state government's forces. Due to the fact that the civil revolt is not known by the regional historiography, we reconstructed the revolt in its daily development. The immigrants' human experience, the communities' organization for religious objective, the connection among faith and homeland, the community's leaders' choice to articulate the religious and liturgical coordination, the reaction process against to the revolutionary political movements that arrived directly in its communities, they facilitated the construction of an own vision in the immigrants about the relationships of power. The civil revolt in Orleans was united to a historical process of formation of a political habits, built in parallel way to the omission of the State, as well it reflected the those communities' need they to be united in his identity, as defense form and of survival, against the unstable and dictatorial regional politic.

**Word-keys:** Italian immigration, German immigration, oligarchies politicize, Republic Old, social revolt, riots of immigrants, Colony of Grão Pará.

## S U M Á R I O

INTRODUÇÃO .....	07
 CAPÍTULO I	
1. A REVOLTA CIVIL – UMA CRÔNICA DOS FATOS	
1.1 Introdução .....	13
1.2 A palmatória .....	15
1.3 O aspecto jocoso da tradição oral .....	25
 CAPÍTULO II	
2. CONTROLANDO A ARQUITETURA CONSTRUÍDA DO DISCURSO	
2.1 Introdução .....	32
2.2 Problemas relativos à área de imigração .....	33
2.2.1 O discurso verdadeiro sobre a imigração .....	33
2.2.2 A abordagem política da área de imigração .....	35
2.3 As ferramentas conceituais por trás da prosa histórica .....	42
2.4 Conclusão .....	49
 CAPÍTULO III	
3. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E AS RELAÇÕES DE PODER	
3.1 Introdução .....	54
3.2 A região sul catarinense .....	56
3.3 A Colônia Grão Pará .....	77
3.4 A Empresa de Terras e produção do espaço .....	83
3.5 Conclusão .....	104

## CAPÍTULO IV

### 4. A FORMAÇÃO ÉTNICO CULTURAL E AS RELAÇÕES DE PODER

4.1 Introdução .....	116
4.2 Os Nacionais – ensaio de compreensão local .....	122
4.3 Os imigrantes – ensaio de compreensão local .....	135
4.4 Conclusão .....	156

## CAPÍTULO V

### 5. AS RELAÇÕES SOCIAIS E AS RELAÇÕES DE PODER

5.1 Introdução .....	162
5.2 Relações na comunidade imigrante .....	168
5.3 Relações entre religiosidade e nacionalidade .....	177
5.4 Relações com os eventos políticos externos .....	186

## CAPÍTULO VI

### 6. A REVOLTA CIVIL – UMA TRAMA POSSÍVEL

6.1 Introdução .....	196
6.2 A revolta no contexto político catarinense .....	202
6.3 A revolta no contexto político regional e local .....	221

<b>CONCLUSÃO</b> .....	242
------------------------	-----

<b>REFERÊNCIAS</b> .....	252
--------------------------	-----

<b>ANEXOS</b> .....	259
---------------------	-----

## INTRODUÇÃO

A Palmatória. Toda palavra, qual perfume, provoca uma gama enorme de relações com a realidade pessoal: experiências, leituras, relações pessoais, etc. Por isso, colocar “palmatória” como a primeira palavra dessa introdução intenciona provocar a curiosidade nos mais jovens e evocar nos mais velhos, lembranças contraditórias de uma época que deixou saudades, mas também medo, temor e tremor e, acima de tudo, muita ousadia. Tudo somado na memória de pessoas que embrenhadas nas florestas do litoral sul catarinense fundaram e fundiram tradições. Os mais novos, que nunca ouviram falar da “Palmatória”, mas que provavelmente têm algum parente na família que vivenciou o evento, poderão ser lançados pela curiosidade a conhecer melhor um dos eventos marcantes da História orleanense. Tão marcante que possibilita, a partir de uma abordagem comumente chamada de “estudo de caso”, reconstruir importantes elementos da História da área de imigração sul catarinense.

Por isso, esse trabalho que têm valor de pesquisa histórica, não nasceu somente com o objetivo de adquirir um título acadêmico. Nasceu do desejo de um homem - açoriano de origem, mas totalmente socializado em ambiente de imigração, que estudou no Seminário São José de Orleans e teve a chance, desde 1978, de ser coroinha, secretário mirim, enfim, conviver com um dos maiores historiadores da imigração do vale do Rio Tubarão, no sul de Santa Catarina, Pe. João Leonir Dall’Alba - de entender melhor as relações de poder que foram gestadas na dinâmica do encontro de tantos grupos diferentes: açorianos, portugueses, “nacionais”,<sup>1</sup> italianos, alemães e muito outros.

---

<sup>1</sup> O sul de Santa Catarina foi formado aos poucos por vicentinos, paulistas, mais tarde portugueses e açorianos e finalmente pelos imigrantes que chegaram a partir de 1877, sendo a Colônia Oficial de

Para isso, propomos reconstruir, analisar e interpretar uma revolta civil acontecida em área de imigração no sul de Santa Catarina, procurando entender alguns aspectos do processo de formação dessas comunidades, mostrando como esse processo criou uma nova visão política que se tornou fonte de conflitos diante da política de modelo personalista-oligárquico da Velha República, vivida segundo as peculiaridades da região sul catarinense. Assim, tematizando experiências humanas e sociais de cunho local intentamos encontrar a compreensão de fenômenos mais gerais.

O objeto de nosso estudo se enquadra dentro do horizonte de pesquisa típico da História Local e Regional: narração e interpretação, a partir de fontes orais, da revolta civil armada para a deposição do Superintendente<sup>2</sup>, na região do Município de Orleans, ex-colônia particular Grão Pará, sul de Santa Catarina, no ano de 1923. Através de um estudo de caso, se tentará compreender o processo de construção do ethos político dessas comunidades.

Queremos compreender como se articulava a vida política nas comunidades de imigrantes fora dos grandes centros de decisão: como foi compreendida a revolta por sujeitos da periferia da arena política? Quais eram suas expectativas? Como elaboravam o discurso no qual buscavam referendar a sua prática? O que esperavam ganhar depondo pelas armas o chefe político local que tinha apoio do Presidente do Estado? Que críticas elaboravam em relação aos que estavam no poder? Quais razões levariam toda uma população, em sua maioria imigrantes e seus descendentes, iniciar uma revolta civil armada com o fim de destituir o Superintendente do município no ano de 1923? Que tipo de compreensão política se construiu nas áreas de imigração para justificar a revolta civil armada dessas populações? Por que o governo estadual daquele momento exigiu a renúncia do Superintendente e impôs outra família no mando do poder local? Que interesses políticos estavam em jogo e que importância teria para o contexto político da região sul catarinense à época? Como entender que quase 10 anos antes da Revolução de 1930 uma região do sul catarinense se arme e deponha o Superintendente com

---

Azambuja a primeira a ser implementada nesta região. Como supomos um processo de interação dos grupos anteriores à chegada dos imigrantes, daqui para a frente nos referiremos a esses grupos que se miscigenaram, apenas como “nacionais”. Escolhemos esse termo ao de “brasileiro” porque o primeiro documento feito na região do extensíssimo município de Tubarão para preparar a colonização do Patrimônio Dotal da Princesa Isabel e seu marido Conde d’Eu fazia referência às famílias que aí moravam como “nacionais”. Além disso, porque não percebemos nesses grupos a consciência identitária de “brasileiros”.

<sup>2</sup> Nome dado, em algumas regiões do país, ao Prefeito de um Município na Velha República.

argumentos que revelam uma antecipação dos próprios ideais desta Revolução? Como entender o uso de tropas estaduais para reprimir um levante de imigrantes, a prisão de alguns em cadeias na capital Florianópolis e aos que foram deixados no município o uso da “palmatória” que deixou laceradas as mãos e as almas de tantos imigrantes que não entendiam a desproporção entre o que fizeram e as sanções recebidas? Acreditamos que na tentativa de responder, ao menos em parte, essas questões, as comunidades de imigrantes do vale do Rio Tubarão no sul de Santa Catarina se tornam um meio de acesso à dimensão política que dinamizava a organização desta região, permitindo estabelecer algumas especificidades geradas dentro da área de imigração.

Por mais interesses econômicos que estejam em jogo nas decisões políticas, essas são articuladas a partir de idéias de seu tempo. Por isso, estaremos nos concentrando mais no movimentos das idéias, no processo de sua contextualização temporal e nas especificidades antropológicas das etnias que ali se encontravam, a fim de entender como elas foram construídas e como influenciaram a ação dos agentes sociais daquele espaço restrito.

O desenvolvimento dos argumentos dessa pesquisa segue a dinâmica de reconstruir os aspectos gerais da cosmovisão política na região de imigração da Colônia Grão Pará no vale do Rio Tubarão, a partir do processo de colonização em pequenas propriedades, tocadas por mão-de-obra familiar, relacionando essa cosmovisão com a política exercida pelos nacionais a partir dos centros urbanos. Refletiremos sobre elementos culturais trazidos pelos imigrantes, buscando entender como influenciaram o modo de perceber o modelo político local; também a influência religiosa nas comunidades de imigração da Colônia Grão Pará e arredores, buscando entender em que a dimensão religiosa influenciou na cosmovisão política dessas comunidades. Iremos analisar as conseqüências do modelo de povoamento ruralizado na região da Colônia Grão Pará e arredores até a década de 1920, para entender em que medida a forma de produção desse espaço possibilitou a criação de um universo simbólico político diferente do universo simbólico dos grupos que já habitavam a região antes da chegada dos imigrantes.

Relacionaremos o modelo de política oligárquica da Velha República, cujo fundamento econômico era a grande propriedade, com o modelo de política das comunidades imigrantes, cujo fundamento econômico era a produção em pequenas propriedades. A partir daí procuraremos perceber a relação das famílias que

articulavam o poder político do Estado com as famílias que o exerciam em nível regional e local.

Os capítulos estarão marcados por um arcabouço de tempo médio que a historiografia dos Annales chama de conjuntura, tentando reconstruir um “mundo” bem específico chamado “região sul-catarinense”, desde os primórdios de sua formação, de tal forma a estabelecermos um plano geral da concepção política dessas comunidades, privilegiando as famílias que geograficamente se situam na e ao redor da Colônia Grão Pará, palco da revolta civil.

O trabalho mais complexo será estabelecer o ethos político dessa região no período que antecede à revolta civil no município de Orleans. Construir um ethos político a partir de um conjunto de etnias em processo de miscigenação é fundamental para compreendermos como os grupos sociais sul-catarinenses se integraram na história político-nacional, ou melhor dito, naquilo que do processo político nacional respingava no espaço sul-catarinense. Nos colocamos em uma linha de interpretação histórica que não aceita a realidade política apenas como um epifenômeno da economia. Na ação política se imbricam variáveis diversas e não se pode, por isso, reduzir os fenômenos de vontade e de consciência a simples reflexos de forças econômicas e sociais.<sup>3</sup> Nossa linha interpretativa é pautada pela perspectiva de que no sul-catarinense deu-se a formação de um modo típico de vivenciar o fato político cuja etiologia deve ser procurada na cultura das etnias que se misturam, bem como nas especificidades da produção do espaço. O fundamental é descobrir que disposições há nos agentes sociais, ou seja, em que direção as práticas desses agentes se movem.

Os imigrantes, especialmente transferidos, trazem consigo um “habitus”, uma predisposição para agir em determinada direção que irá se objetivar num espaço novo, livre da ingerência do Estado, pois esse se omite, e livre em relação ao universo simbólico desse mesmo espaço, pelo fato de não possuírem a mesma língua dos outros atores sociais e por se situarem predominantemente em zona rural. Podemos mesmo afirmar que, antes da socialização forçada a partir da década de 1930, configura-se como um espaço de singular produção social.

Portanto, só é possível acessar o “modus operandi” dessas comunidades se nos aproximarmos com uma teoria da prática social que consiga analisar e em

---

<sup>3</sup> Cf. FALCON, Francisco. História e poder. In CARDOSO, Ciro Flamarion., & Vainfas, Ronaldo. **Domínios da História – Ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro, Campus, 1997. p.76.

seguida sintetizar a particularidade do tipo de ethos ali construído. Para tanto, todo o segundo capítulo problematiza os pressupostos teóricos e metodológicos que estão disciplinando a construção da prosa dessa pesquisa. Não partilhamos da idéia de que as teorias devem estar espalhadas na própria prosa histórica, deixando só a narrativa com o seu resultado. Esta é uma metodologia adequada para uma publicação dirigida a um público-leitor em geral, mas não adequada a um trabalho científico, cuja metodologia e instrumental teórico devem ser claramente expostos até para otimizar o trabalho crítico da academia, que irá dar aval à interpretação aqui apresentada sobre o objeto escolhido, ou seja, se o alcance interpretativo está coerente com os conceitos instrumentais utilizados.

Dessa forma, o primeiro capítulo tenta reconstruir o fatídico final de semana em que a revolta aconteceu. O segundo capítulo problematiza o uso do instrumental teórico bem como explicita como ele foi usado para responder às perguntas que nos propomos nesta introdução. A ênfase que damos à clareza metodológica por trás da prosa é fundamental porque não há trabalhos científicos na historiografia local e regional que tentem acessar a cosmovisão política que foi trazida, que havia e que foi gestada nas áreas de imigração. A possibilidade de falsear as abordagens aqui propostas, expectativa desse pesquisador, está diretamente relacionada à amostragem das armas usadas para atingir esse alvo. Tentar compreender a região de imigração no período da Velha República a partir do que hoje representam essas áreas de imigração é produzir um anacronismo tão grande quanto querer entender a prática de um grupo social do oriente-médio que não passou pela experiência da Reforma, do Renascimento, do Iluminismo, da Revolução Industrial e tantos outros eventos que de certa forma construíram a imagem que temos do homem ocidental.

Acessar a Colônia Grão Pará no processo de geração do próprio espaço é a pretensão deste trabalho. Mas não como um objetivo em si mesmo. Nosso trabalho não é prioritariamente sociológico. Se usamos instrumentais dessa área o fazemos apenas como uma necessidade metodológica. A intenção de perceber o processo etiológico do ethos político dessas comunidades a partir de teorias da prática dos agentes sociais visa entender o modo como esses grupos compreendiam a ação política. É a construção dessa cosmovisão que dará as condições de construir um arcabouço racional para a compreensão da revolta civil em Orleans. Acreditamos que somente acessando as instituições de socialização dentro das comunidades imigrantes conseguiremos ter algo de único e particular que, se não quimicamente

puro, pois isso é impossível, ao menos bem caracterizado e diferenciado do modo de compreensão típico da política oligárquica do final do Império e início da República, momento histórico a partir do qual a chegada dos imigrantes se situa.

## CAPÍTULO I

### 1. A REVOLTA CIVIL – UMA CRÔNICA DOS FATOS

#### 1.1 Introdução

Tendo em vista que a revolta civil armada em Orleans no ano de 1923 não é conhecida pela historiografia acadêmica, a não ser em compilações de testemunhos orais colhidos no município, didaticamente preferimos primeiramente situar o evento, descrevendo-o em linhas gerais, para em seguida procurar no tempo longo uma possível trama explicativa dos elementos que lhe permitiu a conflagração. A reconstrução dos fatos e das versões da revolta nos é oferecida por diversas entrevistas publicadas pelo Pe. João Leonir Dall’Alba. Na transcrição, o autor compila a experiência traumática dos cidadãos orleanenses sobre o evento que ficou conhecido como “a palmatória”.<sup>4</sup>

Também fizemos uso de uma obra clássica na literatura política catarinense do jornalista João de Oliveira e Alexandre Barreto intitulada “O Ditador Catarinense”.<sup>5</sup> Servirá de fonte acessória, mas com muita ressalva, pois foi escrita a

---

<sup>4</sup> Cf. DALL’ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p. 222-231.

<sup>5</sup> Obra que se enquadra no perfil dos libelos políticos. Mais emocional que objetiva, intenta, no clima de desmanche da obra política de Hercílio Luz após sua morte, atacar a pessoa bem como as práticas políticas desse importante e controvertido personagem da modernização de Santa Catarina. Contudo, tirada essa casca retórica de ataque pessoal ao nomeado pelo jornalista como “o ditador catarinense”, encontramos, por trás de um discurso belicoso, importantes informações, principalmente no que tange à revolta dos colonos em Orleans. Ressaltamos a objetividade no que se refere aos elementos do evento aqui reconstruído porque, João Cardoso Bittencourt, um dos chefes políticos em

partir da perspectiva de um dos grupos contendores da revolta em Orleans. O capítulo da obra que faz referência à revolta dos colonos está claramente demarcado por uma apologia àquele que pagou para que as informações fossem publicadas: Major João Cardoso Bittencourt. “Em Orleans, o comerciante João Cardoso Bittencourt, major, capitalista, chefe político republicano, pagava para João de Oliveira escrever contra os Nunes”.<sup>6</sup> Isso, de forma alguma quer dizer que a fonte esteja comprometida.

Contudo, as referências à obra devem levar em conta essa ressalva pois a figura do Major João Cardoso Bittencourt, apesar de compreensível pela força econômica que em nível local podia contar, está supervalorizada. Mas a possibilidade de cotizar as informações de “O Ditador Catarinense” com a dos atores que participaram diretamente da revolta dos imigrantes permite entrever no meio da exagerada apologia, informações que ligam o evento à dinâmica política em nível estadual.

Apesar de algumas contradições nos testemunhos sobre a revolta - compreensível até pelo fato de que as testemunhas que ainda sobreviviam foram entrevistadas a mais de cinquenta anos após o acontecido - a dinâmica fatural, a crônica dos acontecimentos daqueles três dias fatídicos para a história local e regional, são possíveis de ser reconstituídas em suas linhas gerais. As contradições versam sobre aspectos acidentais, como o horário ou o dia em que aconteceu isso e aquilo, ou o número e os nomes de pessoas associadas a alguns fatos. Na substância, e ficamos surpresos com isso, as testemunhas de ambos lados contendores estão em harmonia quanto àquilo que tradicionalmente caracterizamos como “*événementielle*”. Nesse primeiro capítulo, queremos ressaltar esse aspecto, estamos preocupados mesmo na reconstrução descritiva do evento.

Certamente, quanto aos motivos que levaram à conflagração da revolta, cada parte procurou defender a sua versão. Sendo a fonte oral uma narrativa que, como todas as fontes que estão mediadas pela linguagem, está permeada de representação, esses elementos de cunho interpretativo, marcados por uma

---

Orleans do grupo que apoiava o Superintendente que foi forçado a renunciar, financiava os ataques promovidos pelo jornalista João de Oliveira, e como vivenciou a revolta dos imigrantes, deve certamente ter contado muito do que aconteceu naqueles três dias fatídicos para a história do município de Orleans. Se por um lado a narração foi exagerada em sua forma, nem por isso o jornalista deixou de ser abastecido com informações de quem estava no palco da revolta que, somadas a uma cotização com os testemunhos orais, torna a obra bastante útil.

<sup>6</sup> Entrevista concedida por NUNES, Sebastião. In DALL'ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p. 223.

representação das causas e das justificativas dos atores que vivenciaram o evento serão abordadas no último capítulo desse trabalho onde proporemos uma trama possível do evento objeto dessa pesquisa.

A fim de dar um caráter de crônica a essa parte, fundamentalmente a elaboraremos amarrando as transcrições conforme um esquema temporal que pudemos perceber, privilegiando a fala dos entrevistados.

## 1.2 A palmatória

Em 1918 é eleito governador do Estado de Santa Catarina o Sr. Lauro Severiano Muller. Tendo que assumir funções em nível nacional, Lauro Müller renuncia em favor de seu vice, Hercílio Pedro da Luz, que irá governar o estado até 1922.

Será reeleito para novo mandato de 1922 até 1926, vindo a falecer no meio desse segundo mandato. Desde sua posse, o governador passou a dar apoio a um grupo dissidente na cidade de Orleans capitaneado por Evaristo de Souza Nunes, cujo pai “foi Evaristo Nunes, de família de tropeiros, comerciante de gado, com fazendas do Painel. Mas, ainda em 1892 estabeleceu-se em Orleans com lavouras e lotes urbanos”.<sup>7</sup> Em Orleans, no ano de 1918 foi eleito como Superintendente<sup>8</sup> o Capitão Galdino Fernandes Guedes que toma posse no dia 01 de janeiro de 1919. “Vindo para Orleans a fim de trabalhar na Empresa de Terras Grão Pará como escriturário, era por certo um burocrata e muito político pois participava ativamente do diretório partidário republicano”.<sup>9</sup>

Algum tempo após a posse, Galdino Guedes recebe do Presidente do Estado, Hercílio Luz, a intimação para renunciar. O prefeito nega-se a renunciar. É apoiado em sua decisão por João Cardoso Bittencourt, “major, capitalista”<sup>10</sup>, chefe político

---

<sup>7</sup> Entrevista concedida por NUNES, Sebastião. Id. Ibid., p. 225.

<sup>8</sup> Na República Velha, Superintendente é o equivalente hoje à função de prefeito. Atente-se para o fato de que algumas testemunhas não usaram a palavra “Superintendente”, mas o seu equivalente na época em que deram a entrevista.

<sup>9</sup> LOTTIN, Jucely. **Orleans 2000 – História e desenvolvimento**. Florianópolis, Elbert, 1998. p. 90.

<sup>10</sup> OLIVEIRA, João & BARRETO, Alexandre. **O ditador catarinense**. Tubarão, A imprensa, s/d. p. 11.

local<sup>11</sup> que pagava para o jornalista João de Oliveira escrever contra a “Família Nunes”. Além do apoio de uma ala do Partido Republicano local, o Superintendente era também apoiado na cidade pelo Pároco, Pe. Afonso Vergnano, “amigo de Galdino Guedes”.<sup>12</sup> Apoiado por forças políticas, econômicas e religiosas locais o Superintendente de Orleans se recusa a renunciar ao cargo.

Diante disso, Hercílio Luz envia a Orleans um oficial da força pública, Tenente João Batista Paiva, reforçando através de coação militar a intimação para renunciar. Tentando forçar a decisão do Superintendente, Tenente Paiva prende o pároco Pe. Afonso Vergnano de modo truculento e o envia para a cadeia em Tubarão, “de onde o Juiz mandou pô-lo em liberdade por não haver flagrante de culpa”.<sup>13</sup> No mesmo dia da prisão do pároco da cidade, Tenente Paiva apela para a coação psicológica e abuso de poder, abordando publicamente o Superintendente, provocando-o com ameaças e insultos. Parece que a estratégia da provocação, a fim de encontrar uma justificativa para enquadrar o Superintendente, não funcionou pois, “o Capitão Galdino Guedes retirou-se, evitando uma agressão física”.<sup>14</sup> Não sabemos se por estratégia para fugir ao assédio do Tenente João Batista Paiva que não queria voltar para Florianópolis sem levar em mãos para o Presidente Hercílio Luz o documento de renúncia assinado por Galdino Guedes, o fato é que o Superintendente, como resultado do estresse da situação, “enfermando, dias depois, esse cavalheiro foi retido ao leito por pertinaz moléstia”.<sup>15</sup>

Toda a comunidade acompanha os fatos, principalmente no que dizia respeito ao pároco. Esse havia sofrido tentativa de assassinato por parte do farmacêutico da cidade, Sr. Benjamim Palermo. “Recebeu um tiro à queima-roupa, tendo a bala varado a batina, resvalando em uma medalha de Nossa Senhora, que o reverendo trazia dentro de uma carteira, sobre o coração.”<sup>16</sup> O fato deve ter provocado uma comoção geral no centro urbano e no meio rural da região pois testemunhos da época narram o fato como um milagre e o misturam com a lenda popular de que “praga de padre”, pega mesmo.

---

<sup>11</sup> OLIVEIRA, João & BARRETO, Alexandre. Id., *ibid.*, p. 11.

<sup>12</sup> Id., *ibid.*, p. 12.

<sup>13</sup> Id., *ibid.*, p. 13.

<sup>14</sup> Id., *ibid.*, p. 13.

<sup>15</sup> Id., *ibid.*, p. 13.

<sup>16</sup> Id., *ibid.*, p. 13.

Foi nessa época que quiseram matar o Pe. Afonso com um tiro no peito. Foi no trem. Naquela vez fomos na cadeia também eu e o João. Isto porque fomos fazer um abaixo-assinado para o Cônsul. Porque o padre era italiano e não podia estar preso... Ele tinha se salvado milagrosamente: atirado, a bala pegou numa medalha, fez um dedal e correu para dentro da carteira do dinheiro. Aí o padre pegou o camarada, botou no meio dos bancos, pisou com os pés, fez um sinal no rosto que não sarou mais. Morreu com aquele sinal. Era farmacêutico.<sup>17</sup>

Não conseguindo a renúncia do Capitão Galdino Guedes, Hercílio Luz envia finalmente a Orleans o seu genro, Joé Collaço, cuja família controla politicamente o município de Tubarão: “veio de Florianópolis o Dr. Joé Collaço, acompanhado do Capitão Ferreira, da Força Pública Estadual”.<sup>18</sup> O casamento de Joé Collaço com a filha de Hercílio Luz havia dado enorme força política ao município de Tubarão. Joé Collaço havia sido alçado a uma função administrativa importante no cenário estadual, tornando-se responsável pela Secretaria do Interior e Justiça.

Diante da constante pressão, o Superintendente Galdino Guedes assinou a renúncia em 01 de setembro de 1920, depois de ter resistido à pressão do governo do estado por mais de um ano. “Dias depois, o governo designou data para a eleição e o município de Orleans foi entregue, pela fraude e pela força, ao novo Superintendente Evaristo Nunes”.<sup>19</sup> Segundo um dos representantes da família Ghisoni da localidade de Rio da Furnas, família esta ligada diretamente na coordenação dos interesses dos imigrantes: “Nosso partido tinha botado um prefeito em Orleans, o Galdino Guedes. Vieram os Nunes, tiraram ele, e empossaram o Evaristo Nunes”.<sup>20</sup>

Durante os dois anos e meio seguintes os ânimos dos colonos e o grupo aliado do poder foram aos poucos sentindo o peso das decisões dos novos donos do poder local. “A gente não gostou que fosse tudo entre eles, os Nunes: Prefeito, Delegado, Fiscal... além disso eram valentes e mandavam mesmo. Cobravam os impostos para valer”.<sup>21</sup> É neste contexto que em 1923 vai eclodir em Orleans a revolta armada dos colonos.

<sup>17</sup> Entrevista concedida por GHISONI, Celeste. In DALL’ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p. 226.

<sup>18</sup> OLIVEIRA, João & BARRETO, Alexandre. Op. cit., p. 13.

<sup>19</sup> Id., ibid., p. 13.

<sup>20</sup> Entrevista concedida por GHISONI, Celeste. DALL’ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p. 226

<sup>21</sup> Entrevista concedida por CACHOEIRA, Ezequiel. Id., ibid., p. 230

## 1º DIA DA REVOLTA – Sábado, 17 de fevereiro de 1923.

No dia 17 de fevereiro de 1923, durante um dia de sábado, “os lavradores dirigiram-se a Orleans a fim de apresentar ao Superintendente suas reclamações”<sup>22</sup>. Uma grande multidão de colonos exige a deposição do Superintendente Evaristo Nunes. “Vieram a primeira vez desarmados”.<sup>23</sup> “[...] nós tínhamos feito o movimento no sábado”.<sup>24</sup>

A revolta começou em Grão Pará, chefiada pelo Galdino Guedes. De manhã cedo chega o Bernardo Gesing, da Taipa. E me convida, quase me força a participar do movimento de toda a colônia. Fui. Ao amanhecer do dia, do Otávio Ceolim até o Morro da Fazenda era tudo homem, a pé e a cavalo. Ali fora programado o encontro de toda a colônia. Assim unido, todo o grupo foi se encaminhando para a prefeitura.<sup>25</sup>

Não há consenso entre as testemunhas se nesse primeiro dia da revolta os colonos queriam somente apresentar suas queixas ao Superintendente, ou, de fato, exigir sua renúncia. De qualquer forma

O prefeito ainda estava em casa. Foram e trouxeram o prefeito e o delegado. Tudo na calma. O povo ocupando todas as ruas. As duas autoridades não tinham como resistir. Foi-lhe dado pedido que renunciassem e eles disseram que entregavam os cargos.<sup>26</sup>

Quase dois anos e meio depois da renúncia forçada do Superintendente, os colonos conseguem, mais simbolicamente que formalmente, reempossar Galdino Guedes, o Superintendente que havia sido obrigado a renunciar pela pressão política e vexatória do presidente catarinense, Hercílio Luz.

Foi empossado pelo povo o Galdino Guedes. Aí o povo se alegrou. Foi um festão. Um tiroteio como nunca se viu em Orleans. Do grupo para baixo, até a prefeitura, foi um tiroteio só, atirando para o ar. Logo todos foram se dispersando e o Galdino Guedes voltou para Rio das Furnas.<sup>27</sup>

<sup>22</sup> Entrevista concedida por NUNES, Sebastião. Id., *ibid.*, p. 223.

<sup>23</sup> Entrevista concedida por NUNES, Sebastião. Id., *ibid.*, p. 225.

<sup>24</sup> Entrevista concedida por GHISONI, Celeste. Id., *ibid.*, p. 228.

<sup>25</sup> Entrevista concedida por CACHOEIRA, Ezequiel. Id., *ibid.*, p. 229.

<sup>26</sup> Entrevista concedida por CACHOEIRA, Ezequiel. Id., *ibid.*, p. 229.

<sup>27</sup> Entrevista concedida por CACHOEIRA, Ezequiel. Id., *ibid.*, p. 229.

Segundo Celeste Ghisoni,<sup>28</sup> importante testemunha do evento pois era irmão do colono que liderava a revolta da parte dos colonos, os ânimos já estavam “atiçados” fazia tempo.

O movimento contra os Nunes partiu lá nas Furnas, comandada pelo Galdino Guedes e por João Frederico. Princiaram desde Grão Pará. Pegaram meu mano também, o João. Nós morávamos mais perto de Orleans. Eles atiçavam, e nós agüentávamos o galho.<sup>29</sup>

No mesmo dia o prefeito deposto pelo levante popular dos colonos telegrafou ao governador e pediu reforço militar para voltar ao cargo. “O prefeito deposto foi ao telégrafo e pediu ao Governador uma força para voltar ao cargo”.<sup>30</sup> Segundo o jornalista João de Oliveira:

Este, simulando haver renunciado o cargo, telegrafou ao governador dizendo estar com a vida em perigo sob ameaças de criminosos, sem poder exercer as funções de chefe do executivo devido a um levante do povo que pretendia depô-lo.<sup>31</sup>

## **2º DIA DA REVOLTA – Domingo, 18 de fevereiro de 1923.**

“O plano surtiu efeito e as medidas governamentais foram rápidas”<sup>32</sup>. Domingo de manhã, quando a comunidade próxima tinha o costume de se reunir para a missa, “um comboio especial transportava para Orleans as forças do governo, sob o comando do Tenente Souza Lima”.<sup>33</sup> A rapidez foi possível devido ao fato de que do Porto de Imbituba no litoral, até as cabeceiras do Rio Tubarão, passando, portanto, por Orleans, estava construída desde 1884 a estrada de ferro Dona Tereza

<sup>28</sup> “Nasci em Rio das Furnas. Meu pai veio da Itália, com treze anos, e foi morar em Brusque, no norte de Santa Catarina. Quando casou em 1873, já estava no Brasil há diversos anos. O pai veio morar depois no Rio das Furnas.” Entrevista concedida por GHISONI, Celeste. In DALL’ALBA, João Leonir. **O tesouro do Morro da Igreja**. Florianópolis, Co-edição Seminário São José de Orleans e Fundação Catarinense de Cultura, 1994. p. 101.

<sup>29</sup> Entrevista concedida por GHISONI, Celeste. In DALL’ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**, Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p. 226

<sup>30</sup> Entrevista concedida por CACHOEIRA, Ezequiel. Id., ibid., p. 230

<sup>31</sup> OLIVEIRA, João & BARRETO, Alexandre. **O ditador catarinense**. Tubarão, A imprensa, s/d, p. 14

<sup>32</sup> Id., ibid., p. 14

<sup>33</sup> Id., ibid., p. 14

Cristina. “No domingo, às dez horas, chega um destacamento da polícia de trem. Era hora da missa”.<sup>34</sup> “Chegaram os soldados. O povo amedrontou-se, mas os soldados foram se aproximando com um lençol branco”.<sup>35</sup> Logo em seguida os soldados começaram a efetuar as primeiras prisões.

Já prenderam algum. Tentaram me prender também, mas dormi duas noites no mato. Até aconteceu isto: não podendo me prender foram ali no pasto do farmacêutico, onde agora é o museu e cortaram as crinas da cola de diversos cavalos. Mais tarde me condenaram, juntamente com o José Ghisoni, pelo acontecido, e tivemos que pagar três mil-réis de multa.<sup>36</sup>

As primeiras prisões, portanto, se dão no próprio domingo após a chegada do destacamento militar. Segundo uma testemunha importante do evento,

[...] eu tinha ido à Missa ao domingo para ver o movimento. Porque nós tínhamos feito o movimento no sábado. Tínhamos reempossado o Galdino e botamos o Evaristo para a rua. Na hora da missa veio a polícia. Cercaram as estradas. Aí naquele dia me pagaram, só eu.<sup>37</sup>

Celeste Ghisoni, que deu o testemunho citado acima, foi um dos primeiros a ser levado para Florianópolis ficando na prisão por dois meses e meio. “A primeira vítima foi Celeste Ghisoni que a expedição militar prendeu no mesmo dia da chegada”.<sup>38</sup> Seu irmão João Ghisoni, que “estava mais influído na política”<sup>39</sup>, e era um dos líderes da revolta da parte dos colonos<sup>40</sup>, informado da chegada da força policial e da prisão de seu irmão e de diversos colonos começa a convocar os colonos: “Aí o João fez o movimento para vir para cá. Foi juntar gente. Não devia. Eu mandava recado: ‘Deixa eu aqui e escape’. Mas não adiantou”.<sup>41</sup> Na correria das informações desencontradas os colonos foram chegando em várias levadas e foram sendo presos.

<sup>34</sup> Entrevista concedida por CACHOEIRA, Ezequiel. In DALL’ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p. 230.

<sup>35</sup> Entrevista concedida por BÚSSOLO, Pompílio. Id., *ibid.*, p. 224.

<sup>36</sup> Entrevista concedida por CACHOEIRA, Ezequiel. Id., *ibid.*, p. 230.

<sup>37</sup> Entrevista concedida por GHISONI, Celeste. Id., *ibid.*, p. 228.

<sup>38</sup> OLIVEIRA, João & BARRETO, Alexandre. Op. cit., p. 14

<sup>39</sup> Entrevista concedida por GHISONI, Celeste. In DALL’ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p. 11

<sup>40</sup> “A família Ghisoni e Galdino Guedes, que o governo tinha destituído do cargo de prefeito, foram os que comandavam a revolta dos colonos. Moravam em Rio das Furnas e tinham casas de comércio”. Entrevista concedida por NUNES, Sebastião. Id., *ibid.*, p. 225.

<sup>41</sup> Entrevista concedida por GHISONI, Celeste. Id., *ibid.*, p. 228.

Prenderam o José Alberton e lavraram contra ele um auto-de-flagrante fantástico, porque era esse o meio inventado, em Orleans, para contrariar toda e qualquer medida garantidora da liberdade individual. [...] Prenderam o jovem Manoel Pizzolatti que foi o primeiro a ser supliciado; a polícia aplicou-lhe várias palmatoadas e pô-lo em liberdade, após 24 horas, com as mãos a sangrar.<sup>42</sup>

Pegaram essa primeira turma. [...] Esses do Rio Novo chegaram antes e a polícia pegou diversos. Não foram muitos: três ou quatro. Aí deram nas mãos. Em mim não deram, mas me levaram para Florianópolis e me deixaram lá setenta dias.<sup>43</sup>

Houve uma prisão nesse dia, cuja repercussão do uso da palmatória levou à expulsão da polícia do Tenente Souza Lima que, no dizer de uma testemunha, “deu bolo, por isso foi expulso da polícia”.<sup>44</sup>

O Sr. Alvim Nunes, apesar de sua posição social e de não ter cometido falta alguma, foi também conduzido à prisão. Impetrou-se *habeas-corpus* a seu favor; o Dr. Juiz de Direito pediu informações ao Delegado Militar, que nada respondeu; mas ordenou: findas as 24 horas, fosse posto em liberdade o Sr. Alvim Nunes. Antes, porém, de lhe ser aberta a porta da cadeia, esse estimado e digno cidadão sofreu o maior golpe de sua vida. Estando preso e indefeso, sem poder reagir, os soldados penetraram no cubículo em que estava, subjugaram-no, abriram-lhe as mãos e aplicaram várias palmatoadas sobre cada uma delas.

### **3º DIA DA REVOLTA – Segunda-feira, 19 de fevereiro de 1923.**

Durante todo o dia de domingo, a notícia das prisões e violências sofridas por colonos e por adversários políticos do Superintendente correu rapidamente pela Colônia, principalmente nas localidades mais próximas. Um grupo maior, já mais informado do que estava acontecendo, cujo número congregava uma verdadeira milícia civil, se organizou durante o domingo para entrar na cidade no dia seguinte, ou seja, na segunda-feira. Desta vez os colonos vinham em grande número e devidamente armados. “Foram se reunindo uns duzentos colonos armados. Uns chegavam à noite(do domingo), outros dormiram nas proximidades ou no mato mesmo”.<sup>45</sup> Com os ânimos insuflados apareceram pessoas de todos os recantos e

<sup>42</sup> OLIVEIRA, João & BARRETO, Alexandre. Op. cit., p. 14

<sup>43</sup> Entrevista concedida por GHISONI, Celeste. In DALL’ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p. 228.

<sup>44</sup> Entrevista concedida por NUNES, Sebastião. Id., ibid., p. 226.

<sup>45</sup> Entrevista concedida por REDIVO, Agostinho. Id., ibid., p. 224.

se encaminhavam para Orleans. “Na segunda vez vieram armados. A polícia estava ali protegendo os Nunes”.<sup>46</sup>

No dia da revolta eles tinham combinado com toda a colônia. Todo mundo levava pistola, revólveres, facão, coisarada... Todos vinham. Era uma cavalaria bonita. Penso que passavam de cem pessoas entre um lado e outro. Porque um vinha daqui, outro de lá.<sup>47</sup>

Os testemunhos contam que quando os revoltosos iam passando pelo vale do Rio Belo, e perceberam que os soldados se deitaram e se colocaram em posição de tiro, pois “o Tenente José Souza Lima veio com ordem de matar se viessem revoltosos”<sup>48</sup>, houve uma debandada geral. “A polícia esperava-os ao pé do Morro da Fazenda. Tudo foi tão de repente que nem conseguiram reagir. A maioria lançou-se pelos matos”.<sup>49</sup>

“Aí a turma esmoreceu. Ninguém quis enfrentar. Debandada geral. Mas fugiram pelos matos! Outros agarraram a estrada de volta. Ninguém queria ser preso com armas e jogavam as armas no rio, ao atravessá-lo na corrida”.<sup>50</sup>

Mas quando aquele povo, de mais de cem pessoas, chegou ao Rio Belo, a força estava esperando. Aí o Galdino e o Francisco Fugiram e deixaram lá meu irmão João. Os nossos estavam no Rio Belo e a polícia no Morro da Fazenda. Os nossos não puderam entrar.<sup>51</sup>

No pequeno vale do Rio Belo, onde se daria o campo de batalha caso ambos os lados decidissem usar as armas, “não houve ataque, não se deu um tiro, nada, nada. Todos jogaram as armas fora e fugiram. Aqueles dez ou doze policiais levaram as armas recolhidas ali. Meu irmão ficou e foi preso”.<sup>52</sup> Uma moradora antiga do vale do Rio Belo, Dona Xiquinha Cachoeira, afirma que:

Muitos agarram os matos para os nosso lados. Ninguém sabia se os que vinham atrás eram companheiros fugindo ou se eram soldados, perseguindo. Olha, ficaram muitos pedaços de roupas por esses matos. E tem aquela daquele revolucionário fugindo e se engalha num espinheiro. Pensando ter sido agarrado, logo ficou gritando: ‘Me largue! Me largue, sou inocente’.

<sup>46</sup> Entrevista concedida por NUNES, Sebastião. Id., *ibid.*, p. 225.

<sup>47</sup> Entrevista concedida por NUNES, Sebastião. Id., *ibid.*, p. 228.

<sup>48</sup> Entrevista concedida por NUNES, Sebastião. Id., *ibid.*, p. 226.

<sup>49</sup> Entrevista concedida por REDIVO, Agostinho. Id., *ibid.*, p. 224.

<sup>50</sup> Entrevista concedida por CACHOEIRA, Ezequiel. Id., *ibid.*, p. 230.

<sup>51</sup> Entrevista concedida por GHISONI, Celeste. In DALL’ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p. 228

<sup>52</sup> Entrevista concedida por GHISONI, Celeste. Id., *ibid.*, p. 228.

Houve muita gente atravessando os matos todos a descer no Noventa e Dois.<sup>53</sup>

Os que não conseguiram fugir foram levados presos. “Os que ficaram apanharam de palmatória”.<sup>54</sup> Outra testemunha afirma que “foram surrados com palmatória, espécie de madeira em forma de batedeira de carne”.<sup>55</sup>

No dia dezenove de fevereiro foram presos em massa mais de cem colonos pacíficos e trabalhadores, os quais, conduzidos pela soldadesca à frente da cadeia, estiveram cercados em um quadrado, formado por policiais de carabinas embaladas. E daí foram sendo tirados, de um a um, e todos espancados com maior ou menor brutalidade. A palmatória estalava furiosamente, e mãos honradas iam vertendo sangue.<sup>56</sup>

Aquele que mais sofreu foi o obscuro lavrador Antonio Bistrick. À hora de ser injustamente castigado, depois de ver os seus companheiros com as mãos ensangüentadas, pediu pelo amor de Deus que não o espancassem. Arrastaram-no, porém. O pobre velho encheu-se de ânimo e quis resistir; foi um heroísmo inútil. Soldados subjugaram-no e puxaram-lhe das mãos. O honrado colono fechou-as para não apanhar bolos. Os Sicários ficaram indignados e desancaram-lhe a palmatória sobre as mãos fechadas! O velho gemia de dor; mas, embora martirizado, não abriu as mãos! No dia seguinte, Bistrick foi medicado [...]. As mãos estavam horrivelmente pisadas e alguns dedos inutilizados.<sup>57</sup>

Com todo o mérito de ter gravado, transcrito e publicado os relatos relativos a esse evento, Pe. João Leonir Dall’Alba, extremamente preocupado em guardar as fontes orais e escritas no que diz respeito à imigração no sul catarinense, não esteve preocupado em interpretar o fato acontecido, apesar de sugerir que o viés interpretativo se daria pelo fato de os colonos terem sido usados por certos elementos da comunidade que foram aliados do poder político. Acreditamos que seria simplificar demais um evento tão complexo e que envolveu toda a população de uma grande região. Mas de sua experiência como entrevistador chegou à conclusão de que

[...] não houve mortes a lamentar. Podia ter corrido muito sangue, num entrevero pavoroso. Vê-se que o povo não foi com a idéia de combater, não tinham a mínima organização para a luta armada. Queria sim, dar uma demonstração de força. Fora instigado, acirraram-lhe o ânimo. Serviu mesmo a interesses alheios. Mas fora, para demonstrar que sabia defender seus interesses. Devia ter sido bonita a cavallhada, morro acima e morro abaixo,

<sup>53</sup> Entrevista concedida por CACHOEIRA, Dona Xiquinha. Id., ibid., p. 229.

<sup>54</sup> Entrevista concedida por REDIVO, Agostinho. Id., ibid., p. 224.

<sup>55</sup> Entrevista concedida por BÚSSOLO, Pompílio. Id., ibid., p. 224.

<sup>56</sup> OLIVEIRA, João & BARRETO, Alexandre. Op. cit., p. 15.

<sup>57</sup> Id., ibid., p. 15.

levantando a poeira na estrada. Cento e tantos cavalos e mulas ajaezados, com os cavaleiros a contar bravatas, escudados no trinta e oito, na pistola pica-pau de dois canos, devia ser um vistão de encher os olhos. Chegou a hora da liça e a companhia se desfez. Não houve combate. Nem um tiro. E foi bom. Teria sido temeridade enfrentar o destacamento policial. Os colonos não estavam preparados para isto. Não haviam partido para esse tipo de luta. Foram sábios. Não houve carnificina, não houve hecatombe, não houve morte alguma. Houve presos. Houve presos humilhados, apanhando de palmatória, de deixar as mãos aleijadas.<sup>58</sup>

Após todos os eventos e de o ambiente voltar a certa calma, as fontes testemunhais afirmam que os colonos ficaram com um ódio mortal do Delegado da Cidade, Sr. Jovelino Nunes, irmão do Superintendente. Parece que esse aproveitou a situação da presença da força policial no município para impor sua autoridade legal, omitindo-se diante dos exageros da tropa no uso da palmatória nos colonos.

Os colonos ficaram odiando o delegado Jovelino Nunes. De início eles mesmo queriam matá-lo. Depois contrataram o Joaquim Inácio, de Urubici. Esse ficou parando no Rio Novo e vinha à noite ali. Atirou no delegado em frente à loja do curtume.<sup>59</sup>

A palmatória era um instrumento comum nas salas de aula daquela época em que a didática compreendia o uso de certas estratégias de coação e violência física nas crianças.

A análise dos relatos permite sugerir que o uso indiscriminado da palmatória, bem como o uso da força policial para resolver outros problemas latentes e anteriores à revolta dos colonos, esteve diretamente ligado ao assassinato do Delegado de Polícia da cidade, Sr. Jovelino Nunes, irmão do Superintendente que fora expulso pelos colonos. “Quando acabou tudo, eles queriam que eu ficasse lá para me vingar daquilo tudo. Mas vim embora. Aí vim para cá”.<sup>60</sup> O ex-prefeito Henrique Ernesto Hilbert afirma que “o ferreiro Artur Paegle ficou meses sem poder trabalhar, com as mãos dilaceradas”.<sup>61</sup>

<sup>58</sup> DALL’ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p. 229.

<sup>59</sup> Entrevista concedida por CACHOEIRA, Ezequiel. In DALL’ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p. 230.

<sup>60</sup> Entrevista concedida por GHISONI, Celeste. Op. cit., p. 228. O testemunho de Celeste Ghisoni aponta um lugar ao se referir “vim para cá”. Devido ao fato de a entrevista ter sido feita pelo João Leonir Dall’Alba no mês de janeiro de 1981, na cidade de Urubici, quando Celeste Ghisoni tinha 90 anos, supomos que o lugar que a testemunha se refere ter ido morar após a revolta civil seja a cidade de Urubici.

<sup>61</sup> Entrevista concedida por HILBERT, Henrique Ernesto. Id., *ibid.*, p. 224.

Como sintetizou o Sr. Ezequiel Cachoeira, de fato, “Orleans já teve um tempo perigoso”.<sup>62</sup>

### 1.3 O aspecto jocoso da tradição

Como já dissemos, na tradição oral dos imigrantes, a revolta social ficou conhecida como a “Palmatória”. Na leitura atenta dos testemunhos é possível perceber um certo viés cômico na forma de transmitir os eventos da revolta social. O sentido do evento, enquanto gestado por um descontentamento para com os rumos da administração da prefeitura e a novidade e ousadia dos imigrantes na articulação e execução da revolta em plena área de imigração, foram veiculados dentro de um gênero que quer levar o interlocutor a rir, achar graça, fazer pilhéria do fato. Em muitos testemunhos conta-se para rir. Muitas palavras escolhidas e a arquitetura da fala seguem a estrutura de uma “piada”<sup>63</sup>:

E tem aquela daquele revolucionário fugindo e se engalha num espinheiro. Pensando ter sido agarrado, logo ficou gritando: `Me largue! Me largue, sou inocente.<sup>64</sup>

Os velhos, ao lembrarem os fatos riam-se muito do ocorrido revendo a turma em fuga perdendo as botas nos banhados, ou sentindo-se agarrados pelos espinheiros.<sup>65</sup>

Cabe entender o porquê dessa decodificação dos fatos em chave jocosa, pois objetivamente não foi assim vivenciado pelos atores. O fato de a revolta ter sido veiculada dentro desse formato da tradição oral, não significa que se desconhecia a gravidade do acontecido. Tanto é verdade que quando Pe. João Leonir Dall’Alba foi entrevistar algumas pessoas ainda vivas e que haviam participado da revolta, alguém o alertou: “E vai escrever sobre a palmatória? Tenha muito cuidado!”.

<sup>62</sup> Entrevista concedida por CACHOEIRA, Ezequiel. Id., *ibid.*, p. 230.

<sup>63</sup> Designa-se “piada” um gênero típico da oralidade popular, uma pequena história engraçada e espirituosa, uma pilhéria.

<sup>64</sup> Entrevista concedida por CACHOEIRA, Dona Chiquinha. In DALL’ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p. 229.

<sup>65</sup> Entrevista concedida por HILBERT, Ernesto Henrique. Id., *ibid.*, p. 224.

Segundo o entrevistador essa ressalva foi feita em 1984, portanto, há mais de 60 anos da revolta. Por que a memória oral não ressaltou mais o aspecto militante do processo? Como entender que a versão da revolta social seja transmitida como algo que provoque o riso, a comicidade?

Em nenhum momento percebe-se a tendência a esconder o que aconteceu. Os detalhes do evento continuam nítidos. O que chama a atenção não é a ausência de elementos objetivos em relação ao ocorrido: a organização dos imigrantes, o uso de armas, as tocaias, a deposição do Superintendente...! O que chama a atenção é o fato de esses elementos serem costurados em uma arquitetura lingüística em que o interlocutor é levado a rir dos acontecimentos e não a refletir sobre ele. Não se percebe a intenção, pelo menos do conteúdo das transcrições, de uma intencionalidade que desejasse transmitir heroísmo, orgulho, ou seja, a fundação de uma tradição do evento de tal forma a carregá-lo de uma simbolicidade coletiva. Por que essa tendência em revestir os fatos de uma perspectiva que leve a rir do acontecido e não sofrer com ele? Por que não há uma tentativa de solidarizar o ouvinte de hoje com o ator do passado, de tal forma a criar um liame de cumplicidade entre os diferentes tempos, o do ouvinte e dos antepassados?

A estranheza diante dessa forma de guardar a memória nos levou, antes mesmo da análise do conteúdo das falas, a nos perguntar o porque dessa abordagem. Partimos do pressuposto de que o gênero que veicula o conteúdo também revela uma experiência importante de ser tematizada. A forma da narrativa revela um forte conteúdo não-dito. O que estaria a comunidade querendo revelar com uma decodificação jocosa na transmissão do evento? O que o invólucro estaria “escondendo” ? Portanto, se a própria mediação revela algo do conteúdo, em que sentido o jocoso é revelador de algo do evento que estamos procurando entender?

Numa primeira aproximação, percebemos a tentativa de levar o conteúdo para o jocoso como uma forma de escamotear a vergonha e a humilhação sofrida. O mecanismo era aquela atitude, analisada pela psicologia, de “rir” dos fatos para não sofrer tanto em nível de auto-estima. Diante da violência de alguém mais forte, diante da impossibilidade de uma reação proporcional à violência sofrida, tende-se a rir, apenas da boca para fora, na vã tentativa de esconder a indignidade do sofrido. Teria sido uma saída do inconsciente coletivo daquela comunidade: rir como demonstração de força, de alguém que mostra não ter perdido a dignidade!

[...] às vezes, para minar a falsa autoridade duma proposição absurda que repugna à razão, também o riso pode ser um instrumento justo. O riso serve amiúde também para confundir os maus e fazer refulgir sua estultice. Conta-se de São Mauro que os pagãos o puseram n'água fervente e ele queixou-se de que o banho estava muito frio; o governador pagão enfiou totalmente a mão n'água para verificar, e se queimou. Bela ação do santo mártir que **ridicularizou os inimigos** da fé.<sup>66</sup> (grifo nosso)

Também na tradição popular da hagiografia cristã, bem conhecida pelos imigrantes italianos catequizados num ambiente de contra-reforma, está presente a estratégia de rir para ridicularizar. Podemos sugerir, a partir da socialização religiosa dessas comunidades, que a opção por veicular em chave jocosa a violenta experiência sofrida intencionava ridicularizar o poder constituído que humilhou os imigrantes. “Houve presos. Houve presos humilhados, apanhando de palmatória, de deixar as mãos aleijadas”.<sup>67</sup>

Quanto aluno deve ter apanhado com a palmatória em sala de aula! Mas lá, era algo de normal, de aceito pela sociedade. Agora, um adulto apanhar com vara de guri! Não, não foi a dor, não foram as feridas, a doer. Qualquer das modernas torturas teria doído mais. Mas a humilhação! Essa doeu.<sup>68</sup>

Além dessa estratégia, encontramos também uma preocupação em relação à representação do papel social masculino. É compreensível que num contexto de violenta repressão e humilhação a forma do discurso colocada em prática pelo relato dos imigrantes procure dar visibilidade aos elementos que os protejam, seja do poder político constituído, seja dos olhares dos outros que não vivenciaram diretamente o evento e que possam por isso fazer troça das conseqüências sofridas. A maioria são homens. Há um elemento simbólico fortemente presente a ser defendido: a masculinidade. Se de um lado não se pode esquecer ou deturpar totalmente o acontecido, este deverá ser veiculado de tal forma a resguardar a masculinidade, ou melhor, os elementos culturais que dão identidade simbólica a essa condição naquele contexto específico. Ora, na construção da identidade masculina numa área de imigração onde as condições de vida exigem um enorme esforço para a sobrevivência da família e a posse definitiva do patrimônio adquirido,

<sup>66</sup> ECO, Humberto. **O nome da rosa**. Rio de Janeiro, Record, 1986. p. 160.

<sup>67</sup> DALL'ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p. 229.

<sup>68</sup> Id., *ibid.*, p. 30.

a constituição do sujeito masculino exige práticas que permitam criar um sujeito forte, audaz, destemido, que se sacrifique pela família:

Quando no Rio Pinheiros se manifestou a enfermidade misteriosa a que acenei, nem um médico foi mandado, nem um médico se moveu para ir ver de que se tratava. A um pai de família, que numa noite percorreu 78 quilômetros a cavalo para ir a Tubarão à procura de um médico para a mulher gravemente doente, o médico pôs este dilema: 'Ou dois contos, ou eu permaneço onde estou'. Eu mesmo conheci indivíduos enfermos há dois ou três meses, acamados, sem saber de que sofriam, nem o que poderiam fazer para curar-se. Não faltam colonos que, tornados generosos pelo afeto, não hesitam em sacrificar todas as economias, fruto de cinco ou seis anos de poupanças, para pagar o médico que cuidava de sua mulher ou de seus filhos. E são legiões os que tiveram que assistir à morte dos seus, sem poder mover um dedo para socorrê-los, ou resignar-se a ficar aleijados a vida inteira, vítimas de algum infortúnio no trabalho, porque o médico residente em Tubarão, Laguna ou Florianópolis, não podia ou não queria mover-se em seu auxílio.<sup>69</sup>

Portanto, o relato das humilhações sofridas deverá ser feito respeitando essa identidade masculina dentro da área de imigração. O fato de admitir e relatar as humilhações sofridas, a debandada diante dos policiais, a palmatória para os que foram capturados, enfim, todos esses elementos que de certa forma poderiam comprometer a representação do ideal de masculinidade desse grupo social devem ser relatados sem comprometer a auto-imagem e a identidade pública dos participantes. Nesse sentido, não causa demasiada estranheza a decodificação do relato em chave jocosa, se levarmos em conta um mecanismo de defesa da imagem pública dos participantes.

A estratégia em veicular o conteúdo revela também que os relatos, apesar de não esconderem a violência sofrida, denotam através da pilhéria do discurso que há certa dificuldade em se admitir a tortura e a humilhação sob o tacão das forças do governo do estado de Santa Catarina.

Mas, aquele que mais sofreu foi o obscuro lavrador Antônio Bistrick. A hora de ser injustamente castigado, depois de ver os seus companheiros com as mãos ensangüentadas, pediu pelo amor de Deus que não o espancassem. Arrastaram-no, porém. O pobre velho encheu-se de ânimo e quis resistir; foi um heroísmo inútil. Soldados subjugaram-no e puxaram-lhe das mãos. O honrado colono fechou-as para não apanhar bolos.<sup>70</sup> Os sicários ficaram indignados e desancaram-lhe a palmatória sobre as mãos fechadas! O velho gemia de dor; mas, embora martirizado, não abriu as mãos! No dia seguinte,

<sup>69</sup> **Relatório do Cônsul Régio em Florianópolis – Fevereiro de 1900** - Cav. Príncipe Gherardo Pio de Savóia. In DALL'ALBA, João Leonir. **Imigração Italiana em Santa Catarina – Documentário**. Florianópolis, Co-edição: UCS, EDUCS e Lunardelli, 1983. p. 69.

<sup>70</sup> Refere-se ao uso do instrumento da palmatória.

Bistrick foi medicado no Quadro do Norte ou Capela de São Ludgero, no Distrito do Braço do Norte, hoje Collaçópolis, por uma das Irmãs da Divina Providência. As mãos estavam horrivelmente pisadas e alguns dedos inutilizados!

Medo, humilhação, raiva! Era melhor para alguns partir do que iniciar uma fase de vendetas. Fazer crescer a filha do silêncio não fazia parte da formação religiosa de alguns dos revoltosos. De fato, depois do acontecido, personagens importantes do evento deixaram a cidade de Orleans: “Quando acabou tudo, eles queriam que eu ficasse lá para me vingar daquilo tudo. Mas vim embora. Aí vim para cá.”<sup>71</sup> “Em Urubici são 58 anos que cheguei, foi por volta de 1923.”<sup>72</sup>

Apesar da forma do discurso procurar escamotear o sofrido fazendo pilhéria de alguns elementos, o conceito mais usado para se caracterizar o ocorrido foi “a revolta”. É importante ressaltar que a maioria das entrevistas que estão fundamentando esse trabalho foram gravadas há mais de cinquenta anos após a revolta dos imigrantes. A escolha dessa forma de caracterizar o evento permite perceber que não se perdeu a essencialidade dos motivos que levaram os imigrantes a tomar armas e depor o Superintendente: eles se revoltaram com a situação. Como diria Gustavo Corção, ao rir o ser humano está manifestando um resto de liberdade democrática:

Não temos o rádio nem a televisão, mas ainda temos o riso particular, íntimo, ao canto da boca, e o riso público ao canto do jornal. Gozemos este resto de liberdade democrática, este resíduo dos direitos do homem. Rions, rions, car le rire est propre d'l'homme.<sup>73</sup>

Fica claro que há um processo contínuo de administração do conteúdo da revolta dos elementos que devem ser ditos ou silenciados. O fato é que o conteúdo a ser veiculado sobre a revolta foi sendo administrado. Houve uma clara gestão do conteúdo da revolta no processo de transmissão oral.

Na procura por categorias que nos permitissem entender melhor essa administração da tradição oral dos elementos da revolta, cremos ter encontrado em Michael Pollak um conceito adequado para poder entender melhor a veiculação do

<sup>71</sup> Entrevista concedida por GHISONI, Celeste. In DALL'ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p. 228.

<sup>72</sup> Entrevista concedida por GHISONI, Celeste. Id., *ibid.*, p. 229.

<sup>73</sup> CORÇÃO, Gustavo. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1958.

conteúdo em chave jocosa, e com isso, poder compreender as dificuldades em se transmitir a memória traumática da revolta. Segundo este autor,

Quem passou por experiências traumáticas e as considera difíceis de comunicar, 'indizíveis' mesmo, não as esquece e necessita encontrar formas e estratégias para seguir vivendo, com elas e apesar delas. É o que denomina de 'Gestão do indizível'.<sup>74</sup>

A partir desse conceito acreditamos que a característica jocosa com que elementos da revolta foram transmitidos serve muito mais para silenciar do que para esconder ou deturpar. Os participantes tem plena consciência de que são sujeitos das suas lembranças, donos de suas memórias e que estas devem ser moduladas segundo os interesses da comunidade e da representação da condição masculina dos envolvidos. Segundo o próprio entrevistador, "Cuidado eu tive em consultar as pessoas ligadas aos fatos, nada mais nada menos que Sebastião Nunes e Celeste Ghisoni, além de muitos outros, tentando ver a realidade dos fatos despidos da colaboração partidária que se lhe atribuiu depois."<sup>75</sup>

Portanto, a memória da revolta não é a revolta propriamente dita. A memória é uma percepção particular da revolta articulada segundo regras de esconde e mostra. A memória da revolta é um discurso de silêncios protetores e afirmações interpretadas segundo os interesses dos que participaram do evento. Os entrevistados sabiam que suas declarações seriam publicadas. O entrevistador era um padre. Participava de um momento importante da dimensão daquelas comunidades: a religiosidade. Portanto, havia um laço de amizade que, se de um lado permitia uma maior liberdade na revelação dos elementos traumáticos, violentos e humilhantes da revolta dos imigrantes, por outro, os poucos entrevistados vivos sabiam que a publicação de suas falas iria dar uma qualificação e uma versão muito mais conhecida pois seria publicada.

Creemos que todo esse contexto fez com que a memória fosse muito bem administrada segundo os interesses dos entrevistados. Mas, nem por isso, tais depoimentos deixaram de ser passíveis de revelar o aspecto traumático do acontecido. Até porque, o próprio silêncio, a administração do conteúdo, a chave

---

<sup>74</sup> SILVA, Dácia Ibiapina da. História oral, oralidade e audiovisual na construção de relatos de memórias traumáticas. **Revista da Associação Brasileira de História Oral**. nº 6, junho de 2003. p. 76.

<sup>75</sup> DALL'ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p. 222.

jocosa com que elementos foram transmitidos, são também veículos da verdade, ou seja, desvelam indiretamente, na estrutura do discurso, o impacto que sobre os imigrantes o evento gerou. A resignificação dada ao evento é também mediação do conteúdo experimentado. Como intuiu DALL'Alba, “não houve mortes a escavar fossas de ódio entre a população. Talvez, por isso mesmo, um fato, **que teve apenas conseqüências humilhantes** para os vencidos, **foi levado em tanta conta pelos orleanenses**”.<sup>76</sup> (grifo nosso)

---

<sup>76</sup> DALL'ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p. 222.

## **CAPÍTULO II**

### **2. CONTROLANDO A ARQUITETURA CONSTRUÍDA DO DISCURSO**

#### **2.1 Introdução:**

A consciência da singularidade do discurso histórico no âmbito dos discursos científicos, essa tênue fluidez entre as fontes e a forma de interpretá-las e costurá-las, que gera uma luta entre a objetividade e a ficção, tudo envolto por uma vontade enorme de tentar dar mais vida, mais compreensão, mais “racionalidade” a fatos que já ocorreram, nos impele antes de mais nada, a apresentar os parâmetros que norteiam a natureza, conscientemente construída da interpretação da revolta em área de imigração aqui apresentada.

Essa exigência metodológica se agudiza ainda mais quando se quer compreender as relações de poder, portanto, a dimensão política, dentro de um espaço singular: uma colônia de imigrantes. Colônia caracterizada por pequenas propriedades tocadas por mão-de-obra familiar e fundada a partir do paradigma de povoamento e não de substituição de mão-de-obra. São tantas variáveis a serem manipuladas na construção do discurso, que só esclarecendo adequadamente a forma de olhar para os fatos e de se portar diante dos documentos nos permite não se perder nos meandros da produção da trama.

Ainda mais que, na ausência de uma historiografia de viés político sobre a constituição das colônias de imigração no sul de Santa Catarina, o historiador tem que ficar atento a todo e qualquer elemento que possa ser expressão de um ethos

político dos grupos que ali se socializavam. Como tudo pode estar envolvido em dispositivos de poder, em estratégias de controle num complexo campo de relações de força, a atenção tem que estar redobrada aos mínimos detalhes.

Acreditamos que um jeito de superar, ou ao menos tentar não se deixar limitar por essas dificuldades, é aproximar-se da dimensão política que ali se engendrou a partir da metodologia de um estudo de caso. Esse método permite ao historiador acessar os elementos macros e micros de uma sociedade, sem perder-se em generalizações que tirariam o “gostinho” particular do evento que está tentando entender historicamente.

## **2.2 Problemas relativos à área de imigração**

### **2.2.1 O discurso “verdadeiro” sobre a imigração**

Diante da exigência metodológica de disciplinar a natureza construída do discurso histórico, achamos importante trazer à tona um elemento da prática historiográfica sul catarinense, principalmente dos historiadores não acadêmicos, que ainda hoje é a grande maioria dos produtores de conhecimento histórico desta área de imigração: há uma certa idéia latente de se estar propondo a “verdadeira história da imigração”. Na historiografia acadêmica essa premissa nos leva a encontrar diversas vezes, a crítica às abordagens historiográficas dos historiadores não acadêmicos como se fossem de menor qualidade, de qualidade duvidosa, como se cada tempo não gerasse um discurso histórico com as condições de possibilidade ali encontradas. Na historiografia não-acadêmica essa mesma premissa gera uma concorrência entre os pares por trazer à tona documentos inéditos que revelariam o que realmente aconteceu no processo de colonização dessa região. O problema dessa abordagem é criar a idéia de histórias verdadeiras sobre a imigração. O seu equívoco é a ingênua negação, ou melhor, o não levar em conta a temporalidade do próprio discurso histórico, onde “cada geração, em seu presente específico, une

passado e presente de maneira original, elaborando uma visão particular do processo histórico”.<sup>77</sup>

Nossos historiadores locais parecem esquecer que não apenas estão tratando de objetos no tempo, mas eles mesmos estão ontologicamente presos ao tempo. Se por um lado, o momento presente desses historiadores lhes dá a chance de perceber elementos que outros não perceberam, e assim oferecer abordagens diferentes, por outro lado, esse mesmo olhar está no tempo, esperando pela sua vez de ser olhado à luz do tempo que passou. O historiador não consegue trazer a “verdade” sobre a imigração simplesmente porque ela é fundamentalmente histórica. Não há nem nunca haverá uma história definitiva sobre a imigração no sul de Santa Catarina. A própria historiografia, acadêmica ou não, virará objeto do discurso histórico.

A busca por essa espécie de Santo Graal, por uma verdade absoluta sobre o tempo histórico, teve por um lado, um aspecto positivo, pois, a ânsia pela construção da “verdadeira história da imigração” provocou uma constante procura por documentos que pudessem trazer essa verdade de forma irrefutável. É interessante perceber como um pressuposto teórico anacrônico pôde trazer tanta coisa boa para a historiografia, principalmente a transcrição e publicação de centenas de entrevistas com imigrantes pioneiros e seus descendentes. Por outro lado, a falta de um conhecimento crítico da epistemologia do discurso histórico levou alguns historiadores a sugerir que tinham conseguido “a verdade” sobre a imigração por terem elaborado suas conclusões a partir de entrevistas inéditas, qualificando ingenuamente a tradição oral como a melhor fonte histórica. A fonte oral é uma narrativa que, como todas as fontes que estão mediadas pela linguagem, está permeada de representação. O fato de terem sido transmitidas verbalmente pelos próprios atores dos fatos não as torna a “interpretação verdadeira”. Elas também já são uma interpretação.

O importante em nível metodológico é reconhecer a impossibilidade de tal projeto. Em cada presente da história sul catarinense teremos novas possibilidades de acesso ao passado. Serão tantas histórias quantos forem os lugares sociais, o grau de erudição e o tempo em que se encontram os historiadores. E isso não é algo mal, pois “o passado é assaltado por interrogações novas, que oferecem respostas

---

<sup>77</sup> REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1999. p. 9.

diferentes das anteriores. Em cada presente há um esforço de compreensão: de autolocalização pela rearticulação de passado e futuro”.<sup>78</sup> Definitivamente, é impossível qualquer ponto de vista supra-histórico pois os historiadores não têm o ponto de vista de Deus, são humanos, demasiado humanos.

### **2.2.2 A abordagem política da área de imigração**

Gastam-se páginas e páginas de informações de como se sentia o imigrante, de sua saudade, de sua tristeza, dos costumes familiares, das canções, de suas orações, de suas festas, numa infindável descrição de elementos que, muito importantes para conhecer os imigrantes do ponto de vista das particularidades de seu “modus vivendis”, não são devidamente vazados por um olhar intencionalmente focado para permitir perceber os elementos políticos aí mediados, ou seja, as estratégias de poder que deviam implementar para se colocarem como sujeitos de direitos no espaço em que se socializavam.

Falta abordar essas áreas de imigração com um recorte temático específico. Isso não quer dizer criar elementos novos ou divagar-se sobre possíveis atitudes políticas que o imigrante poderia professar. Os elementos já estão dados. O que se tem que fazer é uma análise que permita iluminar esses elementos a partir de uma pergunta prévia que os obrigue a falar de algo para o qual, em si mesmos, não diriam muita coisa. Dessa forma, um olhar não tematizado sobre a vida religiosa dessas comunidades comunicaria apenas elementos religiosos. Um olhar sobre a organização das escolas, apenas expressaria a preocupação pela educação. Nessa forma de abordagem cada elemento falaria de si mesmo.

Com esse modelo de aproximação na vida dos imigrantes, de fato, ficava complicado estabelecer uma discussão histórica sobre assuntos para os quais não se encontra elementos correspondentes. Estamos nos referindo especificamente à visão política dessas comunidades. Como conhecer e historicizar na comunidade imigrante o desenvolvimento de visões políticas? Se formos procurar elementos que correspondam diretamente à essa temática, ficaríamos sem muito conteúdo porque o envolvimento dos imigrantes nos mecanismos formais de poder ocorre muito

---

<sup>78</sup> REIS, José Carlos. Op. cit., p. 11.

paulatinamente. Contudo, se olharmos todas as práticas cotidianas como elementos passíveis de serem filtrados segundo um interesse específico, as fontes de informações sobre o desenvolvimento da consciência política dessas populações se tornam bem mais significativas.

Se, além disso, tomarmos esses elementos e os associarmos com uma história política local e regional, anterior e contemporânea ao processo de imigração, poderemos cruzar os dados e tirar algumas conclusões interessantes sobre o recorte que nos interessa. E, se além disso tudo, dispormos de um evento que possa fornecer o fio condutor do recorte temático que queremos dar aos elementos já tão conhecidos, teremos uma grande chance de traçar um panorama razoável de um período da imigração.

O evento, que, qual gota de água num copo cheio leva a transbordar, é conhecido pela tradição Orleanense como “A Palmatória”. Contudo, a Palmatória não é o evento, é uma das conseqüências desse evento de grande importância para a história local. O fato de ter sido nomeado como “A Palmatória” já revela algo sobre o acontecido que a tradição oral fez questão de guardar.

Ora, intentamos entender os motivos que se aglutinaram por trás de uma população que se revolta em armas, numa região eminentemente de imigração, com o fim de depor um Superintendente. Estamos diante de uma problemática de cunho político. Como dar racionalidade ao *modus vivendi* imigrante de tal forma que nos permita perceber a construção de um ethos político que embase a revolta armada? A nós não interessa saber se eles tinham noção dos mecanismos sociológicos desse processo. Queremos apenas olhar de forma “intencional” de tal forma a colher aspectos que somente o discurso a-posteriori poderia perceber quando armado com um instrumental adequado.

Há muito a antropologia nos ensina que todas as comunidades sociais, por mais simples que sejam, possuem uma estrutura a-temática, objetivações dos valores culturais daquela mesma comunidade. Queremos tematizar esse rosto a-temático dessas comunidades para descobrir as concepções políticas desses grupos sociais. Para dar condições de acompanhar esse projeto vamos expor claramente que instrumentos teóricos usaremos. Intentamos disciplinar a possível projeção nessas comunidades de valores e idéias que seriam do pesquisador.

Como a moderna epistemologia nos tem mostrado não existe um conhecimento totalmente neutro. É necessário que o pesquisador, se não puder fugir

da cadeia de projetar certos aspectos no objeto que intenta entender, ao menos discipline a sua aproximação deixando claro os conceitos a-priori que irá usar para iluminar seu estudo. Com esse processo de policiamento ficará mais fácil perceber onde se está resgatando uma compreensão possível do objeto, de uma projeção a-intencional é verdade, sobre esse mesmo objeto. Mesmo porque, “em última instância”, para usar uma expressão cara aos marxistas althusserianos, o pesquisador não apenas ilumina, mas, de certa forma, constrói o objeto pesquisado.

Embora os historiadores e todos os outros não inventem a paisagem (todas aquelas coisas parecem estar mesmo lá), eles realmente formulam todas as categorias descritivas dessa paisagem e quaisquer significados que se possa dizer que ela tem. Eles elaboram ferramentas analíticas e metodológicas para extrair dessa matéria-prima as suas maneiras próprias de lê-la e falar a seu respeito: o discurso.<sup>79</sup>

É nesse sentido que a famosa historiadora brasileira, Maria Odila Leite da Silva Dias, que foi aluna de Sergio Buarque de Holanda e conviveu durante muito tempo com outro grande ícone da historiografia brasileira, Caio Prado Jr., numa obra recente, "Conversa com Historiadores Brasileiros", afirma:

Devir histórico, relativismo, conjunturas temporais são preocupações fundamentais da hermenêutica, para a qual toda possibilidade de conhecimento remete à tentativa de captar os processos no seu vir-a-ser conjuntural de época e de tempo. Não existe conceito universal. Não existem valores culturais permanentes. Há um pluralismo de culturas e um pluralismo de temporalidades. O ofício do historiador consiste em explorar as possibilidades de traduzir as diferenças e as nuances de sentido que se sucederam no tempo. É por isso que é iconoclasta, crítico das ideologias, demolidor de estereótipos. **Numa sociedade como a nossa, é de vital importância a sensibilidade para a coexistência na contemporaneidade de um multiplicidade de tempos históricos.** Torna-se importante cultivar a consciência da contemporaneidade do não-contemporâneo.<sup>80</sup> (grifo nosso)

Por tudo isso é fundamental clarificar quais pensadores irão iluminar nosso estudo.

Pouco se tem estudado, dentro do contexto da imigração, o desenvolvimento da consciência política e dos conflitos que a cosmovisão política dos imigrantes tinha que enfrentar no confronto com a política de modelo oligárquico da República Velha, conforme esta era implementada na região em que os imigrantes irão se socializar.

<sup>79</sup> JENKINS, Keith. **A história repensada**. São Paulo, Contexto, 2001. p. 28.

<sup>80</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. In MORAES, José Geraldo Vinci de Moraes. REGO, José Marcio. **Conversas com historiadores brasileiros**. São Paulo, 34, 2002. p. 200.

As abordagens quase sempre se davam em chave cultural, ou seja, estudos historiográficos que problematizavam a adaptação em relação ao espaço geográfico e aos conflitos com os costumes das populações que ali já estavam.

Se, por um lado, admite-se que houve alguns conflitos, estes não eram analisados com instrumentos adequados. Eram percebidos mais como problemas adaptativos, ou mesmo como conflitos típicos das relações humanas, quase como que numa chave de decodificação psicológica: pessoas que entendem e se desentendem por causa de seu temperamento, de sua personalidade. Nada que um bom tempo de convivência não permita superar. Não se percebeu nesses conflitos a objetivação de estratégias de poder, de ambos os lados. É exatamente nesse ponto que brotam pistas para uma abordagem historiográfica de viés político da região de imigração no Vale do Rio Tubarão. De fato, nos recusamos a ver os conflitos apenas como resultado do encontro de pessoas. Os elementos que estudamos e os instrumentais teóricos que optamos para iluminar esses elementos nos permitem perceber estratégias de controle e manipulação com a intenção de tirar vantagens.

Essa abordagem de se perceber os conflitos como um elemento típico das relações humanas, quase a modo psicológico, reduzia a complexidade cultural a problemas de relacionamento entre as pessoas, descolando o foco das dinâmicas internas das colônias e das práxis dos nacionais. É óbvio que o imigrante e o nacional possuíam perspectivas diferentes. Mas ambos estão agora num mesmo espaço. O jogo de poder, as estratégias de controle, a luta pela melhoria das qualidade de vida, a posse definitiva da propriedade, os casamentos, a educação, a criação de infra-estrutura para a circulação do excedente produtivo dos imigrantes, etc..., irão exigir estratégias de ambos os lados para que a organização destes elementos responda aos interesses dos sujeitos envolvidos nesse espaço.

Não há maquiavelismo nisso. É o homem que, na dinâmica de seu historicizar-se, quer uma vida melhor para si e para os seus. Esse desejo fundante gera uma dinâmica enorme de ações que irão deflagrar atitudes específicas para implementar esse objetivo. A luta pelo poder é, portanto, a luta pelos interesses dos grupos sociais, qualquer que seja o conteúdo que se queira dar a esses interesses.

Foi a não admissão dessas estratégias que, de um ponto de vista moralista depreciaria o encontro ocorrido na região do Vale do Rio Tubarão, não permitiu adentrar adequadamente à problemática política da região de imigração no sul catarinense.

A bem da verdade, compreende-se a restrição ao estudo da consciência política dessas comunidades dentro da própria historiografia que muito ultimamente começa a resgatar o político como objeto de estudo.

O sistemático e justificado ataque dos Annales ao acontecimento factual, principalmente os da primeira geração dos Annales, March Bloch e Lucien Febvre, corretos ao criticar a abordagem historiográfica que absolutiza o personalismo dos líderes no processo de compreensão dos fenômenos políticos, bem como a pobreza explicativa ao não relacionar devidamente os fatos aos movimentos da economia, das estruturas mentais e das estruturas sociais, criou uma certa aversão injustificada à História política. Entretanto, “nunca houve razão lógica ou epistemológica para afirmar que o conhecimento histórico dos fenômenos econômico-sociais apresenta um caráter mais científico do que o dos regimes políticos, das guerras e das revoluções”.<sup>81</sup>

Um dos modos de resgatar a categoria de político no discurso histórico da área de imigração sul catarinense é evitar as abordagens demasiado generalistas que levam para todas as regiões do Brasil, conceitos e abordagens que são mais próprias dos centros de decisão política. Essas abordagens tolheram as historiografias locais e regionais de articularem pesquisas históricas que pudessem trazer à tona aquelas particularidades que surgem em espaços geográficos menores como reflexos locais das decisões políticas que nasciam dos centros de poder. A impressão que temos é que se pressupunha uma adaptação automática à intenção dos governantes.

Embora não se possa sustentar que a História geral ou estadual sejam a soma das histórias locais, é certo que **as generalizações nunca serão seguras se não se levar em conta os desenvolvimentos locais**. Uma história detalhada do desenvolvimento de uma comunidade representa a mais legítima contribuição à história nacional. A história de uma nação é incompleta se deixa de tratar dos interesses e atividades dos homens comuns, e a história local cuida como nenhuma outra dos acontecimentos diários do homem comum, promovendo deste modo, um conhecimento mais seguro e amplo da vida nacional que o historiador tenta reconstruir.<sup>82</sup> (grifo nosso)

---

<sup>81</sup> JULLIARD, Jacques. A política. In LE GOFF, J. & NORA, P. (orgs.). **História: novas abordagens**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1995. p.182.

<sup>82</sup> RODRIGUES, José Honório. **Teoria da História do Brasil – Introdução Metodológica**. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1978. p. 151.

Nesta perspectiva, um estudo de caso nos permite expor fatos e ações de grupos sociais que geralmente jamais encontraríamos em abordagens que privilegiam o macro, tipo abordagens como, a política catarinense, ou mesmo, a política na Velha República. É importante ressaltar que nessa atitude metodológica,

Não se trata de sacrificar o geral ao particular, mas trazer o que aparentemente é insignificante no contexto das experiências humanas como revelador de um fenômeno mais geral. Esta análise do particular não deve estar isolada de um contexto maior onde as relações são constituídas.<sup>83</sup>

Fundamentalmente é essa a metodologia: problematizar um evento local para tentar entender a dinâmica da formação da consciência política de uma região de imigração específica: Colônia Grão Pará. Assim, tematizando experiências humanas locais intentamos encontrar a compreensão de fenômenos mais gerais. “Hoje, os pesquisadores estão mais interessados em documentar experiências sociais que ainda não foram incluídas na historiografia. Existe uma preocupação grande com a documentação de processos sociais desconhecidos. Estamos cansados de generalidades.”<sup>84</sup>

Geralmente a análise do político possui, na historiografia brasileira, uma compreensão muito genérica e homogenizadora.

Por ser um país de imensa extensão territorial e o processo de colonização ter se iniciado do litoral para o interior, inúmeras regiões e localidades também ficaram fora da tradicional divisão que acompanha a História brasileira: Colônia, Império e República e, esta por sua vez, em República Velha, Nova República, Redemocratização, Ditadura e Abertura, divisão esta imprimida pelos atos político-administrativos do país. A História do Brasil passa a ser referenciada a partir dos atos emanados, sobretudo do centro de poder e decisão, situados na capital. Nesta perspectiva **a História da Nação ‘esconde’ as histórias regionais e locais ou, então, estas são entendidas como reflexo daquela.**<sup>85</sup> (grifo nosso)

Exatamente por isso, uma análise de caso nos permitirá fugir desses parâmetros demasiados genéricos pois inúmeras comunidades brasileiras não se encaixam dentro desses marcos. Nenhum tipo de generalização será segura se não

---

<sup>83</sup> RODRIGUES, Jane de Fátima Silva. História Regional e Local: problemas teóricos e práticos. **Revista História e Perspectivas**. nº 16\17, 1997. p. 160.

<sup>84</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. In MORAES, José Geraldo Vinci & REGO, José Márcio. **Conversas com historiadores brasileiros**, São Paulo, 34, 2002, p. 208.

<sup>85</sup> RODRIGUES, Jane de Fátima Silva. História Regional e Local: problemas teóricos e práticos. **Revista História e Perspectivas**. nº 16\17, 1997. p. 155.

levar em conta as particularidades regionais e locais, principalmente numa categoria tão abrangente e influenciável por variáveis locais como é a política.

Portanto, justificado o direito à cidadania dos temas políticos, temos que admitir que seu renascimento não pode se dar nas bases dos postulados da antiga história política. Na verdade já em 1958, Braudel lamentava a confusão que se fez entre a história tradicional e a história política: “A história política não é forçosamente événementielle nem está condicionada a sê-lo”<sup>86</sup>. Historiadores brasileiros consideram que mesmo se admitindo a legitimidade da história política essa deve levar em conta três ressalvas:

Primeiro, marcar suas próprias distâncias em relação aos erros e equívocos da história política tradicional; segundo, apropriar-se de métodos e teorias desenvolvidos tanto por historiadores quanto por cientistas sociais,<sup>87</sup> sempre que se possa, a partir dessa apropriação, produzir abordagens inovadoras e hipóteses científicas no campo da história política; terceiro, redefinir alguns dos antigos objetos da história política mas, principalmente, definir novos e mais modernos objetos.<sup>88</sup>

Parece claro que, a metodologia tradicional dos Annales de buscar em outras ciências, instrumentais novos de análise para o discurso histórico, como a Sociologia e a Antropologia, valem mais do que nunca para uma nova história política. O importante mesmo foi ter sido superada a confusão entre o político e o factual. Se a história política era factual segundo o esquema tradicional, a crítica deve ser feita ao método e não ao objeto. Contudo, a justa crítica à tradicional história política, levou junto a própria história política. Novas possibilidades teóricas de abordar o objeto político parecem estar nascendo em trabalho atuais, onde,

**[...] poder e política passam ao domínio das representações sociais e de suas conexões com as práticas sociais;** coloca-se como prioritária a problemática do simbólico – simbolismo, formas simbólicas, mas sobretudo o poder simbólico como em Bourdieu. O estudo do político vai compreender a partir daí, não mais apenas a política em seu sentido tradicional, mas, em nível das representações sociais ou coletivas, os imaginários sociais, a memória ou memórias coletivas, as mentalidades, bem como as diversas práticas discursivas associadas ao poder.<sup>89</sup> (grifo nosso)

<sup>86</sup> BRAUDEL, F., apud CARDOSO, Ciro Flamarion., & Vainfas, Ronaldo. Op. cit., p. 74.

<sup>87</sup> Foi a opção feita nesse trabalho como se poderá perceber ainda neste capítulo.

<sup>88</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion., & Vainfas, Ronaldo. Op. cit., p. 77.

<sup>89</sup> FALCON, Francisco. História e Poder. In CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo. Op. cit., p. 76. Foi fundamentalmente esse o caminho escolhido por esse trabalho ao tentar construir o ethos político das comunidades imigrantes na região de colonização em Orleans e arredores. Por sinal, a

São exatamente essas memórias e práticas discursivas que encontramos nas transcrições da memória oral publicadas por João Leonir Dall’Alba.<sup>90</sup> Nelas percebemos que a revolta civil em Orleans carrega um potencial interpretativo enorme, pois permite ao historiador o exame de um fato que pode trazer à tona os conflitos provenientes do mandonismo local e regional da política da Velha República em confronto com as comunidades de imigrantes. Consciente de que nosso objeto se insere na perspectiva da História Regional e Local, indiquemos agora os conceitos que iremos usar para a interpretação dos documentos e das fontes orais pesquisadas.

### **2.3 As ferramentas conceituais por trás da prosa histórica**

A escolha de um instrumental teórico está diretamente ligada à problemática que queremos afrontar no trabalho de pesquisa. Em qualquer trabalho de investigação, e a História é um trabalho investigativo, o trabalho teórico antecipa a aproximação da problemática que se quer enfrentar, na tentativa de escolher as melhores ferramentas para o trabalho a ser executado.

Em nosso trabalho, a palavra política não deve ser entendida naquele sentido restrito, quase do senso comum, ou seja, como os mecanismos de administração do Estado, ou o poder daqueles que foram eleitos. Quando falarmos de política nesse

---

intuição do uso de certos autores como referencial teórico de reflexão surgiu da leitura deste artigo do professor Falcon.

<sup>90</sup> Na análise da visão política presente no sul catarinense dentro da fronteira temporal escolhida para nosso estudo, (chegada dos imigrantes até o final da década de 1920), evitaremos trabalhos que tenham um posicionamento analítico muito genérico. Iremos dar valor aos testemunhos orais e documentos de época, privilegiando fundamentalmente as obras do Historiador Pe. João Leonir Dall’Alba que se caracterizam fundamentalmente por uma compilação de tradições orais sobre a imigração italiana e alemã no sul catarinense. Na análise da cultura e da cosmovisão política das comunidades evitaremos qualquer referência a fontes secundárias. Só em última instância, por falta absoluta de fontes primárias faremos mão delas. Consideramos que um dos grandes problemas da historiografia, principalmente quando seu objeto é político, é assumir alguns dados como modelo interpretativo para um contexto espaço-temporal indevido. Há uma generalização excessiva no campo da histórica. Se é verdade que se conseguiu superar a história política tradicional, por outro lado as novas abordagens tendem a ser genéricas demais, de tal forma que conceitos como “oligarquia” ou “personalismo político” são usadas sem calibramento adequado às especificidades locais. Privilegiaremos fontes locais. Queremos compreender, através da análise dos testemunhos orais e de documentos ligados diretamente à ereção da Colônia Grão Pará, como estas populações rurais que se socializaram numa área colonial específica do sul catarinense, construíram sua visão política.

sentido mais restrito, sempre indicaremos que assim o fazemos. Em nosso discurso, o conceito político é equivalente ao conceito de poder, conforme a forma de pensar elaborada por Michel Foucault:

Em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso.<sup>91</sup>

Estamos nos referindo a uma ação política que não se deixa enquadrar nas malhas das ações coletivas de partidos ou movimentos políticos, a não ser esporadicamente. Não mais o político como ação dos grandes personagens ou instituições, mas o político como a atitude de pessoas e grupos perante as normas, as leis, as regras de convenção social. No fundo é uma concepção de político onde este é visto como um poder que foge às malhas institucionais. De uma preocupação da superestrutura do poder para uma preocupação com as atitudes dos sujeitos que vão se constituindo, resistindo, negociando.

Nos parece ver no espaço geográfico sul catarinense, a partir da chegada dos imigrantes, um lócus propício para o uso desse instrumental, principalmente pelo fato de que se constitui uma estrutura de produção em pequenas propriedades que se contrapõe ao modelo de grandes propriedades produtivas, que quase sempre foi o modelo de interpretação da história brasileira. A história regional e local tem que se apossar de outros instrumentais teóricos ou continuará repetindo idéias que provém de outros contextos sociais, fazendo perder a especificidade que brota da realidade local.

Michel Foucault sugere que partamos do pressuposto de que nada é natural, tudo é cultural, tudo é gestado, tudo é produção, tudo é produzido, principalmente os conceitos que disciplinam as relações no contexto social e que refletem uma estrutura social desigual. Eles não são entes naturais, foram naturalizados. “Não há, através do tempo, evolução ou modificação de um mesmo objeto que brotasse sempre do mesmo lugar”.<sup>92</sup>

O que importa neste trabalho é perceber o político como um poder e de que maneira, as atividades cotidianas vão aos poucos instituindo práticas e

---

<sup>91</sup> FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Graal, 1979. p. 179.

<sup>92</sup> VEYNE, Paul. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. 4ª ed., Brasília, Unb, 1998. p. 269.

mentalidades. Para nós interessa, sobretudo, entender o processo de criação de um ethos político dentro da região em que aconteceu a revolta civil armada, para dar racionalidade a essa mesma revolta. É a “ análise do poder em sua positividade, como rede de relações que se exerce molecular, ininterrupta e ramificadamente, em todos os domínios da vida social, produzindo individualidades, adestrando gestos”.<sup>93</sup> Sem esse instrumental na mão, a revolta civil em Orleans seria somente articulada dentro das categorias genéricas de República Velha e política oligárquica ou reduzida simplesmente a uma luta de classes. Assim, principalmente nos capítulos IV e V, esperamos chamar a atenção para a formação de um ethos político mediado por relações novas dentro do espaço rural das comunidades de imigração.

Independente da referência formal a uma partido político ou a uma corrente política, a idéia chave é usar como instrumento de análise um conceito bastante aberto. Portanto, queremos perceber o poder não simplesmente em suas formas regulamentares e legítimas, ou seja, dentro do direito positivo. “Trata-se de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações, lá onde ele se torna capilar, captar o poder em suas formas e instituições mais regionais e locais”.<sup>94</sup>

Seria extremamente anacrônico iluminar nossas fontes com um conceito de atividade política onde esse abarcasse a idéia de ideologia partidária. A sociedade humana, de uma forma ou de outra, se organiza politicamente, não necessariamente dentro dos modelos do restrito conceito moderno. Consideramos que as “Precauções Metodológicas” propostas por Michel Foucault são extremamente úteis para iluminar a leitura de certos testemunhos orais.<sup>95</sup>

A historiografia durante muito tempo usou o instrumental de análise de Marx para entender o fenômeno político. Esse era tradicionalmente entendido como uma superestrutura criada para manter a dominação de uma classe sobre outra.

---

<sup>93</sup> RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar – a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985. p. 14.

<sup>94</sup> FOUCAULT, Michel. Op. cit., p. 182.

<sup>95</sup> Conforme a segunda precaução metodológica Foucault sugere, “estudar o poder onde sua intenção está revestida de práticas reais e efetivas; estudar o poder em sua face externa, onde ele se relaciona direta e imediatamente com aquilo que podemos chamar provisoriamente de seu objeto, seu alvo ou campo de aplicação, quer dizer, onde ele se implanta e produz efeitos reais... Como funcionam as coisas ao nível do processo de sujeição ou dos processos contínuos e ininterruptos que sujeitam os corpos, dirigem os gestos, regem os comportamentos.” Na terceira precaução metodológica Foucault lembra que não se deve “tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; mas ter bem presente que o poder – desde que não seja considerado de muito longe – não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos.” In FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**, Rio de Janeiro, Graal, 2002, p.182-183.

Consideramos que essa premissa teórica tem sua validade. Contudo, cremos que o instrumental marxista, não está calibrado para entender um contexto como a região de imigração no sul de Santa Catarina, principalmente porque dentro do horizonte teórico marxista, a categoria política está ligada a atividades institucionalizadas de ação política como sindicatos e partidos políticos, reduzindo a possibilidade de compreensão dos mecanismos políticos que se engendravam na Colônia Grão Pará.

Como iremos mostrar em nosso trabalho, há uma contraposição de dois mundos simbólicos diferentes em relação à compreensão do ethos político. De um lado o grupo nacional que domina o poder político local e regional através da política de cunho personalista e oligárquica. De outro os imigrantes que, alijados do poder, são os produtores do excedente produtivo da região, o qual é mediado pelos comerciantes que também são nacionais. Ora, sem uma participação nos mecanismos formais de poder, partidos políticos por exemplo, como se estrutura o pensar político dessas comunidades? Como se constrói seu ethos político? Como se processa a gênese da cosmovisão política dentro das comunidades de imigrantes até a década de 1920, de tal forma a obtermos alguns elementos que nos permitam entender a revolta civil armada em Orleans em 1923?

O instrumental marxista não é adequado para responder a essas perguntas, principalmente numa realidade caracteristicamente rural. Por isso,

Em vez de orientar a pesquisa sobre o poder no sentido do edifício jurídico da soberania, dos aparelhos de Estado e das ideologias que o acompanham, deve-se orientá-la para a dominação, os operadores materiais, as formas de sujeição, os usos e as conexões dos sujeitos pelos sistemas locais e os dispositivos estratégicos.<sup>96</sup>

Trata-se, portanto, de entender as técnicas de poder desenvolvidas dentro dessas comunidades como reveladoras de sua própria idéia de política. Conhecer as táticas de organização do mundo simbólico dessas comunidades, das atividades exercidas, da circulação de poder, do modo como escolhem seus líderes, do modo como entendem sua identidade, do modo como compreendem a relação com o poder religioso, do modo como constroem suas capelas em contraposição à igreja matriz na sede municipal, tentando examinar todos esses mecanismos como circuladores de poder e geradores de uma cosmovisão política específica. Nesse sentido, o instrumental teórico de Michel Foucault é muito mais conveniente para

---

<sup>96</sup> FOUCAULT, Michel. Op. cit., p. 186.

abordar nosso objeto e colher respostas às perguntas prévias. Sem essa compreensão a revolta civil não passaria de um movimento subversivo de colonos ignorantes e mal informados, ou mesmo, revolta de colonos que estavam servindo aos interesses das famílias nacionais que lutavam entre si pelos mecanismos formais de poder, representados pelos cargos de comando na prefeitura municipal de Orleans. Sem um instrumental adequado a revolta civil não conseguiria ser adequadamente situada na complexidade da urdidura cultural de uma comunidade de imigração.

O modo de compreender as relações de poder em Foucault se torna importante para analisar a experiência religiosa como exteriorizadora de significados políticos não tematizados. A experiência religiosa dessas comunidades se articulou com especificidades espaciais e funcionais. É claro que essas funções não são tematizadas como atividades políticas ou como reveladores de valores políticos porque, pertencendo ao âmbito do religioso, comumente são percebidas somente como extensão dessa realidade. Contudo, com um instrumental teórico adequado, poderemos inferir que, se a atividade política supõe categorias como organização, liderança, objetivos comunitários, e essas características se manifestam num modelo religioso, isso significa que a atividade política está acontecendo, mas velada pela expressão religiosa que, são as únicas possíveis nas atuais circunstâncias do momento histórico daqueles sujeitos. Atividades que numa primeira abordagem, em sua aparência externa, não pareceriam políticas, numa abordagem mediada pela forma que Foucault sugere, revelam relações de poder.

Outro instrumento de análise que fornece novos conceitos para abordarmos nosso objeto de estudo vem do sociólogo Pierre Bourdieu. Sua obra, “O poder simbólico”, oferece instrumentos conceituais de análise do social permitindo ver dimensões do poder que não se manifestam essencialmente de uma forma institucionalizada: “o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”.<sup>97</sup> Os “sistemas simbólicos”, religião, língua, arte, costumes, valores, são “estruturas estruturantes”, ou seja, pelo fato de o ser humano ser um animal essencialmente cultural, além de permitirem que as pessoas consigam interpretar e dar sentido ao mundo que os rodeia,

---

<sup>97</sup> BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000. p. 8-9.

[...] os símbolos são os instrumentos por excelência da 'integração social': enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação, eles tornam possível o consensus acerca do sentido do mundo social que **contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social**: a integração lógica é a condição da integração moral.<sup>98</sup> (grifo nosso)

Desta forma, o sistema de política personalista local é construído a partir de um discurso social que visa defender esse modelo pois útil para as famílias que coordenam o poder político na região sul catarinense. O poder simbólico, nesse sentido, é ideológico e é essencialmente mediatizado pela linguagem. A linguagem oferece um sistema de conceitos e imagens que passam a cada pessoa o modo como ela deve ver e interpretar o que está vendo, ouvindo ou mesmo lendo.

Esse instrumental teórico vai nos permitir perceber que o modelo de atividade política das famílias tradicionais da região do vale do Rio Tubarão não conseguiu reproduzir seus símbolos entre os grupos imigrantes, pois se os símbolos são, como diz Bourdieu, "instrumentos por excelência da integração social", o modo como se organizou o espaço de vida das comunidades de imigrantes, isto é, de forma marcadamente rural contraposto ao modo marcadamente urbano dos grupos que detinham o poder, impediu a comunicação de um possível "consensus". Esse instrumental teórico nos permite ver a coexistência de dois mundos simbólicos que crescem em paralelo. O universo simbólico da política da Velha República, objetivado no modelo personalista local, não conseguiu dissolver o sistema simbólico dos grupos de imigrantes num discurso ideológico totalizador. Isso só vai ser conseguido pela força quando, a partir da década de 1930, a política de nacionalização impor na marra um sistema simbólico como forma de criação de uma identidade nacional.

Afrontaremos, portanto, o contexto de imigração baseados no pressuposto de que a realidade é uma construção social. É fundamental ter em mente que a aparente objetividade do mundo institucional, por mais antiga, natural, e por mais que apareça com a marca do "mas sempre foi assim", foi produzida e construída pelo homem. O problema é exatamente este: "o paradoxo que consiste no fato de o

---

<sup>98</sup> Id., *ibid.*, p. 10.

homem ser capaz de produzir um mundo que em seguida experimenta como algo diferente de um produto humano”.<sup>99</sup>

Em todo o instante estaremos trabalhando com a idéia de política como uma construção e exteriorização de um grupo social em suas relações com a produção do espaço e na convivência com outros, processo esse tematizado pelos sociólogos, Peter Berger e Thomas Luckman em sua clássica obra de antropologia social intitulada “A construção Social da Realidade”.

A experiência humana é desde o início uma exteriorização contínua. O homem ao se exteriorizar, constrói o mundo no qual se exterioriza a si mesmo. No processo de exteriorização projeta na realidade seus próprios significados. Os universos simbólicos, que proclamam ser toda realidade humanamente dotada de sentido e apelam para o cosmo inteiro a fim de significar a validade da existência humana, constituem as extensões máximas desta projeção.<sup>100</sup>

A comunidade imigrante, no processo de exteriorização numa nova terra, no meio de culturas diferentes, irá projetar nesse novo espaço, que está sendo gestado, seus próprios significados. É a partir deles que podemos inferir o tipo de compreensão política dessas comunidades.

Se a nossa pesquisa oferece uma “ratio” para o evento, longe de nós a pretensão de querer indicar que a história dos imigrantes da Colônia Grão-Pará tenha se voltado “racionalmente”, através de uma intencionalidade explícita de longo prazo em direção à revolta armada. Como diria Norbert Elias a respeito do processo civilizador, “a coisa aconteceu, de maneira geral, sem planejamento algum, mas nem por isso sem um tipo específico de ordem.”<sup>101</sup> Entretanto, essa atividade inconsciente mas circunscrita numa rede de relações interpessoais, não é neutra. Se adequa dentro de um “tipo específico de ordem”. Mais do que isso, não existe nenhuma atividade que de uma forma ou de outra não condicione um modo de ser específico no agente social. Ele não apenas produz algo fora de si, mas é produzido por aquilo que produz.

Dessa forma, “planos e ações isoladas, podem dar origem a mudanças e modelos que nenhuma pessoa isolada planejou ou criou. Dessa independência de

---

<sup>99</sup> BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis, Vozes, 1987. p.87.

<sup>100</sup> Id., *ibid.*, p. 142.

<sup>101</sup> ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Volume 2, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1993, p.191.

peças surge uma ordem *sui generis*, uma ordem mais irresistível e mais forte do que a vontade e a razão das pessoas isoladas que a compõem.”<sup>102</sup>

É exatamente essa “ordem irresistível” que queremos iluminar com conceitos intencionalmente escolhidos para oferecer uma “rádio” à revolta social dos imigrantes. Partimos do pressuposto que é essa ordem dentro das comunidades e os laços recíprocos de afetos e sensibilidades desse grupo social que, entrelaçados, irão determinar um rumo histórico em direção à revolta social, em nenhum momento, programado ou intencionado pelos atores históricos.

## 2.4 Conclusão:

A compreensão da revolta civil em Orleans compreenderá um processo de iluminação de várias fontes documentais, mas principalmente orais, numa tentativa de reconstrução de um evento da história local e regional.

A fonte oral é uma narrativa que, como todas as fontes que estão mediadas pela linguagem, está permeada de representação. A fonte oral é uma narrativa pessoal que contém uma representação sobre o passado. Ora, à essa representação foi perguntado sobre aspectos que dizem respeito às relações entre os imigrantes e os nacionais, sobre o modo de rezar e organizar a oração e tantas outras manifestações sociais. Contudo, a pergunta não se voltava para compreender esses elementos, mas o que eles revelavam sobre o modo como essas famílias compreendiam as relações de poder. Se acessava essas fontes a fim de procurar desvelar o processo de formação da consciência política. Armados do paradigma indiciário, se procura em todos esses objetos indícios que desvelem concepções de poder latente nas práticas. De fato, o velho Marx já chamava a atenção de que se a realidade fosse transparente não haveria a necessidade de interpretá-la.

A historiografia não acadêmica fez um excelente trabalho de transcrição das tradições orais da região da Colônia Grão Pará. De modo geral, tais produções possuem um tipo de abordagem onde a História é compreendida como uma crônica dos fatos,<sup>103</sup> fatos esses que contados com o maior embasamento documental

---

<sup>102</sup> Id., *ibid.*, p. 194.

<sup>103</sup> “Decidi. Não havia fontes escritas? Daria eu à cidade(Orleans) estas fontes. Pensando bem, estávamos ainda numa época de ouro para o historiador. Não havia escritos, mas sobreviviam

possível,<sup>104</sup> quer acessar a “história verdadeira”, uma “imagem real” do processo de povoamento daquelas regiões.<sup>105</sup> Empenhados na descrição das origens de suas famílias, ou no resgate das fontes escritas e orais de uma cidade, vão arrolando falas, impressões, experiências pessoais, cópias de documentos raros.<sup>106</sup> Profundamente informativos, tais compilações orais e documentais, não tem a pretensão de terem construído a totalidade da História de determinada família ou região.<sup>107</sup> São fontes que, achadas com certa dose de sorte e ousadia,<sup>108</sup> qual pedra preciosa esperando para ser lapidada, estão à espera de um acesso disciplinado pela metodologia científica.<sup>109</sup> Os produtores desses trabalhos dificilmente cruzam dados, ou iluminam as informações com um instrumental teórico adequado. Devido à exigüidade de trabalhos históricos sobre a região, num primeiro momento intencionavam um trabalho de caráter divulgativo das fontes.<sup>110</sup> Isto de forma alguma quer desmerecer a importância fundamental de todo o material publicado, mas quer chamar a atenção para o enorme potencial histórico dessas fontes se acessadas de forma disciplinada pela academia. Seus escritos aludem à essa perspectiva:

---

inúmeras pessoas que poderiam dar informações preciosas. Lancei-me ao trabalho de ir recolhendo a tradição. De cada grupo étnico de imigrantes ia colhendo o que pudesse, em conversas e entrevistas”. In DALL’ALBA, João Leonir. **Pioneiros nas terras dos condes**. Orleans, Lelo, 2003. p. 11.

<sup>104</sup> “Meu fito é publicar mais estes documentos básicos para a história do Sul do Brasil”. In DALL’ALBA, João Leonir. **Laguna antes de 1880 – Documentário**. Florianópolis, Lunardelli, 1976. p. 9.

<sup>105</sup> “Não trabalhando por encomenda, nem sendo financiado por entidades do Vale, iniciativa espontânea, tive a liberdade para escrever uma história verdadeira. Não pretendi exaltar, não quis denegrir. Eu quis sim, retratar um passado que aos poucos se esvai. Consegui uma imagem real”. “Não sou literato, não sou sociólogo, não sou historiador. Por que então atrever-se a escrever? [...] O tempo me é escasso, que o centenário da vinda dos povoadores do Vale está ali”. In DALL’ALBA, João Leonir. **O vale do Braço do Norte**. Orleans, Edição do autor, 1973. p. 13.

<sup>106</sup> “Logo foram surgindo outros manuscritos. Após o maço de cartas, cavei, do fundo de uma gaveta da Empresa o Relatório de 1881, documento básico para nossa história. Passaram-se meses, e fui encontrando cartas, declarações de colonos que chegaram, material de propaganda, infinitos volumes de contabilidade. Tudo dos primeiros anos de nossa história”. In DALL’ALBA, João Leonir. **Pioneiros nas terras dos condes**. Orleans, Lelo, 2003. p. 11.

<sup>107</sup> “Mil anciãos ficaram por entrevistar, dezenas de figuras a biografar, situações a analisar”. In DALL’ALBA, João Leonir. **O vale do Braço do Norte**, Orleans, Edição do autor, 1973, p.13.

<sup>108</sup> “Como nos contos antigos, depois de diversas discussões, ‘nem vai lá, que só tem madeiras velhas e teias de aranha’, consegui entrar nos porões da antiga Sede da Empresa. Amigo leitor! Tive a maior alegria que me foi concedida como historiador: lá, num canto escuro, intactos há oitenta anos, estavam três caixões de manuscritos. Passei as horas livres de dois meses lendo e separando. Um tesouro para nós, para todos os vizinhos do Vale do Tubarão”. DALL’ALBA, João Leonir. **Pioneiros nas terras dos condes**. Orleans, Lelo, 2003. p. 12.

<sup>109</sup> “Não, não é um trabalho definitivo. É apenas um desbaste pioneiro na história dos nossos Pioneiros”. DALL’ALBA, João Leonir. **Pioneiros nas terras dos condes**. Orleans, Lelo, 2003. p. 12.

<sup>110</sup> “Procurei extrair da frieza dos seus dados técnicos, o que de maior interesse fosse para uma leitura mais ou menos divulgativa como é o presente trabalho”. Pe. João Leonir Dall’Alba referindo-se ao modo como abordou o relatório de um agrimensor. In DALL’ALBA, João Leonir. **O vale do Braço do Norte**. Orleans, edição do autor, 1973. p. 69.

Estamos publicando documentos inéditos. Não nos preocupamos com síntese, com analisar causas, conseqüências, com relacioná-los, tão pouco quisemos vê-los à luz de determinada ideologia. Primeiro precisam ser conhecidos.<sup>111</sup>

Há um trabalho imenso para ti, estudioso, para ti, estudante nativo. Abri uma picada. Há largas estradas a abrir. A mim a certeza de ter agido com honestidade, a mim a satisfação de ter salvo do oblivio algum tesouro da tradição. [...] Via de regra abster-me de juízos, análises e sínteses.<sup>112</sup>

Mesmo de longe estaremos ordenando entrevistas e documentos. E publicaremos. E outros publicarão mais. De nossa parte não será o livro perfeito que arquitetáramos, mas sempre um novo préstimo para futura síntese.<sup>113</sup>

Limito-me simplesmente a ordenar fatos, a concatenar idéias. Não tenho finalidade de exaltar, nem atacar, nem entender. É um trabalho espontâneo que faço por gosto histórico, sabendo que estes são os últimos anos de ouro para uma pesquisa como esta, pois as velhas gerações estão desaparecendo, e as novas pouco ou nada sabem de um passado que não lhes desperta entusiasmo.<sup>114</sup>

Em relação às fontes orais gravadas, transcritas e depois publicadas às expensas próprias e da Congregação Religiosa a qual pertencia<sup>115</sup>, Pe. João Leonir Dall'Alba, assim justifica sua pesquisa por fontes orais:<sup>116</sup>

Tivesse encontrado a documentação que acabamos de apresentar,<sup>117</sup> e certamente não teria ido colher na conversa com os anciãos o que a tradição nos conservou no passado. Quis a sorte, que então nos pareceu desventura, que não tivéssemos desde o início os manuscritos da Empresa. Transcrevemos quase na íntegra o que conseguimos em entrevistas na segunda metade de 1969. São testemunhos recolhidos em primeira mão, de viva voz, notícias colhidas em dezenas de horas de conversas.<sup>118</sup>

<sup>111</sup> DALL'ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p. 24.

<sup>112</sup> DALL'ALBA, João Leonir. **O vale do Braço do Norte**. Orleans, edição do autor, 1973. p. 14.

<sup>113</sup> DALL'ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p. 10.

<sup>114</sup> DALL'ALBA, João Leonir. **Pioneiros nas terras dos condes**. Orleans, Lelo, 2003. p. 126.

<sup>115</sup> Congregação de São José, conhecida como Josefinos de Murialdo, fundada em 1873 na cidade de Turim, norte da Itália. Voltada essencialmente para o atendimento às crianças, adolescentes e jovens carentes, atualmente se encontra presente em vários países. O autor desse trabalho recebeu toda sua formação dessa instituição e trabalhou na área educacional da mesma durante 10 anos.

<sup>116</sup> Em 1978 o autor desse trabalho era seminarista da Congregação dos Josefinos de Murialdo e estudava no Seminário São José, na cidade de Orleans, onde Pe. João Leonir Dall'Alba era Diretor. Todos os finais de semana, após as missas pelo interior do Município e pela região da Serra, acompanhávamos muitas vezes as intermináveis conversas ao pé de um gravador. Criança de 12 anos, mas muito curiosa e leitora, perguntei ao Pe. João o que era necessário para "fazer" a história de Orleans. Ele me respondeu: "muito trabalho e calo nos cotovelos". Referia-se ao demorado e cansativo trabalho de transcrever centenas de horas de entrevistas gravadas em "fita cassete". De fato, se tivesse primeiro achado os documentos, ele afirma que não teria feito a pesquisa oral. Que enorme perda teria sido para a história do vale do Rio Tubarão.

<sup>117</sup> Refere-se aos documentos encontramos na Sede da Empresa de Terras e Colonização, em arquivos em Petrópolis e no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

<sup>118</sup> DALL'ALBA, João Leonir. **Pioneiros nas terras dos condes**. Orleans, Lelo, 2003. p. 126.

Para compreender a ação dos colonos, cujas memórias, como vimos, foram colhidas, transcritas e publicadas por Pe. João Leonir Dall’Alba, circularemos ao redor de uma gama enorme de eventos, fatos, acontecimentos, costumes, educação, religião, geografia, comércio, urbanização, ruralização, todo e qualquer tipo de elemento que encontrarmos nas compilações de fontes orais, a fim de os iluminar com os conceitos dos autores que apresentamos neste capítulo. O resultado dessa iluminação dos fatos a partir desses conceitos nos permitirá revelar um ethos político que será usado para a compreensão da revolta civil em Orleans no ano de 1923.

Por trás de todo o processo está a articulação, muitas vezes teórica e abstrata, com os particulares da vida social concreta das comunidades imigrantes e nacionais, tentando com isso colher aquelas especificidades que possam tornar a revolta civil armada em Orleans um evento compreensível. De qualquer forma o discurso histórico é de certa forma um discurso da racionalidade dos fatos. Acreditamos que, quando o instrumental teórico é do tipo oferecido por Michel Foucault, Pierre Bourdieu e Berger & Luckman, o discurso histórico acontece como uma mistura de invenção e memória. Exatamente por disciplinarmos o acesso ao nosso objeto de estudo a partir desses teóricos, a invenção não será fantasia, no sentido de uma novela de ficção, pois a memória estará constantemente nos puxando para lembrar que estamos lidando com algo que foi historicamente vivido em determinado momento. A invenção será a manifestação do novo por termos em mãos um modo de ver esses fatos segundo perspectivas disciplinadas de olhar que nem os atores do evento tinham condições de articular devido estarem demasiadamente envolvidos com as causalidades que a consciência do momento exigiam. Como diria Paul Veyne em suas sacadas aforísticas: a “versão amiga da memória, torna-se a verdade histórica de amanhã”.<sup>119</sup>

Afirmar um discurso com status de conhecimento científico, independente de todas as discussões de cunho epistemológico que já surgiram ou surgirão, é no fundo admitir um acesso disciplinado ao objeto de estudo, ou seja, a colocação clara dos conceitos que irão iluminar a abordagem em que o discurso histórico será construído. É preciso aprender a olhar com método. Olhar de forma metódica é um

---

<sup>119</sup> VEYNE, Paul. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. 4ª ed., Brasília, Unb, 1998. p. 159.

modo de fazer ciência e, metodologicamente falando, a oficina histórica não deve em nada às ciências “ditas” empíricas.

## CAPÍTULO III

### 3. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E AS RELAÇÕES DE PODER

“O que faz a região não é o espaço, mas sim o tempo, a história” Paul Bois

#### 3.1 Introdução:

O espaço em que se habita não é simplesmente algo dado, passivo. O espaço humano acontece como uma verdadeira produção. Assim, para conhecer a mentalidade político-cultural de uma sociedade é necessário entender o processo pelo qual essa mesma comunidade constrói seu espaço. Ali se objetivam, através das relações com o mundo material e com os outros, uma configuração do espaço que reflete a singularidade do modo como a própria sociedade se auto-define. Por isso, o espaço habitado não é meramente algo acidental, extrínseco ao ser humano, é algo produzido, ou seja, é a exteriorização de um modo de compreensão da própria sociedade, articulado a partir do modo com que essa mesma sociedade, neste espaço, produz a própria sobrevivência.

A produção de idéias, de representação e da consciência está em primeiro lugar direta e intimamente ligada à atividade material dos homens. É a linguagem da vida real. As representações, o pagamento, o intercâmbio mental dos homens surgem aqui como a emanação direta do seu comportamento material. São os homens que produzem as suas representações, idéias etc.<sup>120</sup>

---

<sup>120</sup> MARX, Karl. Apud SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual – natureza, capital e a produção de espaço**. São Paulo, Bertrand Brasil, 1998. p. 73.

A organização do espaço nas colônias de imigrantes europeus no sul de Santa Catarina é quase sempre descritiva. Apresenta-se o espaço como um elemento desvinculado do estilo de vida pessoal e social. O espaço aparece como um palco, que, como a encenação de um script, é conveniente como elemento estético, cosmético e cenográfico. Está despido de incidências sobre o comportamento. Provavelmente, a forte determinação que o meio geográfico havia estabelecido em certos discursos históricos levou a um desprestígio de aproximações que quisessem estabelecer nexos entre costumes e espacialidade geográfica. Há rupturas entre o modo como se organiza o espaço e a organização da própria vida.

Contudo, tal qual as fronteiras espaciais do Mediterrâneo de Braudel onde os homens de três continentes “realizaram as suas trocas decisivas”,<sup>121</sup> assim também a conquista das florestas do litoral sul catarinense vai definir formas de sociabilidade, de relações econômicas e políticas, de organização do espaço urbano e rural que foram o estofado encontrado pelos imigrantes, e ao mesmo tempo, ponto de partida para a construção de novas formas de sociabilidade, de relações econômicas e políticas quando esses novos moradores empreenderam, com os nacionais, a expansão e a conquista de mais aquela fronteira natural. O complexo processo de espaços naturais se transformando em espaços humanos acontece no sul catarinense com as peculiaridades que a chegada dos portugueses, depois os açorianos e finalmente os imigrantes europeus a partir do final do século XIX vão estabelecer.

A peculiaridade da organização do espaço humano desse último grupo estabeleceu alguns padrões de sociabilidade que influenciaram a perspectiva das relações de poder nessas comunidades. Acreditamos que as condições engendradas pelos imigrantes no processo de integração em um novo espaço geográfico fornecem elementos importantes para a compreensão da revolta social em Orleans.

---

<sup>121</sup> “É exatamente esta a característica fundamental do destino do Maré Internum: estar integrado no mais vasto conjunto de terras emersas que existe no mundo: o grandioso, o gigantesco continente unitário, euro-afro-asiático, só por si uma espécie de planeta onde tudo circulou precocemente. Os homens encontraram, através destes três continentes profundamente ligados entre si, o grande palco da sua história universal. Aí realizaram as suas trocas decisivas”. In BRAUDEL, F. **Memórias do Mediterrâneo – Pré-História e antiguidade**. Rio de Janeiro, Multinova, 2001. p. 30.

O nosso olhar estará privilegiando as comunidades que geograficamente se situaram ao redor da cidade de Orleans, palco da revolta civil, e que tiveram influência direta na constituição das relações de poder da região em que se instalou a Colônia Grão Pará.

Mais do que descrever elementos geográficos, a abordagem que nos propomos neste capítulo é tentar perceber no processo de formação do espaço sul catarinense a construção das redes de poder, onde o espaço geográfico é percebido como vazado por interesses que vão determinando o espaço humano, permitindo, esse “olhar de ré”, o embasamento das etiologias que estarão por trás da revolta dos imigrantes em 1923 na cidade de Orleans. Como diria Braudel, “as formas sociais têm também as suas geografias diferenciais”.<sup>122</sup> É um olhar analítico e intencionalmente atento a alguns elementos que permitam referir os poderes que se gestam nos condicionamentos que o espaço permite. Condicionamentos estes que geram e alimentam conflitos sociais, cuja compreensão exige um olhar de tempo longo para acompanhar as artimanhas que o deflagram, tendo em vista que as relações de força derivam do estado de coisas por vezes muito antigos. É nesse mundo de floresta atlântica, economia subsidiária da agro-exportadora cafeicultura, fechado entre o mar e a serra, que se deu o encontro de povos com suas temporalidades próprias de cultura, política, religiosidade, com suas forças em conflito, com suas hierarquias e tantos outros elementos tão próprios da experiência humana no tempo... e acima de tudo um encontro carregado de esperança.<sup>123</sup>

### 3.2 A Região Sul Catarinense

Santa Catarina faz parte de um povoamento bastante moderno, com exceção dos paulistas e vicentinos, primeiros europeus a habitarem a região a partir da fundação de Laguna e dos açorianos que foram colocados em alguns pontos do litoral em simbiose com o exército com o intento de proteger o litoral e possibilitar o povoamento da banda oriental do Rio da Prata, região muito cobiçada pela coroa portuguesa.

---

<sup>122</sup> BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo – Séculos XV e XVIII – O Tempo e o Mundo**. São Paulo, Martins Fontes, 1998. p. 35.

<sup>123</sup> Nesse comentário de arquitetura poética nos referimos às expectativas dos imigrantes que reputamos fundamental para entender as reações da comunidade imigrante.

[...] estimulados por uma política oficial e deliberada de povoamento... empregou-se sobretudo para povoar e ocupar regiões de valor estratégico que a imigração espontânea deixava ao abandono; foi o caso em alguns setores fronteiriços da colônia que a metrópole desejava ver ocupados e assim defendidos contra a concorrência espanhola. É o que se deu em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul.<sup>124</sup>

O povoamento mais efetivo foi constituído principalmente de imigrantes europeus que chegaram aqui a partir de meados do século XIX. A maior parte desse povoamento foi de caráter privado, ou seja, empresas que adquiriam terras do governo e se comprometiam, através de contratos, a venderem essas propriedades aos colonos.

Santa Catarina até a década de 1920, quadro temporal do evento desta pesquisa, era formada por regiões autônomas. Pela falta de vias de comunicação entre essas regiões, o comércio dentro do estado era reduzido. As regiões estavam mais ligadas ao mercado nacional que ao catarinense. Até porque as regiões mais densamente povoadas se circunscreviam à faixa litorânea. O interior foi conquistado aos poucos em movimentos concêntricos, a partir do litoral, principalmente por causa do crescimento demográfico das áreas de imigração, bem como do deslocamento de populações de descendentes de imigrantes vindos do Rio Grande do Sul.<sup>125</sup> As duas metrópoles nacionais mais próximas das regiões catarinenses e para onde se dirigiam excedentes produtivos eram Curitiba e Porto Alegre, e as metrópoles distantes o eixo Rio-São Paulo.

Portanto, até a década de 1920, as regiões catarinenses formavam a periferia de um sistema cujo centro consumidor de seus excedentes eram outras cidades do território nacional. Contudo, nem todas as regiões catarinenses se encaixavam neste modelo. A região sul catarinense tinha sérias dificuldades para se inserir nessa mecânica comercial. Comentando sobre a situação de Orleans por ocasião de sua elevação à condição de município, isto em 30 de agosto de 1913, portanto, poucas décadas após o início da colonização, DALL'ALBA traça um perfil da região sul catarinense a fim de explicitar as dificuldades pelas quais Orleans passava naquele período, ressaltando as características de isolamento e autonomia.

**Todo o sul-catarinense é uma ilha com comunicações precaríssimas,** tanto por mar como por terra, tanto para a Serra, como para o Rio Grande,

<sup>124</sup> PRADO JR, Caio. **História econômica do Brasil**. 9ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1965. p. 187.

<sup>125</sup> Cf. CABRAL, Oswaldo R. **História de Santa Catarina**. Florianópolis, Laudes, 1970. Principalmente o capítulo que situa a conquista do extremo-oeste, p. 333-341.

como para o lado da Capital. Está isolado. Tem um povo trabalhador, que encheu a colônia de pequenas indústrias: fábricas de banha, ferrarias, serrarias, engenhos de farinha, engenhos de cana, alambiques, monjolos, olarias, atafonas, etc. Mas não tem estradas. Produz e não pode vender, ou vende mal. As cidades definham.<sup>126</sup> (grifo nosso)

O que vemos é um processo extremamente lento de urbanização. Mais do que “definham”, os centros urbanos se formavam com um volume populacional extremamente pequeno. “Nasci em 1910 e me criei em Grão Pará.<sup>127</sup> No meu tempo de criança havia moradores por aqui, mas só espalhados, cada um em suas terras. Não havia grupinho de casas unidas. Não havia. Isso é coisa de pouco tempo para cá”.<sup>128</sup> O sul catarinense até o final da década de 1920 é formado por cinco municípios: Laguna, Tubarão, Araranguá, Urussanga e Orleans, com as sedes municipais escassamente povoadas.

Na região do vale da colônia espontânea de Braço do Norte e da Colônia Grão Pará houve uma variável interessante sobre o lento processo de urbanização das vilas que foram surgindo. Na perspectiva dos agentes sociais que vivenciaram os fatos, a urbanização dessas regiões foi dificultada por restrições de cunho moral. Segundo os relatos, a aglomeração urbana era vista como um ambiente que propiciava o relaxamento moral e a degradação dos costumes. Comentando a dificuldade em se vender lotes para a fundação de um centro urbano no que é hoje a cidade de São Ludgero, um imigrante comenta:

Os donos não queriam vender mesmo. Mas o que muito influía nesta decisão era a palavra do Monsenhor: ‘se é para vender terreno para estranhos, então plante um pé de espinho’. O padre Tombrock temia a contaminação dos costumes da região por ele dirigida. Razão talvez ele tinha.<sup>129</sup>

Outro testemunho, vem confirmar essa variável, acrescentando que as condições econômicas da região sul catarinense no início do século XX não traziam vantagens entre se estabelecer na zona rural ou nas áreas designadas para se tornar centros urbanos.

<sup>126</sup> DALL’ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p. 398.

<sup>127</sup> Grão Pará, além de nome da Colônia, era também o nome de uma das localidades sedes. A localidade de Grão Pará estava situada numa área mais central da Colônia Grão Pará.

<sup>128</sup> Entrevista concedida por HEIDEMANN, José Matias e ROLLING, Joaquim. In DALL’ALBA, João Leonir. **O tesouro do Morro da Igreja**. Florianópolis, Co-edição Seminário São José de Orleans e Fundação Catarinense de Cultura, 1994. p. 101.

<sup>129</sup> Entrevista concedida por NIEHUES, Danilo. In DALL’ALBA, João Leonir. **O vale do Braço do Norte**. Orleans, edição do autor, 1973. p. 141.

A vida num centro pequeno não trazia vantagem sobre a vida no campo. Não havia água encanada, luz elétrica, ruas calçadas nem hospital. O fenômeno da urbanização só fez-se sentir mais retardadamente.. Creio que a atitude de muitos, alimentada por Monsenhor, de que a expansão da vila traria complicações para a religião e para a moral, foi um fator que retardou, por exemplo, o loteamento da área urbana.<sup>130</sup>

A cidade de Laguna, por ter sido a primeira localidade no extremo sul da colônia portuguesa, influenciou política e economicamente a formação de novas divisões territoriais e vilas que iam surgindo. Desde o período colonial a burocracia local coordenava política e administrativamente todo sul catarinense, o que levou a ser considerada por alguns historiadores como a “célula mater do sul”.<sup>131</sup>

Era a Comarca de maior extensão que havia na Província. Infelizmente, porém, a política mal entendida, as conveniências e interesses de alguns, a desídia, os caprichos de outros, fizeram com que se fosse dividindo. De maneira que primeiramente ficou sem Tubarão, que forma uma comarca, e sem diversos terrenos importantes que foram dados, contra a ordem natural, a outros municípios.<sup>132</sup>

A cidade de Orleans, que, devido a proximidade com a Estrada de Ferro Tereza Cristina se tornará sede da Colônia Grão Pará, tem sua raiz econômica a partir da cidade de Laguna e “a população da cidade foi predominada pelos chamados nacionais nos primeiros cinqüenta anos de existência”.<sup>133</sup>

As primeiras construções foram iniciadas na cidade e os primeiros moradores começaram a chegar, trabalhadores da estrada de ferro, comerciantes, profissionais, funcionários, na sua grande maioria de origem nacional, provenientes da região de Laguna principalmente.<sup>134</sup>

Santo Antônio dos Anjos de Laguna, aos poucos sendo designada apenas por Laguna, foi fundada em 1676 segundo um documento inédito encontrado na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro pelo Pe. João Leonir

<sup>130</sup> Entrevista concedida por Henrique Warmling e esposa. Id., *ibid.*, p. 158.

<sup>131</sup> Cf. DALL'ALBA, João Leonir. **Laguna antes de 1880 – Documentário**. Florianópolis, Lunardelli, 1976.

<sup>132</sup> **Descrição do Município por Francisco Isidoro Rodrigues da Costa - 1881 - Comarca de Santo Antônio dos Anjos – Laguna**. In DALL'ALBA, João Leonir. **Laguna antes de 1880 – Documentário**. Florianópolis, Lunardelli, 1976. p. 46.

<sup>133</sup> LOTTIN, Jucely. **Orleans 2000 – História e desenvolvimento**, Florianópolis, Elbert, 1998. p. 72.

<sup>134</sup> Id., *ibid.*, p. 17.

Dall'Alba.<sup>135</sup> É o próprio filho do bandeirante pioneiro, Francisco de Brito Peixoto, proveniente da Baixada Santista, que dá detalhes de como seu pai aportou na região e decidiu ali iniciar a construção de uma pequena vila às margens da laguna, nomeada pelos bandeirantes de Lagoa dos Patos.<sup>136</sup> A vila situava-se como o ponto mais extremo da colônia portuguesa da América, e o único lugar habitado por portugueses nas terras da Capitania de Sant'Ana de Pero Lopes.

“Sabemos que, com exceção das Capitânicas de São Vicente e Pernambuco, as outras fracassaram em maior ou menor grau, por falta de recursos, desentendimentos internos, inexperiência, ataques de índios. Não por acaso, as mais prósperas combinaram a atividade açucareira e um relacionamento menos agressivo com as tribos indígenas”.<sup>137</sup>

A Capitania de Sant'Ana de Pero Lopes se encontrava entre essas cujo empreendimento privado não havia conseguido realizar a colonização. Não tendo sido ocupada, havia se tornado apenas um lugar de reabastecimento para os navegantes. Para os fazendeiros vicentinos do litoral e os paulistas do planalto, servia de fato como um ponto avançado de apresamento de indígenas. Laguna, nasceu como entreposto do comércio de cativos índios para serem vendidos ou diretamente usados na Capitania de São Vicente e no planalto paulista, cuja economia se desenvolvia paralela à açucareira do litoral, que aos poucos vai privilegiar o uso de mão-de-obra escravizada trazida da África. Primeiro porque “não existia nenhuma rede mercantil apta a empreitar, de maneira regular e em larga escala, as vendas de índios de uma capitania a outra”<sup>138</sup> e, segundo por causa da

<sup>135</sup> “Foi por acaso. Tendo-me proposto recolher material para fundamental a história de Orleans, outrora território lagunense, fui coletando documentos. Como em outras vezes, a fortuna me acompanhou, fui dando com documentos inéditos e manuscritos antigos. [...] Fui consultar a bibliografia lagunense para ver se de fato eram inéditos os manuscritos. Eram, confirmaram os escritores locais. Não, não os conheciam. Instaram para que fossem publicados”. In DALL'ALBA, João Leonir. **Laguna antes de 1880 – Documentário**. Florianópolis, Lunardelli, 1976. p. 9.

<sup>136</sup> **Notícias da povoação e fundação da Vila de Laguna por Francisco de Brito Peixoto – 1714**. In DALL'ALBA, João Leonir. **Laguna antes de 1880 – Documentário**. Florianópolis, Lunardelli, 1976. p. 15. Cuidado: o sítio da atual Laguna era nomeado nos documentos do período colonial como “Porto dos Patos” ou “Lagoa dos Patos”. Não se confunda com a Lagoa dos Patos do Rio Grande do Sul. In MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra – Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo, Companhia das Letras, 1994. Nota nº 19, p. 236.

<sup>137</sup> FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo, Edusp, 2000. p. 45. Aos poucos os direitos sobre as Capitânicas foram sendo retomados pela Coroa Portuguesa, através de compra, continuando apenas como região administrativa, mas não regulada mais pelo Foral. Entre 1752 e 1754, Marquês de Pombal completou praticamente o processo de passagem das capitânicas do domínio privado para o público.

<sup>138</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000. p. 126.

política de “ilhamento” iniciada pela Coroa portuguesa a fim de acentuar a dependência ao comércio metropolitano.<sup>139</sup>

No “Porto de Patos”, em conluio com alguns chefes tribais, os indígenas eram aprisionados e encaminhados para São Vicente e Rio de Janeiro.

Não há dúvida quanto à prática dos paulistas em manipular relações familiares e intertribais para conseguir seus intentos, Alguns chefes indígenas, sem dúvida, fugindo das práticas tradicionais, tiraram vantagem da sua posição de intermediários, acumulando poder e até riquezas. Tal seria o caso de um certo Tubarão, que, como o apoio de seus três ou quatro irmãos, todos supostamente xamãs, tornou-se o principal fornecedor de cativos guarani na região dos Patos durante a primeira década do século XVII.<sup>140</sup>

Para a Coroa portuguesa e sua geo-política, independente do fato de a região ter iniciado dentro das razias preadoras dos paulistas e vicentinos, o importante foi que Laguna tornou-se o ponto avançado da conquista portuguesa e mais tarde, quando o desejo de controlar a banda oriental do Rio da Prata levou à fundação da Colônia de Sacramento, coube a Laguna reabastecer as sucessivas armadas enviadas a defender essa possessão.<sup>141</sup>

O fato é que sob o comando de Francisco de Britto Peixoto, filho do fundador de Laguna, inicia-se a conquista de vasta região para os portugueses, região esta que se estendia para além dos domínios coloniais portugueses, baseados nas referências do Tratado de Tordesilhas. É a partir de Laguna que se funda Viamão, São José do Norte e outras cidades litorâneas no sul do Brasil. A posse das terras do atual Rio Grande do Sul foi mérito da colonização dos pioneiros de Laguna. Na região sul de Santa Catarina, é da divisão territorial do imenso município de Laguna que irão surgir dezenas de municípios, sendo o município de Tubarão, de extensíssima área em seu início, o primeiro a iniciar esse processo.<sup>142</sup> Laguna é de fato anterior à localidade de Desterro, que se tornará mais tarde capital da província.

<sup>139</sup> “O intercâmbio direto entre as capitâneas fica proibido a partir de 1549, e a navegação de cabotagem só passa a ser livremente permitida em 1766, data em que o tráfico negreiro já rodava com todo o ímpeto na América portuguesa”. In ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Op. cit., p. 126.

<sup>140</sup> MONTEIRO, John Manuel. Op. cit., p. 64-65.

<sup>141</sup> “Em 1735 foi feito tão severo recrutamento de víveres e homens que ficou na miséria e quase despovoou”. In DALL’ALBA, João Leonir. **Laguna antes de 1880 – Documentário**. Florianópolis, Lunardelli, 1976. p. 169.

<sup>142</sup> No período da chegada dos primeiros imigrantes europeus em 1877, o sul catarinense estava dividido nos seguintes municípios, que elencamos por ordem cronológica de fundação: Laguna (município “célula mãe”) – Tubarão (1870) – Araranguá (1880) - Imaruí (1890) – Jaguaruna (1891) – Urussangua (1900) – Orleans (1913).

“A povoação da Laguna, criada vila em 20 de janeiro de 1720, à instância de Sebastião Bragança, gozou por muito tempo da proeminência de cabeça do termo, cujos limites chegaram até à ponta do norte na enseada das Garopabas. De certo seria hoje a capital se não tivesse uma barra tão perigosa, que apenas dá entrada a pequenas embarcações. Em 1726 foi extremada e criada a Vila do Desterro. A 20 de novembro de 1721 ficou pertencendo a São Paulo, por ter sido dividido o governo desta Província de Minas”.<sup>143</sup>

Em um provimento do Ouvidor Rafael Pires Pardini, documento datado de 1720, que regeu a recém criada Vila de Laguna, depreendemos um aspecto importante sobre a posse de terras da região que nos permite também fazer inferências sobre as relações de poder que se gestavam no processo de produção do espaço sul catarinense. O Ouvidor começa fazendo referência ao não interesse dos descendentes do bandeirante fundador de Laguna que, morando no Rio de Janeiro,

“do que [lhes] pertencesse, nada quer, nem mesmo os sítios que seus pais e irmãos lavraram. [...] O que ouvido por ele, o Ouvidor, proveu que os moradores desta povoação tivesse por entendido que todas as terras eram de Sua Majestade, que Deus o guarde. Que os moradores deviam tirar suas cartas de sesmarias como dito senhor tinha determinado. E que os que estavam acomodados em terras, nelas se acomodassem sem que pessoa alguma se atrevesse a inquietá-los. Que os dito Capitão José Pires Monteiro e as mais pessoas que tinham terras bastante no mar e na terra firme, em podiam acomodar-se e fazerem grandes fazendas e propriedades, pedindo para isso sesmarias a quem as podia dar. Seguem-se as mesmas assinaturas do Provimento, acrescento: segue lista de nome”.<sup>144</sup>

A base geo-política da região estava lastreada na aquisição de terras pela forma de sesmarias. A titulação da propriedade a partir desta forma jurídica não estava voltada somente para a ocupação de terras para a produção de bens que podiam ser taxados pela coroa, mas também como demarcação de fronteiras. A posse era dada tendo em vista a efetiva ocupação e não porque a posse prévia de um título público garantisse o direito à ocupação. “Dessa forma, foram inúmeros os

---

<sup>143</sup> **Descrição do Município por Francisco Isidoro Rodrigues da Costa - 1881 - Comarca de Santo Antônio dos Anjos – Laguna.** In DALL'ALBA, João Leonir. **Laguna antes de 1880 – Documentário.** Florianópolis, Lunardelli, 1976. Segundo os funcionários da Biblioteca Nacional o Manuscrito foi escrito a um pedido que a mesma Biblioteca fizera a todas as cidades do país. Poucos, para a felicidade dos sul catarinenses, foram enviados e com tamanha descrição e informações como esse descrevendo Laguna.

<sup>144</sup> Id., *ibid.*, p. 102-103.

que se apossaram de áreas pela ocupação, no dizer da época, ‘mansa e pacífica’, referendadas depois com a concessão da sesmaria”.<sup>145</sup>

É possível afirmar, portanto, que a região sul catarinense, no período anterior à chegada dos imigrantes estava loteada por sesmarias e terras devolutas de propriedade do Estado. De fato, há constantes reclamações referentes à dificuldade de se proceder à medição das terras para a criação da Colônia Grão Pará.

Os primeiros moradores do vale do Braço do Norte foram Pedro Miranda e o senhor Rabelo, na confluência do Tubarão [rio]. Em 1839 cada um requereu do Governo uma légua quadrada, com 1500 braças de frente. Logo tomaram posse. Foi feita uma primeira marcação. Em 1861 fez-se a medição judicial, em que se estabeleceu a linha divisória entre os dois, na direção norte, quando antes a linha seguia a direção noroeste. Estando estas terras encravadas no Patrimônio, isto trouxe não pouca complicações para as medições das terras dos Condes.<sup>146</sup>

Ao chegar o contingente imigrante na região, a posse por sesmarias de parte das melhores terras, vem atestar que vastas áreas de boas terras já estavam nas mãos de grandes proprietários.<sup>147</sup> Contudo, seria errôneo afirmar que tais propriedades eram muito produtivas, e isso, não por causa da fertilidade do solo. Segundo um relatório sobre Laguna, elaborado em 1881 e que de certa forma reflete as condições gerais da região sul catarinense,

[...] é deplorável o estado do comércio. Concorre para isso o isolamento em que se acha esta praça dos centros produtores, por falta de boas estradas e duma barra franca que permita a entrada de navios estrangeiros. Além disso o comércio não tem capitais suficientes, não tem casas bancárias, nem faz operações de descontos de letras, como acontece em outras partes.<sup>148</sup>

Estamos diante de uma posse razoável de terras somada a uma falta de condições de crédito para bancar maiores investimentos. Referindo-se à possibilidade de trazer mão-de-obra da Europa, o relatorista conclui: “Nem diga-se que os agricultores podem mandar vir colonos empregar-se, assim, de iniciativa

<sup>145</sup> FARIA, Sheila de Castro. Verbete Sesmarias. In VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Colonial - 1500-1808**. Rio de Janeiro, Objetiva, 2000. p. 530.

<sup>146</sup> DALL'ALBA, João Leonir. **Pioneiros nas terras dos condes**. Orleans, Lelo, 2003. p. 42-43.

<sup>147</sup> Está totalmente superada certa idéia corrente de que os imigrantes, principalmente os italianos, escolheram terras mais montanhosas porque essas eram mais parecidas com as que deixaram no Itália. Na verdade, excetuando certas regiões bem próximas ao litoral ou nos vales dos rios, todo o sul catarinense é relativamente montanhoso. As maioria das terras mais planas e mais fáceis de cultivo já eram propriedade particular quando esses grupos chegaram.

<sup>148</sup> **Descrição do Município por Francisco Isidoro Rodrigues da Costa - 1881 - Comarca de Santo Antônio dos Anjos – Laguna**. Op. cit., p. 60.

individual. Uma agricultura pobre, sem meios pecuniários, não pode suportar um tão pesado encargo”.<sup>149</sup>

Tal aspecto é importante de ser ressaltado porque comumente, a compreensão do coronelismo típica do nordeste é transposta indevidamente para outras regiões. No sul catarinense há sim a força política dos donos de terras, comumente designados pela historiografia como “oligarquias”. Contudo, a força política dessas famílias se estabelece muito mais pela antiguidade na posse das terras do que por uma riqueza que potencialmente essas propriedades poderiam gerar.<sup>150</sup> O poder local está fundado muito mais num pioneirismo, numa tradição de antiguidade familiar lastreada na posse de sesmarias de terra, que numa riqueza monetária propriamente dita. A terra continua como fundamento do poder, mas não por gerar riqueza econômica ou controle sobre os que não a têm, porém muito mais por gerar uma idéia de nobiliarquia, de conquistador de espaços vazios, de pioneiro das fronteiras do sul.

A região abaixo dos limites do tratado de Tordesilhas, disputada pela Coroa portuguesa e o Império espanhol devido aos interesses geo-políticos desses dois estados, fez com que Portugal e mais tarde o Império brasileiro, abrisse mão de algumas exigências como condição da cessão de sesmarias, de tal forma que o título de propriedade não seria dada somente a quem tivesse condições de investir produtivamente, mas àquele que tomasse posse imediatamente, ou seja, que fosse morar na sesmaria o quanto antes.

Não predominou para as terras de Santa Catarina o critério que a Metrópole empregou em outras regiões do país, no que se prendia à concessão das sesmarias, consistindo em dar preferência aos que, além de condições de nobreza ou fidalguia, dessem provas de uma situação financeira próspera, assegurando assim o desenvolvimento futuro da propriedade.<sup>151</sup>

A força política desses grupos estava mais ligada ao pioneirismo da posse das terras, da antiguidade no povoamento e das forças de poder gerada nesse processo do que em uma condição econômica abastada. O governo colonial e mais

---

<sup>149</sup> Id., *ibid.*, p. 57.

<sup>150</sup> Nessa região, mais do que nunca, vale um comentário de Frei Gaspar da Madre de Deus sobre a imensidão territorial da Colônia Portuguesa da América: “No Brasil, onde a todos se dava de graça mais terra do que lhes era necessário, [...] vive em suma indigência quem não negocia ou carece de escravos”. Citado por MONTEIRO, John Manuel. Op. cit., **Negros da Terra – Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

<sup>151</sup> CABRAL, Oswaldo R. Op. cit., p. 204.

tarde o imperial, habilmente souberam aproveitar interessados em conquistar esta região, independente da nobreza de linhagem ou de capitalização necessária ao empreendimento. Se em outras regiões, o interesse em criar produtos para os mercados europeus exigia famílias com altos cabedais, no litoral catarinense não foi o critério econômico a definir os títulos de posse na forma de sesmarias.

Por isso, os sesmeiros do sul catarinense não eram abastados e se alguns conseguiram se capitalizar o suficiente para se sobressaírem economicamente, foi porque conseguiram adquirir alguns escravos. Via de regra a posse de grande extensão de terras no sul catarinense não está vinculada a grande riqueza econômica.

Quem era rico, tudo tinha escravo. Só os pobres não tinham. Quando veio a alforria, ninguém esperava. Até ali todos compravam e vendiam. Muita gente rica caiu na pobreza. Gente com quatro ou cinco escravos teve que ir trabalhar. Mulheres que nunca haviam trabalhado, tiveram que ir para a roça. Foi uma atrapalhação. Em Tubarão havia uma escravatura grande.<sup>152</sup>

A partir das referências da tradição oral é possível inferir que, as famílias que conseguiram progredir economicamente, o fizeram por que conseguiram mão-de-obra escrava. A esses se associou o poder político.

Lembro bem o tempo dos escravos. Meu avô era rico chefe político. Era o Major Antunes Teixeira. Tinha muita terra, nos campos de Tubarão e nas Águas Mornas hoje Guarda. [...] A casa grande do avô era de pedras. Ao redor havia as casas dos escravos.<sup>153</sup>

Portanto, a base econômica das famílias que administravam o poder político tinha nascido dentro do próprio espaço de conquista do sul catarinense, e não porque já chegaram capitalizados. “Mutáti mutandis”, os sesmeiros nacionais que chegaram na região do vale do Rio Tubarão, décadas antes dos imigrantes, enfrentaram condições tão ou mais desfavoráveis na construção de seu patrimônio quanto os imigrantes que chegavam no final do século XIX. A conquista do espaço, a capitalização das famílias, a articulação política surgida na dinâmica de fixação desses sesmeiros pioneiros tinha-os colocado como os donos do poder local.

<sup>152</sup> Entrevista concedida por MENDES, Amélia. In DALL’ALBA, João, **Pioneiros nas terras dos condos**. Orleans, Lelo, 2003, p. 165. Quando concedeu a entrevista (1969) Dona Amélia Mendes tinha 103 anos. Morou em Tubarão, Braço do Norte, e nos últimos quarenta anos morava em Orleans.

<sup>153</sup> Entrevista concedida por DALSSASO, Dona Leopoldina Antunes. Id., *ibid.*, p. 157.

Diferentemente dos grandes centros exportadores, a região apresentou uma produção voltada para o mercado interno, escravidão de pequena monta e economia diversificada, resultando numa acumulação de pequeno vulto. A urbanização foi tardia em relação ao Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo.<sup>154</sup>

Neste contexto de baixa capitalização, de pouca circulação de mercadoria, espaço escassamente povoado, cercado por florestas, serras e sem vias de transporte terrestre, a única saída era pelo mar. Laguna, há séculos tinha se estabelecido como porto da região. Portanto, ao lado de pequenas propriedades tocadas por trabalho familiar e algumas poucas tocadas por mão de obra-escrava, uma pequena burguesia comercial instala-se na praça de Laguna, capitalizando-se devido à intermediação do excedente da região para praças do Rio de Janeiro e outras cidades. “O principal [porto] é o da cidade, onde ancoram navios, vapores, iates, canoas, lotes, saveiros, lanchas”.<sup>155</sup> “Não há na Província município em que a navegação direta com a praça do Rio de Janeiro seja tão contínua e freqüente”.<sup>156</sup>

Por isso não é estranho os historiadores da cidade de Orleans, sede-sul da Colônia Grão Pará, constatarem.

as primeiras construções foram iniciadas na cidade e os primeiros moradores começaram a chegar, trabalhadores da estrada de ferro, comerciantes, profissionais, funcionários na grande maioria de origem nacional, **provenientes da região de Laguna, principalmente.**<sup>157</sup> (grifo nosso)

E ainda, referindo-se especificamente aos comerciantes: “interessante registrar que todos os industriais e comerciantes pioneiros vieram da Laguna e não de Tubarão a quem Orleans tinha todos os vínculos políticos e administrativos”.<sup>158</sup>

Portanto, se na reconstrução do espaço e das redes de poder político e econômico aí estabelecidas, nos reportamos à história fundacional de Laguna e das modalidades de posse de terra nessas florestas, o fizemos não apenas para mostrar a importância de uma cidade que se tornou ponta de lança de toda a conquista do extremo sul da colônia portuguesa, mas principalmente para mostrar que o poder, econômico e político, no período de fundação da Colônia Grão Pará, provém de

<sup>154</sup> PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul. In PRIORE, Mary Del. (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo, Contexto, 2000. p. 280.

<sup>155</sup> **Descrição do Município por Francisco Isidoro Rodrigues da Costa - 1881 - Comarca de Santo Antônio dos Anjos – Laguna**. Op. cit., p. 31.

<sup>156</sup> Id., *ibid.*, p. 60.

<sup>157</sup> LOTTIN, Jucely. Op. cit., p. 17.

<sup>158</sup> Id., *ibid.*, p. 71.

Laguna e Tubarão. De Tubarão, principalmente, é que vai espriar-se o poder político, tendo em vista que a Colônia Grão Pará pertence ao município de Tubarão.

A forma de organização política dos nacionais que se estabeleceram em Orleans desde o nascimento da Colônia Grão Pará tem suas raízes nos elementos provenientes do bandeirantismo e das particularidades em que o espaço sul catarinense foi se constituindo como vimos analisando. Ressalve-se a constante ligação dessa tradição com o centralismo político estabelecido no Rio de Janeiro, com o qual a praça de Laguna estava em constante contato através das relações comerciais estabelecidas pela burguesia comercial da região.

Num documento de importante valor histórico para a compreensão da cosmovisão política do sul catarinense da segunda metade do século XIX, período da chegada do imigrantes, documento este encontrado pela primeira vez pelo mais sortudo garimpador de documentos históricos do sul de Santa Catarina, Pe. João Leonir Dall’Alba, datado de 1881, elaborado pelo Juiz de Direito de Laguna que presidia a região sob sua responsabilidade jurídica desde 1877, e elaborado a pedido da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, encontramos alguns elementos importantes para uma melhor compreensão política da época.

Neste documento, o Juiz Francisco Isidoro Rodrigues da Costa, ao se referir ao processo de desmembramento de Laguna, afirma que esta

era a Comarca de maior extensão que havia na Província. Infelizmente, porém, a política mal entendida, as conveniências e interesses de alguns, a desídia e os caprichos de outros, fizeram com que se fosse dividindo.<sup>159</sup>

Deixando de lado o fato de a caracterização política se referir ao desmembramento das terras da Comarca como algo que o autor considera prejudicial a Laguna, concretamente estamos diante de uma lista de adjetivações deste processo que nos permitem algumas inferências.

Os processos políticos foram conduzidos pelo interesse de alguns, segundo conveniências pessoais. A referência a “caprichos” e “desídias” sugerem que o exercício político na região estava condicionado a elementos ligados aos interesses do círculo familiar, de vontades particularistas.

---

<sup>159</sup> **Descrição do Município por Francisco Isidoro Rodrigues da Costa - 1881 - Comarca de Santo Antônio dos Anjos – Laguna.** Op. cit., p. 46.

Com efeito, onde quer que prospere e assente em bases muito sólidas a idéia de família, e principalmente família do tipo patriarcal, tende a ser precária e a lutar contra fortes restrições a formação e evolução da sociedade segundo conceitos atuais. [...] Não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público.<sup>160</sup>

A compreensão da gestão política não é entendida na lógica de um Estado autônomo em relação à esfera particular, mas como uma extensão dos próprios interesses particulares. Não são projetos políticos baseados numa ideologia maior que delineariam a escolha de possíveis práticas. É a confiança pessoal, “as conveniências e interesses de alguns, a desídia e os caprichos de outros”<sup>161</sup> que se tornam lastro para definir escolhas e opções políticas.

Na parte em que comenta sobre a “imprensa” local, afirma que “publicam-se atualmente os jornais ‘A Verdade’, folha conservadora, e ‘Município’, órgão do comércio e da lavoura”.<sup>162</sup>

Em relação à rede de comunicações com o resto do Império, o documento faz referência ao telégrafo, como o meio mais moderno de transmissão de notícias:

O município goza do direito de achar-se em comunicação direta com todos os lugares, do Império e fora dele, por meio do Telégrafo. É uma grande vantagem que dá muita importância ao florescente município. A estação de Laguna foi inaugurada em janeiro de 1867, e é a única em toda a comarca.<sup>163</sup>

Em relação às associações, lamenta que “infelizmente o espírito de associação não tem encontrado eco no povo lagunense”.<sup>164</sup>

Há em todo o longo documento de 216 páginas manuscritas, uma velada e constante crítica à centralização imperial, que impede o desenvolvimento fora da zona cafeeira e com isso “A Laguna [...] tem infelizmente vivido esquecida dos cuidados administrativos, devido a uma política mal entendida, que mata as mais nobres aspirações de um povo independente e altivo, como o catarinense”.<sup>165</sup> Nesta

<sup>160</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª. ed., São Paulo, Companhia das Letras, 1995. p. 146.

<sup>161</sup> **Descrição do Município por Francisco Isidoro Rodrigues da Costa - 1881 - Comarca de Santo Antônio dos Anjos – Laguna**. Op. cit., p. 46.

<sup>162</sup> Id., *ibid.*, p. 46.

<sup>163</sup> Id., *ibid.*, p. 47.

<sup>164</sup> Id., *ibid.*, p. 48.

<sup>165</sup> Id., *ibid.*, p. 62.

linha de pensamento, o relator completa afirmando uma confusão entre o poder público e privado de que vínhamos fazendo referência.

Os cidadãos de fortuna e prestígio tratam exclusivamente dos seus interesses. Entendem que em tudo e para tudo deve haver a intervenção do Governo. Estes que assim entendem querem a subordinação do poder público ao privado, a absorção daquele por este. Daí provém a indiferença que todos notam nos lagunenses abastados.<sup>166</sup>

O Estado adquire importância não enquanto ente coletivizador de vontade individuais, mas enquanto ente que deve estar à disposição dos desejos particulares de famílias:

As pessoas mais gradas, digamos a verdade, mostraram uma completa indiferença ao que diz respeito ao bem público. Não ligam muita importância a serviço oneroso e gratuito. Assim vimos que até chega a indiferença a ponto de não exigirem o gozo do direito mais importante do cidadão, qual o de escolher o seu representante no Parlamento. As qualificações correm à mercê das mesas paroquiais. Ninguém se apresenta para reclamar contra qualquer omissão.<sup>167</sup>

Não se percebe a compreensão do Estado como ente autônomo diante do poder privado. Mas com isso não se quer desclassificar essa compreensão patrimonialista do Estado e de escanteio, do poder político. Naquele momento a centralização do II Reinado fazendo com os impostos provinciais fossem direcionados ao Rio de Janeiro, com poucos benefícios para as áreas de onde foram recolhidos, gera uma reação contrária à centralização: a valorização dos poderes locais. Como estes não estão organizados através de partidos, mas pela força de algumas famílias, a tomada de posse de poder é automaticamente confundida com a privatização das rédeas do poder público local.

Não basta a crítica recorrente de que as oligarquias regionais vão se apossar das rédeas do Estado a partir da Proclamação da República. A condição deplorável da economia sul catarinense e o desleixo do Estado na região, sugere que essa confusão entre poder público e privado não é somente consequência da defesa de interesses particularistas, mas uma reação coerente à prática centralizadora do Estado imperial. O Estado é percebido no sul catarinense como um ente que os

---

<sup>166</sup> Id., *ibid.*, p. 62.

<sup>167</sup> DALL'ALBA, João Leonir. **Laguna antes de 1880 – Documentário**. Florianópolis, Lunardelli, 1976. p. 33.

espolia, os enfraquece, retira o impulso dinamizador do progresso, ou seja, na fórmula de Faoro, “o aviltamento das localidades pelo poder central”.<sup>168</sup>

Ao se referir à dificuldade em se calcular a população da comarca de Laguna, assim se expressa o relator.

Determinar-se a população exata num país é um dos problemas mais difíceis para a estatística pela qual, nos parece que a estatística desta comarca está mui imperfeita. Tudo nos induz a crer nesta imperfeição. A instintiva repugnância que todas as classes da sociedade manifestam em misturar os dados e informações que devem servir de base, segundo pensam as classes menos ilustradas, a novos ônus impostos aos povos pelos governantes, e segundo as classes mais ilustradas, como uma desnecessidade ou uma impertinência que afeta as relações do lar doméstico, é a causa de não se saber, em geral, com exatidão, qual a população do Brasil.<sup>169</sup>

Numa política de Estado caracterizada pelo centralismo, as elites regionais e locais irão articular uma forma de compreensão do poder que passe diretamente pelos interesses desses grupos. As condições de possibilidade dessa compreensão do poder não é dada por uma simples busca de poder local e regional, mas como reação natural à organização do poder político do Estado no Império Brasileiro. O poder político em base local que percebemos neste documento, já configura mais uma compreensão federativa, antevendo o tipo de organização política após a instauração da República. É a revanche do poder privado. De um Estado centralizador e pessoal (Imperador) para um baseado na força das oligarquias locais e regionais. Apesar de ser elaborado oito anos antes do fim do Império, o documento revela uma demanda federalista reprimida. As condições de possibilidade do poder político, na visão das famílias mais poderosas do sul catarinense, foi gerada pela consciência de uma exploração longa e contínua, filha do demasiado centralismo.

Em 1881, por ocasião da construção da Estrada de Ferro Tereza Cristina, e portanto, dois anos antes da chegada dos primeiros imigrantes à Colônia Grão Pará, a força política de Laguna e Tubarão pode ser percebida de forma contundente na articulação que fizeram para que o traçado da estrada de ferro seguisse os interesses desses dois municípios. Tendo conseguido o financiamento para a construção da estrada de ferro e para a exploração do carvão mineral, cuja jazida,

---

<sup>168</sup> FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3ª ed., São Paulo, Globo, 2001. p. 503.

<sup>169</sup> **Descrição do Município por Francisco Isidoro Rodrigues da Costa - 1881 - Comarca de Santo Antônio dos Anjos – Laguna**. Op. cit., p. 62.

segundo investigações técnicas ficava nas cabeceiras do Rio Tubarão, o Visconde de Barbacena encarrega a empresa James Perry e Cia. para a construção da malha ferroviária. Ora, todo e qualquer traçado que objetive a construção de uma via de transporte, fundamentalmente se baliza na economia dos custos que, na prática, significa um traçado mais curto e que fuja das dificuldades impostas pela geografia.

O traçado escolhido mostra como o critério do menor custo foi vencido pela conveniência dos interesses de Laguna e Tubarão. Uma estrada de ferro, naquela época o mais moderno meio de transporte, era um privilégio de pouquíssimas regiões do Império e, portanto, deveria levar em conta o potencial de desenvolvimento que podia gerar em seu trajeto. Contudo, não era o Estado que estava financiando o projeto, apenas deu garantias aos capitais ingleses. Era um empreendimento privado e regulado por interesses dos acionistas. Dessa forma, os interesses da região estavam subordinados aos interesses do investimento particular, e a conveniência de uma estrada de ferro passando por esta ou aquela cidade tinha um poder relativo no momento de definição do traçado.

Tendo sido construída para o transporte de carvão da região das minas,<sup>170</sup> uma breve análise do ponto de partida, o Porto de Imbituba,<sup>171</sup> e o ponto de chegada, a região das minas nas cabeceiras do Rio Tubarão, demonstra que o caminho mais curto e portanto menos oneroso passaria pelo meio das terras do Patrimônio Dotal e não seguindo as margens do Rio Tubarão, como de fato foi construída. Some-se a isso as conhecidas e violentas enchentes desse rio que recolhe a água de dezenas de afluentes pequenos, médios, e grandes, desde a Serra do Mar até o litoral. Portanto, do ponto de vista técnico, as características do rio não aconselhariam uma estrada de ferro seguindo seu traçado.

A obstinação no traçado seguindo o Rio Tubarão onerou em muito a construção da estrada de ferro como se pode perceber nos aproximadamente um quilômetro e trezentos metros da “Ponte da Cabeçuda”,<sup>172</sup> as várias pontes para cortar os tributários do Rio Tubarão, e as dunas do litoral que exigiram a construção de longos diques para evitar que a areia adentrasse nos trilhos.<sup>173</sup> A todas essas

---

<sup>170</sup> Atualmente a localidade se chama Lauro Müller.

<sup>171</sup> A cidade de Laguna, apesar de ter uma bela laguna, sua beleza não era proporcional à sua profundidade; seu porto, que recebia pequenos barcos não tinha profundidade suficiente para o calado dos enormes navios cargueiros, necessários para o transporte de carvão, ao contrário de Imbituba.

<sup>172</sup> Conferir imagem em anexo – Ponte da Cabeçuda.

<sup>173</sup> Conferir mapa em anexo – Vale do Rio Tubarão.

contra-indicações técnicas some-se o fato de que o traçado ficaria muito mais longo e, portanto, bem mais caro.

Independente dos elementos técnicos que sugerem um traçado diferente, o traçado escolhido para a *“The Donna Thereza Cristina Railway Company Limited”*, foi aquele que coincidia com os interesses de Laguna e Tubarão, o que evidencia a força política dessas localidades. Mas, a força política que conseguiu mudar a execução de projetos não pode determinar a mudança das condições da natureza. De fato, esta cobrou alto tributo à decisão política. “Em 18 de maio de 1887<sup>174</sup> houve uma grande enchente que destruiu todas as três pontes de Orleans para cima, além da grande Ponte da Passagem em Tubarão”.<sup>175</sup> O trajeto de Imbituba até a região das minas só foi reconstruído em toda sua extensão somente a partir de 1916. Durante 20 anos o trem tinha como Estação final de seu trajeto a localidade de Orleans, no extremo sul da Colônia Grão Pará. Durante este período o transporte na estrada de ferro ficou restrito a passageiros e produtos das colônias localizadas ao longo do vale do Rio Tubarão. O preço definitivo e final da decisão política foi cobrado na enchente de 1974 que destruiu a economia sul catarinense e todos os trilhos ao longo do Rio Tubarão.

Segundo o Relatório Leslie de 1881, o chefe da Comissão, Sr. Charles Michels Leslie, encarregado de levantar dados sobre a região do Patrimônio Dotal a fim de se iniciar a colonização da região, também percebeu que o trajeto defendido pelos interesses de Laguna e Tubarão, além dos problemas técnicos, não seria tão conveniente para os interesses do Conde d’Eu, proprietário do Patrimônio Dotal, e do Comendador Caetano Pinto, encarregado por contrato pela colonização desta área do Patrimônio. Cioso de evitar qualquer ponto de atrito com os interesses locais, observa:

Sem condenar o atual traçado, acham os relatores que a estrada Dona Tereza Cristina teria maiores proveitos passando por Braço do Norte e cortando o Patrimônio, pois teria evitado as enormes obras de arte da Cabeçuda e as pontes sobre o Tubarão.<sup>176</sup>

Esse relatório foi analisado profundamente pelo Comendador Caetano Pinto Júnior e Conde d’Eu pouco antes de decidirem a colonização do território. Portanto,

---

<sup>174</sup> Três anos após a inauguração.

<sup>175</sup> LOTTIN, Jucely. Op. cit., p. 26.

<sup>176</sup> **Relatório do engenheiro Charles Mitchel Smith Leslie - 1º de agosto de 1881.** Arquivo do Museu da Imigração Conde D’Eu, Orleans, Santa Catarina.

é plausível admitir que deve ter havido, da parte de Princesa Isabel e Conde d'Eu, alguma influência para que o traçado passasse pelo interior de suas terras, até porque, mesmo os argumentos técnicos estavam a seu favor. Essa possibilidade vem endossar ainda mais a força política de Laguna e Tubarão tendo em vista que o traçado escolhido foi o indicado por essas localidades.

As exigências de racionalidade administrativa de investimentos privados de tal monta não teriam dado tanta importância aos interesses de Laguna e Tubarão, até relevando critérios técnicos, não fosse a capacidade de articulação política dessas localidades. Pode-se perceber que, no mesmo período da chegada dos imigrantes, os dois municípios que territorialmente aglutinavam todo o espaço sul catarinense, articularam suas exigências diante do Governo da Província e do Império, e conseguiram sobrepor os interesses dos investidores particulares aos interesses de suas localidades, numa enorme demonstração de força política. Tubarão, o primeiro município a desmembrar-se de Laguna em 1870,<sup>177</sup> contará com um maior crescimento econômico com a chegada da Estrada de Ferro e com o povoamento de seu vasto território por centenas de famílias européias. Todo esse processo não podia fugir do controle político de Tubarão.

Esse controle, entretanto, se dá segundo os padrões políticos de apadrinhamento de interesses e de favores pessoais. Um *módus operandi* que irá aos poucos se contrapor às exigências políticas que nascerão com a chegada de novos modelos produzidos no interior da região de colonização. Quando a República chegar com sua vertente de federalização política que permitirá a exacerbação dos poderes locais e regionais,<sup>178</sup> Tubarão lançar-se-á de forma mais contundente no exercício de controle político da região, cuja revolta dos imigrantes é um forma de reação.

---

<sup>177</sup> Do Município de Tubarão irá nascer o Município de Araranguá, Urussanga, Orleans, e estes, se dividirão em muitos outros Municípios. Esta pequena genealogia intenciona mostrar de onde brota a força centrípeta da região do vale do Rio Tubarão. Se Laguna é a célula máter de todo o sul de Santa Catarina, Tubarão se tornará a mãe de todos os municípios que nascerão até o costão da Serra Geral.

<sup>178</sup> Como também uma mudança da política de imigração: "A sistemática instituída desde o Império é mudada com a Constituição de 1891 que passa o domínio das terras devolutas para os Estados e pela lei orçamentária de 1894, pela qual imigração e colonização são atribuições dos Estados, como queriam os federalistas que lutavam pela descentralização desses serviços". Na prática "representou a impossibilidade da maioria dos Estados de continuar participando do processo imigratório". In PETRONE, Maria Tereza Schorer. Imigração. In HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **História da Civilização Brasileira – O Brasil Republicano**. Tomo III, Volume 2, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997. p. 98.

O crescimento das áreas urbanas do sul catarinense, principalmente a partir de 1850, esteve ligado ao fato de sua economia ter se tornado subsidiária da economia agro-exportadora do sudeste cafeeiro. Talvez subsidiária seja demais, pois, devido à enorme extensão da economia brasileira, os produtos do sul catarinense, basicamente alimentos, podiam muito bem ser adquiridos em outro lugar. O sul catarinense precisava muito mais do resto do país, do que este da região: ou se conseguia vender algum excedente nas grandes praças consumidoras, ou a região se reduziria a uma economia de subsistência. Reproduzia-se vegetativamente, mas por falta de entrada de capital, não criava-se condições de desenvolvimento.

Contudo, com o aumento do consumo e do valor do café nos mercados internacionais, a mão-de-obra escrava foi dirigida para essas regiões, o que provocou uma maior procura de alimentos, que na relação entre valor e demanda gerou a elevação dos preços. Os fazendeiros que durante décadas minguavam numa economia de subsistência tiveram a chance de produzir alimento para o mercado interno, fazendo surgir um grupo de pessoas mais abastadas na litoral sul catarinense. O controle dos mecanismos de poder, portanto, irão adquirir um status diferente. Estarão ligados à possibilidade de, além de continuarem vendendo seus produtos para os centros cafeeiros, terem o controle também da produção que vai ser gerada pelos imigrantes que chegavam. Mais do que nunca, os grupos nacionais da região sabem da importância da produção de alimentos e da riqueza que lhes foi auferida por coordenarem a produção e o comércio desses produtos.

O Relatório Leslie de 1881 refere-se a “amigos”, “parentes”, “comerciantes” da vila de Tubarão, que, segundo a própria percepção do relatorista, tinham objetivos bem claros quanto à forma e as intenções que brotavam da colonização daquelas terras dentro do Município de Tubarão:

Sempre empenharam-se o Senhor Collaço, amigos, parentes, comerciantes da vila de Tubarão, para começar a colonização somente pelo caminho do Oratório, extremidade sul do Patrimônio, e ir caminhando para o centro e norte, até Capivari. Assim Tubarão ficaria entreposto obrigatório das transações comerciais.<sup>179</sup>

---

<sup>179</sup> **Relatório do engenheiro Charles Mitchel Smith Leslie - 1º de agosto de 1881.** Arquivo do Museu da Imigração Conde D’Eu, Orleans, Santa Catarina.

A chegada dos imigrantes iria exigir uma rearticulação das forças para que esses grupos continuassem a disciplinar as relações econômicas segundo as conveniências dos seus objetivos, como parece deixar concluir uma das reclamações dos revoltosos de Orleans em 1923: “exaurida pelos impostos e pelas contribuições exageradas que a Superintendência exigia ameaçadora, a população do interior resolveu fazer, um dia, uma reclamação pacífica. Lavradores, em sua maioria colonos, dirigiram-se a Orleans”.<sup>180</sup>

Sendo a riqueza produzida na área rural, local onde também moravam essas famílias, a vila de Tubarão funcionava como um entreposto de negociação política e “entreposto obrigatório das transações comerciais”.<sup>181</sup> O controle das relações de poder, tinha o seu palco situado na região urbana. “Meu avô possuía muitas plantações de café [...]. Possuía também muito gado [...]. Tinha uma casa também em Tubarão. Uma casa grande, para os lados do grupo. As salas eram enormes, quase do tamanho de uma casa. Estavam sempre cheias de políticos”.<sup>182</sup>

Essas famílias tinham grandes extensões de terras, terras da melhor qualidade e menos sujeitas às agruras de relevo, mas cuja falta de braços não gerou oligarquias economicamente fortes. Tinham condições econômicas melhores, acima da média, numa comparação local, mas não se capitalizaram o suficiente para gerar grandes riquezas particulares a modo da região do café.

Além disso, essas famílias com poder político e econômico local, não tinham condições de direcionar os imigrantes como mão-de-obra assalariada para suas terras. Não conseguiram capitalizar-se o suficiente para investir em mão-de-obra maciça numa economia que gerava pouca circulação de excedente. O assalariamento para produção de excedente era uma condição restrita aos círculos cafeicultores do sudeste. “Nem diga-se que os agricultores podem mandar vir colonos empregar-se, assim, de iniciativa individual. Uma agricultura pobre, sem meios pecuniários, não pode suportar um tão pesado encargo”.<sup>183</sup>

Convém ressaltar, como tantas vezes já fizemos neste trabalho, que não estamos aqui diante de uma conspiração planejada por um grupo para explorar

---

<sup>180</sup> OLIVEIRA, João de & BARRETO, Alexandre. Op. cit., p. 14.

<sup>181</sup> **Relatório do engenheiro Charles Mitchel Smith Leslie - 1º de agosto de 1881.** Arquivo do Museu da Imigração Conde D’Eu, Orleans, Santa Catarina.

<sup>182</sup> Entrevista concedida por DALSSASO, Dona Leopoldina Antunes. In DALL’ALBA, João, **Pioneiros nas terras dos condes.** Orleans, Lelo, 2003. p. 158.

<sup>183</sup> **Descrição do Município por Francisco Isidoro Rodrigues da Costa - 1881 - Comarca de Santo Antônio dos Anjos – Laguna.** Op. cit., p. 56.

outro. São contextos que vão mudando, novas pessoas chegando, e dinâmicas de poder necessitando de mudanças para que interesses sejam mantidos.

Numa região parcamente habitada e caracterizada por uma subutilização da terra pela carência da mão-de-obra e pelas dificuldades de escoamento da produção, o exercício político do poder se tornava extremamente rarefeito. O controle político não se fazia pelo controle do acesso à propriedade de terra, até porque havia muita terra devoluta que poderia ser requerida ao Governo pelos interessados. Nesse sentido, concordamos plenamente com Victor Nunes Leal ao se referir no início do seu clássico, “Coronelismo, enxada e voto que, “dadas as peculiaridades locais do ‘coronelismo’ e as suas variações no tempo, o presente estudo só poderia ser feito de maneira plenamente satisfatória, se baseado em minuciosas análises regionais, que não estava ao nosso alcance realizar”.<sup>184</sup> De fato, se por um lado era o compadrio, as relações afetivas e pessoais a fundarem as fidelidades no exercício do poder, não é possível afirmar categoricamente que a infra-estrutura material que sustenta esse tipo de relações de poder em outras regiões do país seja o mesmo no sul catarinense.

Se de um lado o fundamento do poder do coronel é a riqueza auferida na produção de suas terras, bem como a posse do latifúndio que, gerando relações de dependência, torna a massa de desterrados suscetíveis aos seus interesses, no sul catarinense nem um dos dois elementos principais parece caracterizar o coronel porque não estão presentes com a mesma virulência de outras regiões. Percebemos a manifestação do poder político muito mais como uma forma de expressar uma diferenciação social numa região sem grandes diferenças econômicas. As relações de poder se manifestando como diferenciação nobiliárquica e não como objetivação direta de uma estrutura material desigual. As peculiaridades do processo de conquista do espaço sul catarinense estão fundando relações de poder peculiares de tal forma que, até o uso de conceitos como “coronel”, “coronelismo”, devem ser usados de forma bastante matizada.

Ao chegarem os imigrantes, o poder da região do Rio Tubarão estará loteado por famílias que, se não economicamente ricas, são proprietárias de extensões de terras razoáveis, adquiridas na forma de sesmarias, as quais tomaram posse por herança, ou mesmo compradas a partir de uma capitalização incipiente. Não é mera

---

<sup>184</sup> LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto – O município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo, Alfa-omega, 1986. p. 20.

coincidência o irromper violento de lutas por poder em Orleans, na década de 1920. São típicas dos estertores de um sistema que não podendo mais manter-se a partir das novas configurações sociais e políticas geradas pela chegada dos imigrantes, vai utilizar dos meios mais violentos ao seu alcance. Em Orleans o modelo personalista de poder vai manifestar-se com uma reação extremamente violenta à revolta dos imigrantes e seus descendentes. Não era para menos, pois em Orleans “até os mortos votavam [...] Orleans gostava de política”.<sup>185</sup>

### 3.3 A Colônia Grão Pará<sup>186</sup>

As terras da Colônia Grão Pará compreendiam parte do dote de casamento oferecido pelo Império à Princesa Isabel. Quando casou-se com Conde D’Eu em 1864 foi estabelecido pelo Parlamento do Império a dotação que receberia a princesa. O Contrato Matrimonial estabelecia, sem quantificação, um patrimônio em terras devolutas. Supomos que por motivos relacionados ao início e prolongando estado de guerra com o Paraguai a partir de 1865, a localização bem como a quantia em léguas desse patrimônio dotal só foi definido em 1870. De fato, após a desistência do Duque de Caxias em continuar a campanha do Paraguai, pois os exércitos paraguaios estavam derrotados e a guerra havia se reduzido à procura de Solano Lopez pelo interior de seu país, Conde D’Eu foi enviado para substituí-lo na coordenação geral das tropas brasileiras.

Conforme a Lei 1.904 de 1870 havia a determinação de que o patrimônio fosse constituído de 98 léguas quadradas de terras a serem escolhidas nas Províncias de Santa Catarina e do Sergipe, sendo que cada Província deveria oferecer 49 léguas. Na Província de Santa Catarina uma das áreas escolhidas para compor parte do Patrimônio Dotal estava situada no vale do Rio Tubarão, área que daria origem, mais tarde, à Colônia Grão Pará. Apesar da constante falta de

---

<sup>185</sup> Entrevista concedida por SPECK, José. In DALL’ALBA, João Leonir. **O vale do Braço do Norte**. Orleans, edição do autor, 1973. p. 211.

<sup>186</sup> Conferir Anexo 2 e 3. A colônia foi nomeada de “Grão Pará” em homenagem a D. Pedro, primogênito da Princesa Isabel e Conde d’Eu. “Príncipe do Grão Pará”, era título que lhe deu a Constituição do Império por ser o primeiro filho da Princesa Isabel e Conde d’Eu e, portanto, na linha dinástica, herdeiro ao Trono. Cf. CASCUDO, Luiz da Câmara. **Conde d’Eu – 1842-1922**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1933. p. 141.

financiamento do Estado para pagar os profissionais que deveriam demarcar as terras, exigência legal para viabilizar a tomada de posse já que eram terras devolutas, em 1875 é apresentado definitivamente o tombamento de 12 léguas de terras compreendidas entre o Rio Tubarão e seu afluente, o Rio Braço do Norte. A partir da Lei de Terras de 1850 nenhuma terra devoluta podia ser adquirida gratuitamente.

É interessante ressaltar que antes de se dirigirem para o vale do Rio Tubarão, a comissão encarregada da medição havia indicado 12 léguas numa região próxima, conhecida como vale do Rio Araranguá.<sup>187</sup> Segundo relatório do engenheiro Greenhaldgh de 1873, “terrenos de muito inferior qualidade. Pântanos insalubres. Falta de vias de comunicação. Há duas sesmarias no meio”.<sup>188</sup> Diante dessas observações do chefe da comissão de medição, optou-se pela região do vale do Rio Tubarão. Assim, em 1875 é entregue o “Tombamento Topográfico das Terras Patrimoniais de Sua Alteza Imperial e seu Augusto Esposo”.<sup>189</sup>

Contudo, parece que os moventes que determinaram a escolha pelo vale do Rio Tubarão estavam ligados às notícias sobre projetos de exploração de carvão a serem realizados nas cabeceiras deste rio. Apesar de há décadas pesquisadores sugerirem a presença de carvão mineral,<sup>190</sup> não houve nenhuma interesse, ou talvez coragem de investidores nacionais ou estrangeiros, em colocar capital na empreitada.

O interesse pelo carvão, tendo em vista o desenvolvimento da Revolução Industrial e a insistência nos prováveis lucros advindos, vai ser definitivamente implementado com medidas práticas de exploração a partir de 1861 com Felisberto Caldeira Brant Pontes, conhecido na Corte como Visconde de Barbacena. Este celebrou com o governo imperial um contrato para exploração de carvão nas nascentes do Rio Tubarão, recebendo o direito de posse sobre duas léguas de terra. Há enormes dificuldades em se conseguir capital para iniciar a empreitada, pois

---

<sup>187</sup> Conferir mapa do Anexo 2 onde se encontra a região que compreendia o Município de Araranguá a partir de 1880, ano em que separou-se do Município de Tubarão.

<sup>188</sup> Cf. **Tombamento Topográfico das Terras Patrimoniais de Sua Alteza Imperial e seu Augusto Esposo**. Arquivo do Museu da Imigração Conde D’Eu, Orleans, Santa Catarina.

<sup>189</sup> Cópia deste documento está no Arquivo do Museu da Imigração Conde D’Eu, Orleans, Santa Catarina.

<sup>190</sup> “Há pouco mais ou menos 50 anos que os tropeiros que atravessavam os sertões para chegar, quer aos campos de Vacaria, quer a Lages, quer a Curitiba, acharam, no caminho, pedras pretas que queimavam”. Conforme o caderno impresso **Minas de Carvão-de-Pedra em Santa Catarina** de 1841, escrito por um tal de Dr. Parigot. In DALL’ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p. 333.

ainda em 1871, portanto 10 anos após a assinatura do contrato de intenções com o governo Imperial, há documento comprovando a renovação o acordo.

Atendendo ao que me requereu o Visconde de Barbacena, e tendo ouvido a secção de negócios do Império, do Conselho do Estado, exarado em 20 de setembro do ano passado, hei por bem prorrogar por mais um ano, contando do dia vinte de abril próximo futuro, o prazo fixado na condição 7<sup>a.</sup>, do Decreto Nº 2.737, de 6 de fevereiro de 1861 e espaçado pelo Decreto Nº 4.085, de 25 de janeiro de 1861, para organização da companhia destinada a lavrar as minas de carvão-de-pedra, sitas na margem do Passa Dois<sup>191</sup>, na Província de Santa Catarina.<sup>192</sup>

Depois de anos de tentativas, Visconde de Barbacena conseguiu convencer capitalistas ingleses do grande potencial carbonífero da região. Desses contatos formou-se duas empresas financiadoras do projeto de extração do carvão do sul da província catarinense. Uma empresa financeira a construção da Estrada de Ferro Imperatriz Tereza Cristina<sup>193</sup> e outra financeira a exploração do carvão.<sup>194</sup> Uma financeira o transporte e outra a exploração. O capital inglês teria como avalista do investimento o próprio governo Imperial, que iria bancar os juros do capital investido.

Como o transporte do carvão deveria ser feito das cabeceiras do Rio Tubarão até litoral no Porto de Imbituba<sup>195</sup>, próximo da cidade de Laguna, o traçado da estrada de ferro forçosamente passaria próximo às terras do Patrimônio se a área fosse escolhida nessa região. Portanto, a mudança de localização das terras do Patrimônio Dotal do Conde e da Condessa D'Eu para as margens do Rio Tubarão estava diretamente ligada às notícias de exploração de carvão-mineral na região. As terras iriam adquirir melhor valor e qualquer projeto de exploração agrícola das seria facilitado pela proximidade de uma estrada de ferro.

Com certeza essas informações sobre exploração de carvão no sul de Santa Catarina eram ventiladas na Corte, até porque há um Decreto de 1872, assinado pela própria Princesa Isabel, prorrogando o contrato entre o Visconde de Barbacena e o Império para a ereção da companhia de exploração carbonífera. Não por mero acaso, no mesmo ano que foi iniciada a construção da estrada de ferro,<sup>196</sup> Conde

<sup>191</sup> "Passa Dois" era o nome dado ao Rio Tubarão nos primeiros quilômetros de sua extensão a partir de sua nascente

<sup>192</sup> **Decreto Nº 4.685 de 30 de janeiro de 1871.** In DALL'ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans.** Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p. 345.

<sup>193</sup> The Donna Thereza Cristina Railway Company Limited.

<sup>194</sup> The Tubarão Coal Mining Company.

<sup>195</sup> Único com profundidade adequada para a atracação de navios de grande porte.

<sup>196</sup> Em 1881.

d'Eu interessou-se por organizar uma colônia nessas terras do Patrimônio Dotal em parceria com o Comendador Caetano Pinto,<sup>197</sup> que já havia feito vários contratos para a colocação de imigrantes europeus no Rio Grande do Sul. Em 1881 dá-se o início da construção da Estrada de Ferro Imperatriz Tereza Cristina,<sup>198</sup> num trajeto de 120 Km entre o Porto de Imbituba e a estação da região das minas, sendo inaugurada em 1884, no ano seguinte à chegada dos primeiros imigrantes na Colônia Grão Pará.

O total das terras que deveriam fazer parte do Patrimônio Dotal conforme contrato de casamento estava estipulado em 98 léguas. Somente em 1888 a medição total do patrimônio devido aos Condes foi formalmente entregue. Com exceção das doze léguas que compreendiam a Colônia Grão Pará, o casal D'Eu não chegou a lucrar com as 98 léguas do Patrimônio Dotal espalhadas pelo território do Império, pois, no ano seguinte à entrega do total das terras do Patrimônio Dotal à qual tinham direito, houve a Proclamação da República através de um golpe militar. A família imperial foi exilada, e o Governo Provisório a partir do Decreto de 21 de abril de 1890 desapropriou os bens do casal D'Eu, incorporando o Patrimônio Dotal como bem de caráter público da nascente República brasileira. Somente em 1920 o Presidente da República, Epitácio Pessoa, revogou o Decreto de 1889, pelo qual o Governo Provisório baniu do território nacional a família reinante. O Conde d'Eu, a Princesa Isabel, os filhos e netos, todos podiam voltar à terra brasileira. Como resultado em 8 de janeiro de 1921, a Princesa Isabel e Conde d'Eu retornaram pela

---

<sup>197</sup> O Comendador Caetano Pinto Júnior era proprietário da firma “**Caetano Pinto & Irmão**”. A empresa era formada por agentes espalhados em regiões da Europa que tinham o potencial de oferecer interessados em ir para a América. Foi uma das empresas que mais introduziu imigrantes no Brasil. Devido a uma estratégia de aliciamento extremamente capilar, o Comendador tinha agentes que iam nas vilas alemãs e italianas fazer propaganda em praça pública, com distribuição de folhetos que exageravam as boas condições que os imigrantes iam encontrar no Brasil. No Arquivo do Museu da Imigração Conde D'Eu em Orleans –SC, encontramos informações detalhadas dos problemas que a empresa enfrentou ao tentar convencer os imigrantes. Entre outras: “Em Roma, chegaram a informar o Ministro que, em Santa Catarina, morriam os colonos de peste, como moscas”. Em 1881, depois de ter enviado centenas de imigrantes para o Brasil, principalmente para colônias no Rio Grande do Sul, como “Caxias”, “Conde d'EU”, e outras, soube do interesse de Princesa Isabel e Conde d'Eu de estabelecerem uma colônia nas terras do Patrimônio Dotal que estavam situadas no vale do Rio Tubarão. Dessa forma, em 15 de novembro de 1881, assinou em Paris um contrato de colonização dessas terras. Segundo o Artigo 1º desse Contrato: “São postas à disposição de Joaquim Caetano Pinto, para serem vendidas aos colonos, doze léguas de terras de seu patrimônio”.

<sup>198</sup> Tereza Cristina Maria, irmã do rei Fernando II do Reino das Duas Sicílias, casou-se por procuração com Dom Pedro II. “Tereza era Bourbon por parte de três de seus avós, Habsburgo por parte da outra avó. Não sendo a família dela muito abastada, seu dote era, portanto, minguado”. In SCHWARCZ, Lília Moritz. **As barbas do Imperador – Dom Pedro II, um monarca nos trópicos**. 2ª ed., São Paulo, Companhia das Letras, 2000. p. 92.

primeira vez ao Brasil depois do exílio, trazendo os despojos da Imperador Dom Pedro II e da Imperatriz Tereza Cristina.<sup>199</sup>

As doze léguas medidas na região do vale do Rio Tubarão, entretanto, não foram incorporadas aos domínios do Estado porque poucos dias antes da assinatura do Decreto de 21 de novembro de 1890, ou seja, no dia 8 de novembro de 1890 as terras foram vendidas à Empresa Industrial Colonizadora do Brasil sediada no Rio de Janeiro. A partir da Proclamação da República as terras do Patrimônio Dotal tornam-se propriedade da Empresa de Terras e Colonização. Mais do que nunca, os critérios de um empreendimento de alto custo, como foi todo o processo de constituição dessa colônia irá exigir retorno financeiro e algumas mudanças serão sentidas: “Até que pertencia aos Príncipes, atendia também situações sociais, sendo a única autoridade em seu território. Mantinha um serviço de enfermeiros que percorriam a Colônia Grão Pará, atendendo aos doentes”.<sup>200</sup> A condição jurídica de colônia, com as prerrogativas advindas, havia sido perdida em 1888 quando o território que compreendia o Dote Patrimonial tornou-se Distrito de Tubarão. “Afinal as terras eram da Princesa Regente, futura Imperatriz do Brasil. Mesmo sem querer favorecer diretamente a colônia, só o nome dava-lhe um status especial entre as colônias”.<sup>201</sup>

A fim de facilitar a venda de lotes, a circulação do excedente produtivo e a administração do processo de assentamento, decidiu-se pela ereção de algumas sedes, estrategicamente construídas na Colônia Grão Pará. Eram uma espécie de pequenas vilas, com uma infra-estrutura básica de comércio e assistência aos colonos. É dentro dessa dinâmica administrativa que surge a localidade de Orleans.

A Empresa de Terras e Colonização sabia que a localização dos imigrantes sem uma estrutura que permitisse o comércio do excedente poria em risco toda a política da Empresa que era vender terras: “os lotes serão vendidos aos colonos por título de propriedade. [...] São documentos oficializados. Desta maneira vem a ser o colono um proprietário, e nunca um mero arrendatário de terras. O fim da Empresa é

---

<sup>199</sup> Cf. CASCUDO, Luiz da Câmara. Op. cit., p. 148-149. Conde d'Eu morreu em alto mar, à bordo do navio Massília a 28 de agosto de 1922 quando voltava pela segunda vez ao Brasil a fim de participar dos festejos do Centenário da Independência do Brasil. Seu corpo chegou ao Rio e foi exposto na Igreja da Santa Cruz dos Militares, sendo, após alguns dias reembarcado para a França onde foi enterrado.

<sup>200</sup> DALL'ALBA, João Leonir. **O vale do Braço do Norte**. Orleans, edição do autor, 1973. p. 290.

<sup>201</sup> DALL'ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p. 395.

o vender, não de mandar cultivar estes terrenos”.<sup>202</sup> Não adiantaria colocar famílias no meio de florestas sem condições de comercialização. Levando-se em conta que a Estrada de Ferro Tereza Cristina margeava a extremidade sul da Colônia Grão Pará<sup>203</sup> era importante que uma vila a ser fundada ficasse ao lado da ferrovia pois facilitaria o escoamento de produtos.

Além disso, depois de certo trecho, a estrada de ferro enfrentava uma seqüência de pontes, e portanto, era prudente situar essa sede próxima à estrada de ferro, mas antes das pontes devido a violência das enchentes da região.<sup>204</sup> No dia 26 de dezembro de 1884 uma comitiva que acompanhou a primeira visita de Conde d’Eu às terras da Colônia Grão Pará e que estava viajando pela recém inaugurada Estrada de Ferro Tereza Cristina, passou por um local que se encaixou perfeitamente nos critérios estabelecidos para a ereção da sede sul da Colônia. Do ponto de vista físico, o sítio escolhido é um aglomerado de morros, difícil de construir um traçado para as ruas, e portanto, não muito conveniente para a construção de centro urbano.<sup>205</sup> Mas parece que a prudência prevaleceu na escolha do local. O nome da localidade já havia sido escolhido tendo em vista que uma sede na parte sul da Colônia Grão Pará já havia sido prevista nos projetos. Foi uma homenagem à família do Conde d’Eu que pertencia à dinastia d’Orleans.

Mal havia se estabelecido o traçado urbano, relatórios nos informam que os primeiros interessados em comprar lotes urbanos são comerciantes nacionais. “Há uma lista dos primeiros compradores de lotes urbanos: o primeiro é Francisco de Oliveira Souza, que também foi o primeiro comprador de lotes na Colônia. Depois vem Marcolino Cabral, João José Nunes Teixeira, João Silvério, todos com a intenção de colocar casa de negócios”.<sup>206</sup>

---

<sup>202</sup> **Condições da Colônia.** Arquivo do Museu da Imigração Conde D’Eu, Orleans, Santa Catarina.

<sup>203</sup> Conferir mapa do Anexo 3.

<sup>204</sup> Pelo menos até a enchente de 1887. Após essa devastadora enchente que destruiu todas as pontes depois de Orleans, por sinal, prevista no Relatório Leslie de 1881, o traçado permaneceu como no Anexo 3. A virulência dessa enchente só é comparável historicamente à que aconteceu em 1974.

<sup>205</sup> “Orleans deve ser grata a este agrimensor Berlink [...]. É difícil imaginar que alguém seja capaz de numa época em que não existia nem o projeto do automóvel, somente carroças e carros de boi traficavam em nossa terra, alguém tivesse a capacidade de planejar avenidas tão largas, numa área excessivamente montanhosa, capazes de suportar até hoje o trânsito dos veículos de cargas e passageiros inventados ao longo deste século”. In n LOTTIN, Jucely. **Orleans 2000 – História e desenvolvimento**, Florianópolis, Elbert, 1998, p. 39.

<sup>206</sup> DALL’ALBA, João Leonir, **Pioneiros nas terras dos condes**, Florianópolis, Imprensa Oficial, 1971, p. 112.

### 3.4 A Empresa de Terras e produção do espaço

Sempre trabalhando com a premissa de que a peculiaridade da organização do espaço humano dos imigrantes e nacionais irá estabelecer alguns padrões de sociabilidade que irão influenciar a perspectiva das relações de poder dessas comunidades, estabelecemos intencionalmente no processo de produção do espaço sul catarinense um lugar à parte para a Empresa de colonização da Colônia Grão Pará. A venda dos lotes, a escolha dos sítios para áreas urbanas da colônia foram definidos pela política da empresa. Essa política de venda de terras, que se guiava por conveniências ditadas por critérios econômicos, trouxe conseqüências para a dinâmica da formação do espaço pois estabeleceu uma dispersão humana na área colonial, que por sua vez determinou uma dificuldade de integração das comunidades de imigrantes. A política de venda de terras determinava um padrão rural de ocupação, forçando um desenvolvimento paralelo desses grupos humanos em relação aos nacionais, aguçando características identitárias e possibilitando então a formação de uma cosmovisão política com aspectos diferentes à dos grupos humanos que no sul catarinense habitavam a mais tempo e região.

A historiografia sobre imigração é pródiga em analisar a imigração européia como ligada à necessidade de mão-de-obra, principalmente para a cultura do café. Tanto a imigração subsidiada pelos fazendeiros, pelo Estado e mesmo a imigração espontânea surgida pelo convite dos que aqui já estavam, foi sempre muito lastreada num viés de “substituição da mão-de-obra”. Na região de cafeicultura até mesmo as tentativas de se criar pequenas propriedades funcionavam mais como um chamariz para conseguir trabalhadores próximos às fazendas de café.

Em São Paulo, a pequena propriedade surge com objetivos completamente diferentes do que no sul do país e se integra numa realidade diferente, ou seja, no sistema latifundiário, monocultor de exportação. Na realidade, também a formação da pequena propriedade em São Paulo é presidida pelo ‘rei café’. A necessidade de fixar braços com os quais pudesse contar por ocasião das colheitas faz com que o fazendeiro divida uma parte de suas terras em lotes a serem vendidos aos imigrantes. Trata-se em geral de terras não próprias para a cultura do café. O fazendeiro pode destinar as terras nos limites de sua propriedade para esse fim. Trata-se de um fenômeno não raro, mas dificilmente mensurável.<sup>207</sup>

---

<sup>207</sup> PETRONE, Maria Tereza Schorer. Imigração. In HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **História da Civilização Brasileira – O Brasil Republicano**. Tomo III, Volume 2, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997. p. 117.

Esse conceito infelizmente foi generalizado de forma indevida. Se é verdade que no sudeste essa abordagem pode explicar em muito o processo da imigração européia para o Brasil, convenhamos que no sul do Brasil, principalmente na região sul catarinense, e mais especificamente na Colônia Grão Pará, tal conceito não conseguiria dar conta da racionalidade do processo migracional. É claro que para o Estado brasileiro, a existência de extensas áreas devolutas no sul do Brasil se tornaram o movente de uma política de colonização em pequenas propriedades. De novo, estamos diante de um conceito bastante usado no sul: a conquista de áreas devolutas.

Bem, se juntarmos os conceitos de necessidade de mão-de-obra e ocupação de áreas devolutas e pouco habitadas no sul, como os dois maiores elementos de compreensão da imigração para o Brasil, ainda assim não consideramos que a colonização da Colônia Grão Pará, empreendida pela Empresa de Terras e Colonização, seja totalmente abarcável em nível de compreensão por essas duas vias explicativas.

Creemos ver na Colônia Grão Pará uma iniciativa bastante singular. Ali, a imigração parece ser incentivada por interesses voltados à valorização das terras para posterior comercialização das mesmas com preços melhorados. Certamente há um ganho dos dois lados. O colono que chega quer possuir sua terra e por isso entra num contrato que permitirá saldar as dívidas da aquisição de seu patrimônio com o excedente produtivo. A empresa de colonização por sua vez, quer lucrar com a venda dos lotes aos colonos, quer resgatar o investimento feito no transporte até a colônia, mas quer antes de tudo que ele se fixe na colônia que está administrando para que cresça o valor das terras.

Alguns elementos para fundamentar tal compreensão particular do fenômeno migracional na Colônia Grão Pará podem ser colhidos de algumas regras encontradas nos documentos da Empresa de Terras e Colonização. Percebemos uma política de valorização de terras guiadas por uma metodologia particular de assentamento.

Antes da criação da Empresa de Terras e Colonização foi assinado, em 15 de novembro de 1881, um contrato com o procurador da Princesa Isabel e de seu marido Conde D'Eu, e o Comendador Joaquim Caetano Pinto Júnior, interessado em constituir uma empresa para a venda das terras do Patrimônio Dotal. Neste contrato que compreende 38 artigos, encontramos a seguinte referência:

“Art. 1º. - São postas à disposição de Joaquim Caetano Pinto, para serem vendidas aos colonos, doze léguas de terras de seu patrimônio.

Art. 2º. – As doze léguas não serão tomadas num só e mesmo pedaço, mas em lugares diversos, deixando intercalados lotes a serem vendidos ulteriormente.

Portanto, se por um lado se pode inferir como moventes gerais do interesse em trazer colonos para o Brasil, a necessidade de mão-de-obra e a ocupação de territórios pouquíssimo habitados, principalmente no sul do Brasil, é importante matizarmos esses moventes gerais com elementos bem específicos, que, no caso da Colônia Grão Pará, parece ser o interesse em valorizar regiões de terras devolutas caso se constituam as condições de exploração por meio da agricultura e ou da criação de centros urbanos no meio dessas colônias.

Figure-se que procura não vai haver desses lotes da segunda série, daqui a cinco ou mais anos, achando-se o Patrimônio felizmente povoado por toda a parte, [...] estando os caminhos todos em boa ordem e as vias de comunicação para os mercados, até a Corte, prontas e fáceis para a saída dos produtos dos colonos! E quanto mais felizes os colonos no Patrimônio, mais cedo será reembolsada a Empresa do capital empregado.<sup>208</sup>

Já em 1971, por ocasião do lançamento de sua obra, clássica para a compreensão da imigração vale do Rio Tubarão, João Leonir Dall’Alba, intuiu essa particularidade:

[...] a fundação de uma Empresa que vendesse terras a colonos era fato quase decidido. Já estava assinado o contrato do Grão Pará. Nele se estabelecera que a empresa compraria as terras do Patrimônio por um real e meio a braça. Ora, uma légua é um quadro de três mil braças de lado, perfazendo portanto 9.000.000 de braças quadradas. As terras que o Patrimônio possui no Tubarão são vinte e quatro léguas quadradas e portanto, duzentos e dezesseis milhões de braças quadradas. Ao preço de um real e meio dá um total de 324.000\$000 (trezentos e vinte e quatro contos). Isto o preço de compra. Para a venda dos primeiros lotes já se estabelecera o preço mínimo de três réis a braça, isto é o dobro. O lucro seria grande vendendo as terras a este preço. Mas três réis seria só no início. **Vendendo por ora lotes intercalados, com o tempo os não vendidos seriam grandemente valorizados. O plano previa a reserva de dez léguas no meio das outras, e, mesmo nas léguas a colonizar-se, reservar-se-iam lotes intermediários, para serem vendidos quando os outros já estivessem ocupados,** com estradas e benfeitorias prontas, adquirindo assim valor muito mais alto.<sup>209</sup> (grifo nosso)

<sup>208</sup> **Quesitos do Comendador Caetano Pinto – 1881.** Arquivo do Museu da Imigração Conde D’Eu, Orleans, Santa Catarina.

<sup>209</sup> DALL’ALBA, João Leonir. **Pioneiros nas terras dos condes.** Orleans, Lelo, 2003. p. 41.

No afã de esperar uma melhor valorização das terras, empresas colonizadoras e proprietários particulares começaram a perceber que nas áreas designadas para tornarem-se centros urbanos nas regiões coloniais, a valorização dos terrenos se dava na mesma proporção da maior venda de colônias ao redor desta referida área.

Conheci Orleans, com poucas casas. A colônia estava toda extraviada, né! O Stawiarski, referindo-se aos terrenos urbanos disse: 'está valendo mais um pé de graxuma do que uma perova de meio metro. Era mais caro um lote do que uma colônia.<sup>210</sup>

Desde o início houve a tendência a sobrevalorizar os terrenos urbanos na esperança de que, quanto mais colônias fossem vendidas ao redor desse espaço mais eles se valorizassem. Num documento muito interessante, datado de 1899, intitulado "Conselhos a quem quer se dedicar à fundação de colônias", escrito por uma figura quase legendária dos primórdios da colonização italiana no sul de Santa Catarina, o Diretor da Empresa de Terras e Colonização, Sr. Ettiene Stawiarski, encontramos no conselho nº 17 o seguinte: "reservar terrenos no meio de outros, já povoados, para serem vendidos depois, com preço maior. Porém, muita prudência, para não comprometer a colônia".<sup>211</sup>

E na mesma política de organização do espaço do território da empresa, afirma-se no conselho nº 19: "Deve-se destinar uma grande área para o estabelecimento da sede da futura freguesia, pois sendo o terreno dos lotes urbanos muito mais caro que os lotes coloniais, é evidentemente um lucro para o proprietário".<sup>212</sup>

Essa estratégia, além de dificultar a criação de centros urbanos maiores, produziu como efeito colateral um espaço extremamente ruralizado. A política de criar "colônias extraviadas", ou seja, espalhadas espacialmente, estava, portanto, ligada a um estratégia de valorização dos lotes urbanos, que, com outros fatores de ordem moral, influenciou durante muitas décadas, o modelo de urbanização sul catarinense: pequenos centros urbanos rodeados por uma enorme área de colônias.

---

<sup>210</sup> Entrevista concedida por GHISONI, Celeste. In DALL'ALBA, João Leonir. **O tesouro do Morro da Igreja**. Florianópolis, Co-edição Seminário São José de Orleans e Fundação Catarinense de Cultura, 1994. p.176.

<sup>211</sup> **Conselhos a quem quer se dedicar à fundação de colônias do Diretor Ettiene STAWIARSKI**. In DALL'ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p. 48.

<sup>212</sup> Id., *ibid.*, p. 48.

O processo de criação do espaço sul catarinense até o final da década de 1920 modelou uma região formada por pequenas propriedades, marcada por uma filosofia de capitalização baseada no trabalho familiar, extremamente ruralizada e nucleada por uma sede escassamente povoada.

A importância desses testemunhos para a construção do espaço da Colônia Grão Pará é mostrar que o processo de urbanização é extremamente precário. O sul de Santa Catarina era uma civilização rural. As cidades metrópoles dessa região, Laguna e Tubarão eram o ponto de contato econômico e político até o final da década de 1920 quando a crise da política oligárquica da Velha República começa a fazer-se sentir com vários movimentos nacionais pedindo reformas. Outras cidades como Orleans e Urussanga que já eram centros municipais, não tinham influência política no espaço sul catarinense. Os demais centros urbanos não passavam de pequenas vilas onde o momento privilegiado de encontro da população se dava por motivos religiosos. No dizer de várias testemunhas, a “vila”, a “praça”, o “centro” se resumia na Igreja, algumas casas de comércio e alguns moradores. Eram lugares para se adquirir os “secos e molhados”.

Nesse contexto de dispersão humana num espaço ruralizado, a influência de Tubarão também pode ser percebida pelo alcance de seu poder policial sobre toda a região. Há referências sobre essa ascendência no testemunho dos imigrantes ao se referirem às violências que aconteciam na região da Colônia Grão Pará, no início do século. “Era embebedar-se e fazer bagunça nas festas da capela, e os policiais, vindos de Tubarão, prendiam o fulano no tronco e deixavam-no ao aberto mesmo, até o fim da festa”.<sup>213</sup>

É esta a configuração espacial da região da Colônia Grão Pará: uma região marcada por falta de vias de escoamento de sua produção; um espaço ruralizado marcado por grupos sociais etnicamente fechados, caracterizados por uma colonização descontínua e dependente econômica e politicamente de famílias cujas bases são as vilas de Laguna e Tubarão.

---

<sup>213</sup> Entrevista concedida por TURAZZI, Teodoro. In DALL’ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p.97. É curioso o testemunho desse imigrante pois revela que um tipo de sanção muito utilizada para com os escravos estava sendo usada para reprimir certos arruaceiros nas colônias do sul do estado. O tronco consistia em duas madeiras unidas por uma dobradiça com dois buracos para colocar e prender a extremidade das pernas antes da articulação que liga o pé à perna. De fato, Tubarão e Laguna pela sua antiguidade foram as cidades do sul catarinense que mais possuíram escravos, talvez aí se encontre a justificativa do uso.

Se por um lado, como pudemos perceber, a política da venda de lotes gerou uma configuração ruralizada do espaço da Colônia Grão Pará, outros elementos da prática da empresa parecem sugerir que as práticas administrativas da mesma também incidiram na socialização dos imigrantes criando contradições com as práticas políticas embasadas em interesses particulares.

Via de regra se poderia afirmar que, por ter sido o processo de colonização dirigido por uma empresa, onde, obviamente o interesse do lucro permeava a relação da venda dos lotes, e não uma filantropia, a relação dos colonos não seria muito amistosa. A leitura de vários documentos da Empresa que estão sob a guarda do Museu do Imigrante Conde D'Eu de Orleans, Santa Catarina, indicam, ao contrário, que a relação da empresa para com os imigrantes se pautou por um profundo profissionalismo, apesar de alguns conflitos. Cremos mesmo que, desde a chegada, o projeto da Empresa criou entre os imigrantes um tipo específico de relação, que os mesmos passaram a exigir que fosse também implementada pelo poder público, a partir do momento em que a Colônia perdeu sua condição jurídica de colônia e passou para a esfera política do município de Tubarão. A Empresa de Terras e Colonização criou uma forma de socialização do imigrante que com o passar das décadas gerou um ethos específico, não percebido quando o poder público foi se constituindo na área que compreendia a Colônia Grão Pará.

A historiografia regional sobre a imigração, quando faz referência as empresas de colonização, não refletiu profundamente sobre os impactos que suas práticas podiam constituir na formação da compreensão política dos imigrantes. Que valores, que tipos de práticas, que concepções de relação social podiam brotar a partir da socialização dos imigrantes com uma instituição que, no contexto da imigração, tornou-se, por causa de prerrogativas dadas a ela, a personificação do próprio Estado? Que valores poderiam ser socializados, ou seja, apreendidos como práticas que eram depois reproduzidas no convívio social? O problema da maioria das abordagens sobre as empresas de colonização em Santa Catarina<sup>214</sup> é abordar a relação entre empresa e imigrantes apenas como um contrato externo, sem incidência socializante: “A sociedade é um produto humano. A sociedade é uma

---

<sup>214</sup> “Em Santa Catarina, a colonização praticamente só contou com a iniciativa das companhias particulares, já que o Estado não dispunha de meios suficientes para intervir no processo de atrair imigrantes. Só nos primeiros anos de República e no período posterior a 1907 a União subsidiou a viagem de certo número de imigrantes para Santa Catarina”. In PETRONE, Maria Tereza Schorer. Imigração. In HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **História da Civilização Brasileira – O Brasil Republicano**. Tomo III, Volume 2, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997, p. 124.

realidade objetiva. O homem é um produto social. Torna-se desde já evidente que qualquer análise do mundo social que deixe de lado algum destes três momentos será uma análise distorcida”.<sup>215</sup>

Ainda mais se levarmos em conta que o espaço da Colônia Grão Pará está sendo construído “ex-nihilo”:

Não há terras descobertas. Todas estão em matos, precisando que a empresa mande em primeiro lugar medir os lotes, e que ato contínuo, mande derrubar em cada lote só o necessário espaço para a casa.<sup>216</sup>

Na ausência de instituições que determinem o processo de socialização, as empresas de colonização vão adquirir um impacto pouco analisado pela historiografia.

Ao contrário, nos parece que a maioria das interpretações dadas às empresas privadas que administraram zonas coloniais, as chamadas colônias privadas, estão demasiadamente contaminadas por modos de pensar de um certo marxismo vulgar: se é uma empresa, essa por sua vez quer lucro. Portanto, toda a prática da empresa está determinada apenas pelo critério do lucro, não se preocupando com o imigrante, este sempre visto como um explorado pela empresa, e esta por sua vez interpretada sempre como a exploradora. Tal raciocínio, simplista, não permite perceber importantes funções socializantes promovidas pelas empresas de colonização, ainda mais que, no caso da Colônia Grão Pará, a influência da Empresa de colonização das terras do Patrimônio Dotal se entendeu por muitas décadas.

Ainda em 1973, quando foi lançado uma coletânea de entrevistas colhidas pelo Pe. João Leonir Dall’Alba, portanto, oitenta e três anos após a venda do Patrimônio à Empresa Industrial Colonizadora do Brasil, sediada no Rio de Janeiro, assim comentava um entrevistado:

A Empresa atualmente tem poucas terras, lotes ou sobras no meio de outros terrenos, nenhuma grande extensão contínua. Sua existência por mais uns

---

<sup>215</sup> BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. Op. cit., p. 88.

<sup>216</sup> **Relatório do engenheiro Charles Mitchel Smith Leslie - 1º de agosto de 1881.** Arquivo do Museu da Imigração Conde D’Eu, Orleans, Santa Catarina.

anos, depende mais de recolher as prestações de terrenos já vendidos, do que das terras que possui.<sup>217</sup>

Durante quase um século, toda a região da Colônia Grão Pará foi fortemente influenciada pela presença da Empresa de colonização das terras do Patrimônio Dotal. “Os primeiros títulos provisórios foram dados em 11 de janeiro de 1883, data que pode ser considerada como a da fundação. Os títulos definitivos, que exigiam casa construída e colono estabelecido, são de 28 de julho desse mesmo ano”.<sup>218</sup> A geração que chegou e os filhos que nasceram nessa região, como também as crianças que chegaram ainda na fase de socialização primária, serão profundamente influenciados pelas práticas administrativas da Empresa de colonização das terras do Patrimônio Dotal, instituição que, seja na forma de socialização primária ou secundária, “pelo simples fato de existirem, controlam a conduta humana estabelecendo padrões previamente definidos de conduta, que a canalizam em uma direção por oposição às muitas outras direções que seriam teoricamente possíveis”.<sup>219</sup>

Estamos num contexto onde não apenas se cria um espaço geográfico, mas se disciplinam consciências, modulam-se práticas, estabelecem-se padrões de conduta de ambos os lados.

Os imigrantes, na busca de seu quinhão de felicidade que geralmente significa um pedaço de terra ubérrimo<sup>220</sup> e condições de venda do excedente produzido para poder pagar as prestações dos lotes adquiridos. Afirmar que práticas serão disciplinadas, afirmar que no contexto social da colônia, segmentos da atividade humana foram internalizados pela presença de uma instituição controladora, “já é dizer que este segmento da atividade humana foi submetido ao controle social”.<sup>221</sup> E isso não porque havia uma intenção maquiavélica por parte da

---

<sup>217</sup> Entrevista concedida por DRYLL, José, agrimensor-topógrafo, que trabalhou na Empresa durante décadas. In DALL’ALBA, João Leonir. **O vale do Braço do Norte**. Orleans, edição do autor, 1973. p. 291.

<sup>218</sup> Id., *ibid.*, p. 286.

<sup>219</sup> BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. *Op. cit.*, p. 80.

<sup>220</sup> “A possibilidade de um dia se tornar proprietário de terra foi uma das molas propulsoras do processo migratório para o Brasil”. In PETRONE, Maria Tereza Schorer. *Imigração*. In HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **História da Civilização Brasileira – O Brasil Republicano**. Tomo III, Volume 2, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997. p. 117.

<sup>221</sup> BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. *Op. cit.*, p. 80. Todo esse capítulo só poderá ser entendido adequadamente a partir do pressuposto da compreensão de um conceito fundamental, verdadeiro lugar comum na sociologia, que é o conceito de interiorização que, na história pessoal de cada um, se concretiza na socialização primária e secundária. Assim sintetiza Peter Berger: “O indivíduo não nasce membro da sociedade. Nasce com a predisposição para a sociabilidade e torna-

Empresa. Não estamos diante de uma relação maniqueísta de explorador e explorado. Antes de qualquer juízo moral que se possa fazer da relação Empresa e imigrantes, estamos diante de um processo de socialização. É essa dimensão da relação que nos interessa nesse momento, até porque, como já dissemos acima, usando instrumental marxista essa relação já foi bastante alcançada pela historiografia.

É importante ressaltar que as terras do Patrimônio Dotal não foram vendidas à Empresa de colonização antes de 1890, poucos dias antes do Decreto que passava para a República todo e qualquer patrimônio em terras da família Imperial. O Contrato estipulava que a empresa fora criada em sociedade com o casal imperial. Cabia à Empresa a administração da colonização.

SS.AA. II. O Conde e a Condessa D'Eu tendo concebido o projeto de fundar uma ou várias colônias sobre suas terras incultas... nos distritos banhados pelo Tubarão e Capivari, e seus afluentes, na Província de Santa Catarina, o Senhor Comendador Caetano Pinto Júnior ofereceu seus préstimo para se encarregar desta colonização.<sup>222</sup>

Portanto, sendo terras da Princesa Regente, no início da colonização da região essa condição dava status especial à Colônia Grão Pará entre as colônias. Por outro lado, colocava limite, disciplinando as atividades da Empresa. Além disso, a tutela imperial do Patrimônio gerava certas exigências morais para que qualquer atividade da Empresa não respingasse negativamente no casal Imperial.

Fica patente o uso do nome do casal imperial para dar lastro de seriedade ao projeto de colonização. No cabeçalho padrão do “Título de posse Provisória” encontramos os seguintes dizeres cuja formatação apresentada é a mesma do original. A hierarquia de cada frase, bem como as informações escolhidas para constituírem o cabeçalho, parecem querer garantir ao comprador a seriedade do negócio que está fazendo.

---

se membro da sociedade. Por conseguinte, na vida de cada indivíduo existe uma seqüência temporal no curso da qual é induzido a tomar parte na dialética da sociedade. O ponto inicial deste processo é a interiorização, a saber, a apreensão ou interpretação imediata de um acontecimento objetivo como dotado de sentido, isto é, como manifestação de processos subjetivos de outrem, que desta maneira torna-se subjetivamente significativo para mim. [...] Dito de maneira mais precisa, a interiorização neste sentido geral constitui a base primeiramente da compreensão de nossos semelhantes e, em segundo lugar, da apreensão do mundo como realidade social dotada de sentido”. p. 174.

<sup>222</sup> **Contrato de Colonização do Patrimônio Dotal.** Arquivo do Museu da Imigração Conde D'Eu, Orleans, Santa Catarina.

**TITULO DE POSSE PROVISÓRIA  
PARA VENDA**

Do

Lote Nº \_\_\_\_\_ Secção \_\_\_\_\_ Distrito \_\_\_\_\_

**COLÔNIA GRÃO – PARÁ**

Situada no Município de Tubarão e São José, na Província de Santa Catarina

Em terras do

**PATRIMONIO DOTAL**

De

**SS. AA. II OS SENHORES CONDE E CONDESSA D'EU<sup>223</sup>**

Creemos ver aí, e não somente no fato de ser um empreendimento empresarial bem administrado, as minuciosas preocupações em todo o processo de conhecimento da área a ser colonizada, bem como nas também minuciosas questões levantadas e previstas na logística necessária ao assentamento dos imigrantes.<sup>224</sup> Os empreendedores estão se cercando de todos os elementos necessários para que o empreendimento não seja atingido pelas críticas recorrentes dos poderes públicos dos Estados de origem dos imigrantes, estados estes que estavam preocupados com a segurança de seus cidadãos.

Em carta enviada em 1883, assim escrevia o Diretor Geral da Empresa de colonização das terras do Patrimônio Dotal, Comendador Joaquim Caetano Pinto Júnior, que se encarregou pessoalmente, na Europa, de arregimentar famílias interessadas em vir para a América:

Nenhuma família pode seguir no Elisa Ana(navio), porque o governo italiano não permite que se engaje senão mediante autorização especial, oferecendo toda a sorte de garantias, tendo desenvolvido um rigor enorme, devido às informações oficiais recebidas da América do Sul, que eram todas hostis à imigração. Nenhum colono pode seguir com compromisso assinado. O meu prospecto está perfeitamente dentro do Decreto de nº6, de janeiro. Até o último momento me pareceu isento de maiores formalidade. Mas creio que a última notícia de imigrantes abandonados e sem proteção no Império, que aqui se comentou nas Gazetas, o alcançou, colocando-o no regime dos que

<sup>223</sup> **Título de posse provisória.** Arquivo do Museu da Imigração Conde D'Eu, Orleans, Santa Catarina.

<sup>224</sup> A inferência que fazemos baseia-se em vários documentos que estão Arquivo do Museu da Imigração Conde D'Eu, Orleans, Santa Catarina: **Apontamentos para o Relatório Leslie – 1881, Quesitos do Comendador Caetano Pinto – 1881, Resposta aos Quesitos do Comendador Caetano Pinto – 1881** e vários outros documentos que denotam uma preocupação extremamente detalhista para com o empreendimento de colonização das terras do Patrimônio Dotal localizadas na região do vale do Rio Tubarão.

estão sujeitos à fiscalização. Por isso fui obrigado a vir a Roma, depois de me entender com o Prefeito de Gênova.<sup>225</sup>

Portanto, seja por exigências de uma administração competente e profissional<sup>226</sup> da Empresa, que esperava contar a curto prazo com o lucro advindo da venda dos lotes,<sup>227</sup> seja por compromissos contratuais para com a Princesa Isabel e seu marido,<sup>228</sup> diante dos quais as práticas da empresa não poderiam desabonar o nome do casal imperial, seja, enfim, por exigências do governo italiano que preocupado com certas notícias que difamavam a colonização no Brasil, colocava restrições à ida de famílias inteiras,<sup>229</sup> a Empresa de colonização das terras do Patrimônio Dotal criou uma estrutura de atendimento e acompanhamento dos imigrantes que procurava, de todos os lados, não dar motivos às críticas que pudessem existir em outras área de imigração. Os imigrantes não ficarão imunes à esse tipo de relação da Empresa para com eles.

A Empresa teve muito prejuízo nos primeiros anos, com os imigrantes, quando, além de terras, lhes eram dados mantimentos, armas, casa... Tudo para ser pago em prestações. Houve muita má fé, e muitos se retiraram da região sem saldar estas dívidas. O prejuízo foi tanto que foram precisos muitos anos para a Empresa conseguir saldar suas dívidas, e ver saldos positivos em suas assembléias anuais.<sup>230</sup>

<sup>225</sup> Trecho de uma carta do Comendador Joaquim Caetano Pinto Júnior. In DALL'ALBA, João Leonir. **Pioneiros nas terras dos condes**. Orleans, Lelo, 2003. p. 74-75.

<sup>226</sup> O capital necessário para os investimentos na constituição da Colônia Grão Pará, veio de bancos franceses. Cremos que não tenha sido tão difícil conseguir os empréstimos porque o Comendador tinha como trunfo a seu favor para convencer os financistas franceses o fato de que capitais ingleses estavam sendo investido na região a partir dos empreendimentos do Visconde de Barbacena: a construção da Estrada de Ferro Tereza Cristina e a empresa de exploração de carvão mineral numa região de duas léguas ao lado da Colônia Grão Pará.

<sup>227</sup> “Os primeiros estabelecidos têm que ser felizes. É preciso começar certos de prosseguir sem desgostos. Eu não cesso de estar preocupado neste ponto, como o mais importante. Porque não quero, nem se pode, recuar. Porque, se de pronto a colônia creditasse como deve acontecer, os estabelecidos chamarão os parentes”. **Quesitos do Comendador Caetano Pinto – 1881**. Arquivo do Museu da Imigração Conde D’Eu, Orleans, Santa Catarina.

<sup>228</sup> **Contrato de Colonização do Patrimônio Dotal**. Arquivo do Museu da Imigração Conde D’Eu, Orleans, Santa Catarina, Brasil. Composto de 38 artigos, o original do Contrato, escrito em francês, se encontra no Palácio Isabel em Petrópolis – RJ. O Museu da Imigração Conde D’Eu, Orleans, Santa Catarina, possui uma cópia. O Contrato foi assinado pelo procurador do casal Imperial, Visconde de Carapebus, mordomo da Imperatriz do Brasil e pelo Comendador Caetano Pinto Júnior, em Paris, no dia 15 de novembro de 1881.

<sup>229</sup> “O governo italiano está criando embaraços a emigração. Depois que eu mandei da Itália, colonos em família para o Brasil, a República Argentina tem procurado atrair colonos nas mesmas condições. O governo quer impedir a saída destes colonos, que não são como os napolitanos que partiram sós, e que era um alívio para o país. Eu espero porém que isso não me impedirá de mandar colonos para Tubarão”. PINTO, Comendador Caetano. **Cartas**. In LOTTIN, Jucely. Op. cit., p. 39.

<sup>230</sup> Entrevista concedida por DRYLL, José, agrimensor-topógrafo, que trabalhou na Empresa durante décadas. In DALL'ALBA, João Leonir. **O vale do Braço do Norte**. Orleans, edição do autor, 1973. p. 291.

A influência da Empresa sobre os imigrantes começa desde a Europa. Era necessário promover o empreendimento colonial nas regiões em que havia pessoas interessadas em comprar terras no Brasil.

A Empresa de colonização das terras do Patrimônio Dotal criou uma logística de transporte dos imigrantes que envolvia inúmeras empresas terceirizadas. Os documentos da época permitem asseverar que nada foi feito sem uma preparação bastante discutida das variáveis e problemas envolvidos no transporte do contingente humano. Até porque todo o empreendimento poderia ser colocado em risco se um elemento de todo o processo desse errado. Não por acaso encontramos no Relatório Leslie, que antecedeu em poucos meses a assinatura do “Contrato de Colonização” entre o Comendador e o Casal Imperial, uma relação detalhada dos possíveis e melhores caminhos a serem seguidos pelos imigrantes até o destino final, o seu lote na Colônia Grão Pará. Dentro da lógica que vimos explanando, ou seja, do zelo da Empresa, inúmeras hipóteses foram dadas com o objetivo de que o colono chegasse, tanto quanto possível, motivado. Sugeriu-se que o caminho fosse feito por terra, de Desterro até a Colônia. Mas o Relatório Leslie descartou o trajeto:

... porque não se deve fazê-los pensar em seguir de Desterro<sup>231</sup> por terra, para o Patrimônio, a distância de 23 léguas como é. Porque além de demasiado dispendioso, é fatigante e o colono chegará ao seu destino desanimado.<sup>232</sup>

O Relatório Leslie vislumbra um possível caminho quando a Estrada de Ferro Tereza Cristina estiver pronta.

O meio de condução por água é o único no caso de uma tentativa de colonização que se faça dentro de dois anos. Depois de julho de 1883, época em que se espera completar a Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina desde Imbituba, sua estação marítima, até a vila de N.S. da Piedade do Tubarão, com um ramal para Laguna, a condução pode ser feita por ela.<sup>233</sup>

O transporte dos imigrantes está envolvido por uma logística que compreende empresas terceirizadas, desde os portos na Europa até a cabana provisoriamente

<sup>231</sup> Desterro é o nome antigo da atual Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina.

<sup>232</sup> **Relatório do engenheiro Charles Mitchel Smith Leslie - 1º de agosto de 1881.** Arquivo do Museu da Imigração Conde D’Eu, Orleans, Santa Catarina.

<sup>233</sup> Id., ibidem.

construída na clareira aberta nas florestas que cobriam a região da Colônia Grão Pará.

Na Itália a empresa fez um contrato com o escritório “H. Repetto”. Situado no porto de Gênova, ficou encarregado de providenciar a escolha do navio a ser fretado para o transporte dos imigrantes, de Gênova até o porto do Rio de Janeiro. O primeiro grande despacho feito por este escritório foi de 30 famílias totalizando 117 pessoas no ano de 1883. No Brasil, uma segunda empresa, a “Lecoq Oliveira & Cia”, era incumbida do despacho dos imigrantes do Rio de Janeiro até a vila de Desterro<sup>234</sup> na Ilha de Santa Catarina. Daí, a firma do Sr. Virgílio Vilela conduzia os imigrantes até Laguna, e desta, finalmente, a firma “Alexandre Marschner Hyarup” se encarregava do desembarque e das acomodações dos imigrantes para descanso, despachando-os em seguida através do Rio Tubarão, subindo o Rio Capivari até o porto de Gravatá, num afluente deste rio que hoje não existe mais.

No porto não havia trapiche. Só barranca do rio, onde atracavam as canoas. Era ali mesmo, na ponte de ferro. Em parte foi aterrado pela estrada. O rio tinha muita água. Agora toda a região foi dragada e mal sobra um corregozinho, pois o canal aberto desviou as águas lá para longe. Mas foi preciso. Em época de enchente esta vargem se transformava num grande mar. Levava meses para baixar as águas. O Rio Capivari tinha muita tranqueira, tocos, madeira, que era preciso prática para desviar. [...] Não havia estradas de carro de boi para Tubarão e Laguna. Só havia uma picada para cargueiros. Por isso todo o movimento era de canoas. [...] Se o tempo favorecia demorava-se três dias para ida e volta a Laguna. Agora, se soprasse vento sul, ficava-se até três dias sem poder sair de Laguna. [...] Quer ver o movimento que se deu quando foi aberta a colonização [...].<sup>235</sup>

A partir deste ponto a empresa contratou dois senhores que deveriam fazer o percurso por terra. De Gravatá até Quadro do Norte a viagem era feita a pé pelos imigrantes, sendo que o terceirizado pela Empresa devia providenciar carros de bois e cargueiros para o transporte das cargas. Em Braço do Norte a empresa fez um contrato com o Sr. Francisco Oliveira Souza para acolher os imigrantes em seu Hotel.

<sup>234</sup> No início da República passou a denominar-se Florianópolis.

<sup>235</sup> Entrevista concedida por SOUZA, Manuel Martins de. In DALL’ALBA, João Leonir. **O vale do Braço do Norte**. Orleans, Edição do autor, 1973. p. 64. Um dos últimos canoeiros da região, o Sr. Manuel Martins era filho do dono do porto de Gravatá. Atualmente, essa localidade é conhecida como Gravatá e possui um dos maiores balneários de águas termais do sul de Santa Catarina, contando com hotel internacional e recebendo milhares de turistas.

A fim de mostrar a complexidade da operação necessária ao transporte, fizemos o trajeto dos imigrantes vindos da Itália. Mas havia os imigrantes que o Comendador Joaquim Caetano Pinto Júnior conseguia arrebanhar da Alemanha,<sup>236</sup> os quais embarcavam no Porto da Antuérpia, bem como os poloneses e letos que provavelmente embarcavam de algum porto na França.<sup>237</sup> Após 1884, com a inauguração da Estrada de Ferro Tereza Cristina, os imigrantes eram transportados de trem de Laguna até a cidade de Orleans, no extremo sul da Colônia Grão Pará.

Tão complexo, longo e perigoso trajeto até a Colônia Grão Pará requeria a presença de empresas especializadas no transporte de pessoas. Portanto, não havia outra saída para a Empresa a não ser terceirizar o serviço de transporte, supondo que, como vimos, quisesse responder às exigências de qualidade do serviço prestado e não perder a motivação dos imigrantes que para a colônia se dirigiam. Toda essa presteza, que, como já dissemos, mesmo que articulada dentro de um projeto empresarial, respingava socialmente.

Creemos mesmo que, desde a chegada, o projeto da Empresa criou entre os imigrantes um tipo específico de relação, que os mesmos passaram a exigir que fosse também implementado pelo poder público que aos poucos se estabelecia, com o encolhimento das atribuições da Empresa dentro do espaço colonial. A Empresa de colonização das terras do Patrimônio Dotal criou uma forma de socialização do imigrante que com o passar das décadas gerou práticas, cuja característica principal era a co-responsabilidade na administração da colônia.

E esse ethos não foi apreendido por ensino intelectual. Os imigrantes se imbuíram dos valores do diálogo e da participação a modo de osmose a partir das práticas profissionais da Empresa. Tais práticas, que aos olhos dos contemporâneos podem parecer apenas explicadas por uma dinâmica própria de uma empresa bem administrada com a finalidade de conseguir os devidos lucros, efetivamente tinham uma repercussão muito mais próxima e afetiva na impressão dos imigrantes, tendo em vista as condições objetivas da faina diária na luta pela sobrevivência. Oferecer um bom serviço, se de um lado é conatural ao trabalho de uma boa empresa, por outro lado pode criar uma enorme empatia se o beneficiário for alguém em condições de fragilidade, como de fato se encontravam os imigrantes.

---

<sup>236</sup> Para a Alemanha já escrevi ao agente para aceitar famílias nas condições exigidas, adiantando-se a despesa da passagem". Trecho de uma carta do Comendador Joaquim Caetano Pinto Júnior. In DALL'ALBA, João. **Pioneiros nas terras dos condos**. Florianópolis, Imprensa Oficial, 1971. p. 76.

<sup>237</sup> Cf. LOTTIN, Jucely. Op. cit., p. 37-38.

Tal situação de fragilidade pode ser percebida num testemunho concedido por um dos primeiros imigrantes a comprar terras na parte norte da Colônia Grão Pará, onde foi iniciado um centro urbano chamado de Rio Fortuna.

Nossos velhos contavam que a vida no mato não era lá tão cômoda. Quanta vez a fome batia seca. Munição faltava, dias seguidos de chuva, índios rondando, febre mesmo. A gente sozinha no rancho improvisado. Acabavam as roscas, acabavam o charque, o torresmo, a caça, o pescado. A bóia, que os de casa deviam trazer para a semana, atrasava dias. Sem cachaça, até a coragem se ia. Trancados na cabana, nem sempre segura, os índios rodando, as onças rondando, as cobras rodando, as febres, rumores estranhos, solidão tenebrosa... Epa! A coragem... Não que faltasse coragem, mas que o medo batia, batia.<sup>238</sup>

Em tais condições, mesmo a normal e profissional atividade da Empresa para com os imigrantes adquiria um status afetivo e exemplar profundamente marcante na vida dessas pessoas. A participação, o diálogo, a fidelidade aos elementos combinados no contrato de compra e venda não eram sentidos apenas em sua dimensão legal. A realização ou não dos compromissos da Empresa estavam ligados à possibilidade de risco de morte para os imigrantes espalhados em tão inóspita região. Num tal contexto não há lugar para firulas jurídicas e o cumprimento, mesmo normal do combinado, adquire para os imigrantes um sentido que transcende a consecução dos compromissos que em si seriam normais, ou seja, a execução de um contrato combinado.

A empresa sempre gozou de estima por parte da população, mesmo porque seus métodos sempre foram pacíficos, e é sua política uma larga tolerância. Por exemplo: em cada contrato estabelece-se que se o comprador de terras não pagar as prestações estabelecidas no tempo combinado, perde todos os direitos, também sobre as prestações já pagas. Pois, nos seus noventa anos de vida, não conheço um só caso em que a Empresa tenha agido assim. Pelo contrário. Há um caso, por exemplo, de uns lotes urbanos requeridos em 1895, ocasião em que se pagou uma prestação. Por diversos motivos os lotes foram passando de mão em mão, e o último proprietário, querendo legalizar a situação, viu aceita aquela primeira prestação em novo contrato, ora realizado.<sup>239</sup>

Esse tipo de atitude, que numa abordagem mais fria, não passaria de uma estratégia para evitar maiores perdas, para a percepção do imigrante aparece como um gesto de compreensão, de confiança e de solidariedade. “Nunca houve brigas

<sup>238</sup> Entrevista concedida por TENFEN, Henrique. In DALL’ALBA, João Leonir. **O vale do Braço do Norte**. Orleans, edição do autor, 1973. p. 286.

<sup>239</sup> Entrevista concedida por DRYLL, José, agrimensor-topógrafo, que trabalhou na Empresa durante décadas. In DALL’ALBA, João Leonir. Id., *ibid.*, p. 291.

por questões de terras por causa de limites mal traçados. A Empresa sempre teve topógrafos bons e seus mapas eram muito exatos. Questões houve, mas por causa da posse das sobras de terra”.<sup>240</sup>

A Empresa também podia fazer doação de terrenos a entidades que objetivavam prestar algum serviço à comunidade. “Havia possibilidades de fazer doações a entidades. Mas era tão difícil obter a aprovação, possível só na assembléia anual, que, sempre requeridas, eram transformadas em vendas a preço reduzido”.<sup>241</sup> Assembléia, discussão coletiva, decisão favorável à comunidade, se não doação, ao menos venda a um preço mais favorável, tendo em vista o uso coletivo e não particular. Se avolumam práticas que vão interiorizando um “modus vivendi” na região de imigração que está em contradição com as práticas personalistas lastreadas em interesses particulares das famílias que controlam o poder político da região.

A inauguração da Sede da Empresa de colonização das terras do Patrimônio Dotal se revestiu de alguns cuidados políticos. Não por mero acaso, a inauguração ocorreu no dia 2 de dezembro de 1882, coincidindo com o aniversário do Imperador Dom Pedro II. Foram convidados colonos de toda a região, especialmente os imigrantes da colônia espontânea de Braço do Norte, que ficava ao lado das terras do Patrimônio Dotal. Havia a possibilidade de esses motivarem os que chegavam, pois os imigrantes de Braço do Norte haviam chegado em 1872 e tinham conseguido progredir sem nenhuma ajuda do Governo e sem ajuda de qualquer empresa particular. Em um rascunho do Relatório Leslie de 1881, portanto, antes de ser efetuado o Contrato entre o Comendador e a Casal Imperial para a colonização do Patrimônio Dotal, há referência sobre esta colônia espontânea.

Na colônia espontânea do Braço do Norte vivem alemães satisfeitos. É seu costume percorrer as terras aos domingos, em bandos, mulheres e homens, a cavalo. Vê-se que só se lembram da pátria quando cantam suas canções. [...] É verdade que a colônia do Braço do Norte não custou ao Governo um só real. Ali o capital empregado foi o custo das terras pago pelos próprios colonos. Com perseverança e paciência elevaram aqueles núcleos a verdadeiros ‘small farms’. Estes colonos há sete anos nada tinham, quando saindo de Teresópolis e suas vizinhanças pobríssimos e até desesperados. Em busca de melhor ponto, requerem estas terras do Braço do Norte. Hoje nada devem, e têm empregado em empréstimos diversos, as sobras de seus

---

<sup>240</sup> Entrevista concedida por DRYLL, José, agrimensor-topógrafo, que trabalhou na Empresa durante décadas. Id., *ibid.*, p. 290.

<sup>241</sup> Entrevista concedida por DRYLL, José, agrimensor-topógrafo, que trabalhou na Empresa durante décadas. Id., *ibid.*, p. 291.

trabalhos em quantia superior a trinta contos de réis. Consideraram como riqueza as suas terras e ambicionam comprar mais. Serão eles, seus filhos e parentes, outros tantos concorrentes ao lotes do Patrimônio.<sup>242</sup>

Este documento, importantíssimo para a história regional e local por circunstanciar o surgimento da futura cidade de Braço do Norte, sugere que a Empresa de colonização das terras do Patrimônio Dotal poderá contar com possíveis futuros compradores de seus lotes dos descendentes das famílias que iniciaram a colonização ao lado das terras do Patrimônio Dotal, 10 anos antes da chegada dos primeiros colonos da Colônia Grão Pará. O convite desses imigrantes para a festa de inauguração da Sede da Empresa de colonização das terras do Patrimônio Dotal sugere uma estratégia para motivar os colonos que chegavam e que entrariam em contato com os comentários do sucesso da colônia espontânea de Braço do Norte, e também para servir como propaganda das terras do Patrimônio. Para as 30 primeiras famílias que chegavam, a Empresa mostrava a seriedade com que se administrava o empreendimento. Havia o maior empenho em dar publicidade a tudo o que era feito, sinal de legalidade dos seus atos administrativos.

A propaganda foi realizada através de editais publicados nos jornais da Província e do país, além de alguns manuscritos dirigidos às repartições e afixados em ponto de fácil acesso do público em toda a região habitada no sul do Estado.<sup>243</sup>

Numa carta, verdadeira certidão de nascimento da atual cidade de Grão Pará,<sup>244</sup> escrita pelo Padre Buonacuore, vigário da vila de Tubarão, que na época, junto com o Município de Araranguá e Laguna, compreendiam todo o sul do litoral catarinense, o sacerdote que rezou missa no dia da inauguração da Sede da Empresa, entre muitas observações importantes, informa:

Com muito especial agrado escrevo estas palavras relativamente à festa de inauguração da colônia Grão Pará neste município de Tubarão, no dia 02 de dezembro, aniversário de S. M. o Imperador para manifestar minhas boas impressões que vive, seja com a Diretoria, seja com o lugar onde está localizada a colônia... [...] Finalmente não posso deixar de dar louvores a todos pela boa ordem que reinou nos dois dias que demorei-me na sede da colônia, concorrendo as festas, bailes e outros divertimentos com calma e

<sup>242</sup> **Relatório do engenheiro Charles Mitchel Smith Leslie - 1º de agosto de 1881.** Arquivo do Museu da Imigração Conde D'Eu, Orleans, Santa Catarina.

<sup>243</sup> LOTTIN, Jucely. Op. cit., p. 37.

<sup>244</sup> Uma das sedes da Colônia Grão Pará e onde durante alguns anos a Empresa estabeleceu o escritório central da Colônia, transferindo-o mais tarde para Orleans devido à presença de uma estação da estrada de ferro Dona Tereza Cristina nesta localidade.

alegria. Conquanto o tempo estivesse chuvoso na ocasião, como alguns dias antes, contudo houve concorrência de pessoas da cidade de Laguna, da ex-Colônia de Teresópolis, da vila de Tubarão e de outros lugares.<sup>245</sup>

Se em todo o acompanhamento do trajeto percebia-se o profissionalismo da Empresa que para isso contratou várias “firmas” para terceirizar as responsabilidades advindas do transporte, agora davam-se conta de seriedade pública que a Empresa prestava aos seus atos administrativos. Isso a tornava suscetível de receber críticas e a corrigir rumos na dinâmica do processo de assentamento dos colonos. A cultura empresarial, a modo de osmose, vai gerando na consciência coletiva do espaço social que se formava, concepções de administração das relações que se pautavam pela publicidade dos atos, clareza nos objetivos e celebração das conquistas.

Quando fazemos referência a uma cultura empresarial e a relacionamos a uma forma de sociabilidade geradora por sua vez de uma consciência comunitária dentro da Colônia Grão Pará, estamos chamando a atenção para o papel da Empresa de colonização das terras do Patrimônio Dotal no processo de socialização das famílias que chegavam. Mesmo sem uma abordagem sociológica do potencial gerador de práticas coletivas que aos poucos a Empresa produzia no seio da colônia, historiadores locais intuía a importância da Empresa. “Desde os primórdios de Orleans, houve uma entidade que teve influência decisiva nos destinos de toda a região. Estamos falando da Empresa de colonização das terras do Patrimônio Dotal”<sup>246</sup>.

Um trabalho mais aprofundado sobre a história e influência da Empresa de Terras e Colonização na região seria um excelente objeto para futuras pesquisas. Infelizmente não conseguimos informações de como ficou resolvido a relação entre a Empresa do Comendador Caetano Pinto Júnior que tinha direitos contratuais com os Condes na colonização das terras do Patrimônio Dotal do vale do Rio Tubarão e a Empresa de Terras e Colonização que havia comprado a posse daquelas mesmas terras após a Proclamação da República. A informação mais próxima do acontecido nos afiança que “o Comendador Pinto cede seus direitos”.<sup>247</sup>

---

<sup>245</sup> Carta do Padre Buonacuore, vigário da Paróquia de Tubarão – 1882. In DALL’ALBA, João, **Pioneiros nas terras dos condes**. Orleans, Lelo, 1971. p. 62-63.

<sup>246</sup> DALL’ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p. 17.

<sup>247</sup> Id., *ibid.*, p. 18.

Portanto, a partir de 1890 as terras do antigo Patrimônio Dotal se tornam propriedade da Empresa de Terras e Colonização sediada no Rio de Janeiro. Se de um lado não há mais a presença do Comendador Caetano Pinto aliciando novos imigrantes, a nova empresa contou com um apoio inesperado para conseguir novos clientes. Referimo-nos à Lei Glicério de 28 de junho de 1890. A monocultura do café e a abolição da escravatura atçaram de vez um problema que desde 1850, com a proibição do tráfico de escravos, vinha se avolumando: a necessidade de mão-de-obra. A República é assediada de todos os lados para que o Estado continue a política do Império, financiando a imigração. Sob os auspícios dessa lei, a Empresa de Terras e Colonização conseguirá ainda receber centenas de famílias, especialmente Letos e Poloneses que se instalarão na região central e sul da colônia Grão Pará. Contudo, logo após a promulgação da primeira Constituição republicana, todos os gastos com a emigração e colonização serão transferidos para as Províncias, que agora são chamadas de Estados. A Federalização da imigração representou para a maioria dos Estados a impossibilidade de participar do processo migratório, com exceção de São Paulo que, capitalizada pela exportação do café, conseguiu com sucesso manter um volume razoável de entrada de imigrantes suprimindo suas necessidades de mão-de-obra.

Além disso, para Santa Catarina, a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, verdadeira guerra civil entre os partidários de Júlio de Castilhos que apoiavam o Presidente Floriano Peixoto e os Federalistas que exigiam a deposição do mesmo e a reforma da Constituição riograndense, respingou seriamente no estado, cujo poder foi tomado à força pelos Federalistas. Trabalharemos, em outro capítulo, importantes repercussões desta Revolução para a vida cotidiana dos imigrantes. A partir daí a colonização dos terrenos da Empresa de Terras e Colonização se fará pelo processo vegetativo, ou seja, jovens casais filhos dos primeiros imigrantes que compram terras contíguas às da família, ou de descendentes de outras colônias próximas que para ali se dirigiam.

Assumindo a posse e administração das terras do antigo Patrimônio Dotal, a Empresa de Terras e Colonização, devido aos problemas acima relatados, irá demorar aproximadamente uns 4 anos para reorganizar a administração das terras. As fontes permitem perceber que nesses quatro anos muitas famílias abandonaram seus lotes procurando outras cidades. Mas não se vincula esse abandono a alguma prática abusiva da Empresa.

[...] houve muitas desistências e boa parte se transferiu para outras cidades e estados, mas não foi pela falta de assistência, boa parte foi por não se adaptar ao serviço, que era árduo e exigia sacrifícios, como também com medo dos bugres que constituíram um fator muito negativo para a colônia.<sup>248</sup>

Há um elemento curioso na área territorial de propriedade da Empresa: há uma longínqua tradição de que haveria minas de ouro e pedras preciosas nessas terras. Como toda a informação de caráter quase lendário tem o poder de inflamar a imaginação de aventureiros, a Empresa teve constantes problemas de invasão de posseiros que, chegando para garimpar riquezas, aos poucos vão se fixando na região. “Naquela época existiam bandeirantes e exportadores. Procuravam ouro e prata. Muitos se estabeleceram por esse vales todos, como posseiros, o que deu não pouca dor de cabeça aos dirigentes da Empresa de Terras”.<sup>249</sup>

Além disso, ficou extremamente impregnado na imaginação coletiva da região a história do tesouro dos jesuítas. Segundo essa tradição, a destruição do território das missões, que a memória regional nomeia como República Guarani, fez com que os jesuítas, na fuga, enterrassem no território abaixo da serra fortunas em moedas de ouro.

Por que os jesuítas? Ora, porque eles é que andaram fugindo não sei de que perseguição e andaram pela costa da serra escondendo seus pertences. Ouro eles tinham. Tinham minas de ouro. Isto aqui era beira de estrada da serra... Devem ter andado por toda esta costa de mar. Eles tinham muitas riquezas. De certo foram mortos em seguida.<sup>250</sup>

Diante da invasão de suas terras a tradição oral informa que tais problemas foram resolvidos de forma profissional. “A Empresa sempre conseguiu resolver as questões de posseiros em boa paz. Posseiros de todas as raças. Ocupavam terras,

<sup>248</sup> LOTTIN, Jucely. Op. cit., p. 43.

<sup>249</sup> Trecho de uma entrevista concedida ao autor sem maiores referências. In DALL'ALBA, João Leonir. **O vale do Braço do Norte**. Orleans, edição do autor, 1973. p. 287.

<sup>250</sup> Entrevista concedida por BRIGHENTI, Gregório. In DALL'ALBA, João Leonir. **O tesouro do Morro da Igreja**. Florianópolis, Co-edição Seminário São José de Orleans e Fundação Catarinense de Cultura, 1994. p. 95. Obra de inestimável valor. Pouco antes de partir para ser missionário nas florestas do Equador, Pe. João Leonir Dall'Alba conseguiu publicar documentos do Museu Imperial de Petrópolis sobre minas de prata no sul catarinense. O mais extraordinário nessa obra é a enorme gama de informações sobre a tradição oral de fabulosas riquezas escondidas pelos jesuítas e de minas de ouro e prata que estão à espera de que algum sortudo as encontre. Essa tradição é extremamente forte no imaginário regional e avolumada em sua força pela cadeia de montanhas que rodeia a região que, com seus contrafortes, alimenta mistérios e expectativas.

derrubavam. Mas, com jeito, sempre se conseguiu que comprassem os terrenos, com prestações de até 15 anos”.<sup>251</sup>

Na verdade, a relação da empresa com os imigrantes não gerou apenas uma relação profissional, um compromisso de compra e venda. As práticas administrativas, as atitudes dos Diretores da Empresa foram gestando uma compreensão das relações que deveriam ser exercidas entre o poder da Empresa e os seus clientes, os imigrantes. Claro que, no afã de ver os lucros de seus investimentos retornando, as práticas da empresa não tinham uma intencionalidade meramente filantrópica. O fato é que, independente disso, a modo de sobra residual, forjaram-se gerações de imigrantes com altas expectativas em relação ao poder que geria a área da colônia. Restos não controláveis das práticas da empresa geraram exigências políticas não percebidas no processo de controle político que aos poucos o Estado levava para dentro da região, a partir da forças oligárquica sediadas em Tubarão que, por sua vez, eram tuteladas por forças políticas instaladas na capital, Florianópolis.

Entretanto, com o processo de passagem do controle das relações de poder da Empresa para o poder político do Estado, essas expectativas não foram sendo realizadas. Havia mesmo a sensação de que os colonos estavam sendo explorados pelo Estado. Socializados por uma relação de participação e diálogo, aos poucos foi se acumulando uma rejeição para com os donos do poder local que não se coadunavam com as práticas desenvolvidas na relação com a Empresa de colonização das terras do Patrimônio Dotal. Havia uma diferença no paradigma político da região, lastreado num personalismo típico do coronelismo da Velha República e o profissionalismo da empresa, lastreado num contrato legal, numa reciprocidade de direitos e deveres da empresa e do imigrante.

---

<sup>251</sup> Entrevista concedida por DRYLL, José, agrimensor-topógrafo, que trabalhou na Empresa durante décadas. In DALL'ALBA, João Leonir. **O vale do Braço do Norte**. Orleans, edição do autor, 1973. p. 292.

### 3.5 Conclusão

Sendo o espaço produzido essencialmente de uma forma rural, os sistemas simbólicos,<sup>252</sup> enquanto instrumentos estruturados e estruturadores de comunicação, não irão conseguir cumprir sua função política de instrumentos de imposição e de legitimação da dominação dos nacionais que possuem o poder político a partir dos principais centros urbanos na região sul catarinense nesse período. A produção do espaço, de certa forma, criou uma ruptura entre os produtores do poder simbólico e os grupos que deveriam ser catequizados por esse mesmo poder. As estratégias de controle, entendidas como a soma das formas de um agente social levar uma pessoa ou grupo a pensar, sentir ou agir de um modo que nem sempre agiria espontaneamente, ficou comprometida em seus mecanismos de implementação, tanto pela diferença de língua, como pela configuração rural do espaço de moradia dos grupos imigrantes.

A dispersão rural permitiu uma certa neutralização da comunicação simbólica dos grupos nacionais sobre os imigrantes. A política oligárquica e todo o poder simbólico a ela agregado não conseguia reproduzir os interesses dos grupos que defendiam esse modelo de exercer a atividade política. Dessa forma, as comunidades de imigrantes e seus descendentes se tornaram potencialmente abertas a recusar o domínio político das famílias oligárquicas locais. A organização do espaço tornou-se um princípio de diferenciação da compreensão das estruturas que regiam a vida social nessa região.

Do ângulo da reprodução, a concepção de um campo simbólico dotado de autonomia relativa envolve uma regionalização da realidade social cujos fundamentos, derivam tanto de um processo histórico singular quanto de categorias aí produzidas que passam a informar e justificar o princípio de diferenciação em que se apóia uma dada concepção teórica.<sup>253</sup>

---

<sup>252</sup> Cf. BOURDIEU, Pierre. Op. citatum. O conceito de “poder simbólico”, instrumental teórico de nossa análise, nos é oferecido por Pierre Bourdieu, e se refere a um poder invisível, poder este que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. É um poder quase mágico, que permite a um grupo conseguir aquilo que somente conseguiria se usasse a força, seja física seja econômica. É um poder que é “reconhecido”, ou seja, aceito por quem está sofrendo suas conseqüências, exatamente porque não é visto como um poder arbitrário. Essa é contradição do poder simbólico: se aceita como natural porque nem se percebe que esse poder é uma força de coação para manter certas prerrogativas de algum grupo específico. O poder simbólico é quase como que a naturalização da sujeição.

<sup>253</sup> MICELI, Sergio. A força do sentido. In BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo, Perspectiva, 1982. p. XIV.

Aos imigrantes e nacionais que estavam alijados do poder político nas mãos das famílias oligarcas da região, cabia apenas endossar os donos do poder: “No fim do seu mandato, o Cazuza<sup>254</sup> não deixou fazer eleição livre, mas fez eleição a bico-de-pena e soltou os capangas para garantir”.<sup>255</sup> Para os nacionais que intermediavam o excedente produtivo das comunidades imigrantes e dominavam o poder político com base no domínio urbano da região, a política oligárquica era a expressão natural de um modo de compreensão da ação política; um elemento natural ao mundo simbólico desses grupos, cujas raízes foram construídas desde o início no processo de construção do espaço sul catarinense, como vimos. O sentido imediato do mundo desse grupo é a compreensão de que a atividade política deve ser exercida da forma como vem sendo praticada: “não deixou fazer eleição livre, mas fez eleição a bico-de-pena e soltou os capangas para garantir”.<sup>256</sup> Estamos dentro de um campo de batalha operando com base nas relações de força manifestadas dentro de uma área de significação,

[...] os sistemas simbólicos como instrumentos de conhecimento e comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnosiológica: o sentido imediato do mundo.<sup>257</sup>

O imigrante que não cresceu socializado por esse mundo simbólico, ou seja, por esse “sentido imediato do mundo”, devido ao fato de a produção de seu espaço vital ter-se dado com características rurais, ficou relativamente resguardado de que a concepção político-oligárquica predominasse como modelo de organização dessas mesmas comunidades. O espaço em que se vive não é simplesmente o lugar em que se pisa a terra. Espaço de vida e espaço simbólico estão umbilicalmente ligados dando forma ao universo simbólico dos grupos sociais que aí vivem, até porque “prática e produtos circulam no âmbito de um mercado material e de um mercado simbólico que, por sua vez, encontram-se fundamentalmente imbricados”.<sup>258</sup> O sentido imediato do mundo sul catarinense antes da chegada das levas de

<sup>254</sup> Primeiro prefeito de Orleans.

<sup>255</sup> Entrevista concedida por NUNES, Sebastião. In DALL’ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p. 225.

<sup>256</sup> Id., *ibid.*, p. 225.

<sup>257</sup> BOURDIEU, Pierre. Op. cit., p. 36.

<sup>258</sup> MICELI, Sergio. Op. cit., p. XXXVI.

imigrantes podia facilmente se articular segundo as regras oligárquicas de tradição secular. Não mais após eles.

A constituição de um espaço rural de produção, cuja força é essencialmente mão de obra familiar, vai se situar no lado oposto do poder de construção da realidade da oligarquia local, estabelecendo de fato uma nova ordem de experimentar o sentido imediato do mundo. A abordagem cultural no sul catarinense parece apenas perceber os fenômenos simbólicos dos grupos como possibilidades de conhecimento de visões de mundo diferentes. Há uma certa ingenuidade nas abordagens do encontro cultural. Com isso fica relegado a cultura e os sistemas simbólicos em geral como um instrumento de poder, isto é, de legitimação da ordem vigente.<sup>259</sup>

A revolta civil em Orleans vai se articular como negação de um universo simbólico construído pelo grupo político dominante. A revolta dessas comunidades imigrantes explicita que o “sentido imediato do mundo”, para eles, não deve ser mediado por um poder político, cuja forma de exercer é privatizado em mãos de algumas famílias tradicionais dos centros urbanos. Desse modo, o espaço rural criado pelos imigrantes e o mundo urbano, cujo poder político e econômico está nas mãos dos nacionais, se articulam como entidades independentes, e o sentido imediato do mundo para esses grupos é dividido pelo espaço que criaram para viver. Toda análise que vimos estabelecendo do processo de construção do espaço pelos nacionais, pelos imigrantes e pela Empresa, querem dar lastro a essa especificidade.

Entretanto, uma vez que a cultura só existe efetivamente sob a forma de símbolos, de um conjunto de significantes/significados, de onde provém sua eficácia própria, **a percepção dessa realidade segunda, propriamente simbólica, que a cultura produz e inculca, parece indissociável de sua função política.** Assim como não existem puras relações de força, também não há relações de sentido que não estejam referidas e determinadas por um sistema de dominação.<sup>260</sup> (grifo nosso)

Portanto, para manter o controle político após a chegada dos imigrantes era necessário reproduzir nessas novas populações a mesma dinâmica que permitia a produção de um universo simbólico que o justificasse.

<sup>259</sup> Cf. MICELI, Sérgio. In BOURDIEU, Pierre. Op. cit., p. X.

<sup>260</sup> Id., ibid., p. XIII.

Se era relativamente fácil reproduzir nos grupos nacionais mais humildes a manutenção de um sistema político oligárquico devido a uma “solidariedade social”, fundada no fato de que essas populações participavam do mesmo sistema simbólico, cuja construção tinha suas raízes no longo processo de produção do espaço sul catarinense, agora, contudo, a revolta civil em Orleans, vai demonstrar que a reprodução de um mundo simbólico que permitisse o funcionamento dos mecanismos que mantinham o poder político nas mãos de algumas famílias não seria um processo imune a conflitos.

Durante a administração do Dr. Otto em Tubarão, impuseram um imposto para a conservação das estradas. Os colonos de Santa Rosa não quiseram pagar. Veio a polícia. Sete ou oito, mais alguns civis. Pra quê! Até nem se sabe como se reuniram mais de 30 colonos armados de pistolas, paus e latas. Muitos tiros no ar. A polícia nem tentou resistir. Veio de volta. Os colonos atrás dando tiros, fazendo algazarra, batendo latas. A colonada se riu por muito tempo do cagaço das autoridades. Foi um levante bonito. Não que a coisa tenha passado tão lisa assim. Dias após veio um batalhão inteiro, dizem, disposto a abafar a revolta dos colonos a ferro e fogo. Mas os colonos estavam prevenidos. Entricheiraram-se no centro. Foi o pai do Lindolfo quem conseguiu parlamentar e convencer os soldados a desistir da vingança, fazendo-lhes ver o feio que ia ser a luta. Valentes a nossa gente, não?<sup>261</sup>

Por isso, a importância em ressaltar esses dois mundos simbólicos não é uma mera abstração favorecida por conceitos sociológicos. A análise da formação do espaço sul catarinense, mais especificamente da Colônia Grão Pará aí inserida, na tentativa de compreender melhor a revolta civil em Orleans, principalmente através de fontes orais, nos permite inferir que essa contraposição básica entre o urbano e o rural, representadas respectivamente pelo grupo nacional e pelos imigrantes, revela a incompatibilidade básica entre valores sociais e políticos diferentes. “Queriam sim, dar uma demonstração de força. Fora instigado, acirram-lhe os ânimos. (...) Mas fora, para demonstrar que sabia defender seus interesses”.<sup>262</sup>

Ressalte-se que a contraposição não é simplesmente explicada e justificada pelo fato de que a aquisição de patrimônio rural por parte dos imigrantes determinou esse antagonismo. Pelos testemunhos obtidos na análise da revolta civil em Orleans, e por tantas outras testemunhas citadas, o que se percebe é uma oposição que nasce do viés simbólico, ou seja, do conjunto de diferenças que brotam da

<sup>261</sup> Entrevista concedida por TENFEN, Roberto. In DALL’ALBA, João Leonir. **O vale do Braço do Norte**. Orleans, edição do autor, 1973. p. 302.

<sup>262</sup> DALL’ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p. 229.

língua, fé, organização comunitária, visão política, etc., que funcionam como estruturas estruturantes no processo de construção da realidade e do modo de perceber o mundo de cada um dos grupos. Não há necessariamente um esforço intencional para que assim aconteça. O que há é a dinâmica social subjacente à prática dos agentes sociais dentro de um grupo, onde “o poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnosiológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social).”<sup>263</sup>

O fato concreto que brota de todo esse processo é que há na área urbana um grupo de nacionais que domina a intermediação comercial do excedente produtivo, bem como possui o poder político dentro de um modelo de gestão personalista e oligárquica. Nessa configuração espacial das relações de poder se manifestam sistemas simbólicos, que

[...] enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e conhecimento, cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a ‘domesticação dos dominados’.<sup>264</sup>

Como havia dificuldade em reproduzir o sistema simbólico oligárquico na ausência de meios de comunicação de massa, bem como a falta de um sistema formal de educação e a ausência de uma língua comum, a ruralização dos grupos de imigrantes, se por um lado, não permitiu que os imigrantes fossem tão influenciados, por outro lado, essa divisão espacial tornou-se um elemento útil à oligarquia local por ter permitido que o poder político urbano dos nacionais se mantivesse por maior tempo. Essa ruralização não contribuiu para que “o campo simbólico, cuja eficácia reside justamente na possibilidade de ordenar o mundo natural e social através de discursos, mensagens e representações, que não passam de alegorias que simulam a estrutura real de relações sociais”,<sup>265</sup> exercesse sua função socializadora nessas mesmas comunidades, legitimando uma ordem política tradicionalmente exercida na região. A revolta civil em Orleans mostraria que

---

<sup>263</sup> BOURDIEU, Pierre. Op. cit., p. 9.

<sup>264</sup> Id., *ibid.*, p. 11.

<sup>265</sup> MICELI, Sergio. Op. cit., p. XIV.

o projeto das oligarquias local e regional já estava com seus dias contados, como de fato a Revolução de 1930 veio demonstrar em nível nacional.

Apesar do grande contingente de imigrantes que chega na região sul catarinense e do lento processo de miscigenação, a antiguidade das metrópoles econômicas e políticas da região, Laguna e Tubarão, ditaram a organização do lento processo de urbanização da região e manipularam durante décadas o poder político regional. O estudo de tantas entrevistas nos leva a crer que, o fato de desde o início os nacionais estarem envolvidos com o comércio do excedente produtivo dos colonos e com a organização das relações de poder aí instituídas, se criou uma maior influência desse grupo na organização das vilas constituídas para serem os núcleos coloniais.

É interessante observar que, embora a zona tenha comportado grande número de colonos estrangeiros, italianos, alemães e mesmo outros em menor escala, como os poloneses, **não se observou a evolução de uma colônia para um centro urbano típico, com formas arquitetônicas prevalentemente européias, como ocorreu na bacia do Itajaí e no Litoral Norte. Tubarão e Laguna já exerceram, desde o início as funções de centros convergentes**, e Criciúma teve seu movimento dependente da mineração. Padrões da cultura luso-brasileira que caracterizavam Laguna e Tubarão se repetiram nas colônias fundadas, por sinal, após a consolidação de núcleos mais importantes na bacia do Itajaí, enquanto na Zona de Laguna a ocupação vicentista e açoriana já havia fixado resultados mais profundos e extensos.<sup>266</sup> (grifo nosso)

A vinda dos imigrantes da área rural para as cidades metrópoles do sul catarinense, ou mesmo para os núcleos urbanos que foram surgindo, somente irá acontecer a partir da década de 1930, influenciada principalmente por uma política de nacionalização desses grupos que, aliados do interesse do Estado brasileiro, se construíram durante décadas a partir de seus próprios esforços. Na vila de Orleans, sede da Empresa, enquanto a região rural era habitada pelos imigrantes das diversas etnias,

[...] a cidade de Orleans nasceu com nítida predominância do elemento nativo, de origem portuguesa ou açoriana. Comerciantes de Laguna e Tubarão é que compuseram a estrutura social do centro administrativo da colônia. De lá também vieram os caixeiros, os empregados, os operários das fábricas de banha, os funcionários da estrada de ferro. Não admira que as manifestações culturais do centro urbano tenham sido típicas do folclore açoriano-português: danças, retretas de banda, carnaval, boi-de-mamão,

<sup>266</sup> LAGO, Paulo Fernando. **Santa Catarina – Dimensões e Perspectivas**. Florianópolis, UFSC, 1978. p. 106-107.

bandeira do Divino, cantorias de Reis, desafios de trovas, barraquinhas das festas.<sup>267</sup>

Muitas das cidades do sul catarinense que hoje são consideradas italianas ou alemãs, dentro de uma estratégia de ressignificação implementada por uma política de turismo local, de fato, em suas origens e por muitas décadas, foram marcadas profundamente pela cultura luso-açoriana.<sup>268</sup> O fato de hoje nos encontrarmos diante de uma região eminentemente marcada pela cultura das etnias que entraram a partir da segunda metade do século XIX, deve ser diferenciada das influências políticas e culturais que as mesmas começaram a impor a partir de certo momento.<sup>269</sup> É importante ressaltar esse aspecto, porque a revolta civil em Orleans em 1923 acontece numa conjuntura onde havia no centro urbano “a nítida predominância do elemento nativo de origem portuguesa ou açoriana”.<sup>270</sup> Se Orleans foi aos poucos conquistada pelo imigrante, a cidade de Braço do Norte, sede de uma colonização espontânea ao lado da Colônia Grão Pará,<sup>271</sup> passa por um processo bastante semelhante, caracterizando uma tipologia comum à organização social do espaço urbano na região.

A povoação surgiu brasileira. Por muitos e muitos anos cercada de colonizadores alemães, conservou-se tipicamente brasileira. Ainda hoje é a mais brasileira das cidades do vale. Miscigenação, fusão perfeita de raças, mas seu ritmo, sua vida e comandada pelo modo de viver da etnia brasileira, bem mais do que a alemã ou italiana, também se, ambas, muito influentes.<sup>272</sup>

Há muito de anacrônico em leituras históricas feitas atualmente, principalmente não levando em conta que houve um espaço de tempo onde o imigrante passou pelo processo de capitalização que lhe permitiu se dirigir para a cidade-núcleo da colônia, e a partir daí, inserir-se na política local.

<sup>267</sup> DALL'ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p. 403.

<sup>268</sup> Intencionalmente explicitamos essas duas raízes culturais, ao invés de usar o coletivo “nacionais”, por causa de tradições específicas que durante décadas foram colocadas em práticas através de tradições populares.

<sup>269</sup> Nós percebemos que esse “certo momento” equivale - para a região que compreendia o imenso território do Município de Tubarão à época da revolta - à capitalização dos imigrantes que aos poucos vão se dirigindo para a área urbana, dinâmica a ser ainda pesquisada adequadamente pela historiografia local-regional.

<sup>270</sup> Idem, ibidem, p.403.

<sup>271</sup> Conferir mapa do Anexo 3.

<sup>272</sup> DALL'ALBA, João Leonir. **O vale do Braço do Norte**. Orleans, edição do autor, 1973. p.194.

Assim sendo, do ponto de vista da organização do espaço e suas relações de poder, o capital necessário para abrir negócios nos pequenos núcleos que se formavam nos entroncamentos coloniais nos primórdios do povoamento do território sul-catarinense, provinha dos nacionais. Não eram grandes empresários, nem possuidores de fortunas, mas comparados aos imigrantes que chegavam eram vistos como mais bem situados economicamente.<sup>273</sup>

Exemplo destes comerciantes nacionais que queriam aproveitar a produção dos colonos e comercializar para os grandes centros, encontramos em Oscar Pinto, filho do Comendador Caetano Pinto Júnior, empresário que como vimos havia começado a colonização das terras do Patrimônio Dotal dos Condes. Muito provavelmente, a partir da experiência do pai, ficou sabendo do enorme sucesso dos comerciantes que se instalaram na sede da Colônia de Caxias do Sul. Em Orleans, Oscar Pinto estabeleceu uma grande casa de comércio visando exportar produtos da colônia para o Rio de Janeiro.<sup>274</sup> Na região do Vale do Braço do Norte temos outro exemplo desse mesmo processo: um negociante lusitano, Francisco de Oliveira Souza, que criou uma rede de comércio envolvendo a Colônia de Grão Pará e a colônia espontânea do Braço do Norte. Sua neta nos relata o seguinte:

A chegada dos alemães ao vale deve ter ecoado aos ouvidos do comerciante que viu perspectivas de bons negócios em seu meio. Comprou terras dos Nazários, e já em 1876 abriu uma casa de negócio à beira do rio, no encruzo das picadas, uma margeando o rio, outra descendo a serra. ... Em Braço do Norte teve a primeira e por muitos anos a maior casa de comércio da região. Negociava com os colonos, abastecia a colônia Grão Pará em seus inícios. Acolhia os imigrantes. ... Tinha de tudo. Empório para os colonos e para os serranos. ... Teve casas de negócio também em Grão Pará e Orleans, onde também construiu a primeira olaria.<sup>275</sup>

Temos, portanto, nas primeiras décadas da colonização moderna do sul catarinense, um processo onde encontramos os nacionais como coordenadores das

<sup>273</sup> Nos documentos da Empresa referentes à venda dos primeiros lotes em Orleans, encontramos: Francisco de Oliveira Souza, que também foi o primeiro comprador de lotes na Colônia; Marcolino Cabral, João José Nunes Teixeira, João Silvério da Silva, todos com a intenção de colocar casa de negócios. Cf. DALL'ALBA, João Leonir. **Pioneiros nas terras dos condes**. Florianópolis, Imprensa Oficial, 1971. p. 112.

<sup>274</sup> DALL'ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p. 395.

<sup>275</sup> Entrevista concedida por KINDERMANN, Áurea Uliano. In DALL'ALBA, João Leonir. **O vale do Braço do Norte**. Orleans, edição do autor, 1973. p.196. Note-se que o nome da neta do lusitano revela que a mesma é filha de italiano e casada com um alemão. Isso vem corroborar uma idéia de nosso trabalho de que houve envolvimento inter-étnico com nacionais, desde os inícios da colonização, quando envolvia famílias de maiores posses.

relações de poder local e como intermediários de uma capitalização primária dos colonos. Como atravessadores do excedente produtivo da região, ao mesmo tempo que facilitam a exportação dos produtos dos colonos, suas atividades serão determinadas pelo espaço de tempo em que os colonos, aos poucos, criarão seus próprios estabelecimentos para fazer eles mesmos o comércio e a produção. É esse processo que fez com que hoje a maioria dos centros coloniais e muitas cidades metrópoles da região sul catarinense sejam vistas como italianas, ou alemãs. Mas ressaltemos que, até a década de 1920 eram ainda em grande parte dominadas política e comercialmente por nacionais.

O colono que progride e quer se promover, almeja vir para a cidade. E aos poucos a cidade troca de aspecto e de lideranças. Os ex-colonos tomam as rédeas da indústria e do comércio, da política, das atividades culturais. Gente de belas qualidades, de capacidade excepcional, mas de pouco estudo, de pouca cultura. O nível cultural da cidade decresce. Quase desaparecem antigas manifestações culturais.<sup>276</sup>

Encontramos também no sul catarinense grupos nacionais, constituídos por pequenos e grandes proprietários(semarias), que viviam eminentemente de uma produção de subsistência, pouco participavam na produção de excedente. Esses, a partir da constante capitalização dos imigrantes passaram a vender suas terras e sua força de trabalho.

Aos poucos as terras dos nacionais foram sendo vendidas aos alemães. Não tinham ideal agrícola. A grande maioria era analfabeta, os pais não sentiam a necessidade de enviar os filhos à escola, enquanto que para alemães era o capricho principal: ler, escrever e praticar a religião.<sup>277</sup>

Outro testemunho oral relata que,

[...] a colônia alemã lá chegara só por volta de 1905. Antes já fora habitada por nacionais, não por demais empreendedores, já que mal tinham derrubado umas roças nas vargens. Em inícios do século, colonos da Vargem do Cedro viram o lugar e começaram a comprar terras dos brasileiros, que eram talvez, mais de 30 famílias. Cada alemão comprou as terras de três ou mais famílias. Eram quase todos jovens casais que

<sup>276</sup> DALL'ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p.399. Atente-se que o autor não intenta desqualificar a cultura dos que começam a chegar no centro urbano. O comentário, talvez não elaborado adequadamente, refere-se às práticas folclóricas que diminuíram.

<sup>277</sup> DALL'ALBA, João Leonir. **O vale do Braço do Norte**. Orleans, edição do autor, 1973. p. 221.

chegavam... Quando os caboclos venderam suas terras entraram umas 14 famílias de descendentes de alemães, todos vindos de Vargem do Cedro.<sup>278</sup>

Na década de 1920, em que vai eclodir a revolta dos imigrantes em Orleans, temos o seguinte quadro geral de ocupação do espaço na região do vale do Rio Tubarão: nacionais mais abastados, que consumiam informações, intermediavam o comércio do excedente produtivo da área de imigração, possuíam casas de “secos e molhados” nos insipientes núcleos urbanos; outro grupo de nacionais que eram os donos do poder a partir das metrópoles urbanas regionais de Laguna e Tubarão e, finalmente os nacionais mais pobres, que, não tendo mão de obra escrava não se capitalizaram, restringindo-se a uma produção de subsistência com pouco acesso as redes de comércio. Por fim os imigrantes:

... vivendo num espaço ruralizado:

Chegamos no dia de natal, [...] Ficamos só nos dois, sozinhos na floresta, sentados na raiz de uma árvore. Ela chorava repetindo continuamente: ‘E adesso, come temo?’ Era meio-dia, [...] logo de tarde escolhi um lugar para um rancho onde dormiríamos. Um tronco de figueira com enormes raízes ajudou-me na obra. De noite providenciamos um grande fogo. Meu Deus, quanto medo! E se viesse os índios? E os tigres? Porque havia tigres de metro e meio, dissera-me alguém em Orleans. E cobras? O medo, o desespero, a desolação das primeiras semanas foram inauditos. Passamos duas semanas sem ver ninguém. De longe, do Rio dos Pinheiros,<sup>279</sup> vinham-nos ecos dos latidos de cães. De certo haveria casas por lá. E se fossem índios? E se fossem caboclos bandidos?<sup>280</sup>

... sem adequadas vias de comunicação para circulação da produção:

“a maioria das estradas do interior foi aberta a casco de burro ou com o passar dos carros”; “Partíamos com meio saco de milho às costas e íamos à tafona em Pedras Grandes em quatro ou cinco horas; eu também ajudei a carregar um doente até Orleans em maca de lona. Mais de vinte quilômetros”;<sup>281</sup> “Minha avó carregava o derlim às costas, cheio de gamelas de madeira e ia vendê-las em Laguna. A pé”.<sup>282</sup>

... e etnicamente fechados em seu “mundo”.

<sup>278</sup> Entrevista concedida por MICHELS, Paulino. Id., *ibid.*, p. 243.

<sup>279</sup> Conferir mapa do Anexo 3.

<sup>280</sup> Testemunho sem referências. In DALL’ALBA, João Leonir. **Pioneiros nas terras dos condés**. Orleans, Lelo, 2003, p. 134.

<sup>281</sup> Moinho de roda, geralmente movido a água, mas pode haver também movido por animais; o mesmo que atafona.

<sup>282</sup> Testemunhos sem referências. In DALL’ALBA, João, **Pioneiros nas terras dos condés**. Orleans, Lelo, 2003. p. 197.

Escolas italianas, padres italianos, vizinhos, amigos, conhecidos, todos italianos. Conversa em casa, orações privadas e públicas, só em italiano. Rádio não havia. Jornal não se lia. Isto não só para os imigrantes, mas para os filhos deles também. Só os netos é que aprenderam.<sup>283</sup>

Cidades tradicionais da região sul catarinense como Laguna e Tubarão e as vilas que vão surgindo nas área de imigração vão aos poucos sendo acrescidas em sua população pelo elemento imigrante bem sucedido que via nas pequenas vilas a aspiração de um melhoramento de sua qualidade de vida e de progresso econômico familiar. Há uma dinâmica clara de incremento e substituição do poder econômico e político dos brasileiros pelos imigrantes, após a década de 1930. De fato, a partir dessa década encontramos os primeiros sobrenomes com ascendência italiana ou alemã nos quadros da administração municipal: “Pizzolatti”; “Stockler”; “Pfützenreuter”. A partir da década de 1960 até o presente, todos os chefes políticos locais são de descendentes de imigrantes.<sup>284</sup>

Por tudo isso, o espaço sul catarinense é muito mais do que as limitações de fronteiras geográficas com grupos sociais que o compõem. A região é um verdadeiro local de produção e reprodução de mundos simbólicos diferentes: o mundo urbano marcado pelo personalismo político das oligarquias locais e dos comerciantes nacionais e o mundo rural das populações imigrantes. A experiência humana do imigrante, ao trabalhar na terra, ao rezar, ao construir seus engenhos e moinhos, ao festejar, ao celebrar seus mortos, constrói uma identidade própria. A experiência humana dessas comunidades ao ser expressão exteriorizada dos que da Europa para cá vieram, possibilita a construção de um mundo novo. Mundo que involuntariamente será contraposto ao mundo dos nacionais com essas mesmas expressões mas com conteúdos diferentes. “O homem, ao se exteriorizar, constrói o mundo no qual se exterioriza a si mesmo. No processo de exteriorização projeta na realidade seus próprios significados”.<sup>285</sup> São esses significados, principalmente os da dimensão política, que serão o fundamento dos conflitos na revolta civil em Orleans. Por isso, a revolta civil em Orleans revela que os instrumentos de produção de uma representação do mundo social, como o mantido pelas oligarquias

---

<sup>283</sup> Id., *ibid.*, p. 140.

<sup>284</sup> Essa conclusão baseia-se nos estudos sobre a pesquisa oral empreendida por DALL’ALBA, João, **Pioneiros nas terras dos condes**. Op. citatum. **O Vale do Braço do Norte**. Op. citatum. **Colonos e Mineiros no grande Orleans**. Op. citatum.

<sup>285</sup> BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. Op. cit., p.142.

políticas da região sul catarinense, não conseguiam mais reproduzir e socializar suas idéias dentro dessas novas comunidades.

## **CAPÍTULO IV**

### **4. A FORMAÇÃO ÉTNICO CULTURAL E AS RELAÇÕES DE PODER**

#### **4.1 Introdução:**

Na parte anterior, tentamos estabelecer uma relação entre a constituição dos poderes e as especificidades da produção do espaço no sul de Santa Catarina, principalmente na região do vale do Rio Tubarão, onde está situada a Colônia Grão Pará, cenário do evento de nosso estudo. Sempre preocupados em entender as relações de poder para uma adequada compreensão da revolta dos imigrantes em 1923 na sede do Município de Orleans, queremos agora relacionar as relações de poder à formação étnico cultural dos grupos que aí se socializavam.

A revolta civil em Orleans envolveu várias famílias de imigrantes e seus descendentes que para lá se dirigiram a fim de depor o Superintendente empossado após a renúncia forçada do Superintendente anterior, coação esta que partiu do poder do governo estadual. Simplificada em seus elementos básicos e factuais, a revolta civil é expressão de um descontentamento com o modelo que gerenciava as relações políticas na região. Ora, admitir um descontentamento é supor diferentes formas de compreensão do elemento político. Tematizados de forma consciente e analítica pelos envolvidos? Certamente que não, mas nem por isso menos incidente nas práticas cotidianas.

Temos, então, que compreender, ao menos em linhas gerais, o perfil político da comunidade dos imigrantes como dos nacionais. Entendemos por “perfil” alguns

aspectos gerais construídos pelos imigrantes e pelos nacionais, a partir da organização da vida cotidiana dessas mesmas comunidades. É necessário para isso uma adequada abordagem da cultura, do contrário, a leitura que iremos propor dos elementos que envolvem a cotidianidade dessas comunidades poderá soar como extrapolação indevida. É como se estivéssemos a poucos instantes de um duelo, quando, diante dos contendores o juiz diz: “escolham as armas”. Ela irá determinar o rombo que os duelistas farão um ao outro. Mutádis mutandis, é a determinação clara do conceito de cultura que irá determinar as possibilidades de análise da dinâmica da vida cotidiana dos nacionais e imigrantes. Bem, deixemos essas comparações, muito ao gosto de Braudel e debruçemo-nos sobre o problema.

Em relação à historiografia da imigração no sul de Santa Catarina, consideramos o uso do conceito “cultura” um dos problemas teóricos mais sérios.

O conceito de cultura usualmente utilizado por essa historiografia possui uma visão que aborda as diferenças entre os atores como se fossem apenas “diferentes costumes”. As diferentes práticas, os elementos referidos como “costumes”, aparecem simplesmente numa perspectiva exteriorizante, como se não houvessem seres ontologicamente diferentes, cujos costumes são objetivação da condição antropológica que os funda.

As abordagens quase sempre se dão numa concepção de cultura que privilegia o espaço geográfico e os costumes das populações nacionais que ali estavam, ou abordam a cultura dos imigrantes de forma apologética, mostrando a contribuição dos mesmos na constituição dos costumes e do progresso material sul catarinense. A referência a essa abordagem não quer de forma alguma desmerecer os discursos que assim se fundamentam. O problema é que por causa dessa restrição conceitual, muitos conflitos são entendidos como má vontade de quem chega(imigrantes), ou má educação dos anfitriões(nacionais), inviabilizando uma adequada história política. Aí está o fulcro da questão. Interessados em compreender as formas de poder aí constituídas, um conceito de cultura que não articule esse elemento, não permitirá perceber que as especificidades culturais estão comunicando ethos políticos diferentes.

Metodologicamente, essas abordagens trabalham com um conceito de “representação” do mundo social que reduz a compreensão da cultura numa linha que valoriza em demasia sua função gnosiológica, ou seja, a cultura é entendida como um sistema complexo de representação da sociedade que serve para o ser

humano decodificar o mundo em que vive, ajudando a conhecer a realidade. A cultura é reduzida a um elemento instrumental do complexo processo de comunicação e de conhecimento entre as pessoas. Se privilegia a cultura como uma estrutura estruturada que constrói a socialização do indivíduo habilitando-o a conhecer o real. Esquecesse de que, além dessa dimensão, o sistema de representação de uma sociedade é também uma estrutura estruturante, ou seja, condiciona os atores dentro de relações de forças que determinam os lugares sociais.

Com isso se deixa de lado as funções políticas e econômicas de uma cultura enquanto instrumento de poder e de legitimação de uma ordem vigente, aspecto fundamental se se quer acessar as áreas de imigração sul catarinense a partir de uma história política. “Novas possibilidades teóricas se ofereceram aos historiadores do poder e da política a partir dos trabalhos de Geertz [...]. Poder e política passam assim ao domínio das representações sociais”.<sup>286</sup>

Sem essa perspectiva a cultura é vista em sua forma despolitizada, ou seja, apenas como um elemento que fornece os acordos quanto aos significados dos signos e quanto ao significado do mundo. Esse tipo de abordagem está profundamente ligado à visão de um dos pais da sociologia. No dizer do próprio Durkheim em sua clássica obra, “As formas elementares da vida religiosa”,

existe na raiz de nossos juízos um certo número de noções essenciais que dominam toda nossa vida intelectual; são as que os filósofos, depois de Aristóteles, chamam as categorias do entendimento: noções de tempo, de espaço, de gênero, de número, de causa, de substância, etc.<sup>287</sup>

Nessa visão, correta mas incompleta, a cultura seria uma sopa de elementos simbólicos que, no processo de socialização de cada indivíduo, permite a esse adquirir “certo número de noções essenciais que dominam toda nossa vida intelectual”, possibilitando ao ente social cognoscente, olhar para o mundo que o cerca com a capacidade de entendê-lo. Para quem articula o discurso histórico com esse conceito de cultura, não há interesse em se procurar na prática do pensar e do agir dos imigrantes e nacionais a presença de mecanismos ideológicos. Quase naturalmente se exclui uma compreensão da cultura que tenha por interesse a

---

<sup>286</sup> FALCON, Francisco. História e poder. In CARDOSO, Ciro Flamarion. & Vainfas, Ronaldo. **Domínios da História – Ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro, Campus, 1997. p.76.

<sup>287</sup> DURKHEIM, citado por OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Sobre o pensamento antropológico**. 3ª edição, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2003. p. 32.

legitimação da ordem vigente. Os ritos estariam mais ligados à função de proporcionar coesão social: suscitar, manter e renovar o sentimento de participação no grupo, do que representação de relações de poder.

Ora, dentre as diversas orientações que lidam com sistemas de fatos e de representações, comumente recobertos pelo conceito mais abrangente de cultura, Pierre Bourdieu oferece boas pistas para um adequado uso do conceito de “cultura” nas áreas de imigração sul catarinense. De saída lembramos que, ao apresentá-lo, não o colocaremos em posição de negação em relação à abordagem anterior, mas dentro da lógica dialética que, assumindo a tese, elabora uma síntese com os elementos da antítese. De fato, nenhuma pesquisa se produz a partir de um vazio teórico, mas encontra seus fundamentos numa reflexão crítica e com novos problemas de autores do passado. Se podemos ver mais longe, a verdade é que, parodiando Isaac Newton, estamos de pé sobre os ombros de autores que nos servem de inspiração.

Portanto, além de compartilhar a cultura, e por extensão todos os sistemas simbólicos, como a arte, o mito, a linguagem, etc., em sua qualidade de instrumento de comunicação e conhecimento responsável pelo consenso social, Bourdieu considera a cultura e os sistemas simbólicos em geral como um instrumento de poder, isto é, de legitimação da ordem vigente. A despeito de todas as diferenças de abordagem, Bourdieu retém a idéia central de Durkheim. Contudo, ao invés de enfatizar a análise interna dos bens e mensagens de natureza simbólica, procura ver esses elementos a partir de suas funções políticas e econômicas.

Assim, nem tanto ao viés durkheimiano, que vê a cultura como elemento que permite entender o significado dentro de uma cultura dada, nem tanto ao viés marxista que tende a desqualificar a superestrutura simbólica reduzindo-a a um epifenômeno mecânico e totalmente dependente da infra-estrutura econômica. Bourdieu não compartilha essa visão marxista de quase vulgarização do elemento cultural reduzindo-o a uma simples ideologia.<sup>288</sup>

---

<sup>288</sup> Ressaltemos que desde o tempo das revisões feitas pelos althuserianos, parece que houve várias críticas à essa vulgarização do pensamento de Marx que nós mesmos estamos incorrendo; em nosso caso, mais como efeito retórico para ressaltar as diferentes abordagens. Hoje em dia vários autores não aceitam mais essa idéia de que Marx não teria levado em conta certa autonomia relativa do mundo simbólico, ou para usar uma expressão típica da prosa marxista, certa autonomia das formas ideológicas. A economia não teria, pelo menos nos textos de Marx, esse poder quase demiúrgico de produzir até os elementos simbólicos da cultura.

Fica patente a ênfase dada por Bourdieu à problemática do simbolismo com que se reveste toda e qualquer dominação. A partir do uso exclusivo de uma concepção durkheimiana não se atentou adequadamente para aqueles aparelhos diretamente repressivos das oligarquias locais quando da chegada dos imigrantes, aparelhos que se assentam numa determinada forma de dominação.

Deixou-se ainda de lado os tipos de legitimidade que consolidam o circuito propriamente político entre a oligarquia nacional-regional-local e os imigrantes através dos diversos aparelhos de produção simbólica, que naquele espaço específico não eram tantos nem tão complexos de se articular teoricamente.

O que Bourdieu pretende é retificar a teoria do consenso por uma concepção teórica capaz de revelar as condições materiais e institucionais que presidem a criação e a transformação de aparelhos de produção simbólica cujos bens deixam de ser vistos como meros instrumentos de comunicação e ou de conhecimento.<sup>289</sup>

Não basta entender o caráter simbólico do sistema social dos imigrantes e nacionais. É necessário levar em conta que o caráter alegórico de uma cultura e todas as representações sociais são devedoras de uma gama enorme de determinações que esse mesmo sistema simbólico sofre por parte das condições de existência econômica e política. Portanto, a limitação mais grave que percebemos subjacentes aos trabalhos historiográficos no âmbito da região de imigração sul catarinense, foi o fato de usar como instrumental teórico uma concepção de cultura muito vazada numa perspectiva durkheimiana. Foi útil para resgatar as especificidades culturais dos grupos, mas limitada para entender os conflitos que ali surgiam.

O estudo das trocas simbólicas a partir de suas bases sociais nos permite perceber que a representação do mundo social não é uma manifestação cultural neutra. A cultura, nesta perspectiva, se torna um campo de batalha operando com base nas relações de força manifestadas dentro da área de significação simbólica compreendida pela região da imigração. Atitudes, práticas, grupos de poder e de decisão, níveis de discurso, estruturação de imagens, informam o campo ideológico de uma cultura específica e para compreender isso é necessário, além da

---

<sup>289</sup> MICELI, Sérgio. In BOURDIEU, Pierre. **A Economia das trocas simbólicas**. São Paulo, Perspectiva, 1982. p.XII.

abordagem de Durkheim, reconduzir o estudo da realidade cultural às suas bases sociais, como sugere Bourdieu.

Façamos uma observação final. Associado ao termo cultura, usa-se muito o conceito “aculturação” para se referir a uma relação cultural onde a cultura de um grupo é mudada porque há mecanismos deliberados e articulados do grupo mais forte que obrigam-na a se adaptar. As condições desiguais de poder diante de duas culturas que interagem gera a inculturação daquela mais fraca. Na pesquisa que implementamos na Colônia Grão Pará o uso do conceito “aculturação” seria inadequado numa linha de tempo que vai da chegada dos primeiros imigrantes, pelo ano de 1883, até a revolta dos colonos em 1923. A violenta repressão dos “quistos” em território nacional vai se dar dentro de um projeto de centralização do Estado brasileiro a partir da Revolução de 1930, se intensificando durante a Segunda Guerra Mundial, chegando-se mesmo a construir um “Campo de Concentração” na região sul catarinense onde se recolhiam os suspeitos de serem a “5ª Coluna”.<sup>290</sup>

Foi no tempo da Guerra. Houve um campo de concentração no Timbé, na encosta da Serra. A finalidade era confinar nele os italianos que fossem julgados 5ª Coluna da Itália, [...] que era comandado por um capitão do exército. O delegado do lugar era responsável pelo cumprimento das ordens. Não havia trabalhos forçados. O campo abrangia a localidade de Timbé. Os confinados podiam ficar numa pensão ou na casa de amigos. A maioria dos acusados de pertencerem à 5ª Coluna nem conheciam a Itália, por terem vindo de lá crianças ainda. Mais tarde um capitão foi ao campo averiguar. Em seguida libertou as pessoas, por não ver nelas nenhum espião. Isto em 1943 ou 44.<sup>291</sup>

Se houve algumas escaramuças na Primeira Guerra Mundial não consideramos que tais fatos devam ser colocados sob a compreensão de aculturação. Não havia um projeto deliberado de nacionalidade e de reforço de uma identidade comum como aconteceu após 1930. A violenta repressão à revolta dos imigrantes da Colônia Grão Pará representa, localmente, uma das primeiras manifestações de um movimento de aculturação fortíssimo, implementado pelo Estado brasileiro.

---

<sup>290</sup> Antes das pesquisas para esse trabalho não tínhamos o mínimo conhecimento desse “Campo de Concentração”. Eis outro importante objeto de pesquisa para os historiadores da região.

<sup>291</sup> Entrevista concedida por BOEIRA, Valdemar. In DALL’ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p. 222.

## 4.2 Os nacionais – Ensaio de compreensão local

Quem eram os nacionais? Como estavam organizados no período proximamente anterior à chegada dos imigrantes? Que regime de poder articulavam na região? Que disposições predominantes podemos identificar? Todas essas questões são de fundamental importância pois a revolta dos imigrantes em 1923 vai acontecer no bojo da luta entre grupos nacionais pelo poder político da cidade de Orleans. Por isso uma compreensão das características do grupo nacional permite estabelecer elementos do conjunto de forças que se articulavam naquele espaço. Elementos importantes já foram sugeridos na análise da produção do espaço. Dirijamo-nos agora para a formação étnica.

Não há estudo específico que estabeleça uma relação entre a cultura do grupo nacional e as relações de poder que se estabeleceram no sul catarinense no vale do Rio Tubarão no período anterior à imigração. A análise dos documentos, principalmente dos relatórios produzidos pelas comissões que vieram analisar a região para a ereção da Colônia Grão Pará, bem como as pesquisas orais publicadas, nos oferecem elementos que permitem criar um panorama geral sem precisar voltar demais no tempo, até porque, a baixa densidade demográfica associada a uma economia de subsistência, não criou uma sociedade demasiadamente estratificada onde as relações de poder pudessem ser prevalentemente compreendidas a partir do substrato econômico.

Estamos num contexto espacial onde os elementos de socialização pouco modificaram-se pelas poucas trocas culturais. Além do que, a população é extremamente escassa em relação à área habitada. A região do Vale do Rio Tubarão é tão pouco povoada que é usada por foragidos da Lei.

Em abril de 1862 fixaram-se no local onde hoje se encontra a cidade de Braço do Norte<sup>292</sup> diversos moradores. Vieram do Desterro, chefiados pelo indigitado Tomás Pinto, que havia cometido um homicídio e por isto fugia à ação da justiça. Acompanharam-nos José Marcolino da Rosa, Manoel Nazário Correia, Leandro Demétrio e suas famílias. Em meio ao sertão julgaram-se ao abrigo do poder judiciário.<sup>293</sup>

<sup>292</sup> Vila que se tornou a sede de uma próspera colônia espontânea de imigrantes alemães. Essa colônia ficava a leste da colônia Grão Pará. Conferir mapas em anexo.

<sup>293</sup> DALL'ALBA, João Leonir. **Pioneiros nas terras dos condos**. Orleans, Lelo, 2003, p. 43.

No Relatório Leslie de 1881 encontramos também indicações sobre os primeiros moradores da região. Ao fazer referência a um dos primeiros núcleos coloniais da região do vale do Rio Tubarão, assim relata sobre o surgimento da localidade chamada de “Guerrilha”:<sup>294</sup>

Guerrilha deve seu nome a um homem que teve esse sobrenome. Duvidoso se era paulista ou paranaense. Foi assassinado em casa pelos anos de 46(1846) a 49. Refugiado de Lages no tempo da Revolução de 39(1839). Tendo entrado em 38 Loureiro com a força legal, José Mariano, Guerrilha, fugiu com os rebeldes.<sup>295</sup>

Portanto, poucas décadas antes da chegada dos imigrantes, a região em que vai nascer a Colônia Grão Pará havia se tornado um refúgio de pessoas que fugiam da justiça por causa de crimes cometidos. Outros, aí se refugiavam por causa dos movimentos revolucionários que assolavam constantemente o Rio Grande do Sul. A interferência do Estado, na expressão do Relatório Leslie, “a força legal”, não é bem vista na região. Os primórdios da organização social dessa sociedade regional se articulam pelas mãos de quem tem mais força e pode se impor. Caracterizada pela presença de extensas áreas de terras devolutas e antigas sesmarias, a região do vale do Rio Tubarão, mais do que um ambiente de produção econômica se estabelece como território de ausência das forças do Estado: “[...] as matas e sertões da costa da Serra acoitaram muito bandido que ali se homiziava, sabendo-se ao seguro de batidas policiais”.<sup>296</sup> Espaço onde pessoas e famílias vão esconder-se, “aquele tempo em que você, a pistolinha e seu facão só arriava quando se deitava de noite. Mais, não podia né. Tinha que estar toda a vida apreatado”.<sup>297</sup>

Há uma interessante listagem de características das pessoas que chegavam à região, feita pelo Pe. Valentim Oenning:<sup>298</sup> “A riqueza da terra atraía especuladores do tipo mascates, trocadores, livreiros, investidores, predeiros e

<sup>294</sup> Nome dado à localidade que mais tarde será a sede da colônia espontânea de Braço do Norte. O nome de localidade é até indevido, pois apenas “Guerrilha” morava aí com sua família. De qualquer forma tornou-se o primeiro nome daquela localidade. A seqüência dos nomes dessa localidade é: “Guerrilha”, “Quadro do Norte” e atualmente, “Braço do Norte”.

<sup>295</sup> **Relatório do engenheiro Charles Mitchel Smith Leslie - 1º de agosto de 1881.** Arquivo do Museu da Imigração Conde D’Eu, Orleans, Santa Catarina.

<sup>296</sup> DALL’ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans.** Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p. 249.

<sup>297</sup> Entrevista concedida por PINHEIRO, Ireno. In DALL’ALBA, João Leonir. **O vale do Braço do Norte.** Orleans, edição do autor, 1973. p.367. Ireno Pinheiro foi um dos grandes “bugreiros” da região. Era pago pelos colonos e por empresas colonizadoras para “missões de limpeza”, ou seja, era um mercenário especializado na caça aos índios que habitavam a região do vale do Rio Tubarão.

<sup>298</sup> Pároco da vila de Braço do Norte durante décadas.

bandeiras, entendidos, falsos imigrantes, flagelados de guerra, multadores e intermediários, forasteiros, intimidadores e absolvedores, ladrões e corruptos; outros tantos motivos que psicologicamente influenciaram o subconsciente para uma vivência individualista”.<sup>299</sup> Apesar de que muitas das qualificações não sejam mais compreendidas pelos contemporâneos, fica claro que a região era procurada como refúgio para os mais diferentes tipos sociais da época. O padre parece querer caracterizar grupos humanos que vêm para a região como pessoas sem grandes projetos prévios e sem laços familiares, confiando mais nos interesses individuais.

Na acepção tipológica construída por Sérgio Buarque de Holanda, diríamos que o nacional do vale do Rio Tubarão se enquadra no tipo social aventureiro. “Do ponto de vista do aventureiro, são desprezíveis os esforços que não visam um proveito material imediato, mas a paz, a estabilidade e a segurança imediata”.<sup>300</sup> Mas ressalte-se, estamos nos referindo, a um tipo ideal, modelo este que não existe fora da lógica do discurso daquele que quer dar sentido à multiformidade do social. É uma extrapolação de elementos genéricos que nos permitem identificar disposições de um tipo de conduta predominante numa sociedade, como de fato, tendemos perceber.

Não é de estranhar a facilidade com que mais tarde os imigrantes que chegam, em poucas gerações, tomarão posse dessas terras por meio da compra. Principalmente porque algumas regiões de colonização espontânea estavam fazendo limites ao patrimônio dotal que constituía a Colônia Grão Pará. O Relatório Leslie de 1881 chega mesmo a afirmar que a colonização da Colônia Grão Pará teria começado com estes primeiros grupos.

“A colônia espontânea do Braço do Norte (Rio), teve seu começo em 1874 com 52 famílias alemãs. [...] Por achar-se esta colônia confinante com o Patrimônio, tanto na sua parte setentrional como na meridional, colocada, por isto, bem no centro do Patrimônio, e as suas terras idênticas com a do Patrimônio, pode-se dizer que a colonização das terras de SS.AA. já começou em 1874 pela entrada das primeiras 52 famílias alemãs pelas margens do Braço do Norte”.<sup>301</sup>

<sup>299</sup> **Relatório do Pe. Valentim Oenning – Braço do Norte, 25 de abril de 1973.** In DALL’ALBA, João Leonir. **O vale do Braço do Norte.** Orleans, edição do autor, 1973. p.283.

<sup>300</sup> MOTA, Lourenço Dantas (organizador). **Introdução ao Brasil – Um banquete no trópico.** São Paulo, SENAC, 1999. p. 242.

<sup>301</sup> **Relatório do engenheiro Charles Mitchel Smith Leslie - 1º de agosto de 1881.** Arquivo do Museu da Imigração Conde D’Eu, Orleans, Santa Catarina.

Desse contato, forjaram-se entre os imigrantes algumas opiniões sobre os nacionais. A tradição oral dos imigrantes guardou a seguinte percepção sobre os nacionais que haviam se fixado na área próxima à Colônia Grão Pará, a partir dos comentários feitos nas homilias por um padre que foi pioneiro no atendimento aos imigrantes alemães da região do vale do Tubarão, principalmente os de origem alemã.

Monsenhor e todo o povo de São Ludgero não gostavam muito da vila de 'Assa-peixe e Guaxuma'. 'Matabastatt', era a expressão alemã com que se designava o centro luso. Monsenhor quase não vinha visitar o centro, apesar de ter que passar por aqui para ir a todas as capelas da paróquia. Dizia que o povo daqui não gostava de trabalhar, e dizia-o do púlpito, incitando a maior atividade.<sup>302</sup>

Os primeiros contatos geraram um conjunto de preconceitos que percorreram durante todo o século XX os contatos inter-étnicos na região. A família desse pesquisador, toda de origem açoriana, só começou a casar com grupos étnicos de origem imigrantes no final do século XX. Um descendente da primeira geração dos alemães chegados ao vale do Tubarão, mais especificamente na região de um de seus afluentes, o Rio Braço do Norte, assim deixou sua percepção numa entrevista concedida:

"Os lusos, podiam ser classificados em duas categorias bem distintas. Os proprietários, do eixo Braço do Norte-Gravatá, e arrendatários e camaradas nas terras dos germânicos. Aos poucos as terras dos nacionais foram sendo vendidas aos alemães. Não tinham ideal agrícola. A grande maioria era analfabeta, os pais não sentiam a necessidade de enviar os filhos à escola, enquanto que para alemães era o capricho principal: ler e escrever e praticar bem a religião. A falta de cultura não permitiu, em linha geral, grandes progressos na população".<sup>303</sup>

Quando analisamos a produção do espaço, antes da chegada dos imigrantes, as fontes não faziam referência a "arrendatários"<sup>304</sup> e "camaradas".<sup>305</sup> Com a chegada dos imigrantes começa a entrar na região nacionais que, não tendo terras, se colocarão na condição de "arrendatários" e "camaradas". O espaço começa a

<sup>302</sup> Entrevista concedida por BRÜNING, Daniel. In DALL'ALBA, João Leonir. **O vale do Braço do Norte**. Orleans, edição do autor, 1973. p.220.

<sup>303</sup> Entrevista concedida por BRÜNING, Daniel. In DALL'ALBA, João Leonir. **O vale do Braço do Norte**. Orleans, edição do autor, 1973. p.221.

<sup>304</sup> Na região, refere-se às pessoas que trabalham em terras alheias em troca de um percentual da produção.

<sup>305</sup> Termo muito usado na região para se referir àqueles que trabalham por dia. Geralmente recebem semanalmente o correspondente aos dias trabalhados.

complexificar-se não por causa de um crescimento vegetativo mas pela chegada de outras famílias que não têm condição de comprar terras. Irão aos poucos se colocar como oferta de mão-de-obra. Além disso, após a proibição do trabalho escravo, muitos afro-brasileiros irão procurar trabalho nas áreas de imigração. Os testemunhos revelam que os alemães procuravam contratar afro-brasileiros como “camaradas”, a qualquer outro, para trabalhar nas roças e na pecuária incipiente que iniciava, principalmente na criação de porcos para a produção de banha de porco, tão apreciada nos mercados do Rio de Janeiro.

Chama a atenção o fato de que, diferente dos nacionais e dos italianos, os alemães recebiam os negros dentro de suas casas. “Agora, camarada melhor era o negro. Trabalhava muito. Era o que mais dava por aqui”.<sup>306</sup> Segundo Dall’Alba, “os negros que encontramos falando alemão atestam que sempre foram benquistos pelos colonos, ainda que não neguem certo distanciamento”.<sup>307</sup> Na região do vale do Rio Tubarão nas áreas em que os lotes foram comprados por famílias alemãs, era comum encontrar negros falando alemão, o que, inversamente, nos leva a admitir a possibilidade de que em muitas famílias, o primeiro contato cotidiano com a língua portuguesa é intermediado pelos afro-brasileiros. Da pesquisa oral com os italianos, a atitude de pedir a benção dos mais velhos parece revelar certa aceitabilidade do afro-brasileiro: “O rapaz sempre pedia a benção para os mais velhos, quer pretos, quer brancos”.<sup>308</sup>

Para nossa análise da sociedade que se forjava nesse espaço, certas práticas dos imigrantes conotam uma percepção mais participativa das relações sociais, baseadas estas no fato de que aquele que trabalha merece o respeito de seu labor, seja negro ou branco. É difícil ao historiador generalizar, a partir das poucas entrevistas, o quanto essa relação para com os afro-brasileiros estava disseminada na área de imigração. Não há nenhum estudo específico no sul de Santa Catarina sobre a relação entre o afro-brasileiro e os imigrantes que chegavam. As poucas observações que fazemos devem, portanto, ser vistas com muita reserva pois se referem ao espaço na e ao redor da Colônia Grão Pará. Contudo, a impressão das poucas testemunhas desvela uma atitude bastante diferente das relações que se criaram durante séculos por causa do trabalho escravo, em outras regiões.

---

<sup>306</sup> Entrevista concedida por OENNING, Guilherme. Id., *ibid.*, p. 238.

<sup>307</sup> Id., *ibi.*, p. 220.

<sup>308</sup> Entrevista concedida por MARTINS. Leonil J. In DALL’ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p. 175.

Talvez, a visão positiva do trabalho por parte dos imigrantes esteja por traz dessas atitudes. De fato, o elogio feito pelo imigrante ao trabalho dos afro-brasileiros brota da boa impressão que estes provocavam por causa da disciplina no trabalho. O que se percebe é que a admissão, ainda que radical, da diferença étnica, não incidia numa hierarquização e desqualificação destas diferenças. Não há uma desqualificação do sujeito afro-brasileiro por ser descendente de negros africanos. A idéia de que é o esforço humano, ou seja, a visão de que é o trabalho que constrói o sucesso econômico das comunidades, permitiu o nascimento de uma abordagem diferente. Diferente porque não baseada essencialmente numa tradição histórica de desprezo cultural por um grupo que por tantos séculos representou uma atividade que se considerava degradante. Na visão dos imigrantes o trabalho é o elemento fundamental do bem estar da família.

Percebemos, a partir da visão cultural do imigrante, que a participação política não é defendida a partir de um horizonte aristocrático, mas a partir de uma perspectiva em que o sujeito que trabalha tem o direito de manifestar-se politicamente. É uma disposição cultural cujo substrato nasce de um novo modo de conceber a produção material: o trabalho livre em pequenas propriedades e uma visão positiva do trabalho braçal.

Se mais tarde se fizeram presentes expressões sociais que revelam “racismo” em relação aos afro-brasileiros na região sul catarinense, estas expressões sociais de racismo não teriam como raiz a região e nem a formação social desse espaço, mas seriam como que, frutos de uma transposição de valores culturais de outras regiões que aqui aos poucos chegaram no processo de inserimento desta região à economia catarinense e esta ao espaço nacional. Talvez possamos afirmar sobre a região do vale do Rio Tubarão o que RODRIGUES observava a respeito de Uberlândia:

A predominância de uma população livre e de trabalhadores(as) assalariados(as) deu uma outra dimensão à sociedade que emergia no município, extremamente diferenciada da escravocrata que criara formas de convívio baseadas na relação senhorial.<sup>309</sup>

Parece que em sua matriz histórica a região do vale do Rio Tubarão se erige com uma atitude de maior receptividade para com o diferente, o “outro”. Mas

---

<sup>309</sup> RODRIGUES, Jane de Fátima Silva. Op. cit., p. 156.

admitimos que podemos estar cometendo extrapolações indevidas. Há muito o que pesquisar sobre esse assunto.<sup>310</sup> De fato,

Sabemos mais sobre as relações escravistas do que sobre as que se estabeleceram com base no trabalho livre e assalariado e conviveram com um modo de produção não dominante no país, mas que a historiografia generalizou a partir de certas áreas de predomínio do trabalho escravo.<sup>311</sup>

Desse contexto concluímos que no momento da chegada dos imigrantes nos encontramos num espaço cultural que não é mais sociedade européia, porque o nacional havia construído um ethos próprio, típico das relações construídas com o meio. Evitamos mesmo até chamá-los de “brasileiros” porque não é possível afirmar que os nacionais da região tivessem uma homogeneidade e laços que os identificassem com um projeto nacional que lhes desse consistência identitária própria de pertencimento à nação. A República Juliana com sede em Laguna, mais tarde a Revolução Federalista, ficando Desterro como um bastião avançado do grupo gaúcho que lutava contra Floriano Peixoto, ambos movimentos separatistas que nasceram no Rio Grande do Sul e reverberaram profundamente na região sul catarinense devido o acesso para o norte através dessa região, não permitem uma afirmação desse tipo sem certas ressalvas que fogem ao escopo desse trabalho.<sup>312</sup> Certamente há no vale do Rio Tubarão reflexos do mundo maior, contudo esse “mundo maior” não explica as especificidades da vida social ali sendo socializada. Nossas fontes não permitem afirmar que se auto-denominassem “brasileiros”.

Além disso, o sul catarinense não partilha da visão típica da ideologia do branqueamento veiculada nos grandes centros urbanos. Simplificada em seus traços gerais, essa visão etnocêntrica afiança que a nação entraria na senda do progresso quanto mais branca fosse. A idéia de uma nacionalidade forjada a partir de sangue etnicamente “evoluído” (leia-se, europeu), não fazia parte do projeto dos “nacionais” do sul catarinense quando da chegada dos imigrantes.

<sup>310</sup> A tendência geral é afirmar que a ausência de grandes propriedades no sul gerou um ethos diferente em relação aos afro-descendentes. Contudo, toda a literatura histórica é muito genérica. Falta ao afro-descendente sul catarinense aquela mesma intenção da historiografia inglesa: “Estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro ludita, o tecelão do obsoleto tear manual, o artesanato utópico... [...]. ... Eles viveram nesses tempos de aguda perturbação social, e nós não. Suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria experiência...”. In THOMPSON, Edward. **A formação da classe operária inglesa**. Volume 1, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. p. 13.

<sup>311</sup> RODRIGUES, Jane de Fátima Silva. Op. cit., p. 156.

<sup>312</sup> Cf. DOLHNIKOFF, Miriam. Elites regionais e a construção do Estado Nacional. In JANCSÓ, István. (Org.) **Brasil: formação do Estado e na nação**. São Paulo, Hucitec, 2003.

A idéia de sangue novo, sangue purificador das veias contaminadas pela selvageria vinda da África, típica da teoria do branqueamento não está como movente do movimento imigracional para a região sul catarinense. Esse é um projeto das elites do Rio – São Paulo, que no fundo, mais do que ideologia, estavam preocupadas com a possibilidade dos lucros da exploração do café. A ideologia do branqueamento é mais uma ideologia de Estado do que dos próceres da economia cafeeira.

Num contexto de baixíssima densidade demográfica e de extrema dificuldade de circulação de mercadoria, a capacidade de autonomia diante das injunções do meio material entalhou um tipo de homem cujo estilo de vida é a não dependência de outros e do meio. A falta de “ideal para a agricultura”, percepção dos imigrantes em relação aos nacionais, mais do que indolência era uma adaptação construída muito antes da chegada dos imigrantes para permitir a sobrevivência sem dependência de ajuda externa. O fato de, no dizer de um imigrante ao se referir aos nacionais, “os pais não sentiam a necessidade de enviar os filhos à escola” não pode ser caracterizada por uma falta de interesse para com a formação educacional de sua prole. É uma adaptação às condições do meio geográfico e do abandono do Estado.

“Não consigna a Província uma grande parte de suas rendas à instrução pública e pelo fato de ser pouco vantajosa à sua receita, também é pequena a parte relativa àquela consignação. A deficiência, pois, de numerário consignado é uma das principais causas do atraso em que se acha a instrução popular na Província”.<sup>313</sup>

Em relatório de 1881, assim escreve um Juiz de Direito sobre as famílias da região, mostrando que já na época se intuía que certa prática dos nacionais estava diretamente ligada às condições de circulação de mercadoria, e não a alguma característica cultural específica desses grupos, típica das teorias racistas desse período.<sup>314</sup>

---

<sup>313</sup> **Descrição do Município por Francisco Isidoro Rodrigues da Costa - 1881 - Comarca de Santo Antônio dos Anjos – Laguna.** Op. cit., 68.

<sup>314</sup> Devido ao crescimento econômico da região sul catarinense com a chegada dos imigrantes a partir de 1877, algumas análises superficiais da região tenderam a caracterizar o insucesso econômico dos açorianos que precederam os imigrantes a fatores étnicos. Simplificação absurda, já superada pela historiografia catarinense. Cf. SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930.** São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

O Rio Araranguá<sup>315</sup> é muito fértil e suas margens estão bastante povoadas. No entanto seus habitantes estão entregues à maior miséria. A razão é a seguinte: para conduzir os mantimentos do Araranguá até Laguna é preciso ser em carretas, sendo o trânsito longe, especialmente pela praia, e penoso, pelos maus caminhos. Tendo, além disso de atravessar o riacho Urussanga. Ainda mais, os habitantes pobres não podem ter carretas, escravos e bois para essas conduções, vendo-se obrigados a vender os seus mantimentos por um preço miserável aos mestres dos hiates<sup>316</sup> que para ali navegam. Isto tem de tal maneira desanimado essa gente, que se tem tornado indolente e preguiçosa, vivendo a maior parte de caça”.<sup>317</sup>

Na historiografia tradicional, a caça, a falta de comércio, uma agricultura de subsistência eram características de povos que estavam num estágio menos evoluído. Pior. Como os nacionais tinham provindo de regiões onde não se praticava mais essas modalidades de relação com o meio ambiente, tais práticas tinham a percepção de retrocesso cultural. Contudo, como podemos perceber pela descrição do relatorista, as características das práticas dos nacionais não eram um retrocesso, mas uma adaptação às condições da região.

A solidariedade, conceito positivo diante da dificuldade, é trocado pelo da independência, autonomia, e que resultava no mais fundamental para essas famílias: sua sobrevivência. Não há despreocupação para com a formação, há nesses grupos nacionais uma valorização extremada da pessoa em sua individualidade na luta pela sobrevivência.

Se esse perfil vivencial é percebido como um desvalor para as comunidades que chegam, bem da verdade que há uma mudança nas condições sócio-econômicas a partir da época da chegada dos imigrantes em relação às condições dos primeiros nacionais que no sul catarinense se fixaram. A criação da Estrada de Ferro Tereza Cristina irá permitir o escoamento de produtos, bem como a criação de várias vias, precárias é verdade, mas que possibilitarão a venda da produção e a insipiente capitalização das comunidades, condições não encontradas pelos nacionais, principalmente pelo elemento étnico açoriano.

Dos nacionais que viviam nos centros urbanos podemos colher algumas disposições gerais das relações de poder a partir da análise dos jornais publicados durante a década de 1920 em Orleans, até porque, “a população da cidade foi predominada pelos chamados nacionais nos primeiros cinquenta anos de

<sup>315</sup> Conferir mapa do Anexo 2 onde há a visualização geográfica do município no sul catarinense.

<sup>316</sup> Embarcação a vela, usada na região para navegar em águas de pouca profundidade.

<sup>317</sup> **Descrição do Município por Francisco Isidoro Rodrigues da Costa - 1881 - Comarca de Santo Antônio dos Anjos – Laguna.** Op. cit., p. 38.

existência”.<sup>318</sup> Mesmo em cidades tipicamente nacionais como Laguna, o número dos que sabiam ler era bastante diminuto. Segundo um documento datado de 1881, “os redatores lutam com dificuldades para a manutenção de seus periódicos, porque no país poucos são os que sabem ler”.<sup>319</sup> Mesmo assim, vários jornais circulam. Supondo que dificilmente um grupo social investe em informação se já não possua um nível cultural e financeiro adequado para consumir esse tipo de produto, podemos admitir que havia um grupo razoável de nacionais que tinha condições de comprar assinaturas dos jornais da região. “Os jornais eram redigidos, publicados e lidos pelos ‘brasileiros’. Pouquíssimas as assinaturas de outras origens, constatamos. Políticos e administradores provinham sempre desse meio, até os anos 40. Tivemos escritores da envergadura de um Tito Carvalho”.<sup>320</sup>

Mas apesar das dificuldades em manter um jornal devido ao baixo nível de escolarização formal da população, parece que o jornal “O Correio”, datado de 1928 não mostrava constrangimento algum em cobrar publicamente nas páginas do jornal quando do atraso nos pagamentos da assinatura: “O velhaco do Pedro Costa da Silva negou-se a pagar sua assinatura”.<sup>321</sup> O comentário, hoje jocoso, revela claramente como os formadores de opinião da época eram em sua maioria nacionais.

Tomando como ponto de partida a cidade de Orleans, constataremos que os nomes dos diretores de jornais são todos nacionais: a “Gazeta Orleanense”, que circulou de 1915 a 1918, foi fundada por Tito Carvalho, sendo diretor Godofredo Marques; o jornal “A Imprensa”, cujo proprietário era Godofredo Marques, circulou de 1919 até 1921; O jornal “A Luz”, foi dirigido por Luiz Evaristo Nunes entre 1920 e 1921; o “Direito” circulou entre 1926 e 1927 e é o único em que encontramos um sobrenome não brasileiro como diretor: José Hülse; o “Correio” circulou de 1927 até 1931 e consta como redator Hermínio de Meneses Filho e como diretor, Hermínio de Menezes. Por último, o jornal “Folha do Sul” que circulou somente no ano de 1930.

---

<sup>318</sup> LOTTIN, Jucely. Op. cit., p. 72.

<sup>319</sup> **Descrição do Município por Francisco Isidoro Rodrigues da Costa - 1881 - Comarca de Santo Antônio dos Anjos – Laguna.** Op. cit., p. 23ss. O documento, encontrado na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro pelo historiador do sul catarinense, João Leonir Dall’Alba, foi escrito atendendo um pedido que a mesma Biblioteca fizera a todas as cidades do país no ano de 1880. O autor foi Juiz de Direito em Laguna desde o ano de 1887.

<sup>320</sup> DALL’ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans.** Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p.403.

<sup>321</sup> Id., ibid., p. 85.

Portanto, desde muito cedo, a localidade de Orleans tinha seus jornais que circulavam em língua portuguesa e eram dirigidos por brasileiros e para nacionais. Se os jornais eram lidos fundamentalmente por essa população é possível saber o tipo de grupo partidário que elas apoiavam se soubermos o tipo de orientação política desses mesmos jornais. “Quase todos os jornais eram de orientação política definida, ligados ao Partido Republicano Catarinense, então no poder”.<sup>322</sup> Podemos mesmo trazer para Orleans, o modo de como eram organizados o conteúdo desses jornais, a partir da experiência de Florianópolis que, no início do século XX, estava em pleno declínio, o mesmo não ocorrendo com as demais áreas do Estado, principalmente a região do vale do Rio Itajaí, em plena expansão da indústria, do comércio e da agricultura. “Florianópolis acabou então sendo beneficiada como capital do estado pelo crescimento econômico das demais áreas”<sup>323</sup>

A limitação dos recursos econômicos privados, para a elite local, promoveu um grande empenho na disputa por cargos públicos, direitos e vantagens proporcionadas pelo governo do estado. A dependência de cargos políticos, controlados pelas principais famílias locais, [...] os jornais tornaram-se órgãos eminentemente representativos dos funcionários públicos locais e de suas famílias. Neles se publicavam, além das nomeações, exonerações e discursos políticos, os acontecimentos da esfera íntima familiar dos componentes do governo.<sup>324</sup>

Se, como afirmou uma testemunha, a grande maioria dos nacionais era “analfabeta” e “os pais não sentiam a necessidade de enviar os filhos à escola”<sup>325</sup>, e os que sabiam ler estavam ligados ao PRC – Partido Republicano Catarinense, sediado na capital, as relações do poder político local estavam diretamente ligadas à dinâmica das conveniências políticas que se estabeleciam em Florianópolis. Os nacionais não alfabetizados vivem de forma paralela à essa organização formal do poder. Como não existia um partido nacional, os Partidos Republicanos em cada Estado defendiam ideologicamente os interesses de certas famílias no típico modelo de política da Velha República. Exatamente por isso, referindo-se aos jornais

<sup>322</sup> Id., *ibid.*, p. 67.

<sup>323</sup> PEDRO, Joana Maria. **Mulheres do Sul**. In PRIORE, Mary Del. (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo, Contexto, 2000. p. 312-313.

<sup>324</sup> Id. *ibid.*, p. 313.

<sup>325</sup> Entrevista concedida por BRÜNING, Daniel. In DALL’ALBA, João Leonir. **O vale do Braço do Norte**. Orleans, edição do autor, 1973. p.221.

publicados em Orleans e região, DALL'ALBA afirma: “logo se apagaram por terem sido contra a Revolução de 30, de Getúlio Vargas”.<sup>326</sup>

Nos nacionais mais abastados do vale do Rio Tubarão nos encontramos diante de uma concepção personalista de autonomia. As terras nos primórdios da conquista desse espaço foram adquiridas, pelo menos as maiores e melhores extensões da região, por meio de Sesmarias.<sup>327</sup>

Se por um lado a doação de terras por parte do Estado – sob algumas condições para a posse definitiva - era gratuita, por outro lado, essas famílias pioneiras na região se aventuraram por terras de difícil comunicação com as áreas mais densas demograficamente.

“É necessário ressaltar a intenção da Coroa na doação de sesmarias: ocupar o território, não só com produções passíveis de serem taxadas como para a demarcação de fronteiras. Nesse intuito, a distribuição de terras visava muito mais a efetiva ocupação do que o título legal da sua posse. Dessa forma, foram inúmeros os que se apossaram de áreas pela ocupação, no dizer da época, ‘mansa e pacífica’, referendadas depois com a concessão da sesmaria.”<sup>328</sup>

A dificuldade extrema de circulação de mercadorias<sup>329</sup> irá gerar uma sociedade mais voltada para a produção de subsistência gerando baixíssimo excedente produtivo e pouca diferenciação social a partir da estrutura econômica, como de fato parece concordar um relatório de 1881 sobre Laguna.

Apesar da importância agrícola do município, de ser talvez o único que conta maior número de quilômetros de terras devolutas, ainda não há uma colônia. Foram estabelecidas muitas nesta Província, em outros municípios, cujos terrenos péssimos obrigam os colonos a se retirar. Não sabemos o motivo de não ter feito o governo alguma coisa nesse sentido, pois é uma necessidade a promoção de braços livres para a lavoura. Existem terrenos férteis em Vila Nova, nos sertões de Imaruí, que pertencem ao Governo, os quais produzem excelente algodão, café, cana, fumo, trigo, etc. Nem diga-se

<sup>326</sup> DALL'ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p.67.

<sup>327</sup> “O sistema sesmarial de distribuição de terras foi aplicado no Brasil por João III, quando da criação das capitânicas hereditárias, através de forais – sendo o primeiro concedido a Duarte Coelho em 24 de setembro de 1534 – que incumbiam o donatário e seus sucessores de repartirem as terras com os moradores pelo regime de sesmarias, isentas de foro, mas pagando o dízimo sobre sua produção à Ordem de Cristo”. In VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro, Objetiva, 2000. p. 530.

<sup>328</sup> VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro, Objetiva, 2000. p. 530.

<sup>329</sup> “Atualmente é deplorável o estado do comércio. Concorre para isso o isolamento em que se acha esta praça dos centros produtores, por falta de boas estradas e duma barra franca que permita a entrada de navios estrangeiros”. Cf. **Descrição do Município por Francisco Isidoro Rodrigues da Costa - 1881 - Comarca de Santo Antônio dos Anjos – Laguna**. Op. cit., p. 31.

que os agricultores podem mandar vir colonos empregar-se, assim, de iniciativa individual. Uma agricultura pobre, sem meios pecuniários, não pode suportar um tão pesado encargo.<sup>330</sup>

O interesse na riqueza que começa a circular, a partir do final do século XIX e início do século XX com a chegada do contingente imigrante, riqueza essa que não era somente compartilhada pelo interesse em dominar o comércio do excedente das áreas de imigração, mas também por criar maiores condições de arrecadação por parte do Estado, tornam, mais do que nunca, atraentes o controle dos mecanismos institucionais através dos municípios.<sup>331</sup> Não somente no sentido de poder de decisão sobre o orçamento do Estado, mas também como possibilidade de alocação dos cargos públicos que se colocavam sob o princípio de comissionados, ou seja, de livre nomeação e exoneração. A possibilidade de indicação destes cargos está por trás de acirradas disputas políticas que vai reverberar na área de imigração, principalmente nas sedes dos poucos municípios da região, lugares de comando das famílias tradicionais da região sul catarinense, como Tubarão e Laguna, num processo semelhante ao que ocorria na capital:

O crescimento das áreas de colonização alemã e italiana canalizava para a capital recursos que podiam ser apropriados através dos cargos político-administrativos, os quais, após a Proclamação da República, passaram a ser disputados pela elite política local. Tais cargos representaram influência política e alternativa de manutenção de rendas familiares; daí, talvez, a razão para, no final do século XIX, acontecer a acirrada disputa expressa em cisões de grupos, tais como os ex-conservadores e ex-liberais que formaram o Partido União Federalista e o republicanos do Partido Republicano Catarinense.<sup>332</sup>

Essas disputas pelos mecanismos institucionais de poder no Estado catarinense entre as famílias tradicionais, repercute também na dinâmica de funcionamento das prefeituras. Sem plena consciência de toda essa complexidade de lutas pelo poder, os imigrantes sentem na pele, entretanto, o interesse dos grupos no aumento de impostos<sup>333</sup> e no pouco retorno dessa arrecadação, em

<sup>330</sup> Id., *ibid.*, p. 57.

<sup>331</sup> Nos referimos aos cargos presentes na administração pública local.

<sup>332</sup> PEDRO, Joana Maria. **Mulheres do Sul**. In PRIORE, Mary Del. (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo, Contexto, 2000. p. 310.

<sup>333</sup> “Os colonos partiram do Rio da Furnas. Mas a eles se uniram os do Barracão e Rio Pinheiros, mais alguns do Rio Belo. Vinham armados, com decisão de derrubar os Nunes da Prefeitura, por causa dos impostos. Eles vinham muito decididos”. Entrevista concedida por CACHOEIRA, Dona Xiquinha. In DALL’ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p. 229.

termos de melhorias públicas na região da colônia, principalmente, a falta de manutenção e de melhoramento das vias públicas.

### 4.3 Os imigrantes – ensaio de compreensão local

O período de maior entrada de imigrantes na Colônia Grão Pará coincide com o “boom” da entrada de imigrantes italianos no Brasil. As condições econômicas geradas com as guerras de unificação da península itálica fizeram com que o Estado unificado que nascia onerasse os cidadãos com impostos para financiar a centralização burocrática. A unificação gerou um maior mercado de consumo criando condições de crescimento para as regiões industriais, principalmente do norte italiano, gerando acúmulo de pessoas nos centros urbanos, não totalmente utilizadas como operários no processo de industrialização. A modernização do sistema produtivo levou ao desemprego dos que trabalhavam em manufaturas ou modalidades de produção que não conseguiam competir com a produção industrial. Some-se a tudo isso o fato de que a mecanização da agricultura tornou supérfluo um contingente enorme de pessoas que até aquela época trabalhavam em terras que não lhes pertenciam.

Além disso “entre 1873 e 1887 mais de 60.000 pequenas propriedades foram tomadas pelo fisco por falta de pagamentos de impostos”.<sup>334</sup> Havia muito pouca esperança de que conseguissem algum dia tornar-se proprietários. Eram esses trabalhadores, rurais e urbanos que, não alcançados pelo Estado italiano nascente, irão se tornar mais suscetíveis às propagandas vindas do Brasil que, exatamente neste mesmo período, se encontrava em sérias dificuldades na cafeicultura, devido à falta de mão-de-obra. Além disso, “os Estados Unidos, que durante o século XIX tinham absorvido quase toda a corrente imigratória, começavam a dificultar a entrada de novos imigrantes”.<sup>335</sup>

Apesar do despontar da cafeicultura ter se dado lá pela década de 1820/30, é a partir de 1870 que se dá forte expansão. E, como os braços escravos rareavam, a

---

<sup>334</sup> COSTA, Emília Viotti da. O escravo na grande lavoura. In HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **História da Civilização Brasileira – O Brasil Monárquico**. Tomo II, Volume 3, São Paulo, Difel, 1985. p. 177.

<sup>335</sup> Id., *ibid.*, p. 177.

imigração tornou-se uma condição “sine qua non” da sobrevivência dessa importante riqueza da economia brasileira.

As experiências com a imigração iniciadas a partir da década de 1840 com o Sistema de Parcerias já tinham dado seu quinhão de problemas<sup>336</sup> e, portanto, desde esses inícios até a década de 1870, quando começa fortemente a imigração italiana para o Brasil, a oligarquia cafeeicultora tinha se escaldado em experiências que haviam ensinado o caminho das pedras. Iniciado no período da proibição do tráfico de escravos e considerado a solução definitiva para os problemas ocasionados pela falta de braços para tocar a cafeeicultura, o Sistema de Parceria, apesar de bem intencionado em sua mecânica interna,<sup>337</sup> não podia destruir, somente pela lógica de seu funcionamento idealista, a mentalidade escravista que vigorava nas relações de trabalho. Além do que, nesse período, a força de trabalho do imigrante era mais supletiva que substitutiva do trabalho escravo, e, portanto, imigrante e escravo trabalhavam lado a lado no cuidado dos cafezais.<sup>338</sup>

Escapava freqüentemente ao fazendeiro, uma noção rigorosamente objetiva dos direitos e deveres que implica o regime do trabalho livre, em princípio menos orgânico e psicologicamente menos impregnado de considerações sentimentais do que o da escravidão.<sup>339</sup>

---

<sup>336</sup> WITTER, José Sebastião. Ibicaba revisitada. In SZMRECSÁNYI, Tamás e LAPA José Roberto do Amaral. (organizadores) **História econômica da Independência e do Império**. 2ª ed., São Paulo, Hicitec/Edusp/Imprensa Oficial-SP, 2002.

<sup>337</sup> Eis o resumo oferecido pelo Professor José Sebastião Witter, cujo tema foi desenvolvido em sua monografia de Mestrado em 1968, através de um estudo de caso numa das fazendas que se tornou a personalização clássica do Sistema de Parceria, a Fazenda Ibicaba do Senador Vergueiro, pioneiro na instalação desse sistema no Brasil: “Contratados na Europa, os imigrantes eram encaminhados pela Vergueiro e Companhia às fazendas de café integradas no plano de colonização do Senador. Todas as despesas decorrentes do transporte e colocação dessa gente no campo, bem como o necessário à sua manutenção nos primeiros tempos, representavam uma forma de adiantamento posteriormente descontado dos lucros obtidos por aqueles colonos. Ao chegarem às fazendas a que se destinavam eram eles encaminhados às colônias, e cada família recebia uma quantidade de pés de café que deveriam ser cultivados, colhidos e beneficiados. Localizada a colheita, efetuada a venda do produto, fazia-se a divisão dos lucros obtidos”. In WITTER, José Sebastião. Op. cit.

<sup>338</sup> “Na realidade não foi o contato com os negros escravos que deu margem às queixas dos colonos, e sim, a mentalidade escravocrata dos fazendeiros que não conseguiam entender as aspirações dos imigrantes e nem que tratavam com pessoas livres. Essa mentalidade foi a causa de muitos atritos e, não raro, de dissabores, inclusive, para as autoridades provinciais, pois esses choques funcionavam como contrapropaganda na Itália.” PETRONE, Tereza Shorer. Imigração assalariada. In HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **História da Civilização Brasileira – O Brasil Monárquico**. Tomo II, Volume 3, São Paulo, Difel, 1985. p. 276.

<sup>339</sup> HOLLANDA, Sérgio Buarque de. As colônias de parceria. In HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **História da Civilização Brasileira – O Brasil Monárquico**. Tomo II, Volume 3, São Paulo, Difel, 1985. p. 287.

A maioria dos imigrantes usados nas fazendas de café na primeira tentativa de substituição de mão-de-obra escrava no período de 1840/60, eram alemães,<sup>340</sup> suíços e portugueses. Os contratos experimentados neste período, fundados no Sistema de Parceria, tinham trazido tantos problemas, internos e externos que a partir de 1850 vários Estados europeus<sup>341</sup> proibiram qualquer financiamento feito por particulares ou pelo Estado brasileiro para aliciar pessoas para o Brasil. Na verdade, o Sistema de Parceria foi aos poucos sendo abandonado por uns, aperfeiçoado por outros, de tal forma que, ao iniciar a década de 1870,<sup>342</sup> os cafeicultores já haviam conseguido elaborar um sistema que não tinha os ranços do escravismo,

As colônias foram regidas pelo Sistema de Parceria até o ano de 1860. Desta época em diante começou a prevalecer em algumas o sistema de locação de serviços. Com o tempo, as modificações introduzidas em tais normas aproximavam os contratos do regime de salário fixo. Em 1876 poderia-se dizer que havia em São Paulo quatro categorias de contrato: 'A primeira conserva o fôco da antiga parceria; a segunda substituiu o princípio da parceria pelo pagamento por preço fixo do alqueire do café colhido. A terceira adotara o sistema de salário fixo quanto à cultura do café e o pagamento da colheita por alqueire a preço fixo. Esses três primeiros sistemas estipulavam expressamente que os colonos ficavam sujeitos às leis relativas à locação de serviços.<sup>343</sup>

Esses modelos representavam um “mix” e permitiam o nascimento um acordo entre o fazendeiros e o trabalhadores dentro de condições vantajosas para ambos.<sup>344</sup>

Todo esse processo de imigração, seja das experiências pré-capitalistas com o Sistema de Parceria, seja com as condições de trabalho baseadas em contratos salariais, que de fato facilitaram e engrenaram definitivamente o processo de

---

<sup>340</sup> Referimo-nos à condição étnica, pois não havia ainda um estado nacional alemão nesse período indicado. Somente depois de 1870, sob a batuta de Bismarck através do poderio bélico e industrial da Prússia, haverá a unificação dos pequenos estados alemães para formar o que hoje conhecemos como Alemanha.

<sup>341</sup> Na Prússia, região de onde provieram muitos dos alemães que foram direcionados às fazendas de café dentro do Sistema de Parceria, foi proibida a saída de imigrantes para todo o Brasil, especialmente para a Província de São Paulo, através do rescrito Heydt.

<sup>342</sup> Período da segunda e mais importante entrada em massa de imigrantes para o Brasil.

<sup>343</sup> TAUNAY, Afonso D'Escragno. **História do café no Brasil**. Vol. VIII, tomo VI, Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1939. p. 19-20.

<sup>344</sup> Como não havia um contrato pré-estabelecido assinado antes de sair do seu país de origem, o imigrante podia escolher a fazenda que mais lhe conviesse, diminuindo as possibilidades de atrito entre as partes. Além do que, neste sistema “a renda do colono provinha de uma soma fixa para cuidar de mil pés de café e, além disso, recebia uma soma determinada por alqueire de café colhido. Continuava, pois, o colono diretamente interessado no volume da colheita, embora em menor escala do que no sistema de parceria”. PETRONE, Tereza Shorer. Op. cit., p. 276.

imigração em massa para o Brasil,<sup>345</sup> devem ser vistos dentro de uma séria discussão ideológica que se travava entre os fazendeiros e o Estado brasileiro.

A Colônia Grão Pará no sul catarinense, situava-se diante de dois paradigmas bastante diferentes de como deveriam ser alocados os imigrantes que vinham para o Brasil. Uma contextualização melhor desses paradigmas, ou seja, a imigração como colonização e a imigração ligada à necessidade de mão-de-obra, só pode ser adequadamente entendida se nos colocarmos na dinâmica das discussões ocorridas na Corte a partir de 1850 com o fim do tráfico de escravos.

Há uma certa compreensão da historiografia - que por sinal Sérgio Buarque de Holanda fazia suas ressalvas - de que o Estado imperial estava nas mãos dos Fazendeiros, numa simplificação típica de certo marxismo generalista que relaciona diretamente quem tem o poder na infra-estrutura com aqueles que dominam a superestrutura, no caso o Estado. Mesmo que tal perspectiva tenha elementos que possam atestar sua validade, não é possível pensá-la de forma monolítica e generalizante. Nem hoje, nem sempre, o Estado é simplesmente um instrumento de poder dos grupos economicamente dominantes. Há muito mais nuances e níveis de tons nessa visão maniqueísta e simplista que, se possibilita uma melhor compreensão do processo de imigração nas áreas de economias mais robustas, São Paulo e Minas Gerais, não oferece os elementos necessários para uma compreensão da imigração em áreas cuja economia não tem repercussão nacional, como é o caso do sul catarinense no início do processo de imigração.

Como dizíamos, a partir de 1850, com a proibição do “trato dos viventes”, vai aparecer claramente duas instâncias que se digladiam no cenário do Império. De um lado os fazendeiros que, maiores geradores de riqueza para o funcionamento da economia, irão colocar dificuldades à política do Estado que privilegiava a criação de colônias, porque essa política, ao facilitar o acesso do imigrante à terra, o desviava da função primordial para a economia cafeeira que era a necessidade de braços. Pouco lhes importava a “raça” do imigrante, desde que trabalhasse no ritmo exigido pelos cafezais.

De outro lado, a burocracia estatal e a intelectualidade. Para esse grupo a política de imigração não estava ligada somente à questão de mão-de-obra, mas

---

<sup>345</sup> “Foi fundamentalmente graças a essa imigração massiva de trabalhadores de origem européia que o mercado de trabalho formou-se e desenvolveu-se no Brasil até a década de 1920”. In SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976. p. 44.

fundamentalmente à proposta de nação que se queria. O problema de braços para a cafeicultura adquiriu uma peculiaridade no Brasil, devido ao fato de o Estado ter precedido a nação. Também os ingleses, franceses, espanhóis no Caribe, após 1850, tiveram sérios problemas em angariar braços para que essas colônias funcionassem. Contudo, pelo fato de essas regiões ainda não serem Estados, puderam importar pessoas livres de qualquer etnia; sendo essas regiões ainda colônias, pouca importava à metrópole de onde viessem os trabalhadores, com a única exigência, que não fossem escravos.

No Brasil – estado constituído e com um projeto de nação - os fazendeiros irão encontrar na burocracia estatal um projeto de nação que impedia essa mesma facilidade de importação de braços. Se aos fazendeiros pouco interessava a etnia, até áfricos livres eram vistos como potenciais trabalhadores, o Império, como estamento político autônomo, se conduzia por pensar a Nação como criação do Estado e, portanto, a entrada de mão-de-obra devia se pautar por uma concepção prévia de que tipo do Nação se queria construir. No bojo da discussão sobre a imigração andava subjacente uma séria discussão sobre a nacionalidade. “Preocupados com o mapa social e cultural do país, a burocracia imperial e a intelectualidade tentavam fazer da imigração um instrumento de ‘civilização’, a qual, na época, referia-se ao embranquecimento do país”.<sup>346</sup> Não por mero acaso o Império vetou várias tentativas de importação de colonos africanos bem como de chineses. Internamente, a única região em que se podia afirmar haver um estoque razoável de mão-de-obra disponível para se engajar na cafeicultura era o nordeste. Contudo, “paralelamente ao desenvolvimento da demanda de mão-de-obra na zona do café, cresceu também a demanda na região da borracha. Em consequência a cafeicultura não teve condições para suprir-se no mercado interno”.<sup>347</sup>

A concepção da burocracia estatal e da intelectualidade foi a grande vencedora no sentido de ter conseguido imprimir à importação de mão-de-obra um perfil que se adequasse às teorias “científicas” que correlacionavam o progresso de uma nação ao tipo de raça que a compõe. Mas isso não significa dizer que os fazendeiros foram perdedores.

---

<sup>346</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de & RENAUX, Maria Luiza. Cara e Modos dos Migrantes e Imigrantes. In **História de Vida Privada no Brasil – Império: a corte e a modernidade nacional**. São Paulo, Companhia das Letras, 1997. p. 293.

<sup>347</sup> IANNI Octavio. O progresso econômico e o trabalhador livre. In HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **História da Civilização Brasileira – O Brasil Monárquico**. Tomo II, Volume 3, São Paulo, Difel, 1985. p. 307.

De fato a Lei de Terras, na verdade, se dirige muito mais a limitar o alcance do paradigma do Estado Imperial, que era criar colônias de imigrantes num processo economicamente subsidiado pelo Estado. Vai ser então um trunfo na mão dos fazendeiros enquanto obrigará que o imigrante, aquele que se encaixa no projeto de Nação exigido pelo Estado imperial, tenha que trabalhar um bom tempo até se capitalizar e poder acessar à propriedade da terra.

O sul do Brasil parece ter se tornado o lócus privilegiado da implementação da política da burocracia imperial e intelectualidade. Como nesta região os fazendeiros não tinham tanta necessidade de mão-de-obra, a imigração se encaixou perfeitamente dentro da lógica da colonização: pequenas propriedades, tocadas por mão-de-obra livre e proveniente de etnias consideradas civilizadas, boas cepas para a construção do projeto de nação imperial.

Ao tentar instrumentalizar o Estado, após o fim do tráfico, os fazendeiros bateram de frente com os altos funcionários da Coroa. Estes estavam mais preocupados em viabilizar a nação, trazendo colonos, do que em dar continuidade ao latifúndio exportador, trazendo proletários rurais do estrangeiro.<sup>348</sup>

A Colônia Grão Pará não se encaixa na lógica da substituição da mão-de-obra, paradigma dos fazendeiros cafeicultores. Por isso os imigrantes enfrentavam um forte assédio desde que chegavam nos portos brasileiros. Testemunhos de imigrantes recém chegados à Colônia Grão Pará revelam que muitos deles tinham ainda a visão de que os fazendeiros de São Paulo tratavam os imigrantes segundo os padrões do Sistema de Parceria que, sem as nuances necessárias, fora rotulado em muitos países europeus como um modelo escravista.<sup>349</sup> Além de vislumbrar a força da propaganda contra a imigração para as zonas de cafeicultura, fruto dos equívocos do período do Sistema de Parceria, informa também como os cafeicultores tentavam de todas as formas desviar os imigrantes que vinham para

---

<sup>348</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de & RENAUX, Maria Luiza. Op. cit., p. 299-300.

<sup>349</sup> O que não deixa de ser estranho, pois nessa época, “autores italianos que conheciam as condições de trabalho e de vida nas fazendas de café paulistas, aconselhavam ao recém-vindos um estágio nelas. [...] A fazenda servia de escola prática para os recém-chegados, que desconheciam tudo acerca do país. Ali se podiam aclimatar e aprender os métodos agrícolas empregados. Depois, quando se estabelecessem por conta própria, os conhecimentos adquiridos nas fazendas de café evitariam os prejuízos causados pela inexperiência”. In PETRONE, Tereza Shorer. Op. cit., p. 292.

“colonizar” daqueles que vinham empregar-se como “mão-de-obra”. Parece que o paradigma de imigração como meio de se conseguir mão-de-obra convivia de forma conflituosa com o paradigma de imigração para a colonização.

De Gênova parti no dia 26 de outubro e cheguei em Santos em 24 dias de viagem, em 19 de novembro. Em Santos estivemos dois dias embarcados no vapor velho ‘Ponton’. De lá fomos em 1500 pessoas obrigados a deixar nossa bagagem toda na alfândega de Santos. Dali parti com minha família para São Paulo, onde por força nos queriam reter. Mas eu fiz força e retomei para Santos e de lá para Santa Catarina, porque eu vim para encontrar-me com meus parentes na América, na Colônia Grão Pará, e não para ser vendido como escravo. Em Laguna tivemos que esperar três dias. Em seguida partimos pela ferrovia para Orleans do Sul. Dali, mediante cargueiros, partimos para a Sede Central da Colônia Grão Pará [...].<sup>350</sup>

Outro testemunho é muito mais explícito quanto a força que exerciam os cafeicultores sobre os imigrantes que vinham para as colônias do sul.

Partimos de Gênova em 15 de novembro com o vapor ‘Savoia’. Chegamos a Santos em 7 de dezembro. Mandaram-nos permanecer dois dias no porto de Santos, e de lá nos fizeram transportar a São Paulo, à casa de imigração, sem saber nós o motivo. Fizeram-nos ofertas de permanecer lá, nos dariam 70\$000 por pessoa [...]. Mas nós não consentimos[...], porque tínhamos presente que em Grão Pará poderíamos viver muito melhor. Assim nos deixaram seguir para o nosso destino.<sup>351</sup>

Portanto, o imigrante ao chegar no Brasil estava envolto, sem ter a mínima consciência disso, em dois projetos totalmente diferentes de concepção da função dos grupos imigrantes na constituição do país.

O paradigma que motivava a vinda dos imigrantes no sul catarinense era possibilitar o acesso à terra. Os imigrantes vinham para se tornar proprietários e não meeiros nas terras dos latifundiários locais. Num pequeno documento de oito páginas nomeado “Condições da Colônia” é possível perceber esse paradigma impregnando as práticas da Empresa que administrava a colonização.

[...] os lotes coloniais serão vendidos aos colonos por título de propriedade. De início receberá ele da Empresa só um ‘título de posse provisória’, e, quando reembolsar a Empresa por seus adiantamentos e pelas despesas feitas para com ele e sua família, e pagar o preço do seu lote e as benfeitorias feitas pela Empresa, receberá seu título definitivo de propriedade. São documentos oficializados. **Desta maneira vem a ser o**

<sup>350</sup> **Colonos novos: Informações à sua chegada - 1884.** Arquivo do Museu da Imigração Conde D’Eu, Orleans, Santa Catarina. Este documento compila os comentários de imigrantes recém chegados sobre a trajetória de seu país até a colônia.

<sup>351</sup> Id. *ibidem*.

**colono um proprietário, e nunca um mero arrendatário de terras. O fim da Empresa é o vender, não de mandar cultivar estes terrenos.**<sup>352</sup> (grifo nosso)

Na Colônia Grão Pará, extensíssima área do município de Tubarão, a chegada dos imigrantes era vista como uma chance de aumentar o povoamento dessas regiões e com isso, fomentar as atividades econômicas através da circulação do excedente produtivo dos colonos imigrantes, que por sua vez melhorariam as rendas públicas locais e provinciais, numa região onde o Estado imperial pouco participava. Marcada por pequenas propriedades, onde o colono que chegava queria trabalhar no seu torrão,<sup>353</sup> e não assalariado dos fazendeiros locais, a chance de controle se dava pela acirramento dos aparatos políticos formais, como de fato era a grande reclamação dos revoltosos ao deporem o Superintendente de Orleans em 1923: “Os colonos partiram do Rio das Furnas. Mas a eles se uniram os do Barracão e Rio Pinheiros, mais alguns do Rio Belo. Vinham armados, com decisão de derrubar os Nunes da Prefeitura, por causa dos impostos”.<sup>354</sup>

As famílias nacionais, aquelas com poder político e econômico local, não tinham condições de direcionar os imigrantes como mão-de-obra em suas terras porque, além de não estarem vinculadas a uma economia agro-exportadora como a do sudeste que gerava condições de assalariamento da mão-de-obra, o paradigma que motivava a vinda desses grupos para o sul era possibilitar o acesso a terra como meio de criar condições para o progresso econômico regional. Além disso, sendo uma colonização implementada por Empresa, essa tinha como objetivo lucrar com a venda dos lotes. Num contexto assim, a possibilidade de controle dessas populações não se dava pelo impedimento do acesso à terra e uso da força de trabalho como na região de cafeicultura, mas se direcionava para o controle dos mecanismos institucionais do poder, no caso de um Município, o domínio dos processos para se acessar a vereança e a superintendência.<sup>355</sup>

<sup>352</sup> **Condições da Colônia.** Arquivo do Museu da Imigração Conde D’Eu, Orleans, Santa Catarina. Neste documento encontramos normas, exigências, política de venda de terras e outros elementos que disciplinavam a relação entre a Empresa vendedora de terras e os colonos.

<sup>353</sup> Essas características vão gerar um enorme crescimento demográfico. A mão-de-obra familiar era fundamental para aproveitar ao máximo as condições de produção dos terrenos.

<sup>354</sup> Entrevista concedida por CACHOEIRA, Dona Xiquinha. In DALL’ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans.** Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p. 229.

<sup>355</sup> Processo bastante parecido com o que aconteceu na capital do estado antes da disputa de poder entre as oligarquias do litoral e as do planalto catarinense: “Grande parte da força da elite local (Desterro/Florianópolis) vinha do controle que as famílias possuíam sobre os cargos públicos em nível estadual e federal. Porém, já a partir da década de 10(1910), esses grupos perderam em parte sua

Se de um lado os imigrantes do sul catarinense chegam no Brasil dentro do confronto de paradigmas sobre a imigração, por outro lado, trazem relações de poder a partir dos contextos nos quais foram socializados.

Cabe-nos perguntar que tipo de contexto vital perpassou o cordão umbilical e alimentou os imigrantes da Colônia Grão Pará a partir do útero cultural de onde provieram. Como já dissemos anteriormente, a modo de introdução desse capítulo, nos interessam apenas alguns elementos gerais. Aspectos antropológicos genéricos o suficiente para dar idéia de algumas especificidades presentes na ação dos revoltos.

A idéia de costumes característicos de certos grupos, como modo de pensar e agir próprios, presentes nos imigrantes que para a Colônia Grão Pará se dirigiam não é apenas um modelo teórico desse pesquisador para a compreensão do modo de pensar dos europeus que aqui chegaram. Na Itália, lugar de origem da maioria dos imigrantes da Colônia Grão Pará, o governo tinha restrições em relação à saída de famílias de certas regiões e menos empecilhos em relação a outras.

O governo italiano está criando embaraços a emigração, depois que eu mandei colonos em família para o Brasil; a República Argentina tem procurado atrair colonos nas mesmas condições e o Governo quer impedir a saída desses colonos que não são como os napolitanos que partiam sós e que era um alívio para o país. Eu espero, porém, que isso não me impedirá de mandar colonos para Tubarão.<sup>356</sup>

Portanto, a idéia de que havia outros grupos com hábitos, estruturas de pensar e forma de trabalho mais indicadas para o processo de colonização da Colônia Grão Pará, não era estranho nem aos contemporâneos. Havia uma seletividade criteriosa no recrutamento. A própria Comissão Leslie, antecipando-se ao movimento de recrutamento e baseando-se numa visita feita à Colônia Azambuja, primeira colônia estabelecida no Município de Tubarão, e que ficava ao sul da Colônia Grão Pará, fez uma ressalva: “os italianos tendo boa administração são bons, com exceção dos napolitanos”.<sup>357</sup>

---

influência política, com a paulatina ascensão de políticos oriundos da região de pecuária do planalto catarinense”. PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul. In PRIORE, Mary Del. (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo, Contexto, 2000. p. 312.

<sup>356</sup> Comendador Caetano Pinto - carta escrita em 1883. In DALL’ALBA, João Leonir. **Pioneiros nas terras dos condos**. Orleans, Lelo, 2003.

<sup>357</sup> **Relatório do engenheiro Charles Mitchel Smith Leslie - 1º de agosto de 1881**. Arquivo do Museu da Imigração Conde D’Eu, Orleans, Santa Catarina.

O Comendador Caetano Pinto, que como vimos, vai organizar uma empresa de colonização no Patrimônio Dotal, envia à Comissão Leslie várias questões a serem respondidas. Em um dos quesitos pergunta:

Como nacionalidade conta especialmente com italianos do norte. Mas, como a raça dos Lombardos, Tiroleses e Piemonteses não é igual, precisa-se saber: qual tem provado melhor? E se realmente tem sido bons colonos? Há diferença entre eles e os Alemães e Poloneses?<sup>358</sup>

Num longo documento, cheio de respostas às perguntas minuciosas do Comendador Caetano Pinto, a Comissão Leslie responde:

Os italianos, com boa administração, têm-se mostrado bons colonos, com exceção dos napolitanos. Os alemães são geralmente ótimos colonos. [...] Os tiroleses são tão bons como os melhores alemães.<sup>359</sup>

Podemos concluir, portanto, que para uma empreitada de colonização eminentemente rural, consideravam-se os italianos do norte os mais adequados para o recrutamento. Em carta enviada “espontaneamente”<sup>360</sup> por um imigrante da Colônia Grão Pará, encontramos:

Foi aberta a imigração desta Colônia do Grão Pará, província de Santa Catarina, município de Tubarão. Assim imediatamente vos faço saber que todos aqueles que de própria vontade quiserem vir abraçar seus benefícios, sempre porém, sendo agricultores ou operários trabalhadores, econômicos e de bons costumes... Para aqueles que têm esses requisitos pode ser a sua sorte e um dia poderão dizer-se contentes e felizes.<sup>361</sup>

Consciente do contexto rural da área de imigração, a Empresa de Terras e Colonização vai priorizar o aliciamento de famílias inteiras, da região norte da Itália, que já tivessem alguma experiência na agricultura.

A crise econômica e social gerada pelo processo de unificação e revolução industrial, e se olharmos de forma mais remota, provocada principalmente porque a

<sup>358</sup> **Quesitos do Comendador Caetano Pinto – 1881.** Arquivo do Museu da Imigração Conde D’Eu, Orleans, Santa Catarina.

<sup>359</sup> **Resposta aos Quesitos do Comendador Caetano Pinto – 1881.** Arquivo do Museu da Imigração Conde D’Eu, Orleans, Santa Catarina.

<sup>360</sup> Colocamos entre aspas a palavra porque, de fato, eram cartas escritas a pedido da empresa e numa linguagem que objetivava seduzir os parentes ou interessados a vir para a Colônia Grão Pará. Escrita numa retórica propagandística, não intencionava expressar objetivamente a realidade em que o imigrante vivia. Era de fato “espontânea” porque o colono não enviava sob a mira de uma arma, mas não era espontânea porque idealizava a realidade da imigração, sendo escrita provavelmente em troca de alguma vantagem.

<sup>361</sup> DALL’ALBA, João Leonir. **Pioneiros nas terras dos condes.** Orleans, Lelo, 2003. p. 88.

grande maioria dos agricultores não era proprietária de suas próprias terras, não se coadunam com certas idéias de uma bucólica paisagem rural, típica dos quadros que começam a pulular as casas da burguesia. Certos conceitos que fundamentaram as análises da vida privada relacionados à burguesia nascente, nada têm a ver com as condições em que viviam os pobres do campo. A idealização da vida no campo é uma estratégia burguesa, não uma realidade objetiva. Esses grupos humanos empobrecidos e explorados eram os sujeitos do processo migratório para o Brasil. Grupos aos quais não se pode afirmar que fossem alcançados pelo “refinamento das sensibilidades”, conceito com o qual Norbert Elias fazia referência à sofisticação das maneiras de comportamento dentro do lar: modo de comer, de fazer higiene, de se vestir, de escarrar, etc...

É muito provável que por isso, apesar das exigências do Contrato entre o Comendador Caetano Pinto e o Casal de Condes estipular uma quantia de imigrantes a serem alocados na Colônia Grão Pará no primeiro ano,<sup>362</sup> havia na atividade de aliciamento um filtro baseado nos costumes dos povos da península itálica. O Relatório Leslie comenta que, “os italianos tendo boa administração são bons, com exceção dos napolitanos. Os alemães são excelentes e os nacionais desta Província são todos eles em geral muito descansados”.<sup>363</sup>

Na verdade, mais do que um comentário desabonador, o relatorista nos está informando de um perfil cultural típico de algumas etnias da península itálica, permitindo entrever um pouco dos conflitos sociais da sociedade desses grupos. Como nos afiança Elias, em relação às formas de comportamento social, “elas são um segmento – e bem característico – da totalidade de formas socialmente instaladas de conduta. Seu padrão corresponde a uma estrutura social bem definida. O que resta a ver é que estrutura é esta”.<sup>364</sup>

Luigi Toniuzzi, um italiano do norte, assim comentava sobre um italiano do sul, quando em 1893 se dirigia para o Rio Grande do Sul. Parece-nos estar diante das páginas de Norbert Elias traçando a história dos costumes:

<sup>362</sup> “Artigo XVII: Dentro dos primeiros doze meses deverão ser estabelecidas no mínimo cinquenta famílias, e assim cada ano, até completar a colonização das terras”. In **Contrato de Colonização do Patrimônio Dotal**. Arquivo do Museu da Imigração Conde D’Eu, Orleans, Santa Catarina.

<sup>363</sup> **Relatório do engenheiro Charles Mitchel Smith Leslie - 1º de agosto de 1881**. Arquivo do Museu da Imigração Conde D’Eu, Orleans, Santa Catarina.

<sup>364</sup> ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Volume 1, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1993. p. 81.

Até o dia 13, não encontrei nada de novo em relação à natureza, mas acho necessário anotar as malditas rixas daqueles nojentos e porcos napolitanos, que a todos serviam de fastio por causa de seus modos imundos e de sua incivildade mais que terrível. Assoavam o nariz com as mãos, bem aos nossos pés, quando estávamos a comer, sem perceber-se da imprudência e estavam cheios de piolhos de galinha; coçavam-se nos seios de suas mulheres e estas ficavam a matar piolhos na presença de todos. E este trabalho era feito sem a mínima vergonha, como se estivessem fazendo bordados.<sup>365</sup>

Entre o grupo vêneto e o napolitano, que há poucos anos pertenciam à estrutura centralizada de um único Estado, há uma enorme diferença de concepção dos limites sobre comportamento aceitáveis publicamente. Não está presente no napolitano aquela parede invisível de emoções que se ergue entre um corpo humano e outro, aquele pudor que leva o outro a não aceitar que se toque no “meu corpo”; não estava desenvolvido no mesmo grau a percepção dos limites que o corpo, quando em lugar público, deve manter. Conceitos diferentes sobre a compreensão do que era comportamento público e privado não estavam socializados da mesma maneira.

Portanto, há dentro das etnias italianas padrões comportamentais muito diferentes em relação ao refinamento da regras sociais. Apesar disso, há um elemento comum a esses grupos. Não gostam da interferência externa na vida privada, no aconchego familiar. A residência aparece como um lugar onde toda e qualquer instância externa não deve interferir. Qualquer ingerência em seu modo de viver era vista como indevida e devia ser atacada frontalmente. O fato de tais comportamento terem suas bases em tradições centenárias dava um lastro de autoridade ao comportamento de antagonismo para com intervenções nos costumes familiares. Novos hábitos que a disciplinarização do espaço coletivo estava impondo, devido às concepções científicas sobre saúde, eram combatidas como intervenções indevidas na vida privada das famílias.

Há alguns anos, em uma cidade [na Calábria] havia uma forma de escarlatina que fazia grandes vítimas, principalmente entre as crianças. As autoridades do lugar impressionadas com o fato, fizeram várias reuniões e, depois de inúmeras discussões, concluíram que, entre outras medidas de higiene, era preciso proibir totalmente a livre circulação dos porcos entre as pessoas, para evitar que o estrume dos animais ficasse pelas estradas. Impuseram a limpeza nas casas e estabeleceram uma pena financeira para quem não cumprisse tal ordem. O encarregado de divulgar tal deliberação

---

<sup>365</sup> ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. In NOVAIS, Fernando A. & SEVCENKI, Nicolau. **História de Vida Privada no Brasil – República: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998. p. 240.

por pouco não foi linchado pela população surpresa e indignada, sobretudo com a idéia de precisar se separar dos porcos, com os quais dividia o interior de suas moradias em obediência a hábitos seculares. Uma imponente demonstração de protesto foi logo organizada, e os convalescentes saltaram dos seus leitos furiosos e misturaram-se aos outros, enquanto os doentes febris e debilitados erguiam-se de seus catres maldizendo os intrusos. As mulheres cobriam de imprecensões Santo Antônio, o santo protetor, junto ao leito dos enfermos, em meio a um charco pútrido de resíduos inenarráveis e fétidos excrementos [...] Diante de tudo isso, os porcos continuaram a passear, sem ser molestados, e as casas e estradas continuaram cobertas pelos seus excrementos.<sup>366</sup>

No caso dos italianos do norte, a importância da vida privada, das decisões estabelecidas no horizonte da dinâmica que envolve a vida da família, nasce de formas socialmente instaladas de compartilhamento da propriedade entre os descendentes de uma família. Os filhos cresciam sob a tutela absoluta dos pais que aos poucos integrava a família que ia se expandindo. A casa era aumentada, puxados eram feitos, às vezes novas terras eram agregadas, mas sempre a partir de um grupo compacto que compartilha de forma coletiva os bens. Tudo e todos inseridos numa dinâmica produtiva que garantia a responsabilidade de todos por cada um, bem como de cada um por todos. Só com a morte do patriarca, quando o filho mais velho não conseguia manter a estrutura comunitária é que se desfaziam os compromissos coletivos.

Estrebaria, galinheiro, pocilga, forno, despensa, cantina... no andar térreo. No primeiro as habitações. Tudo num só edifício, ou bem juntinho, para poupar espaço, que a terra era pouca. Certo, quanto à higiene deixavam muito a desejar. Nas freqüentes epidemias dos séculos passados, não era raro o desaparecimento de famílias inteiras.<sup>367</sup>

Esse modo de sociabilidade familiar, pelas exigências e complexidades que brotam da administração da família estendida, revela os padrões de uma estrutura social carente de terras e que agrega e defende os seus. As regras estabelecidas em família estavam impregnadas de disciplinas que adquirem sentido se integradas numa realidade de carência do necessário para a sobrevivência. O fortalecimento dos laços familiares e o uso otimizado da pequena área de produção não estavam vinculados às regras de mercado, mas às necessidades objetivas de manutenção da

<sup>366</sup> OTTOLENGHI, Constantino. In ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. In NOVAIS, Fernando A. & SEVCENKI, Nicolau. **História de Vida Privada no Brasil – República: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998. p. 228.

<sup>367</sup> DALL'ALBA, João Leonir. **Pioneiros nas terras dos condes**. Orleans, Lelo, 2003. p. 129.

família. A regras da vida privada não eram uma expressão de condições econômicas da sociabilidade burguesa, mas se constituíram como estratégia de sobrevivência.

Os nosso viviam pobres. Nem um burrico para ir buscar as quartas de milho lá em cima! Tudo nas costas. Em casa? A miséria. Um campo (meio hectare), dois campos, no máximo três por família. E que famílias. Mas poucos sobreviviam. Quem vivesse até os vinte anos, era a tísica na certa. Só os de cerne escapavam. Era por tudo isso, nestas montanhas. Também, não se comia! Produzia-se milho, trigo, e batata. A vaquinha dava leite. Mas pensas que comíamos disto tudo? E que é que se vendia para comprar vestes e remédios? Do leite fazia-se queijo para vender. Vendia-se o trigo, cinco ou seis quintais. Que restava? Polenta e batatinha. Quantos e quantos invernos eu passei a polenta e batata cozida na água! E sem sal, que esse só nas festas. Isto até acabar a primeira grande guerra. [...] Se passávamos frio no inverno? O inverno aqui na montanha é a Sibéria. Seis meses de neve. Um metro, dois metros. Nunca derrete. Lenha? Só para a polenta. Imagine que caminhávamos um dia inteiro, Novegno acima, para recolher uma carga de gravetos. Até esterco seco queimávamos. De noite, e mesmo de dia, porque o que é que se ia fazer quando o córrego gelava, reuníamos na estrebaria, porque o calor animal da vaquinha nos mantinha aquecidos. Ali as mulheres teciam, fiavam, faziam tranças de palha para os chapéus. Lia-se a História Sagrada, aprendia-se o catecismo em criança, contavam-se longa histórias antigas, mantinha-se a tradição. Era a miséria. É . Felizes os que partiram para a América. Não bastasse isto, tivemos duas guerras tremendas, aqui, ao redor de nossas casas. Conta, conta lá na América isto tudo.<sup>368</sup>

Para essas famílias, as atividades que para as famílias burguesas foram assumidas por instâncias outras, como escola, universidade, são ainda de competência privada familiar. As famílias que vêm para o espaço da Colônia Grão Pará não foram bafejadas pelas conquistas da modernidade industrial. Essa irá criar outros espaços de socialização, como a fábrica, tirando da família muitas funções que milenarmente lhe eram incumbidas.

A família imigrante que chega na Colônia Grão Pará está ainda embasada num modelo onde ela é a instituição fundadora da socialização de todas as dimensões da vida. Não passou pelo processo de desinstitucionalização de suas funções, exigência da modernidade. Por outro lado, foi a perda da função socializadora da família que criou as condições para uma maior valorização da individualidade, da vida privada individual, típica de argumentos que se fundamentam em expressões como: “meu gosto”; “minha cor preferida”, etc. Nas famílias dos imigrantes a individualidade não têm ainda o desenvolvimento da privacidade burguesa. O indivíduo é e se compreende na família: “Tudo num só

<sup>368</sup> Elementos de diversas entrevistas concedidas a João Leonir Dall’Alba quando de sua visita ao norte da Itália. In DALL’ALBA, João Leonir, **Pioneiros nas terras dos condes**. Orleans, Lelo, 2003. p. 128-129.

edifício, ou bem juntinho, para poupar espaço, que a terra era pouca”.<sup>369</sup> A vida privada, portanto, não deve ser entendida para essas famílias como “vida privada individual”, mas privada familiar. A privacidade é entendida como os costumes, as idéias e os valores partilhados pela família.<sup>370</sup>

Nos imigrantes que para a Colônia Grão Pará se dirigem, estamos diante de diferentes abordagens da compreensão do mundo privado. Tais práticas não são atitudes aleatórias fruto de visões de mundo não alcançadas pelos códigos modernos de “civildade” ou de “saúde pública”. São acima de tudo reflexos de socialização de modelos de condutas. Não são apenas práticas que podem ser olhadas de fora e alcançadas como se fossem condutas neutras, despidas de um enraizamento social que lhe indica o sentido, ou seja, sem um conteúdo antropológico que lhes dê conteúdo. São importantes enquanto revelam estruturas sociais bem definidas. Estas sim estão fornecendo o grau de validade dessas práticas. São concepções de mundo que encontraram possibilidades de conflito quando deu-se a ingerência do poder político regional catarinense sem levar em conta os processos internos da colônia: as escolhas feitas pelos imigrantes. A socialização em uma visão de mundo fundamentada na autonomia do mundo privado familiar, muito mais aguçada entre os imigrantes, tornou a tão comum interferência política, típica dos modelos de compadrio e personalismo das oligarquias locais no sul catarinense, uma prática que afrontava as decisões estabelecidas há séculos no mundo familiar desses grupos.

Além da ruralização que impedia a reprodução do universo simbólico e seus padrões de cultura oligárquica entre as comunidades imigrantes como analisamos na “Produção do Espaço”, também a educação formal no seio dessas mesmas comunidades agiu como um mecanismo de proteção contra as práticas da oligarquia regional que veiculava valores particulares como se fossem universais.

Há tempo a sociologia percebe a escola como criadora de valores do pensamento dominante. Se entre as famílias nacionais “o universo simbólico mantém-se por si mesmo, isto é, legitima-se a si mesmo pela pura faticidade de sua existência objetiva na sociedade em questão”,<sup>371</sup> entre as populações imigrantes esse processo se rompe porque a produção do mundo simbólico dos nacionais terá

---

<sup>369</sup> Id., *ibid.*, p. 129.

<sup>370</sup> Cf. VINCENT, Gerard. A dificuldade de escolha. In PROST, Antoine & VICENT, Gerard. **História da vida privada – Da primeira Guerra a nossos dias**. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

<sup>371</sup> BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. *Op. cit.*, p. 144.

como concorrente, além da ruralização, a educação formal na própria língua do imigrante, e isso pelo menos até 1930. Assim, a escola que é vista tradicionalmente como um elo de ideologização das massas, funcionará na comunidade dos imigrantes como um motor de produção e de manutenção do mundo simbólico dos imigrantes.

Esse processo educacional era financiado pelo Estado italiano que, estando em franco processo de criação de uma nação, pois a unificação política havia terminado, exacerbava as características identitárias que diferenciavam os imigrantes dos nacionais, reforçando por um lado os elementos que embasavam a importância da pessoa como cidadão de direitos dentro da lógica liberal européia. Isso ia atingindo indiretamente as contradições do Estado patrimonialista e oligárquico brasileiro. A unificação política havia terminado em 1870, mas a unificação identitária italiana estava sendo implementada pelo governo com os cidadãos da península como também com os da magna Itália.

Ora, “o universo simbólico não é somente legitimado mas também modificado pelos mecanismos conceituais construídos para a proteção contra o ataque de grupos heréticos da sociedade”.<sup>372</sup> O “grupo herético”, nas atuais condições de nosso discurso, é o universo simbólico dos imigrantes que não se coaduna com a política oligárquica excludente dos grupos nacionais. A escola em língua nativa, bem como todas as atividades socializadoras vividas dentro dessas comunidades, estarão deslegitimando o universo simbólico oligárquico e o desconstruindo. Exatamente por isso, “o aparecimento de um outro possível universo simbólico representa uma ameaça porque sua simples existência demonstra empiricamente que o nosso próprio não é inevitável”.<sup>373</sup>

Um dos critérios que permite revelar o conteúdo da consciência política do “grupo herético” representado pelo universo simbólico dos imigrantes, pode ser encontrado na preocupação com a educação formal. A bibliografia é muito pródiga em comentar sobre a perseguição à educação escolar de orientação italiana e alemã no período getulista. Mas tal perseguição supõe já a estruturação de uma infraestrutura educacional na região de imigração. Um dos mais antigos documentos sobre o processo de instalação de educação formal em língua pátria dentro da região de imigração revela que as colônias italianas conseguiram manter escolas

---

<sup>372</sup> Id., *ibid.*, p. 146.

<sup>373</sup> Id., *ibid.*, p. 147.

somente depois de mais de vinte e cinco anos da chegada dos primeiros imigrantes, portanto, somente a partir de 1900. Até então, “havia apenas alguma escola de pouca importância. Mas, seja pela geral indiferença, seja pela falta de incentivos e de pessoas capazes de tomar boas iniciativas, teve que fechar ou viver com dificuldade.”<sup>374</sup>

Sem apoio do governo brasileiro, desbravando literalmente o espaço onde iam habitar, era necessário certa estabilidade para que se iniciasse um interesse pela educação formal. No início do século XX houve, entretanto, uma verdadeira revolução da educação escolar nas colônias italianas no sul do estado. A mudança radical deu-se a partir de um projeto orientado pelo Estado italiano e por organizações afins. Em um **Relatório do Sr. G. Caruso Macdonald – Outubro de 1906 - Regente do Real Consulado em Florianópolis**<sup>375</sup> enviado à Itália pelo Consulado Italiano em Florianópolis, encontramos a primeira fonte primária que faz uma síntese histórica sobre o movimento de escolarização nas colônias italianas no início do século passado.

Se por um lado muitos vieram analfabetos, por outro lado, depois de duas décadas e meia de trabalho incessante, já haviam sido criadas as condições para que a educação italiana se fixasse de forma estruturada e sistemática. Um salto qualitativo destes não poderia deixar de influenciar a visão política dessas famílias, até porque, “quando duas sociedades se defrontam com universos em conflito, desenvolverão ambas mecanismos conceituais destinados a manter seus respectivos universos”.<sup>376</sup> Esse movimento de valorização da educação formal estava acontecendo sob o patrocínio do Ministério dos Negócios Exteriores da Itália bem como da Sociedade Dante Alighieri. Tais instituições mandavam livros e material escolar, além de algum subsídio pecuniário.

A primeira escola verdadeiramente vital surgiu em Urussanga em 15 de janeiro de 1901. Depois de algum mês o bom exemplo foi seguido por Jordão, Beluno, Belvedere, no mesmo município, assim como em Criciúma, no município de Araranguá, e em Rio dos Pinheiros, no município de Tubarão. Em 1902, as escolas no município de Urussanga tinham alcançado o número de 14, com 598 alunos inscritos. Esse número está sendo mantido até hoje, quase constantemente. Outras escolas, por iniciativa do Cav. Pio

---

<sup>374</sup> **Relatório do Sr. G. Caruso Macdonald – Outubro de 1906 - Regente do Real Consulado em Florianópolis.** In DALL'ALBA, João Leonir. **Imigração Italiana em Santa Catarina – Documentário.** Florianópolis, Co-edição: UCS, EDUCS e Lunardelli, 1983.

<sup>375</sup> Id., *ibid.*, p. 145.

<sup>376</sup> BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. *Op. cit.*, p. 148.

de Savóia, surgiram em Azambuja e Florianópolis. Esta última, nascida sob os melhores auspícios, e freqüentada inicialmente por numerosos alunos, começou a declinar depois do primeiro ano de vida, já agora pode dizer-se em plena decadência. Em 1903 foi fundada a escola de Rio Cintra, e, em 1905, outras duas, em Treze de Maio e Santo Antônio do Rio dos Pinheiros, no município de Tubarão. O movimento em favor das escolas foi sempre mais aumentando no sul. A instituição das escolas diurnas seguiu-se a das escolas noturnas e festivas, em Urussanga, Nova Beluno, Cocal, Belvedere, Criciúma. Os pais de família, então, encorajados pelo válido auxílio do Real Ministério, dedicaram-se à construção de edifícios adaptados ao ensino. O primeiro foi inaugurado em 12 de maio de 1902, em Belvedere, e poucos meses depois, um segundo, em São Martinho. Em breve espaço de tempo surgiram outros: em 1903 em Jordão; pelo fim de 1904, em Urussanga; em janeiro de 1905, em Rio Maior, e há poucas semanas, em Nova Belluno. O de Urussanga é de tijolos e mede 10 por 10. É dividido em duas salas e uma salinha para depósito de livros. Custou quatro contos ou 6.700 liras. Em Jordão, Urussanga, Luiz Alves há pequenas bibliotecas circulantes, doadas pela 'Dante Alighieri'. Outras serão inauguradas em breve... Em Urussanga, Criciúma e Ascurra, existem comissões escolares de nomeação consular, para a supervisão das escolas e para sugerir e propor a esta repartição todas as medidas necessárias ao bom andamento da instrução pública.<sup>377</sup>

O resultado do alcance dessa revolução educacional promovida pelo estado italiano no início do século XX em colônias da região sul catarinense irá adquirir sua verdadeira significação na radical perseguição que será impetrada contra essa estrutura educacional e os frutos dela a partir do Estado Novo. A perseguição que houve, personalizada no estado catarinense por Nereu Ramos, pautou-se pela ideologia da nacionalização. Dois mundos simbólicos se defrontando. Para o poder político oligárquico local e regional, a nacionalização forçada possibilitou aquilo que local e regionalmente não estavam conseguindo: a homogeneização dessas comunidades ao universo simbólico e a conseqüente socialização dentro do projeto dos grupos dominantes em nível regional. Quando duas sociedades se defrontam com universos simbólicos em conflitos, "qual das duas ganhará, contudo, é coisa que dependerá mais do poder do que da engenhosidade teórica dos respectivos legitimadores".<sup>378</sup> O projeto de nacionalização, implicitamente atacava uma estrutura que havia criado uma cosmovisão política que as colônias italianas não tinham nem por ocasião de sua chegada em terras brasileiras.

De qualquer forma, para a compreensão da revolta civil em Orleans, fato que se deu uma década antes do início do processo de nacionalização forçada, o que importa nessa revolução educacional dentro das comunidades de imigrantes é

<sup>377</sup> **Relatório do Sr. G. Caruso Macdonald – Outubro de 1906 - Regente do Real Consulado em Florianópolis.** In DALL'ALBA, João Leonir. **Imigração Italiana em Santa Catarina – Documentário.** Florianópolis, Co-edição: UCS, EDUCS e Lunardelli, 1983. p.174.

<sup>378</sup> BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. Op. cit., p. 148.

perceber que o programa possibilitou uma educação que reforçou o senso de unidade e permitiu adquirir uma maior consciência de identidade cultural. O universo simbólico foi reforçado e adquiriu mecanismos de reprodução institucional. Reforce-se que a educação formal adquirida pelos descendentes de imigrantes no sul de Santa Catarina é um processo construído no interno da colônia.

Insistimos neste aspecto porque muito dos italianos que chegaram na Colônia Grão Pará não sabiam ler e escrever em sua própria língua. Em outras palavras, o projeto do Estado italiano e de instituições particulares criou uma cultura formal que não havia nem quando vieram da nação de origem. Por outro lado, o Estado italiano já unificado e em processo de criação de uma identidade nacional dentro da península itálica, através do processo educacional irá criar um forte vínculo afetivo e nacionalista entre essas comunidades.

Dessa forma, a consciência política dos italianos e seus descendentes na região sul-catarinense tem também sua raiz a partir de um processo educacional no interior da própria colônia e não simplesmente por uma transposição de valores da cultura italiana. Esse novo mundo simbólico não é só a reificação do universo simbólico da nação de origem, mas é a afirmação de um universo simbólico diferenciado daquele da população nacional que domina política e economicamente a região sul catarinense. Além disso, gerado nas condições das relações sociais ali construídas.

A consciência de cidadão de direitos não brotou somente do isolamento no espaço geográfico e do abandono do Estado brasileiro, nem mesmo da costumeira apologia aos valores dos imigrantes. Está ligada ao longo processo de mais de trinta anos de fomento de uma estrutura educacional dentro das comunidades, ação educativa socializada na própria língua de origem. O fato de esse processo educacional ter criado arquipélagos onde se defendeu a língua e os costumes foi um efeito colateral provocado pelos agentes financiadores desse processo e também pela ausência do Estado brasileiro.

Depois dos primeiros vinte anos de conquista da terra, mesmo sem diminuição do tremendo esforço para sobreviver, principalmente da produção agrícola, as colônias italianas corporificavam uma estrutura própria no sul catarinense. Nos documentos presentes no Museu Conde D'Eu na cidade de Orleans há um levantamento estatístico, feito em 1916, sobre as escolas presentes no patrimônio da Colônia de Grão Pará cuja sede na época era a vila de Orleans:

revela a presença de 3 escolas brasileiras e 15 escolas estrangeiras.<sup>379</sup> Em um recenseamento feito na mesma colônia em 1922 encontramos: “14.000 brasileiros, 512 alemães, 149 austríacos, 378 italianos, 35 poloneses, 227 letos num total de 16.181”.<sup>380</sup> Se cruzarmos o número de escolas com os de habitantes iremos perceber que 85% da estrutura educacional estava voltada para 13% da população: os imigrantes. Aos nacionais, ou seja, 87% da população, estava direcionada 15% da infra-estrutura educacional do município que na época contava com nove anos de autonomia administrativa.

Nesse contexto, torna-se bastante compreensível porque a primeira Lei Orgânica do Município de Orleans, datada de 10 de janeiro de 1914 decreta um “imposto para a Caixa Escolar, com a finalidade de se criar um colégio de instrução primário e secundário, com internato semi-internato e externato, em edifício próprio. Além disso pensa-se em criar e sustentar uma escola de artes e ofícios”.<sup>381</sup>

Portanto, fora dos núcleos urbanos, os nacionais mais pobres continuavam esquecidos do poder estatal. Se por uma lado o relatório acima mostrava que a Itália estava subsidiando essas escolas, as famílias arcavam também com sua parte nos custos do processo educativo. Numa escola de Orleans no ano de 1916, há o testemunho de imigrantes onde consta, ao lado de informações sobre os métodos disciplinares, uma referência ao valor pago pelos pais, demonstrando que eles subsidiavam a educação dos filhos: “A professora usava varas de quatambu ou de peroba que os próprios alunos forneciam. Isto por volta de 1916. Recebia dois mil-réis por mês de cada aluno. Eram 25 alunos. Os cadernos vinham da Itália”.<sup>382</sup>

A revolta civil em Orleans nasce em um ambiente marcado pelo fortalecimento da identidade étnica do imigrante através de mecanismos de educação escolar formal. Nesse contexto, a revolta dos imigrantes torna-se a expressão beligerante de um universo simbólico construído a partir de novos parâmetros de valores. Como diz Bourdieu, “os símbolos são os instrumentos por excelência da ‘integração social’”.<sup>383</sup> Uma nova “integração social” estava sendo construída a partir de um sistema educacional, a partir de relações de trabalho livre,

<sup>379</sup> DALL'ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p. 61.

<sup>380</sup> Id., *ibid.*, p. 61.

<sup>381</sup> Id., *ibid.*, p. 255.

<sup>382</sup> Entrevista concedida por BÚSSOLO, Lauro; BRIGHENTI, Ida Volpato e GALVANI, João. In DALL'ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. pg 175.

<sup>383</sup> BOURDIEU, Pierre. Op. cit., p. 10.

e a partir de pequenas propriedades num povoamento marcadamente rural. Uma atitude despótica do presidente do estado de Santa Catarina trouxe como reação um levante popular. “nosso partido tinha botado um prefeito em Orleans, o Galdino Guedes. Vieram os Nunes, tiraram ele, e empossaram o Evaristo Nunes. Isto sem eleição, sem nada. Aí os colonos se revoltaram. Ainda mais que eles tinham pegado todos os cargos”.<sup>384</sup>

A revolta civil expressa que, “as diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição de mundo social mais conforme aos seus interesses”.<sup>385</sup> O fato é que a “definição de mundo social” das oligarquias locais foi confrontada com a revolta coletiva e armada dos colonos. As condições sociais e econômicas dos imigrantes construíram um sistema de práticas e disposições que foi organizado como exteriorização do futuro que o grupo almejava construir. A atitude de preencher o cargo de Superintendente no município através da fraude rompia a perspectiva de futuro construída pela comunidade para si mesma. Ao usarmos aqui o conceito de futuro, o fazemos intencionalmente com a finalidade de deixar claro que na atitude dos revoltosos não estaria enraizada somente um conflito econômico. Quando nos referimos ao “futuro”, intentamos fugir dos determinismos econômicos e estabelecer que a ação se situa numa totalidade de variáveis causais onde também se encontra o aspecto econômico, mas acima de tudo a perspectiva de modelo de sociedade que as comunidades imigrantes almejavam construir.<sup>386</sup> Esse horizonte de esperança orienta e organiza as práticas, e não somente as condições materiais objetivas. Se é verdade que as condições materiais condicionam suas ações, são as expectativas futuras que estão azeitando suas representações políticas e suas ações concretas. Exatamente por isso é bem mais complexo fazer história política porque ela está umbilicalmente ligada ao horizonte de expectativa dos grupos sociais e, portanto,

---

<sup>384</sup> DALL'ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p. 226.

<sup>385</sup> BOURDIEU, Pierre. Op. cit., p. 11.

<sup>386</sup> “As disposições econômicas e políticas não podem ser compreendidas senão por referência à situação econômica e social que estrutura toda a experiência pela mediação da apreensão subjetiva do futuro objetivo e coletivo; essa apreensão depende em sua forma, em sua modalidade e em seu conteúdo, das potencialidades inscritas objetivamente na situação, isto é, do futuro que se propõe a cada agente como sendo acessível, a título de futuro objetivo da classe à qual ele pertence. “...” De fato, a cada uma das condições econômicas e sociais corresponde um sistema de práticas e de disposições organizado em torno da relação ao futuro que aí se acha implicado”. In BOURDIEU, Pierre. **O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais**. São Paulo, Perspectiva, 1979. p. 95.

ligada ao estofo cultural que funda o grupo em questão. Ficaria um aleijão interpretativo qualquer prosa histórica que se fie somente na constituição da estrutura econômica para a compreensão das atividades políticas de uma dada sociedade, ou de um determinado grupo social dentro da sociedade. Os moventes das práticas políticas se ligam aos desejos, sonhos e esperanças que pessoas e grupos sociais alimentam para si e não somente pela imediatidade de problemas econômicos. Há sempre uma disposição utópica irrigando os descontentamentos coletivos. Não é só o que não se tem, mas o que se procura ter que alimenta as ações pessoais e coletivas. Mas como esse elemento é mais difícil de ser caracterizado pois exige uma aproximação antropológica e sociológica que fundamente a argumentação, muitos discursos históricos tendem a sobrevalorizar o elemento material, tido como mais “empírico” para dar racionalidade aos eventos que se tenta historicizar.

#### **4.4 Conclusão:**

Insistir numa diferenciação desses dois grupos em seu processo de constituição social local, objetiva superar a idéia de que essa dispersão revela apenas uma diferenciação espacial: um vive aqui, outro lá.

Partindo do pressuposto de que são as práticas cotidianas que constituem a fonte de sentido, e não simplesmente a subjetividade dos indivíduos, essa dispersão vai adquirir uma funcionalidade bastante particular no processo de constituição do modo de pensar dos imigrantes da Colônia Grão Pará.

O sentido do pensado é definido pelas práticas no ambiente dado. Cada grupo social possui seu regime de verdade, isto é, os tipos de discursos que essa mesma sociedade acolhe e faz funcionar como verdadeiros.<sup>387</sup> Por isso uma mesma prática poderá ser vista, interpretada e significada bem diferente.

Essa perspectiva teórica nos permite perceber que conceitos como vender, comprar, propriedade... que trafegam no processo de aquisição dos lotes e venda do

---

<sup>387</sup> Cf. FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France**. São Paulo, Martins Fontes, 1999. p. 15.

excedente por parte dos imigrantes, não são homogêneos e com o mesmo teor semântico que uma aproximação ingênua poderia supor. É a maneira específica de como esses conceitos são investidos nas práticas sociais que deve dar o conteúdo a eles. O trabalho, portanto, não é partir dos conceitos para a prática. Mas tentar ver as práticas como objetivações dos conceitos. As práticas tornam-se o conjunto das condições que irão definir a gramática dos conceitos. São as práticas dos imigrantes que darão especificidade ao conjunto de conceitos usados por eles para se situarem no mundo novo em que agora começam a lançar suas raízes

Imigrantes e nacionais olharão para as mesmas coisas e verão realidades diferentes. A visibilidade do real será dada pelas práticas de cada grupo. Conhecê-las, descrevê-las é revelar a semântica própria de palavras comuns a ambos grupos e a especificidade do alcance das práticas. Não podemos nos deixar iludir pela harmonia fonética. Objetos pré-existentes geram a falsa sensação de harmonia na vida.

Em cada um desses grupos há uma espécie de máquina ótica que permite ver algo e esconder algo, uma espécie de relação gato e rato a lá Tom e Jerry. Tal grau de diferenciação antropológica mostra que as práticas que irão objetivar conceitos estão presas a cosmovisões específicas. Se houve na historiografia da imigração sul catarinense uma interpretação que tendia a ressaltar a unidade humana, preferimos desde o início mostrar as diferenças, ressaltar as diferenças, arrancar dessas diferenças elementos que possibilitem perceber concepções de relações de poder de grupos sociais constituídos segundo temporalidades diferentes, e, portanto, sob a tutela de regimes de compreensão diferentes.

Exemplifiquemos. Num contexto social bem restrito onde já moram a dezenas de anos grupos sociais que articulam a significação de seu mundo, surge um número enorme de outras pessoas. Os primeiros estão ali. Moram ali. Possuem as melhores terras e possuem o poder político a partir dos núcleos urbanos principais. Todos esses elementos formam um conjunto que chamaremos genericamente de “poderes”. Lembremo-nos: isso não é tematizado com esse grau analítico que aqui apresentamos. Contudo, naturalmente, do mesmo modo que a água molha e o fogo queima, porque faz parte da natureza desses objetos, o regime de enunciação desses grupos quer manter seus projetos, vantagens e conquistas. Ora, a relação que vai nascer desse encontro irá forçosamente estar enunciada numa relação de poder.

Por isso, não é de estranhar que as ações dos nacionais que possuem o poder político local seja implementada para manter o “status quo”. Não podemos desvincular a ação dos nacionais de uma dimensão de dominação. Se, não articulada com uma premeditação conscientemente dominadora, nem por isso menos presente. As zonas urbanas e as áreas rurais irão ser perpassadas por linhas de força, expressão objetiva das relações de poder que agora exigem um novo nível de controle com a chegada dos imigrantes. O fato de já em 1888, apenas 5 anos após a fundação da Colônia Grão Pará, esta ter saído da condição de Colônia e ter adquirido a condição de Distrito, parece revelar o desejo do poder político local, situado na sede do município, Tubarão, de iniciar um controle mais efetivo sobre esse espaço. Lembremos que os espaços destinados às colônias eram regidos por uma legislação especial:

Com a implantação da Colônia Grão Pará, o território a ela submetido gozava de total isenção e autonomia, frente ao município. A administração ficava totalmente a cargo da diretoria da Colônia, tanto no setor de segurança, como no de justiça, de comunicações e saúde. Podia livremente escolher os locais das povoações, traçar estradas. Quanto à justiça, só casos de crimes maiores lhe fugiam à alçada. A Colônia não pagava impostos e podia dar títulos provisórios de propriedade. Assim agiram os diretores da Colônia [...] até 1888, quando a região perdeu esse regime especial e foi elevada à categoria de Distrito com sede na povoação de Orleans do Sul.<sup>388</sup>

A Empresa encarregada da colonização possuía as competências do Estado, sendo o Diretor a autoridade única no imenso território da Colônia:

[...] as colônias se regiam por um estatuto especial, eram autônomas, em nada dependiam da administração municipal. Sempre que possível, qualquer questão resolvia-se na colônia mesmo. Por isto o Diretor gozava de um poder quase absoluto em toda a imensa região ocupada pelas terras da Empresa. Questões comerciais, judiciais, técnicas, religiosas, administrativas, médicas, tudo era levado ao Escritório(da Empresa).<sup>389</sup>

Como começar o controle político sobre a região de imigração? Acreditamos que esse processo começa de fato com a integração política dessa região colonial, com a elevação à Distrito do Município de Tubarão, tornando-se Orleans, sede desse novo Distrito. Pode-se perceber, portanto, que os agentes se encontram

<sup>388</sup> DALL'ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p. 240.

<sup>389</sup> DALL'ALBA, João Leonir. **Pioneiros nas terras dos condes**. Orleans, Lelo, 2003, p. 94.

dentro de um novo momento histórico que irá exigir outro regime de enunciação. Conceitos terão que ser criados, ou melhor, ressignificados para que a relação de poder continue favorecendo os autóctones. Não há aqui um plano maquiavélico, conscientemente elaborado com a finalidade de manter o controle político sobre a nova região. A verdade é que a chegada desse contingente humano desequilibra as forças em exercício. As posições de força são questionadas. As estratégias para que o poder continue nas mãos de quem já o têm irá gerar práticas que serão estruturadas para não perdê-lo.

Como acolher todas essas famílias sem perder o controle político ou conseguir vantagens advindas dessa leva de pessoas que chega? O superego social, ou seja, os limites socialmente impostos às condutas, impedem que os grupos nacionais expressem suas práticas como articulação a uma pergunta expressa dessa forma tão direta. Nem por isso as práticas objetivas a partir de Tubarão e dos interesses oligárquicos sediados em Florianópolis deixaram de ser resposta à essa questão. Ela está ali, latentemente condicionando os olhares dos que, possuidores dos mecanismos de poder, não importa se incipientes ou não, de forma alguma irão perder a chance de manter as rédeas desse controle. Lembremos que na Velha República o Coronelismo estava vinculado ao latifúndio. Ora, o sul catarinense nasce sob o signo da pequena propriedade particular, familiar. Como controlar os grupos que chegam se também eles possuem os fundamentos do poder local: a terra? Faz-se necessário então construir novos dispositivos de poder, criar novas articulações de força.

Um dispositivo de controle se dará pela aquisição e comercialização do excedente produtivo das famílias dos imigrantes.

O elemento citadino primordial em Orleans, foi o comerciante. Foi ele o fundador da cidade. Bastaria acompanhar os documentos [...], para ver que os primeiros moradores, em 1885, foram todos comerciantes e pessoas ligadas às grandes casas de comércio dos Pinho, dos Cabral, dos Teixeira [...]. Orleans logo se apresentou como ótimo ponto de comércio, centralizava vasta região colonial e atraía tropeiros de cima da Serra, de Lages, Vacaria e Curitiba.<sup>390</sup>

Segundo uma testemunha, as relações com Tubarão não se dão apenas pelo liame político, mas porque alguns dos maiores comerciantes dos excedentes dos

---

<sup>390</sup> DALL'ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p. 193.

imigrantes provém de lá. Organizaram em Orleans toda uma estrutura para facilitar a comercialização, criando um verdadeiro entreposto comercial. A Empresa de Terras e Colonização provavelmente apoiava o empreendimento, tendo em vista o fato de que “os Pinho” instalaram-se num seu imóvel.

Foram os Pinho que criaram a colônia. Começaram comprando tropas de porcos engordados a pinhão na Serra. Foram eles a dar grande incentivo à criação de porco e à produção de cereais para exportação. Tinham eles sede em Tubarão com filial em Orleans [...]. Os Pinho logo alugaram o andar térreo do sobrado da Empresa. Do outro lado da rua tinham a fábrica de banha. Encostado ao sobrado, para o lado do centro, tinham piquete para tropas e galpão para pouso de tropeiros.<sup>391</sup>

Contudo, não é possível sobrevalorizar esse aspecto pois a Estrada de Ferro Tereza Cristina, que possuía uma Estação na parte sul da Colônia, mais especificamente no núcleo urbano de Orleans, não irá permitir um controle absoluto desse processo ao possibilitar que os colonos comercializassem seus excedentes em outras praças. De qualquer forma, quatro anos após a fundação da Colônia, exatamente por possuir uma Estação da Estrada de Ferro Tereza Cristina, a Empresa administradora do Patrimônio Dotal irá transferir a sede principal para este vilarejo. Orleans, a partir daí, se torna um importante centro de referência para os imigrantes e local a partir do qual todo o processo de controle político da região da Colônia Grão Pará irá aos poucos ser construído. Toda essa dinâmica articulada pela cidade de Tubarão vai começar a influenciar a escolha dos que assumiriam os novos cargos políticos criados em Orleans.

O ato de criação do Distrito, não promoveu a total independência da área, que ficou ainda por muito tempo subordinada à Empresa, mas promoveu a autonomia e as decisões passaram a ser divididas com as autoridades de Tubarão e seus prepostos aqui designados.<sup>392</sup>

No início da Colônia, estando o espaço colonial sob a tutela de uma legislação específica para essas áreas, Tubarão não tinha muito controle. Contudo, naquele momento não se queria nem se podia afrontá-la diretamente, pois o município estava ganhando muito com o processo de conquista desses sertões, processo esse coordenado pela Empresa e com o aval da Princesa Isabel, proprietária das terras e futura herdeira do Trono. Aos poucos a sutileza política dos

---

<sup>391</sup> Entrevista concedida por MACHADO, João Ramiro. Id., *ibid.*, p. 193.

<sup>392</sup> LOTTIN, Jucely. Op. cit., p. 79.

poderes a partir de Tubarão, articulou a criação do Distrito. Agora, do ponto de vista da coordenação política da região, Tubarão começa sua influência, sem com isso criar entraves aos trabalhos da Empresa. “Não se tem quase registro dos nomes que atuaram na função de intendente do Distrito, talvez em decorrência da interferência da Empresa”.<sup>393</sup> De qualquer forma, para nossa trama, basta perceber que o controle político da região da Colônia Grão Pará, começa a articular-se a partir de Tubarão.

Na prática irá manifestar-se uma exacerbação dos controles que já eram estabelecidos antes da chegada dos imigrantes, controles estes caracterizados pelo mandonismo local. “Nos primeiros anos os imigrantes não votavam e não se imiscuíram na política local, que tinha por chefe o velho Collaço, em Tubarão”.<sup>394</sup> A “exacerbação” desse controle terá na revolta social em 1923 seu ápice. A estratégia, para continuar dando certo, exigiria a força estadual. Por isso a revolta dos imigrantes pode ser vista como o ponto de chegada de um longo processo de controle do novo espaço social que surgia a partir de 1883 com a entrada das primeiras famílias na Colônia Grão Pará. De fato, todo esse trabalho, em síntese, é uma tentativa de compreender o poder em suas estratégias, ao mesmo tempo gerais e sutis, nas novas relações sociais da área de imigração que compreendia a Colônia Grão Pará.

---

<sup>393</sup> LOTTIN, Jucely. Op. cit., p. 79.

<sup>394</sup> DALL'ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p. 218.

## **CAPÍTULO V**

### **5. AS RELAÇÕES SOCIAIS E AS RELAÇÕES DE PODER**

#### **5.1 - Introdução**

Há uma ingênua idéia de contemporaneidade nos grupos que se encontraram no início da imigração sul catarinense. Temos a impressão de que o fato de terem se encontrado numa mesma data e num mesmo território geográfico gerou a falsa idéia de que ambos se encontram num mesmo tempo. Essa falsa suposição de contemporaneidade impede uma adequada abordagem do modo de compreender as relações de poder dessas e nessas comunidades.<sup>395</sup> Supor um mesmo tempo histórico homogeniza a compreensão de mundo e não permite perceber que o olhar de quem chega está condicionado por um tempo diferente do olhar daqueles que já moram naquele espaço.

É falsa a idéia que iguala o tempo do imigrante com o tempo do nacional no espaço sul catarinense. Somente com a aceitação de que a compreensão de mundo implica sempre uma pré-compreensão gerada pelo tempo de um sujeito histórico específico, ou seja, pelas experiências históricas vividas por cada grupo, que se

---

<sup>395</sup> Como diria a historiadora Maria Odila, “[...], é de vital importância a sensibilidade para a coexistência na contemporaneidade de um multiplicidade de tempos históricos”. In DIAS, Maria Odila Leite da Silva. In MORAES, José Geraldo Vinci de Moraes. REGO, José Marcio. Op. citatum.

permitirá o desvelamento de abordagens diferentes em relação à compreensão da categoria de poder.<sup>396</sup>

É exatamente porque dois tempos diferentes se encontram que tudo muda:

O que interessa ao conhecimento histórico não é saber como os homens, os povos, os Estados se desenvolvem em geral mas, ao contrário, como este homem, este povo, este Estado veio a ser o que é; como todas essas coisas puderam acontecer e encontrar-se aí.<sup>397</sup>

A verdadeira intenção do conhecimento histórico não é explicar um fato concreto como se fosse um caso particular de uma regra geral. Esse tipo de posicionamento é mais apropriado ao antropólogo e sociólogo ou à velha tradição marxista que procurava elementos constantes nas diferentes sociedades. O objetivo do historiador é sempre procurar conhecer seu objeto na sua singularidade. Exatamente essa pretensão da História estava sendo comprometida com uma abordagem que não deixava claro as diferentes temporalidades dos grupos sociais que no sul de Santa Catarina se encontraram a partir do final do século XIX.

Superar a contemporaneidade entre os nacionais e imigrantes no momento do encontro, é necessária para se colocar em pauta o fato de que os nacionais como os imigrantes socializaram-se em visões de mundo devedora de valores próprios do paradigma fundante de cada grupo. Portanto, negar a contemporaneidade não é um jogo retórico, é antes de tudo um cuidado metodológico. É a afirmação do encontro de visões de mundo diferentes, principalmente quando se intenta compreender as relações de poder num espaço colonial específico.

Entre uma italiana paupérrima que não via nenhum mal em liberar a cabeça de seus filhos e do marido dos piolhos na frente de todos os passageiros do navio que os transportava para o Novo Mundo e um grupo de japoneses, tão habituados ao banho diário, que não hesitaram em desnudar-se e jogar-se no rio Iguape, em Registro, para se banhar na frente dos moradores da cidade, séculos de hábitos, educação e cultura estavam em jogo.<sup>398</sup>

<sup>396</sup> Supomos aqui a superação do conceito de político numa abordagem somente institucional, como algo inerente a certos indivíduos e instituições, por uma compreensão “de poder como um tipo de relação social concebida eventualmente como de natureza plural – os poderes”. Cf. FALCON, Francisco. História e poder. In CARDOSO, Ciro Flamarion., & Vainfas, Ronaldo. Op. cit., p.62.

<sup>397</sup> GADAMER, Hans-Georg. **O problema da consciência histórica**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 23-24.

<sup>398</sup> ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. In NOVAIS, Fernando A. & SEVCENKI, Nicolau. **História de Vida Privada no Brasil – República: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998. p. 216-217.

Esclareça-se. Não estamos falando apenas de opiniões diferentes. Até porque pontos de vista diferentes podem ter pessoas que pertençam a uma mesma visão de mundo. Quando nos referimos a diferentes temporalidades, diferentes tempos históricos, o fazemos no intuito de chamar a atenção para uma particularidade da consciência do sujeito. Essa consciência, por ser filha de um tempo, tem sua capacidade de elaborar uma reflexão sobre a relação com o mundo e com os outros limitada pela temporalidade em que se socializou. O tempo dela é o limite do seu pensável. A academia refere-se a esse elemento como cosmovisão, visão de mundo, pré-compreensão, ou mesmo, sem tradução, o termo alemão *weltanschauung*.

Assim, a opinião dos diferentes atores da região de imigração não será diferente por não se concordar com o outro tendo em vista algum motivo pessoal, ou de diferença social. Nem simplesmente porque manipulado por alguma ideologia, abordagem que já foi desenvolvida à exaustão pela historiografia fundada em conceitos marxistas.

A diferença de opinião dos grupos da área de imigração sul catarinense funda-se na historicidade do sujeito. Dessa forma, apesar de o encontro ter iniciado para os dois grupos pelos idos de 1870, e para as famílias da Colônia Grão Pará no início da década de 1880, na verdade, a contemporaneidade se deu apenas cronologicamente, mas não historicamente.

Tanto o imigrante como o nacional só podem pensar segundo possibilidades definidas historicamente, pois “as únicas virtualidades que um indivíduo pode realizar são as que estão desenhadas em pontilhado no mundo ambiente em que o indivíduo atualiza pelo fato de se interessar por isso”.<sup>399</sup> Ora, como os nacionais e os imigrantes estão sob tempos históricos diferentes, tal realidade irá definir os limites à concepção de mundo de cada um. Essa prática de pensar o tempo numa continuidade universal em direção a um progresso comum, cobra um alto preço, pois cria um ponto de referência que qualifica as diferenças segundo uma escala universal. O tempo não é essa corrente contínua e global. É, de fato, uma sucessão de discontinuidades, de começos diferentes. Não é o devir único de uma razão global, que de um ponto de partida em algum lugar do tempo, levou de roldão toda a orbe terrestre.

---

<sup>399</sup> VEYNE, Paul. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. Brasília, UnB, 1998. p. 282.

Um mesmo palco, uma mesma peça, mas scripts diferentes. Provavelmente o hábito de olhar para o palco e para a peça fez com que durante muito tempo a historiografia sul catarinense pensasse esses grupos contemporaneamente.

Dito isto, situamo-nos na convergência do aparecimento de concepções de poder, principalmente na relação Estado e povo, bastante diferentes entre nacionais e imigrantes. O tão propalado e apologizado encontro cultural presente no discurso da historiografia sul catarinense é a justaposição de paradigmas políticos que se desenvolveram em lugares e histórias diferentes. O fato de encontrarem-se nas florestas do Atlântico Sul no final do século XIX e então iniciarem a criação de um espaço comum de convivência, de forma alguma leva a supor uma fácil harmonia.

Houve séculos de socialização em modos diferentes de compreensão das relações de poder no seio da família, do Estado, da religião, etc! Ora, esses diferentes padrões de compreensão de como deveria ser exercido o poder nas diferentes relações dentro da sociedade, socializaram diferentemente as pessoas que se encontraram no sul catarinense.

A tematização desse encontro pode permitir perceber o que acontece quando cosmovisões políticas diferentes começam a conviver num mesmo espaço geográfico. Mas ressalte-se: espaço geográfico onde as forças de poder não são eqüitativas. A balança das relações de força pende para os nacionais.

Orleans nasceu no crepúsculo do Império. Nos primeiros anos os imigrantes não votavam e não se imiscuíram na política local, que tinha por chefe o velho Collaço, em Tubarão. Nosso colono mal se apercebeu, tanto da Abolição da Escravidão, como da queda do Império e Proclamação da República. [...] Orleans de antigamente já teve imprensa. Já teve jornais, diversos jornais. Quase todos os jornais eram de orientação política definida, ligados ao partido Republicano Catarinense.<sup>400</sup>

Esses grupos estão a mais tempo na região e sua compreensão política já está estruturada em jogos de força, econômica e política, dentro de um “modus operandis” determinado pela realidade do poder nas mãos das oligarquias regionais e famílias locais, típico da configuração do espaço político da República Velha.

Estar atento, na oficina da prosa histórica, para essa falsa idéia de contemporaneidade, nos joga nos braços de outro elemento diretamente ligado à essa precaução, ou seja, o uso na prosa histórica, de conceitos comuns para os

---

<sup>400</sup> DALL'ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p.67.

nacionais como para os imigrantes, sem atentar para a relatividade do alcance semântico deles.

Nos referimos a conceitos como imigrante, política, poder, religião, família, propriedade, sexo, etc... que usados pela historiografia sobre a imigração no sul catarinense, não atentam suficiente para o fato de que esses conceitos adquiriram sua “forma” semântica particular, em razão do conteúdo das práticas dos atores daquele contexto colonial específico, e não de uma abstração universal desses mesmos conceitos. Ou seja, se é verdade que há temporalidades diferentes, as diferenças não serão estabelecidas só pela compreensão de família, religião, Estado, etc, que trouxeram, mas também pelo que de novo será produzido no espaço sul catarinense a partir do que eles trouxeram.

A compreensão do que significa família, política, propriedade, etc, deve sua forma particular aos lugares que lhe deixaram as práticas de cada grupo entre os quais se formou. Ressaltamos isso para expressar que um adequado acesso ao espaço da colônia deve estar atento para não usar conceitos universais sem calibrá-los adequadamente às práticas específicas que os objetivam.

Sejamos mais específicos quanto a isso. Os grupos nacionais e imigrantes são contemporâneos, contudo não viveram o mesmo tempo histórico e, portanto, imigrante, família, amor, sexo, política, comércio, não são conceitos que podem ao bel prazer do historiador serem usados aleatoriamente como conceitos de aproximação da realidade. Mesmo difícil, é fundamental para uma abordagem historiográfica da área de imigração sul catarinense, um cuidado metódico para não deixar-se envolver pelos objetos naturais. Esses conceitos não são coisas, objetos consistentes. São substâncias humanas no tempo, que vão se concretizando nas condições de possibilidade de cada tempo histórico. Exatamente porque “os homens exaurem, pouco a pouco, na sua história, a totalidade da verdade”,<sup>401</sup> são frutos de práticas que os objetivam e expressam um conteúdo específico num tempo histórico determinado.

Ao se aproximar da história da imigração sul catarinense é necessário estar com o “freio de mão puxado”, do contrário, se projetará nos grupos que ali se socializavam, concepções de mundo diferentes que serão falsamente parecidas pelo

---

<sup>401</sup> VEYNE, Paul. Op. cit., p. 258.

uso de palavras semelhantes. É o engano, muito recorrente, de se tomar o objeto da prática por um objeto natural, bem conhecido, sempre o mesmo.

Na verdade, cada grupo social, em cada uma de suas práticas, tal qual o contexto daquele momento permite, cria o objeto que lhe corresponde. Cria a família que lhe corresponde e não a família que está na cabeça do historiador. Apesar de usarmos a mesma palavra, o seu conteúdo é engendrado pela prática daquele momento. Essa falsa idéia de solidariedade temporal, de darmos o mesmo nome aos objetos culturais distanciados no tempo, é um diabo a ser excomungado na prosa do historiador sul catarinense. Talvez até pudéssemos generalizar, mas as leituras teóricas e as pesquisas dos últimos quatro anos nos permitem fazer essas afirmações apenas para o contexto sul catarinense.

A idéia da existência de imigrantes “em si” mesmos, é puramente metafísica, mas bastante explícita na prosa histórica da região. Negar a existência de “imigrante” é o primeiro passo para afirmar sua existência histórica. Não estamos fazendo jogo de palavras, mas tentando expressar os limites do discurso histórico quando se aproxima de objetos usando uma terminologia descuidada da historicidade. Estamos tentando afirmar o direito às especificidades que possui o imigrante “concreto”. Até porque, as sociedades objetivaram de maneiras muito diversas o objeto chamado “imigrante”. Claro que sempre existiram pessoas que mudaram para regiões distantes de onde nasceram. Existem realmente pessoas que imigraram, mas não o imigrante. A historiografia sobre a imigração no sul de Santa Catarina deve levar em conta que primeiro uma pessoa tem que ser objetivada como imigrante (referente pré-discursivo), para que depois apareça como matéria de imigração.

Essa insistência intenciona esclarecer que estamos navegando nas malhas de um discurso histórico e não somente sociológico. A história quer conhecer o concreto. Certamente não seria possível satisfazer totalmente essa pretensão, mas importa é ficar claro, para o historiador, que na região de imigração houve, num tempo específico, famílias de imigrantes que objetivaram essa condição de um modo singular. É essa restrição teórico-metodológica que possibilitará historicizar “aquele” imigrante, e não um imigrante “universal”, que cabe em qualquer situação.

Nesse sentido nos é estranho as generalizações do tipo: “os imigrantes no Brasil”, ou, a “imigração italiana”. Não estamos procurando certa identidade por trás das transformações. Isso cabe à sociologia. Não nos interessa uma essência

abstrata, uma constante universal que permita comparar com os imigrantes de Blumenau ou Joinville. Essa essência invariável cega o historiador para as particularidades que são apresentadas na imigração do vale do Rio Tubarão. Uma historiografia da imigração calibrada adequadamente, procura evitar a possibilidade de que se venha a sacrificar o conhecimento dos elementos individuais da imigração no Vale do Rio Tubarão por uma generalização mais ampla, de elementos espúrios, não genuínos daquele espaço.

É necessário um cuidado metodológico para que essa historiografia não caia numa interpretação mecanicista que nivele todas as experiências de imigração feitas no Brasil, como se existisse um modelo comum para todos os processos de imigração, bastando apenas trocar o nome do lugar e do grupo social que imigrou. Chamar a atenção para evitar o contágio de objetos naturais no discurso historiográfico sobre a imigração no sul de Santa Catarina, de forma alguma quer dizer que consigamos alcançar esse projeto de forma ideal. Se houver alguma generalização, que brote não da falta de cuidado teórico-metodológico, mas porque “os conceitos que usamos na história e nas ciências sociais são com frequência imprecisos e usados metaforicamente”.<sup>402</sup>

Por fim, se exageramos em insistir na procura do singular, não negamos a possibilidade de uma história comparada da imigração. Mas estas relações serão estabelecidas por outros que não nós, e terão, de qualquer forma, que levar em conta os problemas teóricos e metodológicos aqui problematizados.

## 5.2 Relações na comunidade imigrante

Como viemos construindo em nosso trabalho, há uma contraposição de dois mundos simbólicos diferentes em relação à compreensão do ethos político. De um lado o grupo nacional que domina o poder político local e regional através da política de cunho oligárquica. De outro os imigrantes que são os produtores do excedente produtivo da região, o qual é mediado pelos comerciantes que também são

---

<sup>402</sup> BURKE, Peter. **A escrita da História – novas perspectivas**. São Paulo, Unesp, 1992. p. 161.

nacionais. Ora, sem uma participação nos mecanismos formais de poder, por exemplo, partidos políticos, como se estruturou o pensar político dessas comunidades? Como se construiu seu ethos político? Como se dá a gênese da cosmovisão política dentro das comunidades de imigrantes até a década de 1920? As aproximações já construídas em relação à produção do espaço, bem como a formação étnico-cultural já nos permitiram construir algumas particularidades da compreensão política dessas comunidades.

Contudo, se olharmos mais diretamente para as relações constituídas “ad intra” dessas comunidades, a primeira constatação que se pode fazer da cosmovisão política dessas massas populacionais rurais é o extremo vínculo entre a organização comunitária e a religiosidade. Se por um lado a ruralização potencializou a dispersão, por outro, a religiosidade deu origem às primeiras formas de organização comunitária para enfrentar essa dispersão. As celebrações eram momentos fortes de socialização das famílias dispersas.

Depois da missa era novamente aquela movimentação. Grupos alegres da mocidade, as comadres andando devagar, colonos aproveitando a viagem para uma conversa de negócios, velhos de longas barbas deixando as montarias pastarem cada macega apetitosa que aparecesse na estrada. Era um povo que se movimentava. E era solene.<sup>403</sup>

Um forte sentimento de coesão social era revigorado em cada evento religioso. As dificuldades, com certeza comuns a todas as famílias, adquiriam maior suportabilidade porque os sofrimentos e sucessos eram coletivamente sentidos e partilhados.

Um relatório enviado pelo Consulado Italiano em Florianópolis, datado de fevereiro de 1900, consta que,

[...] o colono italiano é religioso. Atestam-no: 48 edifícios, entre igrejas e capelas, que os italianos estabelecidos no sul deste estado erigiram em menos de dez anos, com seus braços e às suas expensas; o sacrifício que sustiveram ao fazer vir do Reino, também à expensas próprias, quatro sacerdotes, assegurando-lhes uma cômoda existência e os meios necessários ao culto.<sup>404</sup>

---

<sup>403</sup> Entrevista concedida por LOCKS, José. In DALL’ALBA, João Leonir. **O vale do Braço do Norte**. Orleans, edição do autor, 1973. p.148.

<sup>404</sup> Cf. **Relatório do Cônsul Régio em Florianópolis – Fevereiro de 1900**. Op. cit., p. 69.

A construção de edifícios para o culto religioso desde os primeiros momentos da produção do espaço, infere da importância dada à socialização mediada pela celebração religiosa:

desprovidos de regular cura de almas, os imigrantes tentaram, por isto, instalar o culto leigo, para o qual todos se reuniram aos domingos e dias santificados. Uma das primeiras obras executadas em comum foi a construção de uma capela.<sup>405</sup>

Fica patente que, apesar das inclementes “condições econômicas e sociais”<sup>406</sup> dessas comunidades, vínculos organizacionais são criados “às próprias expensas” para manter certa ligação entre as populações dentro da enorme dispersão espacial. São feitos enormes “sacrifícios” econômicos para trazer de longe uma referência autoritativa na comunidade, no presente caso, objetivada pelo coordenador religioso, que a comunidade, pertencente à religião cristã de denominação católica, chama de “sacerdotes”. Esse esforço organizacional com finalidade religiosa não escapou do próprio relatorista que em outra parte vai afirmar: “a organização dos fabriqueiros das capelas que são a única manifestação orgânica de que se mostram capazes até aqui”.<sup>407</sup> Partíssemos do conceito restrito de participação política, essa “manifestação orgânica” não representaria uma cosmovisão política pois a motivação seria preconceituosamente descartada como religiosa, esquecendo que o cotidiano é constantemente politizado a partir das relações de poder que se pode apreender através dos gestos, das organizações comunitárias, das relações pessoais, e outras variadas mediações.

Inseridos numa sociedade cuja valoração da pessoa se dava por relação de dependência com o “coronel”, o capitão, ou uma família tradicional, os imigrantes, em suas comunidades, ao contrário, estão estabelecendo relações pautadas a partir do conceito de “manifestação orgânica”. Modalidade de relação que nasce entre iguais, cujos papéis sociais serão determinados pela comunidade como um todo, a partir de suas necessidades e a partir de certas especificidades pessoais, ou seja, a partir de certas características que seriam úteis para o bom funcionamento “orgânico” da comunidade: “nas localidades em que não há sacerdotes, um colono

---

<sup>405</sup> DALL'ALBA, João Leonir. **O vale do Braço do Norte**. Orleans, edição do autor, 1973. p. 40.

<sup>406</sup> Para conhecer as condições sociais e econômicas das comunidades italianas por todo o sul do estado basta consultar “Condições econômicas dos colonos italianos”, in **Relatório do Cônsul Régio em Florianópolis – Fevereiro de 1900**. Op. cit., p. 69.

<sup>407</sup> **Relatório do Cônsul Régio em Florianópolis – Fevereiro de 1900**. Op. cit., p. 69.

menos inculto que os demais é geralmente encarregado de ministrar instrução religiosa”.<sup>408</sup>

Estamos diante do confronto de uma disciplina social paternalista e dependente entre os líderes políticos nacionais e a sociedade local, e uma disciplina social que nasce da área de imigração. Esta é marcada por uma relação mais participativa entre os líderes da comunidade e os demais imigrantes. Os líderes são escolhidos para uma função valorizada pela comunidade: a coordenação do culto. A função é dada por uma decisão coletiva. A autoridade nasce de atributos pessoais, no dizer do relatório, “um colono menos inculto que os demais”, e da delegação do grupo. A prática social se constrói negando radicalmente qualquer paternalismo, afirmando outrossim, o papel de liderança como delegação orgânica da comunidade.

Se há “manifestação orgânica” por motivos de religiosidade, o efeito colateral direto é o surgimento das primeiras lideranças comunitárias. Estamos nos referindo às lideranças leigas. Tais lideranças poderiam ser inferidas a partir da “organização dos fabriqueiros”, como fez referência o Cônsul italiano em seu relatório. Os fabriqueiros eram organizações comunitárias típicas das pequenas comunidades religiosas e que exigia a escolha de um presidente, portanto, obrigava a população de certa região a se organizar e dialogar para escolher um coordenador de eventos e dinamizador de atividades locais. Nosso documento é mais direto, sugerindo que além da organização do fabriqueiros,

[...] nas localidades em que não há sacerdotes, um colono menos inculto que os demais é geralmente encarregado de ministrar instrução religiosa aos filhos dos outros colonos e de recitar, em voz alta, as orações que o povo reunido na igreja acompanha.<sup>409</sup>

A escolha de um substituto do sacerdote, tendo sua autoridade pautada como “encarregado” em nome da comunidade, revela que nos encontramos diante de um profundo substrato político sociologicamente pautado em um modelo religioso. A categoria religiosa, contudo, não desmerece o fato de que as atividades organizacionais nas diversas “capelas” dos colonos, ofereçam uma base extremamente potencial para a atividade política. Há uma clara manifestação política mediada na arquitetura religiosa externa.

---

<sup>408</sup> Id., *ibid.*, p. 69.

<sup>409</sup> Id., *ibid.*, p. 69.

A expressão sociológica da religiosidade esconde outras manifestações antropológicas e sociais.<sup>410</sup> Essas não são tematizadas conscientemente pelos agentes sociais ao se manifestarem religiosamente. Contudo, se a dimensão política supõe também categorias como organização, liderança, objetivos comunitários, e essas características se manifestam num modelo religioso, isso significa que a atividade política estava acontecendo, mas velada pela expressão religiosa que era a única possível nas atuais circunstâncias do momento histórico daqueles sujeitos. O que estava por trás de tudo era uma potencialidade política latente, vertida em chave religiosa. O campo de aplicação do poder, naquelas circunstâncias, eram as organizações das comunidades religiosas. Foucault é claro quando afirma, “estudar o poder em sua face externa, onde ele se relaciona direta e imediatamente com aquilo que podemos chamar provisoriamente de seu objeto, seu alvo ou campo de aplicação, quer dizer, onde ele se implanta e produz efeitos reais”.<sup>411</sup>

Enquanto nas comunidades rurais dos imigrantes, o ethos político ia se gerando num processo complexo de convivência e participação social criada como resposta às necessidades de sociabilidade típicas desses grupos, como o culto dominical, o encontro após a celebração, a organização de fabriqueiros, a escolha de líderes para substituir os padres nas funções religiosas, a organização da educação, nas metrópoles políticas do sul catarinense, Laguna e Tubarão, a atividade política era um confronto de interesses entre as famílias nacionais.

O advogado João de Oliveira, genro do velho Collaço, além de dono de uma inegável elegância poética, de orador inflamado e jornalista de estilo, mantinha em ebulição os ânimos populares já por si permanentemente irritados. Através de seu jornal, (...) a cada sete dias, como um fermento a azedar e obstruir qualquer tentativa de trégua na família tubaronense, o advogado vergastava a oposição num linguajar contundente e ferino. Do outro lado O FISCAL (...) também não levava os desaforos para casa, revidando artigo por artigo, com o mesmo calão e coragem, os ataques que a sua gente recebia.<sup>412</sup>

A gênese autoritária e patriarcal desse modelo tinha suas raízes nas relações sociais que havia se construído desde a chegada dos portugueses nas Américas

<sup>410</sup> “Se o homem em sociedade é um construtor do mundo, isto se deve a ser constitucionalmente aberto ao mundo, o que já implica um conflito entre ordem e caos. A experiência humana, ab initio, é uma exteriorização contínua. O homem, ao se exteriorizar, constrói o mundo no qual se exterioriza a si mesmo. No projeto de exteriorização projeta na realidade seus próprios significados.” in BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. Op. cit., p.142.

<sup>411</sup> FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Graal, 1979. p. 182.

<sup>412</sup> ZUMBLICK, Walter. **Este meu Tubarão...!** Florianópolis, Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1974. p. 140.

como sugerimos em linhas gerais, na análise sobre a formação do espaço sul catarinense. O fato de este modelo estar inserido num tempo longo onde tantas gerações de nacionais haviam nascido, crescido e morrido dentro dele, portanto, se moldado por ele, havia de certa forma naturalizado esse tipo de prática. A naturalização de papéis dentro dessa sociedade oligárquica escamoteou as relações de poder que se exerciam entre os grupos nacionais. Os indivíduos num contexto assim, são orientados, sutilmente é claro, para assumir papéis que prolonguem e endossem esse sistema de exclusão.

Dessa forma, antes de as comunidades de imigrantes se instalarem no espaço sul catarinense, os mecanismos que mantinham o poder político nas mãos de algumas famílias, ligadas estas por sua vez às famílias que coordenavam o poder em nível estadual, estavam naturalizados. E isso, por um processo de estruturação coletiva de um conjunto de valores, que faz com que o modo de relação social adquira o caráter de algo “natural” e não algo produzido socialmente por interesses de classe. Tudo era admitido e endossado pela maioria porque havia um consenso prévio de que a organização política vigente era natural. Como lembra Pierre Bourdieu, “o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”.<sup>413</sup>

Todo esse processo pode ser percebido e reforçado por um modo de relação pouco tematizado. Estamos nos referindo à relação entre as capelas e a igreja matriz. Enquanto as capelas do interior são locais onde predominam os grupos de cada etnia, a matriz na sede da colônia e na sede do município, adquire dentro desta relação a função de produzir um “consenso operacional”,<sup>414</sup> enquanto reúne num mesmo espaço grupos sociais antagônicos mascarando, ou induzindo socialmente a uma ausência de conflito básico. Ou seja, ao reunir as famílias oligárquicas nacionais com outras famílias, também nacionais mas de menor poder social, gera-se, de forma inconsciente, um desconhecimento de que o espaço social da Colônia Grão Pará é um espaço de conflito, de concorrência entre grupos de interesses distintos. De forma alguma isso é tematizado, apesar de que certos testemunhos

---

<sup>413</sup> BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000. p. 8-9.

<sup>414</sup> O conceito de “consenso operacional” é muito usado por Pierre Bourdieu e se “fundamenta, no desconhecimento pelos agentes, de que o mundo social é um espaço de conflito, de concorrência entre grupos com interesses distintos. Esse desconhecimento corresponde a uma ‘crença coletiva’ que solda, no interior do campo, agentes que ocupam posições assimétricas de poder”. In ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu – Sociologia**. São Paulo, Ática, 1983. p. 24.

orais nos permitem inferir que o espaço da matriz era o espaço da conciliação forçada: “Era um rapaz republicano dar em namorar a filha de um liberal e ao chegar em casa apanhar de chicote. Os pais davam mesmo. Ferrenhos. Na Igreja não. Todos iam junto, respeitavam”.<sup>415</sup>

A importância desse sub-produto da prática religiosa no concernente ao espaço da igreja matriz, permite perceber que a reprodução da sociedade oligárquica no sul catarinense até o final da década de 1920, não se dá simplesmente através dos aparelhos ideológicos do Estado ou de ideologias oficiais. “Os agentes que se situam junto à ortodoxia devem, para conservar sua posição, secretar uma série de instituições e de mecanismos que assegurem seu estatuto de dominação”.<sup>416</sup> Assim, a convivência fraterna no interior da igreja matriz em finais de semana nos aponta para um modo de vivência da expressão religiosa que se instaura subjetivamente, fazendo com que as diferenças de lugares sociais dentro do espaço social sejam vistas apenas como arruaças, comuns entre Liberais e Republicanos, ou simplesmente como expressão da falta de moralidade pessoal. Os testemunhos sobre brigas em festas comunitárias são constantes.

As brigas estavam no sangue da gente, que era até um esporte. As farras, especialmente as da festa do padroeiro “...” eram de armar uma simulação de briga. Em vez de porrete pegavam aqueles chapéus grandes, e enrolavam em charuto e vai lambada. Brincadeiras bestas. “...” Nas brigas não houve mortes. Mas davam para dar. Porrete, cabo de relho, aqueles espadões compridos, socos. Lambadas... Papai foi delegado aqui. Dia de levar trinta presos de caminhão para Tubarão. Quantas vezes! Depois se acalmava. Mas a rixa permanecia.<sup>417</sup>

As capelas, ao contrário, se estabeleciam como ambientes típicos dos imigrantes. Na capela se articula a língua étnica sem medos ou reprimendas. Na capela se expressa o gesto particular, o modo de ver o mundo típico dessas comunidades. Na capela se socializa o mundo de valores singulares. Nas capelas a liderança era exercida por líderes escolhidos pela própria comunidade e num espaço tipicamente organizado segundo os padrões culturais e políticos desses grupos, como já comentamos em parágrafos anteriores. Na capela, enfim, a decisão brota de um “consensus” comunitário. Dessa forma as capelas se tornaram espaços de

<sup>415</sup> Entrevista concedida por HEIDEMANN, Lindolfo. In DALL’ALBA, João Leonir. **O vale do Braço do Norte**. Orleans, edição do autor, 1973. p.301.

<sup>416</sup> ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu – Sociologia**. São Paulo, Ática, 1983. p. 22.

<sup>417</sup> Entrevista concedida por HEIDEMANN, Lindolfo. In DALL’ALBA, João Leonir. **O vale do Braço do Norte**. Orleans, edição do autor, 1973. p. 301.

proteção contra o poder simbólico e homogenizador da matriz. Na capela o ethos particular de compreensão do político, fruto de toda a história cultural destes grupos, era reproduzido socialmente. Dentro de uma sociedade cultural e politicamente oligárquica as capelas se tornavam uma espécie de anti-corpos sociais protegendo essas comunidades do “consenso operacional”. As capelas funcionavam como mecanismos que limitavam o alcance do universo simbólico das oligarquias sul catarinense, impedindo que estas soldassem todos os agentes sociais numa “crença coletiva” de que a presença dentro da igreja matriz significava a ausência de posições assimétricas de poder.<sup>418</sup>

A relação entre as capelas e a igreja matriz permite perceber que o campo de luta entre dois universos simbólicos diferentes mantinha-se numa constante tensão dialética. O mais importante a ressaltar é que, diferente dos nacionais pobres que não tinham como fugir ao poder homogenizador do mundo simbólico oligárquico, os imigrantes em seu modelo de povoamento ruralizado e, portanto, fora dos centros urbanos, se mantinham com um projeto político alternativo.

A capela rural permaneceu como o bastião contra as forças do consenso operacional. Com certeza, isso não era tematizado dessa forma pelos contemporâneos. É óbvio que não podemos considerar as explicações dos agentes sociais como explicação última do fenômeno. Isso seria dar ao senso comum o status de ciência. A sociologia nos ensina que em nenhuma sociedade há coincidência plena entre a essência de uma prática e a consciência dos motivos de quem a pratica. De posse de um instrumental teórico adequado, pode-se perceber que a prática dos imigrantes em suas capelas fez com que a igreja matriz não conseguisse se tornar um lócus de produção de consenso social.

Para os nacionais, a reprodução de um tipo de sociedade oligárquica não era uma prática consciente, nem uma espécie de complô contra os imigrantes. A defesa dos interesses é algo natural para quem vive segundo as vantagens que nascem destes mesmos interesses. Não havia uma orquestração desses contra os outros, como se as famílias oligárquicas nacionais tivessem uma política explícita, expressamente imposta, para manter-se no poder político das cidades metrópoles da região sul catarinense. A própria categoria que usamos, “oligarquia”, é um conceito problemático pois, se de um lado revela corretamente que o poder político

---

<sup>418</sup> Cf. ORTIZ, Renato. Op. cit., p. 22.

era exercido entre famílias tradicionais da região, de outro, não havia uma coordenação orgânica entre todas as famílias como a caracterizar um poder coletivo formalmente organizado entre elas. Não se pode simplesmente reificar entes sociais como “burguesia”, “oligarquia”, “aristocracia”, como se fossem entes conscientes cujas ações fossem de forma deliberada construídas para excluir a maioria. Isso de forma nenhuma significa que, de fato, isso não esteja ocorrendo. A exclusão é um fenômeno constante nas sociedades. O que se nega é a quase mecanização desse processo e a sua brutal simplificação em sentenças do tipo: a infra-estrutura econômica define a superestrutura de uma dada sociedade.

Enquanto ignorarmos o verdadeiro princípio dessa **orquestração sem maestro** que confere regularidade, unidade e sistematicidade às práticas de um grupo ou de uma classe, e isto na ausência de qualquer organização espontânea ou imposta dos projetos individuais, nos condenamos ao artificialismo ingênuo que não reconhece outro princípio unificador da ação ordinária ou extraordinária de um grupo ou de um classe a não ser o da concertação consciente e meditada do complô.<sup>419</sup> (grifo nosso)

Nesse contexto, a revolta civil armada em Orleans no ano de 1923, depondo o superintendente que representava a vontade do governador do Estado, revela que os grupos imigrantes não foram dominados pelo “consenso operacional”, cujo mecanismo procura inculcar nos agentes sociais, através de práticas não-intencionais e de mecanismos comunitários aparentemente neutros, a idéia de que os lugares sociais não são expressão de interesses.

Por isso não acreditamos que a tendência em criar uma estrutura (escola, igreja, língua, etc...) paralela, seja apenas conseqüência do encontro de culturas diferentes que querem, ciosamente, manter intactas as particularidades de suas culturas. Vemos nesse isolamento, mais que zelo cultural. Vemos aí estratégias que intencionam inviabilizar um controle por parte dos nacionais.

Eles não compreendem que, na demarcação das implantações, das delimitações, dos recortes de objetos, das classificações, das organizações de domínio, o que se fazia aflorar eram processos – históricos certamente – de poder. **A descrição espacializante dos fatos discursivos desemboca na análise dos efeitos de poder que lhe estão ligados.**<sup>420</sup> (grifo nosso)

<sup>419</sup> BOURDIEU, Pierre. “Esboço de uma teoria da prática”. In ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu – Sociologia**. São Paulo, Ática, 1983. p. 67.

<sup>420</sup> FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Graal, 1979. p. 159.

A insistência em se dar ênfase ao papel exclusivo do Estado como gestor do poder em nome de uma classe, enfraqueceu a percepção para os mecanismos e efeitos do poder que não estão ligados à essa estrutura. Ao contrário, a consciência de outros circuitos de poder é que sustenta e reproduz os interesses do Estado, elevando ao máximo a eficácia dos seus aparelhos de controle.

Ao aproximar o discurso histórico da região de imigração da Colônia Grão Pará é necessário fugir de uma abordagem maniqueísta que interpreta a relação do nacional para com o imigrante apenas como intencionalmente voltada para a exploração e legitimada pelos aparelhos de Estado da República Velha, construído sob a força das oligarquias em cada estado da Federação. Além de ingênua, essa visão depreciaria a força social e organizativa do imigrante. Essa visão de coisificação do outro já foi superada até pela historiografia sobre a escravidão, onde o espaço social do escravo dentro do sistema é compreendido dentro de um contexto de negociação. Em seu espaço o escravo ia lançando mão de estratégias para sobreviver, em momentos se curvando à estrutura da escravidão, em outros abrandando-a com resistências que forçavam a negociação do seu proprietário. Dessa forma os padrões do comportamento do cativo não eram somente determinados pelo sistema, mas impostos pelos escravos que abriam caminho para um acordo sistêmico.<sup>421</sup>

### **5.3 Relações entre religiosidade e nacionalidade**

Outro aspecto importante para a compreensão do ethos político das populações imigrantes se dá na relação entre as categorias, fé e nacionalidade, ou pátria e religião. Quando o Cônsul italiano, portanto, um legítimo representante político do Estado Italiano no Brasil, esteve visitando as colônias italianas no sul do estado de Santa Catarina na primeira década de 1900, afirma que, “em todas as localidades que visitei foram os sinos que saudaram a chegada do Cônsul; o

---

<sup>421</sup> QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de. Escravidão Negra em Debate. In FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.) **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. 5ª ed., São Paulo, Contexto, 2003. p. 103-117.

primeiro lugar em que fui recebido foi na igreja, que, no sentimento de nossos colonos, representa a pátria.”<sup>422</sup>

O comentário do Cônsul sugere que entre os imigrantes há uma forte relação entre religião e pátria, ou fé e nacionalidade, confirmando a análise anterior de que na organização social da religiosidade das comunidades há um latente potencial político. Percebe-se duas cosmovisões políticas bem diferentes e delineadas. De um lado, a visão de política pautada para o confronto de interesses domésticos e familiares representado pelas famílias nacionais que dominam politicamente, a partir dos núcleos urbanos, a região sul catarinense. De outro, uma visão política modelada sociologicamente em chave religiosa, mas profundamente carregada de nacionalismo, unindo a fé e pátria, cosmovisão vivida no espaço rural.

Nas comunidades alemãs, principalmente as do Vale do Braço do Norte que tinham um contato mais direto com as comunidades italianas da região da Colônia Grão Pará por causa da proximidade geográfica, a relação fé e pátria era também bastante forte. O cônsul alemão vinha pessoalmente “inspecionar” todas as “escolas paroquiais” que foram fundadas pelos sacerdotes nas capelas de origem alemã. Tais escolas eram subvencionadas pelo governo alemão. Segundo uma testemunha, o Cônsul, “uma vez que esteve em São Ludgero, num domingo à tarde, fez um discurso na praça da Igreja, e o povo se admirou que não tivesse falado em Deus. Só recomendava que conservassem os costumes e a língua alemã”.<sup>423</sup>

O estranhamento diante da falta de referência a Deus mas o concomitante endosso do Cônsul de “que conservassem os costumes e a língua alemã”, sugere que o povo não estava acostumado a dissociar a consciência de povo alemão (nacionalidade alemã), da categoria teológica “Deus”, ou seja, fé religiosa. Expressar um conteúdo religioso era referir-se a uma identidade política nacional. Não surpreende, portanto, o fato de que mais tarde o movimento integralista tenha tido tantos adeptos nas região sul catarinense.

O que houve bem forte de organização foi o Integralismo. Reinaldo Schillickmann e João Bruning foram os dirigentes. Vieram o Lulu Medeiros e o general Vieira da Rosa organizar. Todo o domingo havia reunião. Todos fardados. Camisa verde, galões com estrelas, calça branca ou preta, fita no braço com o característico sigma. Havia chamada, vez por vez. Alguém fazia uma conferência sobre os três grandes temas: Deus, Pátria, Família. Nossa

<sup>422</sup> Cf. **Relatório do Cônsul Régio em Florianópolis – Fevereiro de 1900**. Op. cit., p.70

<sup>423</sup> Entrevista concedida por LOCKS, José. In DALL’ALBA, João Leonir. **O vale do Braço do Norte**. Orleans, edição do autor, 1973. p. 182.

saudação era com o braço levantado bem alto dizendo: 'anauê', nosso grito de união. Hino Nacional na entrada e na saída. [...] Em São Ludgero mais de 80% da população aderira. São Ludgero era o centro regional. Outro núcleo era em Rio Pinheiros e um pequeno em São José. Foi nessa escola que aprendemos a falar em público, a fazer reuniões, trabalhar na política.<sup>424</sup>

Conceitos como nação, nacionalismo, pátria, religião, se correlacionam na compreensão dessas populações. Dessa forma não havia nenhum problema em que a compreensão política fosse mediada por categorias religiosas.

Esse tipo de nacionalismo era também comunicado pelos sacerdotes católicos que coordenavam a vida religiosa das comunidades. Por ocasião do início da primeira grande guerra há testemunhos de que houve uma grande campanha entre as comunidades alemãs promovidas pelo Pe. Tombrock para angariar empréstimos para a Alemanha. Pe. Fritz Tombrock foi um dos mais famosos sacerdotes que coordenou a vida religiosa das comunidades alemãs do sul de Santa Catarina. Chegou no Vale do Rio Braço do Norte em 1896 e viria a falecer em São Ludgero em 1957, portanto, exercendo uma influência sobre várias gerações.

Em 1914 estourou a primeira guerra mundial. Parece que Monsenhor assinou todo o dinheiro economizado no empréstimo de guerra. Vibrava com as vitórias iniciais da Alemanha. Em 1917 celebrou o aniversário do Kaiser. No discurso concitou a todos a assinarem o empréstimo: - E se a Alemanha perder a guerra, disse, deve nos consolar o pensamento de termos feito algo pela Pátria. Ao ter notícia da derrota da Alemanha, caiu sem sentidos. Este amor demasiado à Pátria alemã foi seu pecado.<sup>425</sup>

Ao expressarmos que no universo simbólico das populações de imigrantes e seus descendentes havia uma ligação umbilical entre religião e pátria, queremos inferir que o ideário nacionalista, a idéia de poder político centralizado e forte, bandeira dos movimentos revolucionários na conturbada década de 1920, já possuía um substrato ideológico impregnado na cosmovisão das populações e na organização social das famílias imigrantes. Queremos também inferir que as atividades religiosas não devem ser interpretadas segundo categorias atuais, onde a instância religiosa e a dimensão política possuem vidas autônomas. O homem que decide é o homem que reza. No contexto cultural atual, o sacro e o profano possuem autonomia baseada na idéia de pluralidade cultural, onde política e religião não se misturam em nível institucional. Contudo, para aquelas populações do início do

<sup>424</sup> Entrevista concedida por BRÜNING, Daniel. Id., *ibid.*, p. 159.

<sup>425</sup> Entrevista concedida por LOCKS, José. In DALL'ALBA, João Leonir. **O vale do Braço do Norte**. Orleans, edição do autor, 1973. p.187.

século XX, ao contrário, a idéia de Estado e Religião se imbricava como identidade de uma nação. Na Itália, principalmente, formada por uma multiplicidade de grupos culturalmente diferenciados, a religiosidade foi usada como elemento aglutinador de uma identidade comum, como mais tarde foi demonstrado pelo Tratado de Latrão.

Dessa forma, o nacionalismo, bandeira da Semana de Arte Moderna, de alguns movimentos urbanos, e principalmente bandeira do ideário do movimento tenentista, possuía nessas populações fácil acesso. Havia uma pré-compreensão que favorecia o encaixe desse conceito com movimentos de descontentamento com a política, economia e cultura da Velha República. O mesmo não acontecia entre as metrópoles urbanas da região sul onde as atividades políticas refletiam o modelo da política oligárquica presente nos demais estados da federação.

Não será surpresa, portanto, que a corrida eleitoral entre Júlio Prestes, representando o Governo de Washington Luís e Getúlio Vargas, representando a Aliança Liberal, tenha tido uma forte aceitação nessas comunidades rurais: “No tempo de Getúlio entrou o lenço encarnado, para distinguir dos Prestes, que tinham verde. Aqui em São Ludgero era quase tudo lenço encarnado. Tudo Vargas, Liberais.”<sup>426</sup> Como disse um “sacerdote” católico numa celebração dominical na localidade de Nova Veneza em 1900, “o amor da pátria e da religião, fundem-se no coração do homem.”<sup>427</sup>

Toda essa pré-compreensão adquire um impacto muito maior se situada dentro do contexto do Estado brasileiro. Dizemos “Estado” para ressaltar a realidade de que naquele momento histórico do final do século XIX e início do século XX o espaço territorial se encontra em processo de gestação de uma nacionalidade. Não há ainda o que poderíamos chamar de “nação brasileira”. Essas comunidades rurais sul catarinenses se encontram num macro-contexto político-cultural marcado pela presença de muitas pátrias regionais.

Não havia o sentimento de pertença a uma comunidade nacional. E isso vinha de longa data. Diferente do anacronismo que percebemos no discurso ufanístico de “pátria brasileira”, principalmente na concepção histórica fundada à luz do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que jogava a idéia de nacionalidade para quando Cabral aportou nas praias deste enorme continente, o que havia naquela época era

---

<sup>426</sup> Entrevista concedida por NIEHUES, Carlos. In DALL’ALBA, João Leonir. **O vale do Braço do Norte**. Orleans, edição do autor, 1973. p.135.

<sup>427</sup> **Relatório do Cônsul Régio em Florianópolis – Fevereiro de 1900**. Op. cit., p. 69.

um conjunto de capitanias, sem unidade política e econômica. Segundo o historiador Luiz Felipe de Alencastro,

[...] há uma cilada historiográfica que consiste em transpor para o passado as fronteiras atuais do território brasileiro, como se já se soubesse, desde o desembarque de Cabral que as feitoras iriam virar uma colônia, e a colônia se transformaria num país independente, numa nação do jeito que está aí.<sup>428</sup>

Para os que objetam, chamando a atenção para a presença do Vice-rei sediado no Rio de Janeiro, lembramos que seu controle ia ao máximo sobre algumas capitanias do sul. As capitanias se ligavam de fato diretamente com o governo de Lisboa. A falta de centralização interna do poder no período colonial chegava ao ponto de fazer com que muitos governadores de Província não tivessem controle sobre os capitães que governavam as vilas. A América portuguesa tinha todas as pré-condições para fragmentar-se em muitos estados como se deu com a América espanhola.

A nossa digressão se justifica para ressaltarmos que a miscigenação étnica entre lusos, açorianos, alemães e italianos, para tomar as maiores etnias no espaço sul catarinense, acontecia dentro de um espaço marcado pelo processo de gestação de uma identidade nacional.<sup>429</sup> A idéia de nação, por ser um conceito histórico, estava sendo construída,

[...] formada e transformada no interior da representação. [...] As diferenças regionais e étnicas foram gradualmente sendo colocadas, de forma subordinada, sob aquilo que Gellner chama de ‘teto político’ do estado-nação, que se tornou assim, uma fonte poderosa de significados para as identidades culturais modernas.<sup>430</sup>

Basta lembrar que nas revoltas regionais pela independência não se falava em Brasil, mas se falava em “nós americanos”, ou, como diziam os inconfidentes mineiros, “a pátria mineira”. Historiadores modernos que fazem análise desses eventos deixam bem claro que a bandeira, os hinos e as leis propostos pelos

<sup>428</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de. In MORAES, José Geraldo Vinci & REGO, José Márcio. **Conversas com historiadores brasileiros**. São Paulo, 34, 2002. p.252.

<sup>429</sup> Cf. JANCSÓ, István. (Org.) **Brasil: formação do Estado e na nação**. São Paulo, Hucitec, 2003.

<sup>430</sup> HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro, DP&A, 2001. p. 47-65.

revolucionários em busca da independência não faziam jamais referência a um universo simbólico brasileiro.<sup>431</sup> De fato esse universo simbólico não existia ainda.

Para terminar essa digressão sobre o argumento de que o sul catarinense se encontra dentro de um macro-processo de formação da nacionalidade, basta lembrar que os deputados constituintes presentes nas Cortes em Portugal depois da Revolução Liberal, não faziam referência em pertencer ao Brasil mas às suas capitanias; eles se auto-conceituavam referindo-se “aos povos do Brasil”.<sup>432</sup> Segundo essa visão, os “povos” do Brasil viam a “nacionalidade” como algo restrito ao espaço regional. O espaço maior era o Império que, se por um lado oferecia a identidade política de um Estado, de forma alguma representava uma idéia de nacionalidade comum. A identificação simbólica e emotiva se dava para com a pátria regional. Ser patriota era pertencer a uma Província. O império era compreendido como um conjunto de nações, de “povos”, que partilhavam de uma mesma língua e de um mesmo Estado. A idéia de pátria nacional, ligada ao espaço brasileiro é uma construção muito atual. Como diz um grande historiador brasileiro, “o sentimento de identidade nacional, por sua vez, veio depois e muito devagar. Ainda hoje se baseia em dimensões que não tem a ver com a história política do país: futebol, o carnaval, a natureza, etc”<sup>433</sup>.

Além disso, há uma peculiaridade a ser acrescentada a esse processo de formação da nacionalidade. A unidade identitária brasileira foi construída pela força violenta do Estado Imperial e Republicano. Basta atentar-se para a cruel reação do governo militar de Floriano Peixoto em terras catarinenses sob a responsabilidade do Coronel Moreira César. Não há mais dúvida de que os assassinatos, principalmente na Ilha de Anhatomirim, eram de conhecimento de Floriano, conforme telegrama enviado pelo Coronel Moreira César:

Telegrama – Estrada de Ferro Central do Brasil – Estação do Rio – 08 de maio de 1894 – Prefixo S n. 540 – nº de palavras – 15 – Hora de apresentação 4h55min – pelo telegrafista J.M.B.S – Procedente do Desterro:

---

<sup>431</sup> Cf. FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo, Edusp. 1996. Também a síntese extremamente clara do processo de formação da cidadania no Brasil em, CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil – O longo caminho**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001. p.89.

<sup>432</sup> TOMAZ, Fernando. Brasileiros nas Cortes Constituintes de 1821-1822. In MOTA, Carlos Guilherme. **1822 – Dimensões**. São Paulo, Perspectiva, 1986. p.79.

<sup>433</sup> CARVALHO, José Murilo de. In MORAES, José Geraldo Vinci & REGO, José Márcio. Op. cit., p. 170.

Marechal Floriano – Rio – Romualdo, Caldeira, Freitas e outros, fuzilados segundo vossas ordens – Antônio Moreira Cezar.<sup>434</sup>

A unidade das pátrias regionais é construída pela força do Estado, e não por uma identidade simbólica construída por movimentos sociais ou políticos que aglutinassem uma idéia de pertença a um todo maior.

Se de um lado, o período imperial conseguiu instituir um Estado e um espaço de fronteira correspondente ao domínio dessa instituição política, por outro, longe estava de haver conseguido criar a idéia de nacionalidade, de identidade nacional. Nem mesmo no período republicano, principalmente na fase conhecida como República Velha, consegue-se alcançar este objetivo. Pelo contrário, aguçou-o. Isto porque, na organização da nascente República brasileira, entre as várias correntes ideológicas de configuração de um governo republicano, venceu o federalismo baseado no modelo dos Estados Unidos da América. Esse modelo, transposto de outro contexto, e portanto, sem as pré-condições históricas que lhe davam validade prática, ao dar maior autonomia aos Estados Federados, irá aguçar ainda mais o separatismo que já vinha latente desde a colônia.

O modelo americano, em boa parte vitorioso na Constituição de 1891, se atendia aos interesses dos proprietários rurais, tinha sentido profundamente distinto daquele que teve nos Estados Unidos. Lá, como lembrou Hanna Arendt, a revolução viera antes, estava na nova sociedade igualitária formada pelos colonos. A preocupação com a organização do poder, como vimos, era antes consequência da quase ausência de hierarquias sociais. No Brasil, não houvera a revolução prévia. Apesar da abolição da escravidão, a sociedade caracterizava-se por desigualdades profundas e pela concentração do poder. Nessas circunstâncias, o liberalismo adquiria um caráter de consagração da desigualdade, de sanção da lei do mais forte. Acoplado ao presidencialismo, o darwinismo republicano tinha em mãos os instrumentos ideológicos e políticos para estabelecer um regime profundamente autoritário.<sup>435</sup>

Tal proposta de autonomia regional foi muito conveniente para estados com maior desenvolvimento econômico como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, apesar de este último sempre estar tentando fazer conchavos políticos com os Estados menores para se antepor à troca automática do poder federal entre São

---

<sup>434</sup> Cf. Diário do Congresso, n.º 47, folha 820, de 19 de julho de 1896. In CABRAL, Oswaldo R. **História de Santa Catarina**. Florianópolis, Laudes, 1970. p. 277.

<sup>435</sup> CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas – O imaginário da República no Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000. p. 25.

Paulo e Minas Gerais. O político Pinheiro Machado é a figura emblemática dessa luta gaúcha pelo poder dentro da federação.

Santa Catarina, entretanto, não havia passado por uma história regional que lhe permitisse ter construído certo tipo de identidade regional na forma de um “catarinensismo”, como os paulistas, mineiros e gaúchos. E isso simplesmente porque a colonização de seu espaço é muito recente, apesar de alguns enclaves no litoral serem um pouco mais antigos. Mas de forma nenhuma, as populações açorianas do litoral e os caboclos na imensidão do planalto, voltados para a criação de gado de forma extensiva, haviam criado uma idéia de identidade regional.<sup>436</sup>

Além disso, Santa Catarina, como já vimos na parte que tratamos sobre a produção do espaço, era formada por regiões autônomas com pouquíssimo contato entre si, devido à peculiaridade de seu relevo, processo de povoamento, falta de vias de comunicação terrestre interligando essas mesmas zonas, e principalmente pelo modelo econômico que, na ausência de um comércio catarinense, comercializava o excedente produtivo com os mercados de Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro e principalmente São Paulo. Isto porque “[...] o preço dos produtos coloniais, porquanto encarecido pelo preço dos transportes custosíssimos, pelas taxas, etc, era por demais vantajoso, por causa da procura dos Estados que produziam exclusivamente café”.<sup>437</sup>

Se de um lado esse modelo permitiu uma capitalização primária que criou as pré-condições para a industrialização catarinense, de outro marcou o estado catarinense por um longo processo de regionalização interna e carência de uma identidade nacional.

Assim, os nacionais, os alemães, os italianos, os polacos, os letões, espanhóis, austríacos, franceses, paraguaios, holandeses, ingleses,<sup>438</sup> estavam vivendo em ato o processo de construção da identidade catarinense e nacional. Para eles, cuja referência mais próxima de identidade brasileira era constituída pelo Estado Imperial, não se estranha o fato de que, “na proclamação da República, quando a notícia chegou houve uma concentração e gritavam: ‘Viva a República’! A

<sup>436</sup> Cf. RODRIGUES, Jane de Fátima Silva. História Regional e Local: problemas teóricos e práticos. **Revista História e Perspectivas**. nº 16\17, 1997.

<sup>437</sup> “Relatório do Sr. G. Caruso Macdonald, Regente do Real Consulado em Florianópolis – Outubro de 1906”, in DALL’ALBA, João Leonir, **Imigração Italiana em Santa Catarina - Documentário**, Florianópolis, Co-edição: UCS, EDUCS e Lunardelli, 1983, p. 162.

<sup>438</sup> Para as várias etnias que aos poucos construíam o espaço sul catarinense, veja-se as várias estatísticas feitas pelas empresas de colonização in DALL’ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p.44. Também na p.52, 61.

maioria não aderiu e gritavam: ‘viva o Kaiser’. Kaiser era o imperador Dom Pedro II.”<sup>439</sup>

Santa Catarina se encontrava na peculiar condição de estar construindo sua identidade regional concomitante à construção da identidade nacional. Outras regiões do país já tinham uma certa identidade regional quando o Estado brasileiro decidiu construir de forma autoritária uma concepção de nacionalidade.<sup>440</sup> Todas as manifestações políticas dos imigrantes apareceram no sul catarinense como uma força geradora de identidade. Nesse sentido, a revolta civil em Orleans representava, além de uma reação contra a política de cunho oligárquico, a demonstração de força identitária de uma comunidade que não aceitava qualquer imposição sem ser consultada: “Queria sim, dar uma demonstração de força. Fora instigado, acirraram-lhe os ânimos. (...) Mas fora, para demonstrar que sabia defender seus interesses”.<sup>441</sup> Se o Estado que os recebeu não forneceu esse substrato simbólico identitário, não lhes propiciou as garantias típicas de um cidadão, como educação, estradas, saúde, as manifestações políticas tentaram construir uma identidade local fruto dessa orfandade simbólica e social gerada pela omissão do Estado.

De fato, antropologicamente, o ser humano está buscando referir-se a algo maior que a si mesmo, que lhe dê uma identidade particular. Referir-se a um todo maior no qual cada pessoa em particular se sente pertencente. O ser humano não é uma abstração racional, é um ser cultural. Tem sede de pertencer a um mundo que forneça sentido ao que faz e ao que pensa e que não precise, a todo instante, estar criando justificativas para a sua práxis, mas vivê-la de modo natural e espontâneo por adquirir um sentido já presente no contexto em que a pessoa vive e se historiciza.<sup>442</sup>

Essa dinâmica antropológica tem sua dimensão social. As comunidades humanas, por causa dessa necessidade antropológica básica, naturalmente procuram criar vínculos com valores, símbolos e outros referenciais diversos que

---

<sup>439</sup> Entrevista concedida por SPECK, José. In DALL’ALBA, João Leonir. **O vale do Braço do Norte**. Orleans, edição do autor, 1973. p.211.

<sup>440</sup> Referimo-nos ao movimento de nacionalização forçada das colônias de imigrantes no sul catarinense após a Revolução de 1930.

<sup>441</sup> DALL’ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p.229.

<sup>442</sup> HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro, DP&A, 2001. p. 52.

lhes permitam auto-pensar-se<sup>443</sup> com uma especificidade própria e diferenciadora. Nesse sentido surge a idéia de nação como “uma comunidade política imaginada – e imaginada como implicitamente limitada e soberana.”<sup>444</sup>

Portanto, a ligação entre religião e pátria manifestada pelas comunidades imigrantes é expressão simbólica da procura de identidade, aguçada pela falta de uma identidade nacional do Estado brasileiro naquele momento histórico: há um Estado, mas não há uma nação. A ação armada dos colonos reforçava um vínculo de identidade e manifestava a consciência de que possuíam direitos que nasciam da condição de cidadãos. Como disse um dos participantes da revolta civil em Orleans:

Ao amanhecer do dia, do Otávio Ceolim até o Morro da Fazenda era tudo homem, a pé e a cavalo. **Ali fora programado o encontro de toda a colônia. Assim, unido, todo o grupo foi se encaminhando para a prefeitura. [...]** Aí o povo se alegrou. Foi um festão. Um tiroteio que nunca se viu em Orleans.<sup>445</sup>

Era uma demonstração pública de poder e de vontade de mostrar coesão identitária. A comunidade imigrante não aceitava ser tratada segundo as conveniências da política oligárquica. Havia um substrato identitário no grupo que homogenizava a prática segundo essa representação construída dentro da região da Colônia Grão Pará.

#### 5.4 Relações com os eventos políticos externos

Outro ponto de partida importante para compreender a visão política das populações rurais da Colônia Grão Pará no período da revolta civil em Orleans, se encontra no contato que aos poucos foram tendo com os movimentos políticos que marcaram a história do Brasil e que reverberavam na região sul catarinense. Desses eventos políticos interessa-nos muito pouco as tradicionais e demasiado genéricas pesquisas até agora feitas sobre o assunto. Queremos compreender como aquelas

<sup>443</sup> Expressão propositadamente redundante para reforçar o argumento.

<sup>444</sup> ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo, Ática, 1989. p. 14.

<sup>445</sup> Entrevista concedida por CACHOEIRA, Ezequiel. In DALL'ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p.44. Também na p.229-230.

populações rurais sul catarinenses entenderam esses movimentos a partir de testemunhos locais, ou seja, a impressão que tiveram e as possíveis conseqüências para sua compreensão política. Nessa perspectiva, os dados se tornam importantes para entendermos melhor a revolta civil em Orleans.

Se atrás afirmávamos que o primeiro contato indireto das comunidades imigrantes com os eventos da vida política nacional deu-se por ocasião da proclamação da República, o primeiro envolvimento direto com a realidade política nacional se deu por ocasião da Revolução de 1893, conhecida pela historiografia como Revolução Federalista. Iniciada no Rio Grande do Sul entre um grupo adepto do positivismo e organizado no Partido Republicano Riograndense e o grupo organizado como Partido Federalista que exigia a revogação da Constituição estadual do Rio Grande do Sul, segundo eles, demasiadamente centrada do poder do presidente do Estado. Durou mais de dois anos vindo a terminar definitivamente somente no governo de Prudente de Moraes, o primeiro presidente civil da jovem república brasileira, sucessor de Floriano Peixoto. A República sentiu a seriedade do processo revolucionário riograndense quando no final de 1893 milícias de maragatos<sup>446</sup> invadiram Santa Catarina, juntando-se, aos integrantes da Revolta da Armada.<sup>447</sup> A partir desse ponto, as forças revolucionárias se coordenaram e invadiram o estado do Paraná, tomando a capital Curitiba. Com a reação das forças de Floriano Peixoto tiveram que recuar, concentrando seus movimentos no Rio Grande do Sul.

Em Santa Catarina o movimento adquiriu enorme repercussão e violência devido a acertos de conta entre famílias ligadas ao poder político em Desterro, capital do estado.<sup>448</sup>

Iniciara-se no Rio Grande do Sul, como combate a uma situação dominante da política local, contra a qual se insurgiam as demais facções partidárias, acusando-a de prepotente e danosa. Depois, estendeu-se por todo o sul do país, já agora em combate à ditadura florianista, [...] procuraram os

---

<sup>446</sup> Apelido dado aos Federalistas.

<sup>447</sup> A Revolta da Armada, iniciada no Rio de Janeiro, era liderada pelo Almirante Custódio de Melo que não aceitava a presidência de Floriano Peixoto após a renúncia de Deodoro da Fonseca. De fato, segundo a Constituição não havia percorrido tempo suficiente para que o vice-Presidente pudesse assumir a Presidência da República legalmente. No fundo era uma desavença entre o Exército e a Marinha por maior poder no processo de organização da República. Uma parte da Marinha deslocou-se para o Sul e ocupou a capital de Santa Catarina, Desterro.

<sup>448</sup> CABRAL, Oswaldo R. **História de Santa Catarina**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Laudes, 1970. p. 260-277.

elementos rebelados da esquadra que também combatiam o governo central.<sup>449</sup>

Em correspondência enviada ao presidente da empresa proprietária da Colônia de Grão Pará da qual Orleans é a sede e cuja matriz ficava no Rio de Janeiro, o Diretor da colônia, escrevendo em 1894 afirma:

A Guerra Civil fez muito mal ao nosso Estado. Porém a nossa colônia, pela sua situação feliz, afastada do movimento geral de ambas as forças, evitou muita desgraça. Só Orleans, Rio Oratório e Laranjeiras sofreram um pouco. A primeira por ser estrada de ferro, e as outras por serem passagem para a Serra.<sup>450</sup>

São as vias de comunicação o fator primeiro a influir no envolvimento da Colônia Grão Pará com a Revolução de 1893. Não foi por tomar partido entre os contendores que os imigrantes e seus descendentes se envolveram na Revolução. A direção da empresa colonizadora nesse aspecto sugere uma isenção diante dos grupos belicosos: “Meu comportamento absolutamente neutro e preventivo, e os conselhos que dei aos colonos, desviaram o mal.”<sup>451</sup>

Apesar dos “conselhos”, os colonos irão reagir defensivamente, se envolvendo em escaramuças com os grupos revolucionários quando a propriedade é atacada.

No Rio Laranjeiras um soldado da revolução, por querer levar os animais de um colono, foi morto por ele. A força da Revolução, já agonizando, e, pouco tempo antes, sofrendo uma pequena derrota dos colonos alemães do Braço do Norte, pelo mesmo motivo, não se resignou dar saída a este fato, temendo um levantamento dos colonos.<sup>452</sup>

Portanto, as primeiras impressões dos colonos sugerem que revoluções civis no Rio Grande do Sul, chegam até eles por causa das vias de acesso para o norte através do litoral, da estrada de ferro Dna. Tereza Cristina, bem como pelo interesse dos revolucionários em se apropriar de bens de consumo para a manutenção das tropas. Se por um lado, o comportamento do diretor da empresa de colonização em relação a esses eventos é de “neutralidade” e “prevenção”, por outro, as

<sup>449</sup> Id., *ibid.*, p. 267.

<sup>450</sup> STAWIARSKI, Etienne. In DALL’ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p. 33.

<sup>451</sup> Id., *ibid.*, p. 33.

<sup>452</sup> Id., *ibid.*, p. 33.

comunidades se tornaram precavidas contra revoltas civis fora de seu espaço geográfico. Quando em 1923 é deflagrada a revolta civil armada em Orleans contra o mandonismo político local e regional, essas comunidades já tinham certa experiência contra ataques provindos de fora da região. Não é correto, historicamente, descrever essas populações como espécie de cordeiros desamparados sob o tacho das forças oligárquicas locais.

Em 1895 a política de “neutralidade” e “prevenção” irá provocar a demissão do Sr. Oskar Schraibler, intérprete do diretor da Empresa de Terras e Colonização. O diretor, Etienne Stawiarski pede a demissão do “polaco desgraçado”, “de quem não sou amigo, além do mais se envolveu em política antigovernista”.<sup>453</sup> Empresa privada, em um período pós-revolucionário em que a República tenta se manter, não quer que seus funcionários e colonos se envolvam em opções políticas que possam colocar em risco os investimentos feitos na Colônia. Lembremos que as empresas de colonização possuíam várias isenções de impostos e tinham uma enorme autonomia administrativa na área de sua propriedade, apesar de que nessa época a Colônia Grão Pará já era um Distrito do município de Tubarão. Se por um lado, os colonos tinham que se proteger das requisições dos revolucionários em suas propriedades, de outro, a empresa não se envolvia diante do governo para reclamar os interesses dos colonos e a segurança dessas regiões rurais. No meio desses interesses da empresa, a sensação de abandono, de falta de apoio leva muitos colonos à reação contra a empresa de colonização.

Bortolo Pinter, o mais perverso e desleal colono, ajudado pelo vadio Giuseppe Rova conseguiram ajuntar alguns 60 colonos italianos do Rio Pinheiros, aos quais se ajuntaram os brasileiros Faria e Goularte de Souza... para formar manifestação contra mim. Sendo acostumado a outros perigos do que os desta ordem nem tomei precauções para reprimir o grupo revolucionário que se dispersou espontaneamente.<sup>454</sup>

Apesar de o documento trazer apenas a versão do diretor da empresa, vazada em uma interpretação pessoal sobre a ética de trabalho, a reunião de tantos colonos supõe que o abandono do poder público criava situações de revolta coletiva. Independente de o líder do grupo ser “perverso”, “desleal” ou “vadio”, o fato objetivo é que algumas lideranças reuniam grande número de colonos contra o diretor da empresa, preocupados com a falta de apoio e de segurança de suas propriedades.

---

<sup>453</sup> Id., *ibid.*, p. 35.

<sup>454</sup> Id., *ibid.*, p. 36.

Contudo, o maior envolvimento de colonos imigrantes na Revolução de 1893 deu-se nos vales do Rio Braço do Norte e do Rio Capivari, áreas a leste da Colônia Grão Pará. Nessas regiões de colonização alemã, marcadas por uma colonização espontânea, portanto não mediada por empresas de colonização, e portanto, sem informações mais claras do que estava acontecendo, os colonos alemães atacavam ora o exército legalista de Floriano Peixoto, ora os Maragatos, grupo revolucionário vindo do Rio Grande do Sul que se colocou ao lado da Marinha contra o governo de Floriano Peixoto. De um ataque às tropas de Floriano encontramos o seguinte testemunho:

[...] os colonos, temendo os soldados, haviam resolvido atacá-los. Um deles postara-se no alto, donde descortinava um longo trecho de caminho, que não passava de um trilho, e à medida que os soldados iam passando, iam abanando aos companheiros da beira da estrada, de modo que ficaram conhecendo o número exato da tropa. Não passavam de 20. Bem entrincheirados, atacaram. Os soldados, atacados de surpresa, nem puderam reagir. Os que puderam, fugiram. Foi quando encontraram os que vinham de Braço do Norte. Resolveram vingar-se dos moradores de lá... Quatro colonos, entre eles um Voss e um Wenke, atiraram-se ao rio e aí foram alvejados e mortos. Os soldados estavam resolvidos a matar. E não mataram mais por falta de treino. As balas iam altas de mais, por sobre as cabeças, porquê as alças não estavam bem graduadas... Atiraram para a floresta mas desistiram de ulterior vingança, temendo uma tocaia no mato.<sup>455</sup>

A interpretação de como processou-se a “conversão de colonos, tão pacatos, em agressivos guerreiros”, segundo alguns testemunhos orais, seria encontrada nas notícias que chegavam na Colônia sobre o modo violento com que as tropas de Floriano Peixoto haviam reprimido a Revolução em Desterro, onde foram fuzilados centenas de adversários sem nenhum julgamento. O medo de que ocorresse o mesmo na região fez com que os colonos reagissem violentamente à presença de tropas na região.

Essas notícias haviam se infiltrado pela floresta até a colônia. As notícias talvez viessem engrossadas, mas não podiam deixar de produzir um trauma no ânimo dos colonos. Uma psicose de insegurança por seus bens, suas famílias, suas vidas. Daí as resoluções extremas.<sup>456</sup>

---

<sup>455</sup> Entrevista concedida por LOCKS, José. In DALL'ALBA, João Leonir. **O vale do Braço do Norte**. Orleans, edição do autor, 1973. p.226.

<sup>456</sup> Id., *ibid.*, p. 227.

Mas, como os colonos, por falta de informações claras e em estado de “psicose de insegurança por seus bens, suas famílias, suas vidas”,<sup>457</sup> haviam atacado tropas legalistas, houve uma forte reação por parte do governo que pensava que os colonos estivessem apoiando o movimento contra Floriano Peixoto. Segundo o testemunho do Monsenhor Giesbert,

[...] o governo enviou uma força punitiva contra os colonos para agredi-los à força armada. Porém para atingi-los era preciso atravessar matas virgens, estreitos, grotas, e peraus... Desta circunstância aproveitou o guia dos soldados, em seus sentimentos de justiça e piedade. Fez ver o perigo a que se expunham e as desvantagens que levariam na empresa. Pintou os colonos mais corajosos do que eram e conseguiu fazer recuar, uma vez que os próprios soldados não simpatizavam com a sortida bélica.<sup>458</sup>

A ação mais espetacular dos colonos deu-se contra o grupo dos Maragatos, ou seja, o grupo revolucionário do Rio Grande do Sul que havia se colocado contra o governo de Floriano Peixoto, apoiando a Revolta da Armada.

De Tubarão partira um grupo de maragatos no ano de 1893. Dirigia-se a Teresópolis subindo o vale do Capivari. O comportamento desses homens não era de todo exemplar. Sem qualquer indenização levavam o melhor gado dos colonos. Daí recorreram estes à força. Cerca de 150 colonos organizaram um bando pondo-se a perseguir o grupo de maragatos. Depois de os alcançarem, tomaram-lhes a dianteira por outro caminho, ficando de atalaia nas imediações do morro chamado ‘Pelsberge’ pelos habitantes da região. O tiroteio não durou muito. Nove homens e duas mulheres ficaram mortos no caminho, todos do grupo maragato. Uma jovem foi aprisionada, e, mais tarde, levada a Tubarão. Entre os que conseguiram fugir, havia alguns feridos, que somente depois de vários dias chegaram a Teresópolis. Os colonos apoderaram-se novamente dos animais que lhes haviam sido roubados e enterraram as vítimas numa sepultura comum.<sup>459</sup>

Bem clara ficou também na memória da população, o medo da “gravata encarnada”, ou seja, da degola. “Na revolução de 1893 queriam passar a gravata

<sup>457</sup> Id., *ibid.*, p. 227.

<sup>458</sup> Entrevista concedida por GIESBERT, Monsenhor. In DALL’ALBA, João Leonir. **O vale do Braço do Norte**. Orleans, edição do autor, 1973. p. 227.

<sup>459</sup> Toda a citação é parte de uma entrevista concedida por alguém na região de São Bonifácio. Contudo, a transcrição da entrevista não deixa claro a identificação do entrevistado que concedeu as informações. Portanto, apenas nos reportamos à obra que transcreveu a citação: DALL’ALBA, João Leonir. **O vale do Braço do Norte**. Orleans, edição do autor, 1973. p. 41.

encarnada, degolar, o Francisco Sombrio. Só o Jerônimo André<sup>460</sup>, que era juiz de paz, é que salvou o homem”.<sup>461</sup>

O envolvimento dos colonos no cenário da Revolução deu-se por medo de serem importunadas suas famílias, bem como de se apropriarem de seus bens, principalmente os animais. Entre os colonos havia um desconhecimento do que a Revolução de 1893 queria realmente alcançar. A falta de informações claras sobre a intencionalidade dos grupos que se enfrentavam levava os colonos a reagirem, seja contra as tropas legais de Floriano Peixoto, seja contra os Revolucionários. Assim, no meio de uma guerra que não compreendiam bem, só se envolviam se suas propriedades ou a integridade física de suas famílias corressem perigo. Dessa forma, se tornaram alvo tanto dos legalistas como dos revolucionários: para os pica-paus (Florianistas), eram vistos como revolucionários; para os maragatos (revolucionários gaúchos) eram vistos como governistas apoiadores da causa de Floriano Peixoto. Dessa forma, na falta de informações, a reação dos colonos tornou-os inimigos comuns dos contendores da Revolução Federalista.

Portanto, a lembrança dessas comunidades dos eventos políticos que chegaram diretamente até elas é marcada por uma incompreensão dos motivos dos enfrentamentos. Como os grupos mais violentos vinham do Rio Grande do Sul, percebe-se o sul de Santa Catarina como um apêndice deste estado. Para muitas cidades da região, principalmente para a maioria do povo que não contava com rádio ou jornais, o Rio Grande do Sul representava uma região belicosa e violenta. A raiz fundamental dessa experiência do senso comum, às vezes exagerada em sua perspectiva, além do envolvimento nos eventos descritos acima, nasceu também das migrações de muitas famílias que, fugindo das constantes revoluções trazidas pelo complicado jogo político gaúcho, se fixavam na Colônia Grão Pará ou em outras áreas do sul catarinense.

Historicamente, a região sul do Estado de Santa Catarina participava indiretamente das conseqüências dos movimentos políticos gaúchos. Segundo relatos, havia um medo latente dos acontecimentos do estado vizinho. Como dissemos acima, muitos moradores da serra gaúcha vinham para o litoral. Cidades como Orleans, Araranguá, Tubarão, Laguna, além de receberem notícias vindas das

---

<sup>460</sup> O Sr. Jerônimo André é trisavô do autor desse trabalho e um dos primeiros moradores do vale do Braço do Norte.

<sup>461</sup> Entrevista concedida por CARDOSO, Francisco João Cardoso e SILVA, José Ernesto. In DALL'ALBA, João Leonir. **O vale do Braço do Norte**. Orleans, edição do autor, 1973. p.248.

refregas políticas do estado vizinho, recebiam muitas famílias e estas traziam histórias que narravam as violências acontecidas de ambas as partes dos partidos políticos gaúchos: “muitos fazendeiros serranos mudaram-se para Orleans”.<sup>462</sup> O testemunho de um morador da região do planalto, logo acima da Serra Geral, afirma que,

[..] eu só peguei uma, a Revolução de 93, do Pinheiro Machado. Eu vi ele. Aqui no Morro Agudo, no rio do Silveirinha, em Vacaria. Ali esteve acampado por quatro dias, com dez mil homens na frente da casa de meu pai... Aí prenderam meu pai, para vaqueano, até a boca da Serra do Oratório. Uma força desceu a serra e outra voltou... Foi para fugir dessa Revolução que meu pai foi morar em Nova Veneza uns anos, antes de vir como capataz na Santa Bárbara. A Revolução tinha deixado meu pai, que era fazendeiro forte, muito derrotado.<sup>463</sup>

Além disso, pequenos “caudilhos” com forças paramilitares próprias, espécie de “lâmpião dos pampas”, arregimentados pelos grupos oponentes nas refregas políticas típicas do Rio Grande do Sul, também desciam para a região sul catarinense aumentando a desconfiança dos imigrantes:

Novo Horizonte, ou Km 12, tremeu com a passagem do ladravaz caudilho Leonel Rocha. Esse, perseguido na serra, desceu, com um traidor, e reabasteceu sua companhia de setenta homens saqueando todas as casas de negócio. Logo foram organizados civis para a defesa, em caso de novo ataque. Foram postos homens de guarda nos pontos estratégicos. Na serra do Rio do Rasto, 14 homens. Na serra do Imaruí, 15 homens. Na serra da Forcadinha 15 homens. Na serra do Campo dos Padres 5 homens. Na vila de Orleans 11 homens. Total 60 homens civis, armados. Mas Leonel Rocha não mais apareceu. Fugiu para o Rio Grande com 50 homens a cavalo e 20 a pé.<sup>464</sup>

O modo como os Federalistas e Republicanos tratavam os prisioneiros, como a “degola” ou “gravata encarnada”, chegava à região sul catarinense e propagava um temor todo particular dos gaúchos. Das revoltas tenentistas de 1922, 1924, nas quais o Rio Grande do Sul participou internamente devido ao grupo tenentista que se associou a elas, havia chegado ao conhecimento de muitos de que no interior a

<sup>462</sup> DALL’ALBA, Pe. João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p. 218.

<sup>463</sup> Entrevista concedida por SILVEIRA, Osório. In DALL’ALBA, João Leonir. **O tesouro do Morro da Igreja**. Florianópolis, Co-edição Seminário São José de Orleans e Fundação Catarinense de Cultura, 1994. p.142.

<sup>464</sup> Cf. Jornal “O Direito”. Ano 1 – nº 31 – 14 de novembro de 1926. In DALL’ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986.

“degola” tinha sido usada.<sup>465</sup> Portanto, na compreensão dos primeiros colonos, visão que com certeza foi transmitida aos filhos, os problemas políticos da República e do Rio Grande do Sul, refletiam-se no sul catarinense de forma negativa em relação às suas propriedades e a segurança de suas famílias: “No 1893 veio uma turma de soldados para roubar. O povo escondia animais e gado, porque eles tomavam.”<sup>466</sup>

Por isso, não causa de todo estranheza o fato de que em 1930, quando o exército revolucionário gaúcho passou na região se encaminhando para os estados do norte para depor Washington Luis, muitos homens se esconderam nos matos por vários dias, levando consigo animais de uso doméstico. A lembrança dos problemas enfrentados em todas as revoluções era bastante vívida na memória de todos. Não era para menos:

Em 1930 eu era padeiro e tinha hotel. A população toda fugia ao se aproximar o exército revolucionário. Tive um prejuízo enorme, pois me obrigaram a fazer pão para 800 soldados, hospedar oficiais e não me pagaram nada.<sup>467</sup>

Portanto, a “manifestação orgânica” de organização das comunidades para fins religiosos, a vinculação entre fé e pátria, a escolha de líderes de comunidade para articular a coordenação religiosa e litúrgica, o processo de reação aos movimentos políticos revolucionários que ecoavam diretamente em suas comunidades, revelam que os imigrantes da Colônia Grão Pará, apesar de toda a precariedade econômica, e principalmente, apesar de toda a dispersão espacial, articulavam politicamente suas comunidades de forma a garantir seu patrimônio e a segurança de suas famílias. No meio de todo esse complexo processo de relações geraram um modo peculiar de compreensão política que entrava em conflito com o modelo oligárquico regional.

Dessa forma, a revolta civil em Orleans não foi apenas expressão totalmente nova de reação da comunidade. Pelo contrário, se insere num processo histórico de formação de um ethos político criado de forma paralela a um Estado sem nação, como também reflete a necessidade dessas comunidades estarem identitariamente

---

<sup>465</sup> Apud DALL’ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p. 232ss

<sup>466</sup> Entrevista concedida por GHISONI, Celeste. In DALL’ALBA, João Leonir. **O tesouro do Morro da Igreja**. Florianópolis, Co-edição Seminário São José de Orleans e Fundação Catarinense de Cultura, 1994, p.176.

<sup>467</sup> Entrevista concedida por SPECK, José. In DALL’ALBA, João Leonir. **O vale do Braço do Norte**. Orleans, edição do autor, 1973. p. 211.

ligadas, como mecanismo de defesa e de sobrevivência diante da instabilidade política da região sul do Brasil e do mandonismo das famílias oligárquicas em nível local e regional.

## CAPÍTULO VI

### 6. A REVOLTA CIVIL – UMA TRAMA POSSÍVEL

#### 6.1 Introdução

Nosso trabalho não nasceu motivado por reconstruir todos os detalhes da revolta dos imigrantes, mas sim procurar entender os elementos que possibilitaram sua conflagração. Estamos interessados nas condições de possibilidade de uma revolta social em área de imigração, tentando evitar uma perspectiva generalizante, como se ela fosse compreendida simplesmente olhando para qualquer outra revolta de caráter social. O espaço da colônia não é simplesmente um ambiente universal onde se conhecendo um processo de fixação colonial se explicariam todos os outros.

Se há uma racionalidade em nosso discurso ela é efeito a-posteriori das luzes interpretativas que lançamos sobre os fatos. Portanto, temos certeza de que várias testemunhas certamente discordarão da trama que estamos dando à narrativa. A trama aqui apresentada não quer negar a perspectiva das testemunhas e os prováveis desafetos que irá enfrentar quando essa versão chegar às mãos daqueles que foram a matéria prima dessa leitura. Sobre essa incapacidade de ter consciência de todas as variáveis que se envolvem nas práticas dos atores sociais, comenta Paul Veyne:

É, certamente, uma coisa bem curiosa, bem digna da atenção dos filósofos, essa capacidade que os homens têm de ignorar seus limites, sua falta de

densidade, de não ver que há um vazio em torno deles, de se acreditarem, a cada vez, instalados na plenitude da razão. [...] ; ele acredita que são as coisas que lhe ditam, dia-a-dia, sua conduta; nem sonha que as coisas poderiam ser diferentes. Ignorando sua própria vontade de poder, que percebe reificada em objetos naturais, ele só tem consciência de suas reações, quer dizer, sabe o que faz quando reage aos acontecimentos tomando decisões, mas não sabe que essas decisões de detalhe são função de uma certa prática, do mesmo modo que o leão decide como leão.<sup>468</sup>

O que temos a dizer em nosso favor é que nos inserimos na perspectiva da moderna hermenêutica, conscientes de que quem quiser compreender um texto realiza sempre um projetar. Portanto, mesmo os que nos legaram os testemunhos fizeram também sua interpretação. Não estamos tomando posse de um território virgem, objetivo, não interpretado. Isso jamais existe. Tudo o que tomamos posse já é um território habitado. A roupagem dada ao evento pela memória dos atores não será considerada por nós a interpretação “verdadeira”, mas uma entre outras.

Pois o que importa é manter a vista atenta à coisa, através de todos os desvios a que se vê constantemente submetido o intérprete em virtude das idéias que lhe ocorram [...]. Naturalmente quem lê o texto lê a partir de determinadas expectativas e na perspectiva de um sentido determinado.<sup>469</sup>

Nós somos as “outras” interpretações. Só nos comprometemos a ficar atentos ao nosso objeto de pesquisa, conscientes de que estamos fazendo um projeto.

E aqui apresenta-se mais uma dificuldade. Fatos conhecidos e já transmitidos criam uma tradição interpretativa que os aprisiona em versões solidificadas. Ao tentar dizer-se que pode haver outras versões, corre-se o risco de ofender o “stabliment” da tradição. É exatamente por estarmos conscientes do direito dessas versões que queremos dar o direito a fundar novas. E isso só pode ser feito, repetimos mais uma vez, organizando o olhar e estabelecendo com a tradição da comunidade, uma interpretação que se quer científica, não porque “mais verdadeira” que a da tradição, mas simplesmente uma versão também possível se mudar-se o lugar de onde se está olhando. E um modo de pedir licença à visão já solidificada pela tradição é mostrar o lugar de onde estamos olhando, ou, traduzindo para a linguagem epistemológica, revelar os conceitos instrumentais de acesso ao objeto, como já o fizemos no Capítulo II. Mostrar que damos um passo para o lado e tudo passou a ficar diferente. Nem melhor, nem pior, nem mais verdadeiro, simplesmente

<sup>468</sup> VEYNE, Paul. Op. cit., p. 254.

<sup>469</sup> GADAMER, Hans-George. **Verdade e Método**. Petrópolis, Rio de Janeiro, 1997. p. 141-142.

diferente, onde as interpretações são perspetivações das direcções dadas dos diferentes pontos de vista em que nos situamos ao caminhar.

Nesse ponto não há meias-palavras. Propomos uma interpretação. Até hoje não houve nenhuma interpretação balizada pela academia da revolta social acontecida nessa importante colónia do sul de Santa Catarina. É do jogo de poderes, no processo de criação de um novo cenário social, que fundamos a interpretação aqui proposta.

Não existe interpretação sem modelos teóricos, sem palavras escolhidas conforme semântica a-priori concebida pelo historiador. No fundo a oficina da História é uma tentativa de interpretação do fato, conforme as especificidades metodológicas dessa oficina. Mesmo o pobre homem ou a simples mulher que concederam as entrevistas que aqui embasam grande parte de nossa interpretação, estavam usando um modelo. Mas mesmo os modelos, os conceitos, não são nada sem muita criatividade, sem imaginação, sem uma empatia a partir de uma certa condição humana atemporal. Assim, o que de longe pode parecer um caso de ações desconstruídas, de perto apresenta uma lógica própria; lógica esta desvelada por modelos que, aproximados do caos, revelam fios condutores, interesses de grupos, cosmovisões políticas, encontro de diferentes tempos históricos, que se digladiam num cenário que está começando a representar seus primeiros scripts.

A deposição forçada do Superintendente parece ser apenas o idioma no qual se expressa uma crise mais profunda e que já existia de forma latente. Ressentimento de famílias e comunidades que se sentiam pouco ou mal incorporados ao processo de construção do Estado Nacional brasileiro.

Não é uma revolta ideológica. Ninguém está ali em nome de uma doutrina que aglutinasse o descontentamento. Não existe uma prática embasada em algum conjunto de idéias. Não é uma revolta por causa de condições sub-humanas. Ninguém está ali porque se encontra passando fome, ou em condições de miséria. Não há informações que nos permitam perceber uma premeditação remota do movimento.

De fato, a revolta só vai acontecer mais de dois anos após a deposição forçada do Superintendente. Portanto, não é possível colocar como motivação o descontentamento imediato com a imposição de um novo Superintendente que fora eleito, segundo os atores, de modo fraudulento. O que chama a atenção é que a revolta que vai acontecer três anos após a deposição do Superintendente é

justificada por esse motivo. Isso permite perceber que a revolta dos imigrantes se enraíza numa trama que não pode ser reduzida à uma causalidade diretamente fundamentada na deposição do Superintendente. As raízes se inserem numa trama mais complexa, que em toda a nossa pesquisa estamos tentando tematizar. É difícil explicar tematicamente descontentamentos diversos. Sociologicamente pessoas e grupos escolhem um elemento que possa aglutinar descontentamentos diversos, usando-o como explicação das suas práticas. De fato, é difícil unir um grupo para um objetivo comum, a partir das motivações de cada elemento. Contudo, é possível, apesar dos moventes individuais, sacar um elemento coletivo que aglutine os interesses pessoais, o que percebemos no uso que fazem da deposição forçada do Superintendente para justificar a revolta contra o Superintendente que tomou seu lugar.

Isso não quer dizer que cada ator, ao se envolver na revolta civil, não possa ter sua motivação pessoal. Se, nesta trama possível, propomos um fio condutor geral por trás da ação dos colonos, estamos conscientes de que cada ator pode ter seus próprios motivos pessoais. Mas aí seriam tantas histórias quanto o número de atores. Nesse caso precisaríamos de uma espécie de “Menocchios” imigrantes e descambaríamos para uma “história em migalhas” e, aqui, optamos por um estudo de caso. Nesse jogo complexo entre motivos coletivos e pessoais por trás de um evento, assim comenta Paul Veyne em relação às Cruzadas:

Apenas os teólogos preocupados com os interesses da teologia, os polemistas e adeptos, mas preocupados ainda em silenciar o adversário ideológico do que descrever a verdade das coisas, parecem reduzir a guerra a uma guerra de religião. Quanto aos próprios combatentes, era-lhes inútil saber as verdadeiras razões que tinham para lutar: bastaria tê-las; entretanto como a regra do jogo é de não combater sem uma bandeira, deixaram seus teólogos dar-lhes como bandeira aquela de suas razões que menos os dividia, ou então aquela que o século tão piedoso como o deles estava pronto a aceitar como uma bandeira digna.<sup>470</sup>

Do ponto de vista coletivo, o surto de violência dos imigrantes e seus descendentes pode ser visto como um ritual político de afirmação da existência de projetos alternativos para a construção do espaço local. Rituais de grupos que procuram reconhecimento político. As relações de poder nessa região que criara

---

<sup>470</sup> VEYNE, Paul. Op. cit., p. 156.

uma tradição de resolver tudo em escaramuças familiares, não permitiu o estabelecimento de foros específicos para a resolução dos conflitos.

A revolta se configura mais como um momento de visibilização de tensões políticas que não encontram canais para serem equacionados adequadamente, do que resultado da pobreza e da falta de desenvolvimento local. Não se pode afirmar que a relação simplista de um grupo que é explorado e se revolta contra seu opressor, seja um modelo adequado para essa revolta. Não nos parece possível, a partir da análise da memória oral, afirmar que os imigrantes e seus descendentes se sentissem “explorados” apenas no sentido econômico. A exploração se dava no sentido político. As relações de força dentro do espaço da Colônia Grão Pará não podiam mais ser administradas segundo os padrões do poder de famílias. Para a história local, que havia se instaurado bem antes da chegada dos imigrantes, percebemos na revolta social dessas famílias a instauração de um marco. O término de um modelo que havia sido construído desde o período colonial: a compreensão da categoria do política como um patrimônio de família. Manifestava-se o desejo de despatrimonializar esse tipo de poder para colocá-lo dentro de um modelo diferente, que, se usarmos a terminologia que embasa a visão de estado moderno, seria um modelo onde a instância privada e pública estão separadas em autonomias próprias. No dizer dos revoltosos: “Mas sair de lá e vir aqui tomar conta do município! Pegaram tudo: um era prefeito, um era fiscal, um era delegado, um era isto, um era aquilo. Empregaram todo o mundo! Mandaram vir toda a família e empregaram todos”<sup>471</sup>. Parei aqui

Essa passagem de um modelo para o outro será feita em Orleans com enormes dificuldades. Ainda em 1986 escrevia um historiador da cidade: “Orleans sempre foi muito politizada e o orleanense joga-se de corpo e alma numa campanha política, colocando a luta pelo sucesso do partido, muito acima de qualquer interesse público”.<sup>472</sup> E lamenta: “Orleans já perdeu ótimas oportunidades por causa desta falta de verdadeira politização”.<sup>473</sup> O processo da passagem da compreensão do poder político como patrimônio para a concepção de poder baseada em princípios abstratos, ou seja, na autonomia da instância pública, não é feita por um ato

---

<sup>471</sup> Entrevista concedida por GHISONI, Celeste. In DALL’ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p. 241.

<sup>472</sup> DALL’ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p. 220.

<sup>473</sup> Id., *ibid.*, p. 220.

voluntarista. Somente a morte de horizontes de compreensão, que na prática significa a morte de grupos de pessoas que pensam segundo esse horizonte é que vai permitindo o crescimento de uma outra cosmovisão. Em Orleans, a revolta social se apresenta como um divisor de águas que aponta para uma nova compreensão da dimensão política, mas de forma nenhuma significa que, a partir da revolta dos colonos, a mudança de fato ocorreu. Sinaliza, sim! Aponta, certamente! E cremos ver aí a grande novidade latente na revolta dos imigrantes.

O sentido dos processos e eventos humanos, que são temporais, não é conhecível imediatamente. Os homens e as sociedades humanas, por serem temporais, não permitem um conhecimento imediato, total, absoluto e definitivo. A história só se torna visível e apreensível com a sucessão temporal. [...] Os contemporâneos estão imersos no tempo vivido e têm dificuldade para ascender a um tempo pensado, à reflexão sobre o seu próprio vivido.<sup>474</sup>

Acreditamos que, em relação à revolta dos colonos, a chave interpretativa não é a economia mas a política. Certamente que não dá para separar essas duas instâncias. Contudo, a humilhação, a falta de diálogo, a imposição política, e a lista poderia se alongar, se referem a conceitos que revelam uma falta de instrumentos políticos adequados de mediação dos interesses daqueles que administravam os mecanismos de poder mediados pela instituição da prefeitura e o interesse dos imigrantes. Na sociedade sul catarinense daquele momento histórico, tradicionalmente vazada por relações de compadrio e de favores, não se criaram condições estruturais para se administrar os conflitos a partir da apresentação em cena de projetos conflitantes que requerem um equacionamento baseado em estratégias caracterizadas por negociação.

Considerando que na Velha República o exacerbamento do poder das oligarquias regionais levou a uma maior contaminação nas negociações políticas entre os interesse públicos e privados, não se deu o devido lugar aos grupos com menor poder de interferência, como o dos imigrantes. Num contexto político onde há pouco desenvolvimento dos canais de mediação dos diferentes interesses sociais, não se criou uma tecnologia de gestão de conflitos que fosse adequada à regulação das naturais tensões emergentes na nova realidade social que se gestava na Colônia Grão Pará. Na verdade, as oligarquias da Província catarinense e, logo após

---

<sup>474</sup> REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro, FGV, 1999. p. 9.

a Proclamação da República, as oligarquias do estado de Santa Catarina, potencializaram autoritariamente a força de um grupo da elite local de Orleans em detrimento de outro. Por trás da família “Nunes” e do grupo que apoiava Galdino Guedes, os dois grupos nacionais contendores na revolta de Orleans, se digladiavam os novos atores sociais da região: os imigrantes com suas exigências de maior participação nas decisões políticas locais.

## 6.2 A revolta no contexto político catarinense

O “modus vivendi” das comunidades imigrantes, aos poucos, criou um modelo de sociedade que entrava em conflito com o modelo de vivência política, típico dos centros dominados pela política tradicionalmente oligárquica, como Laguna e Tubarão. Esse embate de paradigmas políticos tem sua estréia revolucionária num evento que teve repercussão nas esferas do poder estadual e levou à presença de forças da polícia estadual no combate ao movimento. Evento pouco conhecido e pouco analisado pela historiografia regional, mas que se tornou um dos maiores embates entre o modelo de política oligárquica representado pelo poder em Tubarão-Florianópolis e o ethos político nascido do interior dessas comunidades rurais, já analisado por nós nos capítulos anteriores.

A área da Colônia Grão Pará, de 1883 com a chegada dos primeiros imigrantes até 1888, quando se tornou Distrito do município de Tubarão, apesar de pertencer geograficamente a este município, gozava de certas prerrogativas típicas do seu estatuto de colônia, ou seja, gozava de total isenção tributária e tinha autonomia dentro do município tubaronense. Era a Empresa de Terras e Colonização que tinha a responsabilidade administrativa sobre a sede Orleans e sobre todo o espaço compreendido pela colônia. “Podia livremente escolher os locais das povoações, traçar estradas. Quanto à justiça, só casos de crimes maiores lhe fugiam à alçada. A colônia não pagava impostos e podia dar títulos provisórios de propriedade.”<sup>475</sup>

Esse regime especial só foi perdido quando em 1888 a colônia se tornou Distrito de Tubarão, tornando-se Orleans a sede distrital. Não há fontes escritas

---

<sup>475</sup> DALL’ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p. 240.

sobre o processo de desmembramento do distrito para a condição de município no ano de 1913. Segundo fontes orais, “quem fundou o município foi o Coronel Vidal Ramos.”<sup>476</sup> Em viagem a Tubarão, o então governador Vidal Ramos foi mal recebido. Na dinâmica dos conflitos políticos que se resolviam dentro do mesmo partido republicano, parece que a oligarquia que comandava o município de Tubarão apoiava um grupo do PRC oponente de Vidal Ramos. Mais tarde quando o distrito de Orleans elaborou pedido de ascender à condição de município foi prontamente atendido por Vidal Ramos. Provavelmente, a demasiada importância política de Tubarão no cenário sul catarinense foi motivo de preocupação para a política estadual, que dependia das bases para seus votos.

Além disso, a decisão fazia parte de um jogo de interesses políticos. A família Collaço, principal oligarquia de Tubarão, dominava politicamente toda a região por ser a maior cidade do sul de Santa Catarina.<sup>477</sup> “Nos primeiros anos os imigrantes não votavam e não se imiscuíram na política local, que tinha por chefe o velho Collaço”.<sup>478</sup> A importância dessa família cresceu pois, na época da revolta dos colonos, estava ligada ao governo do estado presidido por Hercílio Luz porque a filha deste era casada com Joe Collaço.

Hercílio Luz, que já havia sido governador em 1894, estava se firmando cada vez mais como oposição ao domínio de Lauro Müller, dentro do Partido Republicano Catarinense. Como Lauro Müller foi cada vez mais se envolvendo na política nacional, Hercílio Luz foi aos poucos tornando-se o chefe da política republicana em nível estadual.

A outra liderança estava nas mãos de Hercílio Luz, também Republicano, só que não possuindo a influência federal de Lauro Müller. Hercílio Luz também passou pelo governo catarinense muitas vezes, tendo sido eleito em 1894; vice de Lauro em 1918, quando exerceu todo o período governamental, e novamente eleito em 1922. “...” A personalidade de ambos diferia, o que lhes permitiu o uso de instrumentos diferentes para preservarem a posição de mando. Lauro Müller exercia a política como uma arte, através da diplomacia e dos conchavos no antigo Hotel Avenida, onde se hospedavam os catarinenses no Rio de Janeiro. Hercílio Luz, pelo contrário, com mais

---

<sup>476</sup> Entrevista concedida por BÚSSOLO, Artur. In DALL’ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**, Edição do autor, Instituto São José, 1986. p. 240. Vidal Ramos governou o estado de Santa Catarina de 1910 até 1914.

<sup>477</sup> Cf. ZUMBLICK, Walter. **Este meu Tubarão...!** Florianópolis, Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1974. p. 140.

<sup>478</sup> DALL’ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p. 218.

destemor, usava a luta aberta e decisiva para alcançar seus objetivos e garantir sua posição.<sup>479</sup>

Para firmar ainda mais sua posição, Hercílio Luz vai fundar o Jornal “República” que, se de um lado era Órgão Oficial do Partido Republicano Catarinense, por outro era de propriedade do próprio Hercílio Luz e veiculava os interesses da oligarquia que representava. Em resposta, a outra ala do mesmo partido, capitaneada por Felipe Schmidt, fundou o Jornal “O Dia”. Desta forma, dividiu-se a Comissão Diretora do Partido Republicano Catarinense ficando Vidal Ramos ao lado de Felipe Schmidt. Essas mudanças na cúpula da organização do PRC refletiram diretamente nas localidades municipais.

O importante a ressaltar, para os objetivos do nosso trabalho, é que por trazer desse jogo de interesses pessoais e de famílias tradicionalmente importantes, Vidal Ramos ao permitir a emancipação política do Distrito de Orleans elevando-o à categoria de município, estava atacando a oligarquia dos Collaço de Tubarão e indiretamente Hercílio Luz. Além do que, alçando Orleans à condição de município, Vidal Ramos e sua ala dissidente no PRC conseguia um centro de apoio encaixado dentro de uma região importante, marcada pela presença de muitos imigrantes que, adquirindo autonomia administrativa, poderiam definir melhor os rumos da região e fornecer-lhe bases políticas significativas. E isso não era interessante politicamente para Tubarão, pois enfraquecia seu poder político na região sul catarinense.

Tubarão foi muito contra o desmembramento em município, mas Orleans venceu. Na implantação do município estiveram presentes o Governador Vidal Ramos, o Major Jones Pinho, presidente da Câmara e o Deputado Acácio Moreira. Houve uma grande festa. Na ocasião já havia banda, e abrilhantou a festa.<sup>480</sup>

Contudo, o fato de Orleans ter adquirido o status político de sede do município de forma alguma contradiz a idéia, bastante ressaltada nesse trabalho, de que na região sul catarinense a urbanização fosse muito pequena. Essa marca típica da região sul catarinense somente vai mudar a partir da década de 1950. De fato, referindo-se ao tempo em que Orleans se tornou sede do município, um dos seus mais antigos moradores, o Sr. Sebastião Nunes afirma que, “nessa época Orleans era

---

<sup>479</sup> CORRÊA, Humberto Carlos. **Um Estado entre duas Repúblicas – A Revolução de 30 e a política em Santa Catarina**. Florianópolis, UFSC, 1984. p. 19.

<sup>480</sup> Entrevista concedida por NUNES, Sebastião. In DALL’ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p. 240-241.

pequena. Onde está a Igreja atual havia uma chácara em que morava um pastor protestante”.<sup>481</sup>

A Lei Estadual nº 981, de 30 de agosto de 1913 conferia ao município de Orleans o território que compreendia toda a Colônia Grão Pará e que atualmente compreende vários outros municípios, configurando um espaço onde se encontram os menores municípios do país. Essa referência ao hoje intenta mostrar um espaço de constantes disputas onde as famílias dissidentes, de uma forma ou de outra, se alijadas do poder, tentam criar novos espaços geográficos de poder, num jogo de interesses políticos que feudalizou em demasia essa região.<sup>482</sup> A Lei Orgânica do novo município, aprovada em 10 de janeiro de 1914 estabelece como sede do município a vila de Orleans. As vantagens de ter uma autonomia administrativa fica logo evidente pois a mesma Lei Orgânica estabelece um imposto educacional que visa angariar fundos a fim de possibilitar a construção de um colégio de instrução primária e secundária.<sup>483</sup>

O que podemos constatar é que a autonomia administrativa de Orleans significou a posse do poder político de uma região dominada predominantemente por populações imigrantes. Contudo, isso não mudou o fato de que durante décadas os imigrantes, maior contingente populacional do município, não tivessem acesso algum às funções político-administrativas na máquina municipal orleanense. Todos os prefeitos das primeiras décadas eram nacionais. Pode-se constatar isso pela lista dos nomes do primeiros prefeitos. 1. José Tomás da Silva; 2. Galdino Fernandes Guedes; 3. Evaristo de Souza Nunes; 4. João Pacheco dos Reis; 5. Valentim Luis Ceolin. Este último, o primeiro a possuir um sobrenome de imigrante, administrou a cidade de Orleans de 1947 a 1951. Portanto, somente três décadas e meia depois de se tornar município, e mais de vinte anos depois da revolta civil armada, num contexto de abertura política com o fim da ditadura Vargas inicia-se a participação

---

<sup>481</sup> Entrevista concedida por NUNES, Sebastião. Id., *ibid.*, p. 241.

<sup>482</sup> A exigüidade espacial dos municípios gerou hoje em dia uma acirrada disputa pelo estabelecimento de indústrias. Isenções tributárias são dadas com o intuito de roubar empresas, a maioria de caráter familiar, de um município para o outro. Sendo municípios extremamente pequenos, para facilitar a locomoção dos trabalhadores, várias fábricas são instaladas rente à linha divisória dos municípios. É interessante perceber como decisões políticas de uma época estão incidindo diretamente na conformação econômica atual.

<sup>483</sup> Para todas as informações a respeito do município cf. o capítulo “Autoridades” in DALL’ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p. 240-256.

efetiva de descendentes de imigrantes nos mecanismos formais de poder da máquina municipal orleanense.

Além do prefeito, outros brasileiros foram indicados pelo Governador Vidal Ramos para funções importantes dentro do novo município: como delegado de polícia foi nomeado o Sr. Rodolfo Fernandes da Rocha que era farmacêutico na cidade; como auxiliar de escrivão, o Sr. Antônio da Silva Cascaes que exercia também a função de maquinista da estrada de ferro. Portanto, se por um lado as populações tiveram mais proximidade com o poder público administrativo para garantir melhores condições das estradas e outras benesses do Estado para a região de imigração, por outro, o poder executivo do município continuava na mão dos nacionais.

Nas primeiras décadas após a chegada dos imigrantes, as metrópoles da região, por agregarem politicamente todo o espaço geográfico, por mediar as trocas, por influírem politicamente, geraram um influxo onde, se de um lado os imigrantes em pouco tempo se tornaram o motor preponderante da economia sul catarinense, por outro lado, coube aos nativos brasileiros imprimir os costumes, o estilo de vida, a modalidade arquitetônica e a influência política na região sul catarinense, principalmente nos centros urbanos. Segundo LAGO,

[...] não se observou a evolução de uma colônia para um centro urbano típico, com formas arquitetônicas prevalentemente européias, como ocorreu na bacia do Itajaí e no Litoral Norte. Tubarão e Laguna já exerceram, desde o início as funções de centros convergentes.<sup>484</sup>

Conforme testemunhos, o primeiro Superintendente de Orleans era comerciante, confirmando o perfil dos brasileiros como comerciantes bem como a influência desse grupo na política local: “Quem muito fez por Orleans foi José Thomas da Silva, o Cazuzza, que foi o primeiro prefeito. Era comerciante, vendia fazendas.”<sup>485</sup>

A admissão de que o poder executivo estava na mão dos nacionais não significa que não houvesse conflitos pela posse do mesmo dentro desse grupo. As

<sup>484</sup> LAGO, Paulo Fernando. **Santa Catarina – Dimensões e Perspectivas**. Florianópolis, UFSC, 1978. p. 106-107.

<sup>485</sup> A palavra “fazendas” se refere a tecidos para roupas ou outras utilidades. Não se refere a “fazendas” no sentido de uma propriedade rural. Entrevista concedida por NUNES, Sebastião. In DALL’ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p. 225.

famílias tradicionais, donas do comércio e da política local, lutavam pelo poder em Orleans desde que se tornou município em 1913, digladiando-se em confrontos que levavam até à morte, principalmente em períodos de eleições, como se pode perceber no término do mandato do primeiro prefeito. “No fim do seu mandato, o Cazuzza não deixou fazer eleição livre, mas fez eleição a bico-de-pena e soltou capangas para garantir. Foi morta uma pessoa na frente da Igreja”.<sup>486</sup> Uma outra testemunha, não identificada nas transcrições, revela a identidade do assassinado: “No dia 4 de agosto de 1918, no dia das eleições, foi morto Henrique Torriano. Anos depois, atribuiu-se aos políticos da época este assassinato”.<sup>487</sup> Durante a Velha República, em Tubarão, principal cidade do sul catarinense nesse período, as facções políticas, que representavam mais grupos de famílias que projetos políticos ideológicos também se digladiavam entre si.

O ‘partido de cima’ e o ‘partido de baixo’, cujos apelidos foram gerados pelo ponto de moradia dos seus principais dirigentes, eram, na verdade, brasileiros a retemperar o convite à discórdia e à bravata. O primeiro gerado em torno à tradicional família Collaço, tinha ao leme a inteligência ilustrada e a sagacidade de raposa do maior político daquele tempo de todo o sul de Santa Catarina. Foi ele, Coronel João Cabral de Mello, lagunense aqui radicado e que teve no Ministro Lauro Müller, mais que um chefe e, sim, um amigo para todas as horas. Na facção contrária, despontava com prestígio e combatividade, entre outros, a figura respeitável de Patrício Pinto de Magalhães. Ambos os blocos políticos eram acolitados por inúmeros partidários, surgindo neste, muitas vezes, os extremados, capazes de enveredar pelas mais inesperadas cartadas.<sup>488</sup>

É exatamente dentro de todo esse complexo contexto, de uma região mantida economicamente por uns e coordenada politicamente por outros, e que além disso, também se digladiavam entre si, que vai acontecer a revolta civil. Portanto, ao olharmos para a revolta civil, estamos apenas olhando para seu aspecto mais externo, um elemento aparente, cuja profundidade causal se encontra num conjunto enorme de variáveis. Nessa perspectiva, podemos dizer que a revolta civil foi apenas a manifestação de um conflito muito mais profundo. De qualquer forma esse conflito veio à tona e se manifestou na forma de revolta quando o governador do Estado impôs um novo Superintendente para Orleans exigindo a renúncia do anterior legitimamente eleito.<sup>489</sup> Além disso, depois que Hercílio Luz chegou à

---

<sup>486</sup> Entrevista concedida por NUNES, Sebastião. Id., *ibid.*, p. 225.

<sup>487</sup> Id., *ibid.*, p. 253.

<sup>488</sup> ZUMBLICK, Walter. *Op. cit.*, p. 107.

<sup>489</sup> A dinâmica da revolta está narrada mais didaticamente no Capítulo I.

presidência do estado catarinense, projetos de interesses das famílias da região da Colônia Grão Pará foram impedidos de ser realizados, principalmente projetos que se referem à criação de vias para o escoamento da produção rural.

Os moradores da localidade de Rio da Furnas são um exemplo claro dessa política discriminatória do governo estadual herciliano, bem como seu apoio político aos projetos liderados por Tubarão.

Os moradores daqui sempre trabalharam para que fosse construída uma estrada boa pra Orleans. Uma comissão foi para a capital com o primeiro prefeito de Orleans, o Cazuzá: Cipriano Volpato, João Frederico Arantes, Pedro Michels, Rodolfo Rocha e outros. Vidal Ramos prometeu que a estrada a ligar Grão Pará a Orleans passaria por Rio das Furnas. Isto em 1917. Veio o engenheiro. Fez-se o traçado. Mas em seguida fizeram as eleições. O governo foi derrotado. O novo, Hercílio Luz, protegeu Tubarão e mandou abrir a estrada da Barra do Norte a Aiurê.<sup>490</sup>

Diferente de Lauro Müller, “que exercia a política como uma arte, através da diplomacia dos conchavos”,<sup>491</sup> Hercílio Luz, por sua vez, “com mais destemor usava da luta aberta e decisiva para alcançar seus objetivos e garantir sua posição”.<sup>492</sup> Uma destas demonstrações de “luta aberta e decisiva para alcançar seus objetivos” vai ser deflagrada em Orleans, forçando a renúncia do Superintendente e desencadeando todo um processo que irá levar à revolta da população civil do município. E mais do que isso! Devido ao fato de que essa revolta local deu-se em 1923, isso nos permite perceber as primeiras conseqüências do peculiar processo formativo da consciência política das comunidades de imigrantes no confronto com a atividade política local vivida num modelo oligárquico.

Mas para melhor estabelecer o quadro político no qual a revolta foi deflagrada, faz-se necessário uma digressão histórica a fim entender melhor o processo de constituição das relações de poder em Santa Catarina, pois no modelo que geria as relações políticas desse período, as decisões locais estavam umbilicalmente ligadas à dinâmica de poder que se engendrava em nível estadual. As referências serão feitas unicamente enquanto úteis para estabelecer uma moldura para a revolta dos imigrantes em Orleans, jamais como um panorama exaustivo dessa realidade.

---

<sup>490</sup> Entrevista concedida por VOLPATO, Cipriano. In DALL’ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p. 274.

<sup>491</sup> CORRÊA, Humberto Carlos. Op. cit., p. 19.

<sup>492</sup> Id., *ibid.*, p. 19.

Para explicar os ajustes políticos dos grupos oligárquicos que comandavam o poder político estadual, poderíamos recuar até a Campanha Civilista. Ali já poderíamos perceber certos ingredientes que nos forneceria pistas dos blocos políticos catarinenses que haviam se estabelecido no poder por ocasião da revolta civil em Orleans. Mas consideramos que o movimento chamado Reação República, por ocasião da indicação de Artur Bernardes em 1921, foi que representou o momento onde formalmente, “a tranqüilidade política do governo Hercílio Luz começou a ser abalada pela articulação oposicionista de Nereu Ramos, que fundou a Reação Republicana justamente para combater o governador.”<sup>493</sup>

De qualquer forma, como sintetiza muito bem Carlos Humberto Corrêa,

[...] só se pode entender o domínio do Partido Republicano Catarinense, desde a proclamação da República até os inícios dos anos 30, se considerar-se a política catarinense como movendo-se circularmente em torno de dois nomes: Lauro Severiano Müller e Hercílio Pedro da Luz.<sup>494</sup>

Por isso, para o alcance de nosso trabalho não é necessário um aprofundamento crítico de toda a história política catarinense, pois os governantes do Estado até 1930 se não eram Lauro Müller ou Hercílio Luz, e muitas vezes os dois juntos, eram líderes que foram escolhidos diretamente por eles. Para o encaminhamento de nossa trama, cabe apenas a costura dos fatos e personagens políticos do poder oligárquico catarinense, na medida em que esclareçam o que acontecia no município de Orleans. Até porque, foi somente a partir de 1918 que a exacerbação política oligárquica catarinense respingou de fato em Orleans quando, “Hercílio Luz começa a dar apoio a um grupo de aventureiros recém vindos de Curitiba, gente sem cultura, sem representação e, sobretudo, de má índole e piores intenções. Eram os irmãos Nunes”<sup>495</sup>.

Portanto, o contexto catarinense da década de 1920 é o cenário político a ser reconstruído. Para a compreensão da mecânica política catarinense nessa década devemos regressar ao movimento nacional conhecido como “Reação Republicana”,

<sup>493</sup> LENZI, Carlos Alberto Silveira. **Partidos e Políticos de Santa Catarina**. Florianópolis, UFSC, 1983. p. 85.

<sup>494</sup> CORRÊA, Humberto Carlos. Op. cit., p. 18.

<sup>495</sup> OLIVEIRA, João. Apud DALL’ALBA, Pe. João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p.223. Independente do evidente exagero na caracterização da conduta moral dos os “irmãos Nunes”, os quais assumiram o poder em Orleans depois de renúncia forçada do Superintendente (prefeito) anterior, o que importa é a política de interferência direta do governador dentro do Estado, impondo a renúncia forçada de líderes políticos locais para privilegiar outros grupos que estejam mais consoantes com sua política administrativa.

pois foi fundamentalmente a partir daí que o Partido Republicano Catarinense se dividiu e se consolidaram duas facções políticas que lutaram por se apossar da máquina político-administrativa catarinense, respingando na dinâmica política das prefeituras. Vamos a ela.

Logo que Eptácio Pessoa se encaminhava para o término de sua tumultuada administração, as oligarquias de Minas Gerais e São Paulo, desejosas de que o poder federal voltasse ao esquema do revezamento de poder, compactuaram em lançar para o período eletivo de 1922 a 1926, Artur Bernardes, de Minas Gerais. Esse, por sua vez, ficava no compromisso de indicar no final do seu mandato, Washington Luís representando a oligarquia paulista. Esse arranjo premeditado de divisão do poder político federal que compreendia o controle das rédeas do executivo federal por quase uma década, foi feito à revelia dos demais estados da federação.

Tal arranjo político entre São Paulo e Minas Gerais, sem consulta aos outros Estados, principalmente Rio Grande do Sul que já tradicionalmente, desde o tempo de Pinheiro Machado, se unia aos estados menores para se opor à política de Minas Gerais e São Paulo,<sup>496</sup> fez surgir a Reação Republicana. Borges de Medeiros, representando a oligarquia riograndense se une às oligarquias da Bahia e Pernambuco. O candidato escolhido pela Reação Republicana é Nilo Peçanha. Mas o movimento toma vulto porque os militares – sentindo-se lesados na corporação devido à pouca importância que os civis davam aos assuntos militares bem como a querela ao redor de uma carta<sup>497</sup> cheia de impropérios a Hermes da Fonseca e ao poder militar<sup>498</sup> - se alinharam ao lado dessa frente oposicionista. A máquina eleitoral entretanto estava ao lado de Artur Bernardes que venceu as eleições e enfrentou durante todo o seu mandato, 1922 a 1926, as revoltas dos tenentes. De fato, durante quase todo o período de Artur Bernardes o Brasil viveu em estado de sítio.

Mais uma vez, portanto, o pequeno grupo de homens que, através dos governos dos grandes Estados dominava o Brasil, cindia-se, não pela divergência de idéias, ou de planos, ou programas administrativos, mas por grandes e pequenas vaidades e susceptibilidades feridas e (sobretudo) pelo desejo de se perpetuar nas máquinas do governo.<sup>499</sup>

<sup>496</sup> E que de fato vai colher os frutos a partir da Revolução de 1930 quando o gaúcho Getúlio Vargas vai dominar o poder federal por quinze anos.

<sup>497</sup> Que mais tarde soube-se falsa.

<sup>498</sup> Carta esta que foi falsamente comunicada ter sido enviada por Artur Bernardes.

<sup>499</sup> BELLO, José Maria. **História da República – 1889 – 1954**. 6ª ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1969. p. 248.

Situamos esse contexto nacional porque em Santa Catarina esse evento trouxe a ruptura definitiva e radical entre as oligarquias da serra e do litoral, criando os grupos que irão definir o apoio e a oposição à Revolução de 1930 em nível de estadual. É necessário regredir ao movimento da Reação Republicana para construir a complexa trajetória política do envolvimento catarinense na Aliança Liberal e Revolução de 1930, e assim termos uma macroestrutura política do que acontecia no Estado por ocasião da revolta civil em Orleans no ano de 1923.

A Reação Republicana, em Santa Catarina, foi liderada por Nereu Ramos. O grupo que defendia a chapa oficial em Santa Catarina, isto é, a indicação de Artur Bernardes, era liderado por Hercílio Luz, cujo mandato ia de 1922 a 1926, e que além de presidente do Estado era também o chefe do Partido Republicano Catarinense - PRC. Saindo vitorioso Artur Bernardes e por extensão o grupo que o apoiava no Estado, todos os demais candidatos estaduais que faziam parte da oposição foram “degolados”<sup>500</sup> para os demais cargos federais, ou seja, mesmo eleitos não eram diplomados para assumir a função.<sup>501</sup>

O poder do presidente do Estado ficava enormemente realçado e facilitado internamente, porque com esse mecanismo a câmara federal afastava a oposição em cada estado, ao mesmo tempo em que fortalecia o próprio poder federal. Contudo o governo federal cobrava a conta em forma de apoio irrestrito à política do Presidente da Federação. É o mecanismo conhecido como “política dos governadores”. O efeito residual de todo esse processo foi a cisão definitiva do Partido Republicano Catarinense. Como resultado Nereu Ramos e Hercílio Luz tornaram-se radicais inimigos políticos. Relembremos que o pai de Nereu Ramos, Vidal Ramos, havia sido presidente de Santa Catarina entre 1910 e 1914 e promulgou a Lei que estabeleceu o Município de Orleans.

Após ser alijado da cena política, por ter apoiado a Reação Republicana, Nereu Ramos recolhe-se às atividades de advogado em Florianópolis. Na luta por poder dentro da oligarquia regional, pouco importava se Nereu Ramos, que além de larga tradição política e filho de ex-governador, havia sido secretário da Delegação

---

<sup>500</sup> Termo que faz referência à exclusão de candidatos que, eleitos pelo voto, são impedidos de tomar posse por mecanismos instituídos por comissões especiais. Exemplo de comissão desse tipo era a “Comissão de Verificação de Poderes do Senado”.

<sup>501</sup> LENZI, Carlos Alberto Silveira. **Partidos e Políticos de Santa Catarina**. Florianópolis, UFSC, 1983. p. 88-89.

Brasileira à Conferência de Bruxelas e Haia em 1912. Uma ala do PRC o queria fora de cena e, num primeiro momento, conseguiram o seu intento.

Apesar deste distanciamento estratégico, Nereu Ramos não deixava de bombardear o seu adversário político quando tinha a chance. Aproveitando a redação de um Habeas-corpus, o advogado serrano atacou o governador Hercílio Luz com uma série de injúrias políticas. Como o mesmo se encontrava em tratamento médico fora do país, coube a um genro, defender a honra do governador. Por sinal, como efeito dessa enfermidade, Hercílio Luz veio a falecer dois anos antes de o seu mandato terminar.

O episódio que fizemos referência, cômico porque não chegou a tragédia, ocorreu quando o genro de Hercílio Luz, encontrando Nereu Ramos num dos bares da capital catarinense, atacou-o com bengaladas, ao que Nereu reagiu sacando o revólver e dando vários tiros.

Tal episódio, quase um “fioretti”, gênero típico da literatura medieval caracterizado por pequenos fatos cômicos da vida de pessoas importantes, típico da hagiografia católica, é elencado com o fim de demonstrar que as lutas entre as oligarquias não tinham grande embasamento ideológico. Como a República Velha se caracteriza em nível político pela presença de um único partido, a oposição saía desse mesmo partido, não por desacordos ideológicos, mas por motivos pessoais, ou diferenças de cunho administrativo. Dificilmente se criava um outro partido agrupando os opositoristas. Não se combatia por mudanças ideológicas, mas pela chance de se revezar no uso da máquina administrativa governamental.

O predomínio político das oligarquias rompe-se em alguns Estados graças a divergências que resultaram na formação de oposições saídas delas próprias. Algumas foram divergências de método, outras se deveram ao descontentamento momentâneo de interesses, mas nunca à consciência de classe.<sup>502</sup>

Em nível catarinense isso fica claramente expresso pelo fato de que desde 1898, o grupo dos quatro, Lauro Muller, Vidal Ramos, Felipe Schmidt e Hercílio Luz, se revezaram no poder. Em todo esse período nenhuma vez se lutou para criar um novo partido. De fato, a Constituição Federal Republicana deixou a atribuição de legislar sobre o processo eletivo para cada Estado da Federação. Provavelmente, pelo fato de Santa Catarina em sua Constituição não permitir a reeleição consecutiva

---

<sup>502</sup> CARONE, Edgard. **Revoluções do Brasil Contemporâneo**. 4ª ed., São Paulo, Ática, 1989. p.17.

para presidente estadual, isso tenha somado para não exacerbar tanto a luta intra-oligárquica como no Rio Grande do Sul, onde após a morte de Júlio de Castilhos que governou de 1893 até 1898, Borges de Medeiros se reelegeu até 24 de janeiro de 1923, governando, portanto, durante vinte e cinco anos, menos no período 1908-1913, só saindo após passar o poder ao seu afilhado político, Getúlio Vargas, em 1928.

Portanto, falar em oposição na República Velha é o mesmo que falar em conflitos interstinos dentro do próprio poder oligárquico, a fortiori para Santa Catarina. A oposição política era tão conservadora como quem estava no poder naquele momento. O caráter de oposição era apenas um modo de tomar o poder não de mudar seu sentido. É neste contexto que se insere também a oposição em Santa Catarina.

O grupo oligárquico chefiado por Hercílio Luz é apeado do poder com sua morte em 1924, em meados de seu mandato de presidente estadual. Na sua falta assume a presidência do estado seu vice, Coronel Antônio Pereira da Silva e Oliveira que inicia uma substituição de todos os cargos de confiança ligados diretamente ao ex-presidente: Joe Colaço, genro do falecido governador perde a Secretaria do Interior e Justiça; Abelardo Luz, filho de Hercílio Luz é substituído da Superintendência da Capital por Fulvio Aducci.

Além da presidência do Estado, Coronel Antonio Pereira assumiu o cargo de chefe do Partido Republicano Catarinense – PRC e presidente da comissão executiva. Em posse de toda essa autoridade, Coronel Antônio Pereira iniciou um radical ataque à administração de Hercílio Luz nas páginas do Jornal “República”, órgão oficial do Partido Republicano Catarinense: os artigos objetivam desmontar o mito de um Hercílio Luz grande administrador público.<sup>503</sup> As atitudes do Coronel pareciam sintonizar com os ideais do movimento tenentista, que coincidentemente, no mesmo ano da posse do coronel, iniciaram uma das mais ousadas demonstrações de força: a conquista da cidade de São Paulo com o pedido de renúncia imediata de Artur Bernardes. Além de São Paulo, os tenentes também se rebelaram em alguns outros quartéis: no Amazonas, Mato Grosso, Pará, Sergipe e principalmente no Rio Grande do Sul, onde os quartéis militares na área das

---

<sup>503</sup> SACHET, Celestino e SACHET, Sérgio. **Santa Catarina – 100 anos de história: da consolidação do território ao Estado Novo**. Volume 2, Florianópolis, Século Catarinense, 1998. p. 271.

missões se amotinaram e se encontraram com os rebelados de São Paulo formando a Coluna Prestes que atazanou todo o período administrativo do governo de Artur Bernardes.

Portanto, as atitudes do Coronel Antonio Pereira em Santa Catarina não podem ser vistas desvinculadas do contexto revolucionário do período, principalmente da ala jovem dos militares: os Tenentes. Com a morte de Hercílio Luz, Coronel Antonio Pereira conseguiu fazer em Santa Catarina, sem o uso da revolução, mudanças que repercutiram na política catarinense, respigando mesmo nos blocos que se formarão para a defesa da Aliança Liberal em Santa Catarina.

No clima de desmanche da política de Hercílio Luz, o jornalista João de Oliveira que havia sido reeleito deputado estadual, mas que sofreu a “degola” não sendo diplomado ao cargo, aproveitou a dinâmica de desconstrução do mito Hercílio Luz e lançando a obra, “O Ditador Catarinense”, “um forte libelo contra o regime de opressão e de tirania, contra a ignomínia do chicote e da palmatória, contra o aviltamento das funções públicas, da Constituição e das Leis.”<sup>504</sup>

Como dissemos acima, em nível nacional o ano da morte de Hercílio Luz coincidiu com a revolta de um grupo de militares descontentes com a política oligárquica, conhecido como “tenentes”. Estes tomaram São Paulo durante vários dias e exigiram a renúncia de Artur Bernardes. Iniciou em São Paulo mas se alastrou também no Mato Grosso, Amazonas, Pará, Sergipe e violentamente no Rio Grande do Sul.

Na noite de 28 e 29 de outubro de 1924 estoura a revolução no sul do Estado e na região das missões, onde, apoiados pelo Partido Libertador, rebelam-se os corpos de Uruguaiana, São Borja, São Luís e Santo Ângelo. De Uruguaiana, Juarez ataca Alegrete, recebendo apoio de João Alberto, que viera participar das fileiras revolucionárias. Os atacantes, não podendo tomar a cidade, voltam a Uruguaiana, onde vêem engrossadas suas tropas com os elementos do caudilho Honório de Lemos. Em novembro a coluna de civis e militares vai atacar os legalistas em Guaraí, travando o combate de Guaçu-Boi com as forças do General Flores da Cunha. A falta de unificação entre as tropas civis e militares causa a derrota dos revolucionários e a subsequente evacuação de Uruguaiana... as tropas chegam a Santa Helena, porto no rio Paraná, onde encontram as tropas paulistas. Nessa reunião de paulistas e gaúchos, de que participam Juarez, Miguel Costa, Djalma Dutra, Paulo Kruger, Ari Salgado Freire e muitos outros oficiais, decide-se prosseguir a campanha pelo Brasil afora, num incentivo à rebeldia e à revolução.<sup>505</sup>

---

<sup>504</sup> Id., *ibid.*, p. 273.

<sup>505</sup> CARONE, Edgard. *Op. cit.*, p. 46-47.

Nesse contexto revolucionário, uma estratégia para conseguir apoio popular, principalmente entre a classe média urbana, era apoiar algumas das propostas do Movimento Tenentista. Em Santa Catarina essa estratégia foi seguida pelos filhos políticos de Hercílio Luz que, desde a morte do patriarca, estavam sendo perseguidos politicamente. Esse grupo, como um modo de voltar à cena política, acampa algumas das propostas dos Tenentes através de um longo artigo publicado no Jornal “O Estado” de 26 de dezembro de 1924. O artigo era assinado por Joe Colaço,<sup>506</sup> genro do falecido Hercílio Luz, um dos primeiros a ser demitido no expurgo promovido pelo novo presidente do estado, Coronel Antônio Pereira.

O texto afirmava que não fosse a morte de Hercílio Luz em pleno mandato, Santa Catarina teria sido o primeiro estado da Federação a ter eleições secretas. Segundo Joe Colaço, tal promessa teria sido feita por Hercílio Luz ainda no seu mandato de 1918 a 1922, quando havia assumido a presidência do estado por causa da renúncia de Lauro Muller. Parece que esse meio de capitanear crédito político não funcionou pois Joe Colaço jamais voltou a ser eleito e se retirou para o Rio de Janeiro. O grupo político de Hercílio Luz havia definitivamente chegado ao fim através das reformas de cunho tenentista promovidas pelo Coronel Antonio Pereira.

As atitudes do Coronel Antonio Pereira que, desde sua posse parece decidido a alterar a política de revezamento das famílias oligárquicas do estado, chegou ao ápice na Convenção do Partido Republicano Catarinense em 19 de janeiro de 1926. A Convenção decidiu romper de vez com o poder das famílias tradicionais indicando Adolfo Konder para ocupar o governo do estado para o quadriênio de 1926 a 1930, exatamente no quadriênio em que também assumiu o poder em nível federal, Washington Luís, saído das fileiras do Partido Republicano Paulista, conforme a proposta de revezamento de poder entre São Paulo e Minas Gerais. As oligarquias, amedrontadas com os movimentos revolucionários da administração de Artur Bernardes, período em que o país viveu quase totalmente sob o toque de regime de exceção representado pelo estado de sítio, pouco afrontou a posse de Washington Luís.

Em editorial do jornal “O Tempo”, por sinal, o novo e sugestivo nome do antigo jornal “República – órgão oficial do PRC”, nome substituído por ordem do Coronel Antônio Pereira, se afirmava: “[...] depois da decisão dos convencionais o

---

<sup>506</sup> Representante político do Município de Tubarão, de onde foi desmembrado o Município de Orleans.

PRC deixou de ser um amontoado de fórmulas vazias e egoístas, costurados por uma estrutura intolerante e inflexível.”<sup>507</sup> Segundo o mesmo editorial, “o comportamento dos republicanos do passado, caracterizava-se por uma concepção política muito acanhada e sem a menor significação para os altos interesses de Santa Catarina.”<sup>508</sup>

O que se presencia em Santa Catarina é uma revolução política sem o uso das armas. Certamente a morte de Hercílio Luz em pleno mandato e, portanto, a ausência de força dentro do PRC, permitiu uma renovação interna, conduzida por um militar, seu vice-governador. Contribuiu também, o fato de que o próprio Hercílio Luz tinha afastado radicalmente a oligarquia Ramos do poder em Santa Catarina devido esta ter apoiado a Reação Republicana em 1921. Portanto, uma confluência de variáveis criou as condições para uma radical renovação no quadro político catarinense a partir de 1924.

Um jornal carioca chegou mesmo a se referir às mudanças feitas nos dois anos do Coronel Antonio Pereira, culminando com a convenção do PRC e a indicação de alguém fora dos liames das famílias oligárquicas tradicionais, como uma “tentativa de implodir a Velha República com alta carga de dinamite em todas as colunas de sustentação”.<sup>509</sup> Eram os ideais tenentistas respingando nas estruturas políticas do estado catarinense.

Se houve uma tal repercussão na capital da Federação, do ponto de vista político não foi dimensionado ainda o real significado das reformas promovidas pela Convenção do PRC em 1926. Muito provavelmente porque a oligarquia Ramos voltará habilmente ao poder após a Revolução de 1930 devido ao apoio que deu à Aliança Liberal em Santa Catarina.

O jornal chegou mesmo a chamar os atores desse processo de “jovens turcos catarinenses”. A denominação “jovens turcos” provém do horizonte militar com forte conotação reformista. Assim, ao adjetivar os republicanos reformistas de “jovens turcos catarinenses”, o jornal fazia alusão à renovação iniciada no exército brasileiro em função do envio de três turmas de jovens militares à Alemanha para estudarem junto ao exército alemão, considerado um dos mais bem organizados na época. Ao

---

<sup>507</sup> Jornal “O tempo”, editorial do dia 9 de fevereiro de 1926. In SACHET, Celestino e SACHET, Sérgio. **Santa Catarina – 100 anos de história: da consolidação do território ao Estado Novo**. Volume 2, Florianópolis, Século Catarinense, 1998. p. 292.

<sup>508</sup> Id., *ibid.*, p. 292.

<sup>509</sup> Id., *ibid.*, p.293.

regressarem, esses militares passaram a ser denominados de “turcos”. Fundaram a revista “Defesa Nacional” e, animados de propósitos reformadores, imprimiram uma dinâmica modernizadora no exército brasileiro.<sup>510</sup>

Na verdade, os articulistas cariocas estavam sugerindo que a renovação que o movimento tenentista estava tentando através das armas por todo o país, em Santa Catarina estava acontecendo dentro dos trâmites legais sob a liderança do Coronel Antônio Pereira da Silva.

Aprofundemos um pouco mais o conteúdo dessa “implosão das colunas de sustentação”, ação atribuída pelos cariocas aos “jovens turcos catarinenses”. Para Santa Catarina, a comparação dizia respeito diretamente à reforma eleitoral definida na Convenção do Partido Republicano Catarinense em 1926 que culminou na indicação de Adolfo Konder.

Se o conteúdo em sua literalidade era simples, suas conseqüências para a dinâmica política catarinense eram radicais enquanto desbancava o poder político das grandes famílias que haviam se revezado na política estadual catarinense. A Convenção de 19 e 20 de janeiro de 1926 define que, “a indicação dos nomes dos candidatos a postos eletivos deve partir das bases municipais e não sair das conveniências da cúpula diretora no Rio de Janeiro ou em Florianópolis.”<sup>511</sup>

Portanto, cabia agora às bases, representadas pelos diretórios municipais, indicarem à Comissão Diretora os nomes para os futuros cargos eletivos. Na verdade, o resultado das eleições foi extremamente conveniente aos interesses do novo Presidente da Federação, Artur Bernardes, por dois motivos. Primeiro, porque vai apoiar a reforma no estatuto do Partido Republicano Catarinense promovida por um coronel. Isso de certa forma aliviava a pressão da opinião pública sobre seu governo, pois esta, principalmente a opinião pública urbana, era simpática às revoltas tenentistas, ou ao menos, defendia a mesmas bandeiras destes. Passava-se a imagem de que, dentro da constitucionalidade, as reformas foram feitas para facilitar o ingresso de outras forças políticas ao governo estadual. Segundo, por uma conveniência política. Seu apoio tinha às escondidas o interesse em afastar do poder estadual catarinense o Senador Vidal Ramos e seu filho Nereu Ramos que haviam apoiado a Reação Republicana, ou seja, haviam apoiado em nível estadual

---

<sup>510</sup> CARVALHO, José Murilo de. As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. **História Geral de Civilização Brasileira**. Tomo III, Volume 2, São Paulo, Bertrand Brasil, 1997. p. 198.

<sup>511</sup> SACHET, Celestino e SACHET, Sérgio. Op. cit., p. 293

o candidato opositor Nilo Peçanha que havia concorrido com ele pelo poder federal.

Mas independente de todas essas conveniências típicas da política oligárquica da Velha República, estavam criadas as bases para a renovação do poder político estadual catarinense, e principalmente, se criava uma válvula de escape para superar a luta das duas facções que disputavam o poder republicano: a oligarquia serrana, representada pela família Ramos, e os Hercilistas, representando o grupo do litoral.

A morte de Hercílio Luz desarticulou o grupo no poder, facilitando todo esse processo de mudanças políticas. Mas não fosse a reforma promovida pela Convenção do Partido Republicano Catarinense, a oligarquia Ramos e os filhos políticos de Hercílio Luz estariam digladiando-se entre si pelo poder regional catarinense, deixando de lado as questões importantes que a modernidade e a industrialização estavam trazendo para o cenário barriga verde. Contudo, a nova proposta de eleger apenas o nomes indicados pelos diretórios municipais, se por um lado oxigenou o poder político com novos nomes, por outro lado cindiu de vez os interesses do litoral e da serra.

Isso aconteceu de forma definitiva na eleição para deputado federal em 27 de março de 1927. A Convenção do Partido Republicano Catarinense indicará, conforme as bases, três nomes ficando o quarto nome a ser indicado pelas minorias do partido. O problema era que a partir desse critério, as forças do litoral passaram definitivamente a decidir os cargos políticos, tendo em vista a organização populacional no espaço geográfico catarinense:

Na década de vinte, Santa Catarina era um Estado com uma população de pouco mais de seiscentos e sessenta e oito mil habitantes **espalhados principalmente por algumas cidades do litoral desde Araranguá, no sul, até Joinville e São Francisco**, quase na divisa com o Paraná. Com um total de apenas trinta municípios, possui somente onze com mais de vinte mil habitantes, o que corresponde a 55% da população total do Estado. Destes, **somente dois, Lages e Santa Cruz de Canoinhas, não se situavam na planície litorânea**, que compreendia também o baixo vale do rio Itajaí, com Blumenau, a maior cidade do Estado (72 mil habitantes). **No litoral situava-se a grande maioria dos municípios**. Subindo a Serra do Mar, na região do planalto, encontrava-se apenas quatro municípios, com extensos campos de pastagem e uma população rarefeita, onde Lages, a maior e mais antiga cidade, despontava com uma população de apenas 37 mil almas.<sup>512</sup> (grifo nosso)

<sup>512</sup> CORRÊA, Carlos Humberto. **Um estado entre duas repúblicas – A Revolução de 30 e a política em Santa Catarina**. Florianópolis, UFSC, 1984. p. 26-27.

Dessa forma, a força urbano-comercial do litoral expurgou de vez a oligarquia Ramos dos quadros políticos do Estado. Os três candidatos indicados oficialmente, Edmundo Luz Pinto, Fúlvio Aducci e Abelardo Luz receberam mais de trinta mil votos cada um, enquanto Vidal Ramos ficou com 5.458 votos. Esse processo interno de constante afastamento da família Ramos efetuado pelos líderes do PRC desde a época de Hercílio Luz, mas com mais força a partir da morte deste, jogou de forma definitiva essa oligarquia política para a oposição. A única saída era a criação de um partido de oposição.

Liderado por Nereu Ramos, o grupo da serra reagiu energicamente diante da exclusão de seu nome para a eleição da Câmara Federal. Irá encaminhar o processo de independência oposicionista dentro de Santa Catarina, se apoiando no Partido Democrático, que era uma dissidência do Partido Republicano Paulista – PRP, fundado em 1926. A lógica era simples: se os grupos do litoral usam o Partido Republicano Catarinense – PRC para sistematicamente excluir a força política da serra, está na hora de a oposição política criar um partido próprio. A agremiação criada por Nereu Ramos se propõe a defender os mesmos ideais do Partido Democrático Paulista – PD e do Movimento Tenentista que, através das atividades empreendidas pela Coluna Prestes, estava revolucionando o Oeste brasileiro com duas propostas básicas: o Voto Secreto e a Reforma Eleitoral.

Essas propostas políticas, de fato não, eram tão novas, pois já haviam sido defendidas durante a Campanha Civilista, na acirrada disputa entre Hermes da Fonseca e Rui Barbosa, que contestava a política de controle oligárquico do Estado, defendendo o voto livre, secreto e universal e, além disso, exigia mudança na administração econômica do país que se estruturava em função da política econômica de São Paulo e Minas Gerais.

Em Santa Catarina, Nereu Ramos já posicionado politicamente na oposição através da criação de uma seção estadual do Partido Democrático – PD de São Paulo, vai fundar em 02 de outubro de 1927 o Partido Liberal Catarinense, partido político que estava aliado ao Partido Democrático Nacional. A maioria dos municípios catarinenses, durante décadas, terão suas políticas locais divididas entre Liberais e Republicanos, numa espécie de adaptação doméstica à essa estruturação do poder estadual.

Como se pode perceber, durante a década de 1920, em nível nacional, o Partido Republicano estava se esfacelando em todos os estados da Federação. A oposição, que antes não constituía ruptura nos partidos republicanos estaduais, mas se digladiava interstinalemente, procurou criar outra agremiação partidária. As pré-condições para a Aliança Liberal contar com bases políticas em todos os Estados estava constituída. Assim, quando a Aliança Liberal propôs seu projeto político e, com a perda da eleição, se articulou em movimento revolucionário liderado por Getúlio Vargas, a oligarquia pecuarista dos Ramos estava, em Santa Catarina, na frente de todo esse processo revolucionário, capitalizando politicamente os interesses de seu grupo. A partir da Revolução de 1930 até o final do Estado Novo, a oligarquia dos Ramos dominará o espaço político catarinense.

Com essa sumária descrição da dinâmica política, construída num proposital viés político-personalista do que de análise estrutural, intentamos mostrar

[...] a característica de profissionalização política que marcou este período histórico(1889-1930) em Santa Catarina. Os nomes se revezavam no poder, mas quando estavam fora dele não perdiam as rédeas do controle partidário através da participação na Comissão Executiva do Partido.<sup>513</sup>

O arranjo de forças em nível nacional contra a oligarquia paulista e mineira que culminou na Aliança Liberal, foi marcado por um processo particular de confrontação de interesses oligárquicos dentro de Santa Catarina. Mesmo sendo um movimento nacional, a Aliança Liberal se configurou a partir dos interesses e das dinâmicas bem particulares de cada estado. Aliavam-se à Aliança Liberal não simplesmente porque ali havia uma forma de defender uma idéia política, mas porque ali se encontrava uma forma de combater o grupo que estava no poder regional. Santa Catarina, pela análise que fizemos do processo político desde a Reação Republicana, demonstra isso com clareza. Dessa forma os objetivos da Aliança Liberal foram aproveitados pela oposição local catarinense, liderada por Nereu Ramos, para assumir as rédeas da máquina política de Santa Catarina.

---

<sup>513</sup> Id., *ibid.*, p. 26.

### 6.3 A revolta no contexto político regional e local

A revolta civil na cidade de Orleans se apresenta como a expressão local de um descontentamento com o modelo oligárquico que manipulava a atividade política regional e local, restringindo a participação efetiva da comunidade nas decisões pelos cargos públicos do município. No evento, temos a impressão de que em nenhum momento se esperava tal reação da comunidade diante da imposição da “Família Nunes” para ocupar todos os postos de comando do município. No contexto da política oligárquica da Velha República, havia, de fato, certa naturalidade na atitude do executivo estadual tendo em vista as constantes intervenções federais feitas nos estados.

Historicamente, a intervenção federal era o último recurso do estado quando era incapaz de solucionar conflitos políticos e civis. Pela Constituição Federal de 1891, o Presidente da República (com ou sem pedido dos governadores) tinha poderes para intervir para restabelecer a lei e a ordem (tranquilidade pública) na federação. Politicamente, a intervenção federal tornou-se o instrumento cômodo para o presidente usar no apoio a seus adeptos e no castigo a seus inimigos.<sup>514</sup>

Isso revela que na pré-compreensão dos “donos do poder” havia um modelo de ação política que em nenhum momento supôs que aquele modo arbitrário de preencher cargos políticos fosse algo de anormal. Estamos diante daquilo que Bourdieu chama de “habitus”, ou seja, “sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações”.<sup>515</sup> O líder político age de tal forma que sua prática, que parece apenas a expressão de um desejo consciente pessoal, uma decisão subjetiva, moralmente correta e politicamente razoável, seja de fato a manifestação de um estrutura estruturante anterior à sua decisão subjetiva, que, sem perder a sua liberdade, faz com que o sujeito objetive em sua prática o sistema excludente da sociedade em que vive. É uma prática que “tende a reproduzir as estruturas objetivas das quais elas são, em

---

<sup>514</sup> PANG, Eul-soo. **Coronelismo e Oligarquias – 1889-1934**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979. p. 147.

<sup>515</sup> BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu – Sociologia**. São Paulo, Ática, 1983. p. 61.

última instância, o produto”.<sup>516</sup> De fato, era algo típico da República Velha. O mandonismo oligárquico havia adquirido o status de “natural”.

Estranha mesmo foi considerada a reação da comunidade dos imigrantes, como se pode perceber pela reação truculenta da guarda militar, esfacelando a mão de colonos através do uso humilhante da palmatória. A força policial sob ordem do Presidente do estado não estava lidando com marginais ou criminosos e sim com trabalhadores e pais de famílias descontentes com a administração local da Prefeitura. Contudo, para esses policiais cujo “habitus”, ou seja, cuja predisposição era serem os custodiadores do modelo oligárquico, os colonos apareciam como desestruturadores do sistema no qual a própria função deles adquiria sentido. Aceitar a revolta era admitir a perda da própria identidade da tropa. Por isso, tinham que encaixar os colonos dentro do conceito de desordeiros da ordem pública, criminosos políticos, do contrário a ação repressiva não tinha sentido. Ora, a palmatória era usada em marginais como forma de coagir o réu a confessar algum crime e como castigo físico. O uso da palmatória aparece como expressão da concepção que a guarda policial tinha dos revoltosos: eram arruaceiros, e deveriam ser tratados como tal. A palmatória era a admissão objetiva de que o grupo de revoltosos deveria ser interpretado e tratado como um grupo de marginais da ordem pública. Contudo, parece que depois de algumas palmatoadas começaram a perceber que os colonos não tinham o perfil dos elementos que geralmente tinham que refrear: “Batiam com força. Estragaram um pouco as mãos para os primeiros. Depois aliviaram mais. Eles tinham dó também. Eles viam que eram pobres colonos”.<sup>517</sup>

As sanções a que posteriormente foi condenado o Tenente que comandava a operação de repressão aos colonos sugere que houve abuso de poder.

Os Nunes pagaram muito caro pela repercussão dos fatos, aproveitados pelo Dr. João de Oliveira, que na oportunidade dirigia uma campanha forte contra o governo de Hercílio Luz, através da publicação ‘O Ditador Catarinense’. Os absurdos praticados pela política sob as ordens do Tenente José de Souza Lima foram punidos severamente pela instituição que o expulsou da corporação.<sup>518</sup>

---

<sup>516</sup> Id., *ibid.*, p. 61.

<sup>517</sup> Entrevista concedida por GHISONI, Celestre. In ALL’ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p. 228.

<sup>518</sup> LOTTIN, Jucely. *Op. cit.*, p. 86.

No dizer de um participante direto do evento da parte da Família Nunes, “A polícia prendeu os revoltosos no Rio Belo. O tenente tinha ordem para matar, mas deu bolo<sup>519</sup>, por isso foi expulso da polícia”.<sup>520</sup>

Se por um lado os colonos “não botamos advogado, nem nada”,<sup>521</sup> por outro, os nacionais<sup>522</sup> levaram o ocorrido para os jornais e para os tribunais.

O Sr. Alvim Nunes, chamado por telegrama, veio a Tubarão, comparecendo à sala de audiências, onde, em presença do Juiz de Direito, Promotor Público, advogados e jornalistas, relatou os acontecimentos, apresentando as mãos ainda inchadas. O Dr. Otto Feuerschutte, nomeado perito, fez-lhe o necessário exame médico e constatou a existência de lesões recentes produzidas pela palmatória policial.<sup>523</sup>

Muitas testemunhas, em nenhum momento, colocaram motivos pessoais para não aceitar as pessoas impostas pelo presidente do estado: “Um dos Nunes era o Sebastião. Era fiscal. Até me parece melhorzinho que os outros. Os outros também não eram ruins, mas vieram mandados”.<sup>524</sup> O ponto central estava no fato de que “vieram mandados”. A revolta civil em Orleans revela que essa imposição não se coadunava mais com o ethos político que foi gerado dentro do sul catarinense a partir da mistura cultural e da forma organizativa dessas comunidades rurais. A comunidade se colocava na situação de construtora do espaço político. Sentiram-se humilhados e infantilizados politicamente diante de uma atitude em que, os mais interessados nas funções, não foram de forma alguma consultados. “Mas sair de lá e vir aqui tomar conta do município! Pegaram tudo: um era prefeito, um era fiscal, um

<sup>519</sup> Fez uso da palmatória.

<sup>520</sup> Entrevista concedida por NUNES, Sebastião. In DALL’ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p. 226.

<sup>521</sup> Entrevista concedida por GHISONI, Celeste. Id., *ibid.*, p. 228.

<sup>522</sup> Na pesquisa estranhamos a violência com que foi tratado o Sr. Alvim Nunes que, segundo as fontes a que tivemos acesso, não se envolveu na tentativa de deposição do Superintendente Evaristo de Souza Nunes, apoiado pelo presidente do estado e pelo grupo que comandava politicamente Tubarão: Os Collaço e os Cabral: “responsabilidade de tudo era a política suja dos Cabral, em Tubarão. Os Nunes eram os tótems do João Cabral”. Entrevista concedida por PUCCINI, Francisco. Id., *ibid.*, p. 238. Acreditamos que a presença da força policial do Governo do estado foi aproveitada pela família Nunes para acertos de contas que não estavam diretamente ligados à revolta, o que fez aumentar o círculo de perseguição daqueles três dias fatídicos para a história local: 17, 18 e 19 de fevereiro de 1923.

<sup>523</sup> OLIVEIRA, João & BARRETO, Alexandre. **O ditador catarinense**. Tubarão, A imprensa, s.d. p. 15.

<sup>524</sup> Entrevista concedida por GHISONI, Celeste. In DALL’ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p. 241.

era delegado, um era isto, um era aquilo. Empregaram todo o mundo! Mandaram vir toda a família e empregaram todos”<sup>525</sup>

Além disso, a “Família Nunes”, imposta pelo governador, não pertencia à tradição política local. No livro “O ditador catarinense”, o advogado-jornalista João de Oliveira, num texto em que atacava pessoalmente a “Família Nunes”, afirma: “Hercílio Luz, de acordo com o seu genro Dr. Joé Collaço, começou a dar prestígio oficial a um grupo de aventureiros, recém-vindos de Curitiba, gente sem cultura, sem representação, e, sobretudo, de má índole e piores intenções. Eram os irmãos Nunes”.<sup>526</sup> Contudo, essa informação parece ter sido deturpada propositadamente para desmerecer moralmente a “Família Nunes” pois, segundo o testemunho de um dos irmãos Nunes, o patriarca da família, Evaristo Nunes,<sup>527</sup> era “de família de tropeiros, comerciante de gado, com fazendas do Painel. Mas, ainda em 1892 estabeleceu-se em Orleans com lavouras e lotes urbanos”.<sup>528</sup> Portanto, a família já havia a muito tempo se estabelecido na localidade.

Independente do evidente exagero na caracterização da conduta moral dos “irmãos Nunes”, os quais assumiram o poder em Orleans depois de renúncia forçada do Superintendente anterior, o que importa observar é a política de interferência direta do governador impondo a renúncia forçada de líderes políticos locais para privilegiar outros grupos que estivessem mais consoantes com sua política administrativa. As fontes orais não concordam que a reação dos colonos foi causada somente pelos motivos elencados pelo jornalista. Muitos desses testemunhos ressaltam que não haveria grande coisa a reprovar na família que assumiu todos os cargos administrativos do município de uma só vez. O problema com a família Nunes parece estar no fato de que “vieram mandados”. Para o ethos político dessas comunidades, tal atitude representava uma enorme ruptura em comparação com a vivência política no interno das comunidades.

Um dos Nunes era o Sebastião. Era fiscal. Até me parece melhorzinho que os outros. Os outros também não eram ruins, mas vieram mandados. O Evaristo também, era um homem bom. Mas sair de lá e vir aqui tomar conta do município! Pegaram tudo: um era prefeito, um era fiscal, um era delegado, um

<sup>525</sup> Entrevista concedida por GHISONI, Celeste. Id., *ibid.*, p. 241.

<sup>526</sup> OLIVEIRA, João & BARRETO, Alexandre. *Op. cit.*, p. 12.

<sup>527</sup> Não confundir com “Evaristo de Souza Nunes”, seu filho, que exerceu o cargo de Superintendente do município de Orleans e foi o pivô da rebelião dos colonos.

<sup>528</sup> Entrevista concedida por NUNES, Sebastião. In DALL’ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p. 225.

era isto, um era aquilo. Empregaram todo mundo. Mandaram vir toda a família e empregaram todos.<sup>529</sup>

A decisão do governador, executada sem nenhum tipo de consulta à comunidade e desconhecendo totalmente o ethos político das mesmas, veio revelar a contradição entre a concepção da oligarquia e o modelo político que se gestava nas comunidades de imigrantes.

Essas populações carregavam como pressuposto de sua identidade a tradição e as estruturas nas quais foram criadas na Europa. Vinham de um continente onde haviam participado da desconstrução de uma concepção de mundo onde as tradições e as estruturas eram concebidas como estáticas, estabelecidos para sempre. As populações de imigrantes do sul catarinense estavam inseridas, em um processo mundial de construção de uma nova concepção de sujeito individual proposta pelos novos padrões de produção gerados pela revolução industrial. São duas culturas antropológicas com tempos diferentes, colocadas dentro de uma mesma realidade. O tempo diferente da Europa e da América luso-brasileira foram colocados dentro de um mesmo espaço geográfico. Se é concebível certa homogeneidade pelas características humanas comuns, de forma alguma o encontro de tempos históricos diferentes se dá de forma tão simplificada. O Renascimento, a Reforma Católica e Protestante, o liberalismo industrial, o processo de unificação nacional havia libertado a consciência individual das pessoas das instituições.

Muitos movimentos importantes no pensamento e na cultura ocidentais contribuíram para a emergência dessa nova concepção: a Reforma e o Protestantismo, que libertaram a consciência individual das instituições religiosas da Igreja e a expuseram diretamente aos olhos de Deus; o Humanismo Renascentista, que colocou o Homem no centro do universo; as revoluções científicas, que conferiram ao Homem a faculdade e as capacidades para inquirir, investigar e decifrar os mistérios da Natureza; e o Iluminismo, centrado na imagem do Homem racional, científico, libertado do dogma e da intolerância, e diante do qual se estendia a totalidade da história humana, para ser compreendida e dominada.<sup>530</sup>

Essa nova concepção de individualidade do sujeito, diante de Deus e diante do mundo, potencializava o conteúdo do ethos político dessas populações que para o sul catarinense vieram. Frisamos este aspecto pois já se falou muito das tradições alemãs e italianas a partir do ponto de vista de seu heroísmo e esforço para

---

<sup>529</sup> Entrevista concedida por GHISONI, Celeste. Id., *ibid.*, p. 228.

<sup>530</sup> HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro, DP&A, 2001. p. 25-26.

domesticarem a natureza, bem como de sua importância no processo de capitalização primária do sul catarinense que possibilitou o atual progresso econômico da região. Pouco, contudo, se analisa enquanto encontro de visões políticas diferentes. Não eram apenas pessoas que se encontravam. Eram duas cosmovisões, estilos de mundo, pré-compreensões da realidade política que se defrontavam.

Além disso, os imigrantes se depararam com um Estado em que estava acontecendo a gestação de uma identidade nacional e em nível mundial se estava propondo um novo conceito de pessoa, fortemente fundamentado no indivíduo, em suas capacidades pessoais, típica da moral burguesa propugnada pela revolução industrial, que desejava disciplinar um novo padrão de mão de obra: o operário que trabalha numa fábrica vendendo sua força de trabalho. Parodiando Thompson, a comunidade imigrante formou a si própria tanto quanto foi formada.<sup>531</sup>

Com isso não queremos afirmar que as populações imigrantes estivessem totalmente imbuídas desses paradigmas. Apenas que elas tinham uma caminhada cultural, onde tais paradigmas eram mais consoantes à sua compreensão de mundo. Mesmo porque, do ponto de vista antropológico, não é exigido que se tenha a consciência de certa influência cultural para agir de forma consoante. A prática humana é pré-conceitual. A consciência não fica raciocinando cada prática em particular para se decidir a agir. Reagimos em função das necessidades práticas do dia-a-dia, inconscientes de que elas se encaixam dentro de uma gramática mais profunda.

Em nível político, e é esse viés que nos interessa, percebemos nos colonos de Orleans que um novo paradigma estava presente como estofa não tematizado da prática dos revoltosos, ou seja, há a idéia de que é o sujeito individual, coletivamente organizado que irá definir os rumos do encaminhamento político das comunidades:

Meu mano estava mais influído na política. Mas o primeiro a ser preso fui eu. Meu irmão era o João Ghisoni. Éramos do lado do Governo, republicanos. Mas só meu pai era eleitor. A nós, ele não deixou votar. **Depois é que veio o Vidal Ramos e estabeleceu que só podia ser eleitor quem tivesse talão de imposto territorial.** Aí, sim. Orientados pelo padre, fomos a Tubarão, em quatro irmãos, qualificar-nos. Meus irmãos João e Antônio tinham estudado um pouco nos colégios de Brusque e Blumenau. Nós outros, o Pedro, o Ângelo, o José, éramos mais burros. Fizemos tanta dificuldade para nos qualificar eleitores e na hora da campanha vieram até na colônia, recolhendo

<sup>531</sup> THOMSON, E. P. **A formação da Classe Operária Inglesa – A maldição de Adão.** Volume II, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. p. 18.

até os empregados. Aí bastou um talão de fogão. Antes mesmo da eleição estragaram tudo.<sup>532</sup> (grifo nosso)

O esforço de toda a família “Ghisoni” para se “qualificar” conforme as exigências da lei eleitoral da época que exigia um “talão de imposto territorial”, mostra que para essas comunidades, o poder político tinha seu fundamento na decisão do sujeito. Diante de todo o esforço feito para se habilitar a votar, a comunidade se sentia traída pois, além de o presidente do Estado ter forçado a renúncia do prefeito legitimamente eleito para colocar outro de seu partido, “na hora da campanha vieram até a colônia, recolhendo até os empregados. Aí bastou um talão de fogão. Antes mesmo da eleição estragaram tudo”.<sup>533</sup> As vontades, as necessidades e os desejos da comunidade foram arbitrariamente negados, principalmente depois que “fizemos tanta dificuldade para nos qualificar eleitores”.<sup>534</sup> Além disso, depois da fraudulenta eleição entrou toda a família Nunes na composição dos cargos públicos do município. Assim se expressa um revoltoso: “A gente não gostou que fosse tudo entre eles, os Nunes: prefeito, delegado, fiscal...”<sup>535</sup>

No contexto da Velha República, principalmente na área rural, a justiça comumente era resolvida na base das relações “cordiais” entre os munícipes e os líderes políticos locais, invariavelmente conhecidos como “coronéis”. Tais práticas eram costumeiras em virtude da inexistência de um Estado central forte e organizado.

O chefe captava recursos necessários para a sobrevivência de seus dependentes e agregados, servia de árbitro nas questões entre eles e intervinha junto ao governo para obter favores. Em suma, o coronel desempenhava várias funções que num regime político mais evoluído seriam normalmente da responsabilidade do Estado.<sup>536</sup>

Essa exteriorização violenta dos imigrantes, sociologicamente falando, não é só fruto de um conflito econômico, mas tem também como base a internalização de um novo modo de pensar a atividade política. A externalização da revolta não pode ser interpretada apenas como um problema econômico ou como desabafo emotivo

<sup>532</sup> Entrevista concedida por GHISONI, Celeste. In DALL’ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p. 226.

<sup>533</sup> Id., *ibid.*, p. 226.

<sup>534</sup> Id., *ibid.*, p. 226.

<sup>535</sup> Entrevista concedida por CACHOEIRA, Ezequiel. Id., *ibid.*, p. 230.

<sup>536</sup> PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e Oligarquias 1889-1934**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979. p. 41.

da comunidade. Segundo Stuart Hall, o modo de pensar dos indivíduos de uma coletividade pode ser percebido por meio de processos coletivos.

Os indivíduos são formados subjetivamente através de suas participação em relações sociais mais amplas; e inversamente, do modo como os processos e as estruturas são sustentadas pelos papéis que os indivíduos neles desempenham. Essa 'internalização' do exterior no sujeito, e essa 'externalização' do interior, através da ação no mundo social, constituem a descrição sociológica primária do sujeito moderno e estão compreendidas na teoria da socialização.<sup>537</sup>

Na revolta em Orleans, não havia uma simples exteriorização de descontentamento emotivo, uma raiva coletiva circunstancial. É verdade que algumas testemunhas falavam de um descontentamento com certas práticas de cobrança de tributos municipais, conduzidas pela "família Nunes", depois que se colocou no poder de forma fraudulenta. Contudo, sempre associado ao fato de que a comunidade se sentiu humilhada pela forma com que o poder público do município foi apossado. "Por que os colonos agiram assim? A gente não gostou que fosse tudo entre eles, os Nunes: Prefeito, Delegado, Fiscal... Além disso eram valentes e mandavam mesmo. Cobravam os impostos pra valer".<sup>538</sup>

A referência à cobrança de tributos parece indicar que o problema se relacionava com a forma com que eram cobrados e não quanto ao direito de cobrar tributos. Não há absolutamente nenhum testemunho que afirme que o problema da revolta foi contra a legitimidade da cobrança de tributos. A expressão, "além disso eram valentes e mandavam mesmo" permite entrever certa forma truculenta de executar as cobranças que parece não levar em conta as dificuldades que alguns colonos teriam em pagar os tributos municipais e também o descontentamento com a falta de investimento da prefeitura em estradas que permitissem o escoamento da produção.

A maioria dos testemunhos, contudo, se refere ao desmando político iniciado pela renúncia forçada do prefeito legitimamente eleito. O descontentamento é articulado na compreensão dos atores do evento como um novo modo de conceber a prática política. "Fizemos tanta dificuldade para nos qualificar eleitores e na hora da campanha vieram até na colônia, recolhendo até os empregados. Aí bastou um

---

<sup>537</sup> HALL, Stuart. Op. cit., p. 31.

<sup>538</sup> Entrevista concedida por CACHOEIRA, Ezequiel. In DALL'ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p. 230.

talão de fogão. Antes mesmo da eleição estragaram tudo”.<sup>539</sup> A Concepção dos imigrantes entra em choque direto com o modo de praticar a política da Velha República. Ora, são essas relações sociais mais amplas das comunidades, coletivamente construídas desde suas pátrias de origem que exteriorizadas e recriadas na produção de um espaço ruralizado, em um ambiente marcado por uma tradição que não passou pelos eventos de unificação e revoluções liberais do século XVIII e XIX se objetivará numa revolta local. Há a necessidade de um novo contrato social. Se a etiologia cultural das comunidades imigrantes, em nossa interpretação, está sendo demasiadamente valorizada, guarde-se ao menos a relação fundamental que se intenta estabelecer: há tempos diferentes socializando-se na produção de um novo espaço. Acreditamos que as conseqüências dessa relação ainda não foram devidamente equacionadas.

Os revoltosos manifestaram um novo sistema de representação simbólica contraposto ao modelo brasileiro de tradição colonial, onde a lealdade e a identidade era dada pela família, ou por uma parentela estendida:

Mas sair de lá e vir tomar conta do município? Pegaram tudo: um era prefeito, um era fiscal, um era delegado, um era isto, um era aquilo. Empregaram todo mundo! Mandaram vir toda a família e empregaram todos. Talvez, nem eram prepotentes. O pior de tudo é o diz-que-diz-que. Como é? Vamos ficar embaixo dessa gente. Eles são isto, são aquilo! São gente que vem corrida de Curitiba porque fizeram bandalheira por lá.<sup>540</sup>

Esse tipo de atitude do poder político regional e local de se apossar do Estado como um bem particular, possui uma tradição secular desde o início do processo de colonização da América pelos portugueses.<sup>541</sup>

O poder – a soberania nominalmente popular – têm donos, que não emanam da nação, da sociedade, da plebe ignara e pobre. O chefe não é um delegado, mas um gestor de negócios, gestor de negócios e não mandatário. O Estado, pela cooptação sempre que possível, pela violência se necessário, resiste a todos os assaltos, reduzido, nos seus conflitos, à conquista dos membros graduados de seu estado-maior. E o povo, palavra e não realidade dos contestatários, o que quer ele? Este oscila entre o parasitismo, a mobilização das passeatas sem participação política e a nacionalização do poder “...” A lei, retórica e elegante, não o interessa. A eleição, mesmo

<sup>539</sup> Entrevista concedida por GHISONI, Celeste. Op. cit., p. 226.

<sup>540</sup> Id., ibid., p. 228.

<sup>541</sup> Essa afirmação genérica se embasa na leitura e reflexão da obra clássica de Sérgio Buarque de Holanda: **Raízes do Brasil**.

formalmente livre, lhe reserva a escolha entre opções que ele não formulou.<sup>542</sup>

Por isso, maior importância ainda adquire a revolta em Orleans, pois se revela como um ensaio daquilo que a Revolução de 1930, pelo menos para os ideólogos do movimento, intentava construir no país. Nesta micro-revolução local, manifesta-se o processo pelo qual as diferenças regionais, os interesses de famílias, o mandonismo local, a arbitrariedade política, enfim, tudo o que a historiografia brasileira sintetizou como a política das oligarquias, é minado por um novo modelo de relação entre Estado e sociedade. Este novo modelo propugnava uma separação entre público e privado. Segundo a tradição oral, a cidade de Orleans, ao contrário, desde sua ereção como sede do município homônimo, nasceu à luz de uma visão patrimonial.

Quem muito fez para Orleans foi José Thomaz da Silva, o Cazuza, que foi o primeiro prefeito. Era comerciante, vendia fazendas. No fim de seu mandato o Cazuza não deixou fazer eleição livre, mas fez eleição a bico-de-pena e soltou capangas para garantir. Foi morta uma pessoa na frente da Igreja. Avançaram na casa do Jovelino Nunes, mas este era brabo e saiu à rua trocando tiros com a polícia. Um policial ficou baleado e um capataz morreu.<sup>543</sup>

A oligarquia, enquanto força política fundamentada no poder familiar e econômico de um grupo, possui a tendência a interpretar o poder público como um poder privado. A referência de que “o Cazuza não deixou fazer eleição livre” mas eleição a “bico-de-pena”, bem como a colocação de todos os parentes da “família Nunes” para os cargos públicos municipais, é a expressão mais tradicional do poder oligárquico. Os elementos que deram origem à revolta em Orleans estavam presentes na tradição das comunidades que antecederam os imigrantes.

Um dos lugares comuns do secular debate sobre a relação entre a esfera do público e do privado é que, aumentando a esfera do público, diminui a do privado, e aumentando a esfera do privado diminui a do público; uma constatação que é geralmente acompanhada e complicada por juízos de valor contrapostos.<sup>544</sup>

<sup>542</sup> FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**. 2 volumes, Porto Alegre\São Paulo, Globo\Edusp, 1975. p. 748.

<sup>543</sup> Entrevista concedida por NUNES, Sebastião. In DALL'ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p. 225.

<sup>544</sup> BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade – Para uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000. p. 14.

A revolta em Orleans deflagrou uma crítica acirrada à mistura de esferas. “Orleans sempre foi muito politizada e o orleanense joga-se de corpo e alma numa campanha política, colocando a luta pelo sucesso do partido, muito acima de qualquer interesse público”.<sup>545</sup> A referência ao “partido” não deve ser anacronicamente entendida no sentido de um projeto político partidário, um conjunto de idéias que fundamentam ideologicamente um partido ou corrente política, mas sim os interesses ligados às famílias envolvidas entre os lados que se digladiam politicamente: “Toda essa guerra acontecia num mesmo partido, o Republicano. Havia muita rivalidade entre os políticos pretendentes à Prefeitura”.<sup>546</sup> Segundo a reflexão de Norberto Bobbio, o Estado não é patrimônio de uma família, ou pelo menos não pode sê-lo! Mesmo porque se se permitir que as funções públicas adquiram uma característica patrimonialista, é a esfera do público que estará perdendo. Os colonos tinham essa intuição enformando a prática revoltosa: “Mas sair de lá e vir aqui tomar conta do município! Pegaram tudo: um era prefeito, um era fiscal, um era delegado, um era isto, um era aquilo”.<sup>547</sup>

A revolta revela que havia grupos sociais em que já estava presente uma diferenciação clara entre aquilo que faz parte da comunidade coletiva e aquilo que é propriedade de alguém ou de um grupo. “Nosso partido tinha botado um prefeito em Orleans, o Galdino Guedes. Vieram os Nunes, tiraram ele, e empossaram o Evaristo Nunes. Isto sem eleição, sem nada. Aí os colonos se revoltaram. Ainda mais que eles tinham pegado todos os cargos”.<sup>548</sup>

Reforçando a reflexão de BOBBIO, quando o poder público foi privatizado, os colonos sentiram na pele a perda dos direitos individuais, manifestada para eles no ataque ao líder religioso da comunidade, Pe. Afonso Vergnano, que estava ligado ao prefeito que foi forçado a renunciar.

Foi nessa época que quiseram matar o Pe. Afonso, com um tiro no peito. Foi no trem. Naquela vez fomos na cadeia também eu e o João. Isto porque fomos fazer um abaixo-assinado para o Cônsul. Porque o padre era italiano e não podia ser preso. Ele tinha se salvado milagrosamente: atiraram e a bala pegou numa medalha, fez um dedal e correu para dentro da carteira do dinheiro. Aí o padre pegou o camarada, botou no meio dos bancos, pisou

<sup>545</sup> DALL’ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p. 220.

<sup>546</sup> LOTTIN, Jucely. Op. cit., p. 89.

<sup>547</sup> Entrevista concedida por GHISONI, Celeste. In DALL’ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p. 228.

<sup>548</sup> Entrevista concedida por GHISONI, Celeste. Id., *ibid.*, p. 226.

com os pés, fez um sinal no rosto que não sarou mais. Morreu com aquele sinal. Era um farmacêutico.<sup>549</sup>

O poder público, ilegítimo pois “empossaram o Evaristo Nunes, isto sem eleição, sem nada”,<sup>550</sup> descambou para a perseguição pessoal.

Começaram as arbitrariedades e as perseguições. O Pe. Affonso Vergnano, amigo de Galdino Guedes, foi agredido por um exaltado; recebeu um tiro à queima-roupa, tendo a bala varado a batina, resvalando em uma medalha de Nossa Senhora, que o reverendo trazia dentro de uma carteira, sobre o coração.<sup>551</sup>

A esfera pública estava sendo aviltada pelo loteamento de todos os cargos da prefeitura à família Nunes, ligada ao presidente do Estado, “sem eleição, sem nada” e com isso comprometendo seriamente as garantias individuais. A cotização dos diferentes testemunhos nos permite afirmar que a expressão “sem eleição, sem nada” foi um exagero retórico, típico da memória seletiva que intenciona defender seu ponto de vista. Eleições, de fato, houve. O que não houve foi a lisura do processo segundo o referencial político dos colonos.

Depois é que veio o Vidal Ramos e estabeleceu que só podia ser eleitor quem tivesse talão de imposto territorial. Aí, sim. Orientados pelo padre, fomos a Tubarão, em quatro irmãos, qualificar-nos. [...] Fizemos tanta dificuldade para nos qualificar eleitores e na hora da campanha vieram até na colônia, recolhendo até os empregados. Aí bastou um talão de fogão. Antes mesmo da eleição estragaram tudo.<sup>552</sup>

No contexto como um todo, essas comunidades perceberam que o poder público se tornou o patrimônio privado de algumas famílias nacionais. Em sua revolta, esses agentes sociais projetaram o paradigma moderno da diferenciação entre o público e o privado, cujo modelo oligárquico e patrimonialista não diferenciava claramente.

O controle político do município, por manipulação eleitoral, também era obtido através de outros métodos. Nenhum estado instituiu o sistema de nomeação nas primeiras constituições estaduais, mas como a política dos municípios tornou-se importante no cenário estadual, principalmente para o futuro do

<sup>549</sup> Id., *ibid.*, p. 226.

<sup>550</sup> Id., *ibid.*, p. 226.

<sup>551</sup> OLIVEIRA, João & BARRETO, Alexandre. Op. cit., p. 12-13.

<sup>552</sup> Entrevista concedida por GHISONI, Celeste. In DALL’ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p. 226.

partido que estava no poder, os governadores introduziram reformas administrativas visando fortalecer visões pessoais e partidárias.<sup>553</sup>

Na Velha República, a intervenção direta em governos estaduais e municipais não era uma novidade. Quando um governo local não pertencia mais ao mesmo partido do regional, ou quando o regional não pertencia mais ao mesmo grupo que comandava em nível nacional, houve muitas intervenções. Eufemisticamente a política da época chamava essas intervenções de “Salvações”, ou seja, o poder federal substituía à força uma oligarquia por outra que estivesse mais sintonizada com os interesses da oligarquia que comandava o poder federal naquele momento.

Para não parecer um ato demasiado violento, o governo federal justificava sua interferência agindo quando os conflitos das oligarquias dentro do estado da federação havia colocado dois candidatos confirmados por duas assembleias. Ou seja, uma eleição onde cada partido criou uma fraude onde ambos os partidos ganharam. Nesse caso, o governo federal interfere e “diploma” o grupo que lhe é mais conveniente. Essa “política salvacionista” foi especialmente deflagrada no período do Presidente Hermes da Fonseca que havia quebrado o pacto do café-com-leite ao ser eleito com o apoio do Rio Grande do Sul e dos demais estados fora daquele pacto. Grande ideólogo da “política salvacionista” foi o controvertido político gaúcho Pinheiro Machado.<sup>554</sup>

Portanto, a intervenção de Hercílio Luz em Orleans tinha sua tradição. Não foi apenas um ato pessoal autoritário. Refletia uma estrutura, uma lógica política do sistema oligárquico. A política dos governadores, idealizada por Campos Salles, havia dado um caráter de legalidade aos interesses políticos de certas forças regionais que almejavam o poder em seus estados. Para isso criou-se um mecanismo onde a diplomação dos eleitos nos estados da federação, para cargos federais, coincidia com o partido de quem tinha o poder em nível estadual. Só seriam “diplomados” os que se alinhavam com o poder nacional, regional e local. O governo federal não interferiria na política dos estados, desde que os representantes do estado, em nível federal, dessem apoio às políticas federais, que de fato, eram as

---

<sup>553</sup> PANG, Eul-soo. **Coronelismo e Oligarquias – 1889-1934**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979. p. 32.

<sup>554</sup> Cf. PEREGALLI, Enrique. O civilismo e as salvações. In MENDES JR. Antonio e MARANHÃO, Ricardo. **Brasil História: Texto e Contexto – República Velha**. São Paulo, Hucitec, 1989. p. 245.

políticas dos interesses das oligarquias paulista e mineira. Os outros eleitos sofriam a tradicional “degola”.<sup>555</sup>

Se atentarmos para o fato de que Orleans tornou-se município em 1913 por força de um decreto da oligarquia Ramos que, na época, estava sendo preterida em Tubarão, perceberemos que a ação de Hercílio Luz tem sua lógica política impecável dentro desse mecanismo que descrevíamos. Hercílio Luz, que pertencia à oligarquia urbano-mercantil era oponente da Família Ramos que pertencia à oligarquia urbano-pecuária.<sup>556</sup> Orleans, que havia sido elevada à condição de município pelos Ramos em 1913, por não se alinhar com os novos detentores do poder em nível estadual vai sofrer a intervenção direta do grupo capitaneado por Hercílio Luz. No jogo de poder estadual, quando em 1918 assume a presidência do estado, Hercílio Luz começa a configurar as bases municipais segundo os interesses políticos de seu grupo.

De fato, com a Proclamação da República e o novo status adquirido pelos estados federativos, ou seja, maior autonomia econômica e administrativa, “a política dos municípios tornou-se importante no cenário estadual, principalmente para o futuro do partido que estava no poder.”<sup>557</sup> Nem Tubarão, nem o governo estadual viam com bons olhos um Superintendente que estivesse do lado da ala do Partido Republicano que fazia oposição ao grupo liderado por Hercílio Luz. As forças políticas de Tubarão nunca perdoaram o apoio dado pela oligarquia dos “Ramos” à constituição do município de Orleans. Tubarão nunca admitiu perder o enorme quinhão tributário que representava a região do novo município. Nesse sentido, os interesses políticos do grupo hercilibista e das forças políticas de Tubarão se identificavam.

Como afirma um especialista no estudo das oligarquias brasileiras, “o controle político do município dependia também do tamanho, população e distância da capital do estado. As variações que cada estado adotava para definir o município refletiam a geografia econômica e os objetivos políticos do partido do governo”.<sup>558</sup> O objetivo de Hercílio Luz era homogenizar as bases municipais do estado ao seu projeto

---

<sup>555</sup> Cf. DEBES, Célio. **Campos Salles – perfil de um estadista**. vol. II, Rio de Janeiro, Francisco Alves\MEC, 1978. p. 465-468. Neste texto encontramos de forma bastante didática o mecanismo político da “Política dos Governadores” e principalmente a motivação de Campos Salles ao criar esse modelo.

<sup>556</sup> CORRÊA, Humberto Carlos. Op. cit. Desta obra, de fácil leitura e de cunho político, construímos a maior parte de nossas reflexões para a compreensão dos conflitos da política oligárquica regional.

<sup>557</sup> PANG, Eul-soo. Op. cit., p. 32.

<sup>558</sup> Id., Ibid., p. 33.

político. O processo iniciado por Hercílio Luz foi tão truculento no sul catarinense que, logo após sua morte em 1924,<sup>559</sup> o jornalista João de Oliveira, lança a obra, “O Ditador Catarinense”, “um forte libelo contra o regime de opressão e de tirania, contra a ignomínia do chicote e da palmatória, contra o aviltamento das funções públicas, da Constituição e das Leis.”<sup>560</sup>

Mas é importante lembrarmos que o Superintendente que foi obrigado a afastar-se, representava também uma família influente em nível local. Isso mostra que a reação dos colonos, se por um lado manifestava toda uma nova cosmovisão política, objetivamente, dentro das condições concretas em que se deram, estavam apoiando o grupo que foi alijado do poder. “O movimento contra os Nunes partiu de lá nas Furnas, comandada pelo Galdino Guedes e por João Frederico. Principiaram desde Grão Pará. Pegaram meu mano também, o João. Nós morávamos mais perto de Orleans. Eles nos atiçavam e nós agüentávamos o galho”.<sup>561</sup> Para o âmbito de nosso estudo, nos basta inferir que na revolta, independente de até se tornarem inocentes úteis dentro da lógica política oligárquica, o grupo de colonos manifestaram a consciência de que deve haver uma separação clara entre o público e o privado. Para os revoltosos, a família se encontra no âmbito do poder privado. Logo, a “família Nunes” não poderia se apossar de todos os cargos públicos municipais como se fosse um bem particular.

Com a insistência do Superintendente em não renunciar, dirigiu-se para Orleans um representante direto de Hercílio Luz, seu genro, numa típica atitude do mandonismo regional de família oligárquica. Também foi enviado um chefe policial para forçar definitivamente a saída do Superintendente de Orleans.

Logo veio o genro de Hercílio Luz, Joé Collaço, junto com o capitão Ferreira. Obrigaram o Galdino a renunciar: isto em 01 de setembro de 1920. A superintendência passou, após eleições fraudulentas, para Evaristo Nunes. Arbitrariedades, impostos e contribuições exagerados.<sup>562</sup>

O fato de a força militar ser usada, num primeiro momento, para forçar a renúncia do prefeito, e num segundo momento, para defender a posse privada de

<sup>559</sup> Dois anos antes do término de seu mandato.

<sup>560</sup> SACHET, Celestino e SACHET, Sérgio. Op. cit., p. 273.

<sup>561</sup> Entrevista concedida por GHISONI, Celeste. In DALL'ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p. 226

<sup>562</sup> DALL'ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p. 223.

um bem público, atacando os colonos que se revoltaram, torna ainda mais escandaloso, para essas comunidades, a compreensão do poder político contra o qual o levante quer resistir.

Mesmo optando por uma interpretação que sobrevalorize o confronto de dois paradigmas políticos como geratriz da revolta civil em Orleans, a análise ficaria fragilizada se não a situássemos, ao menos de forma sumária, dentro de uma estrutura econômica.

Com isso queremos também ressaltar que a revolta civil armada se situava contra um modelo político cuja raiz econômica não era dada localmente. A política oligárquica era fruto em última instância de um modelo econômico baseado em grandes propriedades agrárias, cuja produção estava essencialmente voltada para o mercado externo, modelo este gestado desde o período colonial.

Quanto às conseqüências desta estrutura econômica para as relações políticas, em sua viagem à Província de São Paulo às vésperas da Independência, Saint-Hilaire escrevia, “os habitantes não tinham opinião política formada, que eles divergiam não por motivos ideológicos, mas pelas rivalidades entre as cidades, ódios de família e preferências individuais”.<sup>563</sup> O que prevalecia era a vontade das famílias abastadas da região, expressa pela vontade dos líderes locais, e não uma plataforma política, um programa de idéias, que geralmente eram desconhecidos. Um dos grandes subprodutos da política oligárquica foi não criar projetos políticos nacionais por estar mais envolvida com questões políticas que se davam em nível regional e local. A política oligárquica foi essencialmente fragmentadora do espaço, gerando uma feudalização do poder político.

A existência de grandes propriedades agrárias, cuja produção está voltada para o mercado externo, é a matriz estrutural da política oligárquica, que se espalhou durante o Império e República em todas as estruturas de administração da máquina pública. Em seu estudo sobre o sistema administrativo brasileiro por ocasião da Proclamação da República CUNHA nos lembra:

A declaração no novo regime político, por certo não tivera o condão de transformar a ordem política do país, nas suas bases sociológicas, e, nem sequer, nas suas bases jurídicas, já que grande parte da legislação e das instituições governamentais que o país criara durante o Império, especialmente durante o Segundo Império, continua em organizações

---

<sup>563</sup> HILAIRE, Saint. Apud MOTA, Carlos Guilherme. **1822- Dimensões**. São Paulo, Perspectiva, 1986. p. 343.

políticas mais amplas, de domínio regional, sob o beneplácito, se não do estímulo, do governo monárquico, prosseguem sua evolução (é o caso do domínio dos coronéis), durante a Primeira República (a que se prolonga até 1930). [...] **A República tem o condão de reconhecer mais abertamente o poder destes; de certo modo o federalismo tal como entendido e efetivamente praticado significa o processo pelo qual se fortaleceu e surgiu à plena luz o poder das oligarquias regionais.**<sup>564</sup> (grifo nosso)

Há uma vinculação umbilical entre a estrutura econômica e o modelo político que o mantém, e ao mesmo tempo é mantido por ele. Apesar de todas as críticas que se fazem ou se possam fazer ao mecanicismo do esquema Infra-estrutura e Superestrutura da teoria marxista, não se pode negar que a historiografia, levando em conta as ressalvas devidas, incorporou o fato de que as estruturas políticas de uma determinada sociedade estão estreitamente ligadas ao modo com que essa mesma sociedade organiza suas forças produtivas.<sup>565</sup> E isso, não só no sentido de que o modo de produção condiciona uma estrutura política, como instituições de direito positivo para balizar esse poder, mas sim que cria todo um poder simbólico que comunica o tipo de configuração política daquela sociedade como uma realidade natural. A dinâmica ideológica está estruturalmente presente. “As ideologias, por oposição ao mito, produto coletivo e coletivamente apropriado, servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo”.<sup>566</sup> A revolta civil em Orleans demonstra que de forma alguma os imigrantes viam o modelo político de seu município como “representando os interesses universais comuns aos conjunto do grupo”. Eles tinham outros paradigmas e a reação do grupo reflete essa nova pré-compreensão.

E é exatamente nesse ponto conflituoso que a revolta civil armada dessa população representa não apenas a instauração pública e comunitária de um descontentamento político, mas a revelação de que o sistema simbólico por traz da política oligárquica, não estava conseguindo reproduzir a ideologia de que a oligarquia era um sistema natural, e que os seus interesses eram os interesses da maioria.<sup>567</sup> As armas em punho revelam de forma exaltada que, pelo menos em

<sup>564</sup> CUNHA, Mário Wagner da. **O sistema administrativo brasileiro**. Rio de Janeiro, s.e.,1963, p. 15-16.

<sup>565</sup> Cf. HOBBSAWM, Eric. **Sobre a História**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998. p. 171.

<sup>566</sup> BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000, p.08.

<sup>567</sup> Desenvolvemos com maior profundidade as dificuldades de reprodução do universo simbólico da política oligárquica entre os imigrantes a partir da idéia de ruralização dessas comunidades, bem como pela organização religiosa estruturada através das capelas, no Capítulo III – “A produção do espaço e as relações de poder” e no Capítulo IV – “A formação étnico cultural e as relações de poder”.

nível local, havia uma contradição entre o Estado e a sociedade como era percebida por eles.

O modelo de política oligárquica se espalhava por todas as regiões do Estado brasileiro, mesmo em lugares cuja estrutura econômica não lhe permitiria funcionar, como é o caso da estrutura de produção baseada em pequenas propriedades na região sul catarinense. Se um sistema simbólico se espalha em contextos cuja base material não lhe dá condições de possibilidade de existência, isso demonstra que o poder simbólico desse modelo político tinha uma força que ia além da própria estrutura econômica, pois se reproduzia mesmo fora de sua condição material tradicional. Ora, no sul catarinense, cujo modelo de produção era feito em pequenas propriedades, as populações imigrantes tiveram que conviver com um modelo político típico do latifúndio agro-exportador, modelo este que em seus fundamentos pertence a outras regiões do continental espaço brasileiro. Era o sistema simbólico que o mantinha e não a estrutura econômica. O fato de ser um sistema simbólico que naturalizava a política oligárquica neste espaço específico, só vem mostrar a força dessa estrutura de representação social que se manifesta através da religião, língua, costumes, valores, etc., mantendo uma modalidade de política em lugares que nem sempre havia mais as condições econômicas que davam sustentação a essa mesma modalidade de configuração política.<sup>568</sup>

Os símbolos são os instrumentos por excelência da 'integração social': enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação, eles tornam possível o consensus acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração lógica é a condição da integração moral.<sup>569</sup>

No município de Orleans, a política oligárquica era naturalizada via universo simbólico e não via estrutura econômica, pois no sul catarinense as pequenas propriedades não criavam as condições objetivas de reprodução dessa estrutura política. O sistema simbólico que mantém esse tipo de sociedade não é apenas criador de uma identidade social, o lado positivo do conceito de cultura, mas exerce fundamentalmente uma função política. Segundo o discurso de Bourdieu, a tradição marxista privilegia as funções políticas dos sistemas simbólicos em detrimento de sua estrutura lógica e da sua função gnosiológica. O contexto do município de

<sup>568</sup> As intuições desses parágrafos provém fundamentalmente do capítulo "Sobre o poder simbólico" in BOURDIEU, Pierre. *Id.*, *ibid.*, p. 7-15.

<sup>569</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 10.

Orleans em 1923 endossa particularmente essa tradição marxista, enquanto, de fato, o sistema simbólico teve uma função prevalentemente política para os grupos nacionais, não repercutindo tanto em nível cultural e identitário nas famílias dos imigrantes. Mesmo porque, nesse período, os imigrantes falavam naturalmente a sua língua. Ressaltamos esse particular pois o poder simbólico e seu conteúdo ideológico é essencialmente mediatizado pela linguagem. A linguagem oferece um sistema de conceitos e imagens que passam a cada pessoa o modo como ela deve ver e interpretar o que está vendo, ouvindo ou mesmo lendo.<sup>570</sup>

Portanto, como as comunidades não consideravam “natural” o modelo de estrutura política local, a revolta civil em Orleans estava de fato atacando localmente, apenas a expressão política de algo mais profundo e com uma longa história: a estrutura econômica produtiva a partir de grandes propriedades. Em Orleans, em nível de estrutura econômica, estava se gerando um excedente produtivo, fundamentalmente com mão de obra familiar e a partir de pequenas propriedades. Havia, portanto, em nível regional, uma estrutura econômica que não era comum às demais regiões do país. Se a política oligárquica tinha coerência nacional pelo fato de a base produtiva brasileira ser predominantemente construída a partir de um modelo latifundiário agro-exportador, o sul catarinense estava gerando uma contradição interna, pois se por um lado, ali chegava o modelo de política predominante no país, por outro lado, em nível local, o sistema fundiário não seguia esse padrão nacional, não dando fundamentação material ao sistema político local.

A revolta dos pequenos produtores de Orleans revela que a política local não passava de uma ficção social. Existia sem uma infra-estrutura econômica condizente. A política local era fruto de uma certa inércia das estruturas políticas predominantes no país. Refletia as condições econômicas e políticas da maior parte do território brasileiro, mas não possuía base econômica que a justificasse localmente. A revolta civil armada dos colonos se enraíza na construção de um novo ethos político-social, a partir de um novo modelo de organização econômica do espaço.

De fato, só o efeito inercial de certas estruturas políticas somado aos interesses das famílias oligárquicas local e regional, poderia fazer conviver um

---

<sup>570</sup> Cf. Id., *ibidem*. O primeiro capítulo foi fundamental para nossa reflexão entre a relação das comunidades imigrantes falarem a língua natal e as conseqüências que isso provocava em relação à possibilidade de ficarem imunizados do mundo simbólico da política oligárquica por não haver a mediação da linguagem, essencial nesse processo.

modelo político, cujo fundamento econômico em nível local não lhe tinha sustentação alguma. Generalizando ao máximo, numa modulação típica dos manuais didáticos de História, em nível de comparação poderíamos dizer que foi exatamente o surgimento de um outro modelo econômico, ou seja, do industrial, e a incompatibilidade de um sistema de Estado que favorecia a agricultura em detrimento dessa nova força produtiva, que levou à ruptura de 1930. No dizer sintético de Basbaum, “Que houve pois em 1930? A substituição de um setor das classes dominantes por outro”.<sup>571</sup>

A deposição do prefeito que fora imposto pelo governador do Estado, a repressão política da polícia estadual, as prisões em Florianópolis, as perseguições, a palmatória, enfim, toda a ação e reação que envolveu a revolta dos colonos, singular em sua complexidade, estava se contrapondo a um modelo estrutural de organização do Estado brasileiro organizado localmente através da posse privada dos cargos públicos da prefeitura de Orleans.

Por isso, por mais bem intencionados que fossem os revoltosos em seu afã de recolocar o prefeito anterior em sua função, “Tudo na calma. O povo ocupando todas as ruas”,<sup>572</sup> não seria um simples movimento de vontade coletiva local que iria desestruturar um modelo que se encontrava “dentro de uma delimitação estrutural que é produto da história anterior”.<sup>573</sup>

Em cada momento da história, as lutas sociais que determinam a configuração da sociedade de que se trate, incluindo **os aspectos mais conscientes e voluntários de tais lutas, não se travam num vazio, livre de determinações, mas pelo contrário dentro de uma delimitação estrutural que é produto da história anterior** e não pode ser transformada radicalmente in totum por simples atos de vontade.<sup>574</sup> (grifo nosso)

Fica explícito que o modelo sul catarinense estruturado a partir de pequenas propriedades se incompatibilizava com o modelo oligárquico tradicionalmente exercido pelas famílias da região. Quando então “Vieram os Nunes, tiraram ele, e empossaram o Evaristo Nunes. Isto sem eleição sem nada. Aí os colonos se

<sup>571</sup> BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República – de 1889 a 1930**. São Paulo, Alfa-Omega, 1975. p. 293.

<sup>572</sup> Entrevista concedida por CACHOEIRA, Ezequiel. In DALL’ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p. 228.

<sup>573</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion. **Uma introdução à história**. São Paulo, Brasiliense, 1982. p. 37.

<sup>574</sup> Id., *ibid.*, p. 37.

revoltaram. Ainda mais que eles tinham pegado todos os cargos”.<sup>575</sup> O ethos político gerado nessa região não aceitava mais um tipo de ação política “sem eleição sem nada (...) ainda mais que eles tinham pegado todos os cargos”.<sup>576</sup>

Temos, portanto, em nível de história local, uma antecipação da própria revolução de 1930. Quando o poder agrário paulista quebra o acordo da política do café-com-leite e impõe novamente outro candidato paulista, em detrimento de um candidato mineiro, todo o problema de cunho estrutural, que superava em muito o acordo entre paulistas e mineiros vem à tona. Se aquele momento de impasse entre a oligarquia paulista e mineira para indicação de um novo candidato a Presidente foi o estopim da ruptura de apoio do Estado brasileiro ao setor agrário-exportador para começar a dar apoio às novas forças produtivas, ou seja, à burguesia industrial nacional, da mesma forma, a deposição e imposição pelo Presidente do Estado de um novo prefeito, revelou que a estrutura econômica sul catarinense não se adequava mais à política oligárquica local.

De fato, “Orleans já teve um tempo perigoso”.<sup>577</sup>

---

<sup>575</sup> Entrevista concedida por GHISONI, Celeste. In DALL’ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p. 226

<sup>576</sup> Id., *ibid.*, p. 226.

<sup>577</sup> Entrevista concedida por CACHOEIRA, Ezequiel. Id., *ibid.*, p. 230.

## CONCLUSÃO

De tudo o que foi reconstruído, analisado e interpretado a partir dos objetivos propostos na introdução desse trabalho, podemos concluir que a revolta civil armada em Orleans no ano de 1923, já nos estertores finais da Velha República é a expressão histórica do confronto de dois paradigmas políticos construídos a partir de dois modos diferentes de socialização no espaço da Colônia Grão Pará.

Como o espaço geográfico foi produzido fundamentalmente de uma forma rural, com pouco acesso dos imigrantes aos mecanismos institucionais de poder político, os sistemas simbólicos, enquanto instrumentos estruturadores de comunicação, não conseguiram cumprir sua função de instrumentos de imposição e de legitimação da dominação dos nacionais que possuíam o poder político a partir dos principais centros urbanos na região sul catarinense nesse período. A produção do espaço, de certa forma, criou uma ruptura entre os produtores do poder simbólico e os grupos que deveriam ser catequizados por esse mesmo poder. As estratégias de controle, entendidas como a soma das formas de um agente social levar uma pessoa ou grupo a pensar, sentir ou agir de um modo que nem sempre agiria espontaneamente, ficaram sem mecanismos para realizar esse controle, tanto pela diferença de língua, como pela configuração rural do espaço de moradia dos grupos sociais imigrantes.

Outra constatação importante que a pesquisa nos permitiu inferir foi o fato de que a política oligárquica tinha coerência nacional pelo fato de a base produtiva brasileira ser predominantemente construída a partir de um modelo latifundiário agro-exportador. Contudo, a organização política do município de Orleans não possuía a base econômica que a justificasse localmente. Dessa forma, no contexto da região de imigração do sul catarinense, criou-se uma contradição interna, pois se por um lado, ali chegava o modelo de política predominante no país, por outro lado,

em nível local, o sistema fundiário não seguia o padrão nacional. A política local era fruto de uma certa inércia das estruturas políticas predominantes no país. Isso fez com que, mesmo não existindo base econômica para tal, a política local refletisse as condições políticas da maior parte do território brasileiro: as famílias oligárquicas do sul do estado de Santa Catarina se articulavam com as famílias que comandavam o poder político em nível estadual. Por tudo isso, a ação e reação que envolveu a revolta civil armada no município de Orleans, no sul de Santa Catarina, em sua singular complexidade refletia o conflito entre um modelo estrutural de organização do Estado brasileiro daquele momento histórico.

Podemos inferir que o tempo longo subjacente à prática oligárquica continuava presente em Orleans, como em todo o território nacional. Enquanto a maioria dos brasileiros acordava, trabalhava e morria dentro de uma estrutura fundiária agro-exportadora na mão de uma pequena oligarquia, enquanto esse tempo longo e lento produzia uma política regionalizada, voto cabresto, mandonismo local, fraude eleitoral, a revolta civil em Orleans apontou para o nascimento de um novo tempo. Numa pequena cidade do sul catarinense, o tempo longo da política oligárquica que havia deixado na máquina pública municipal elementos de sua lógica de funcionamento, foi alvejado por um evento pequeno e local, mas ao mesmo tempo revelador de que o tempo longo da civilização material brasileira daquela época, começava a dar seus sinais de fraqueza. A singularidade da revolta civil se encontra exatamente por revelar que as pessoas não acordam, nem trabalham, nem morrem num mesmo tempo homogêneo. Nenhum sistema funciona sem curtos circuitos. No grande cenário brasileiro já há contradições brotando aqui e ali revelando o calcanhar de Aquiles do sistema político oligárquico. Se é verdade que a revolta civil armada em Orleans não teve repercussão nacional, naquele sentido tradicional que se costumava dar aos fatos históricos nos livros didáticos, ao menos para um grupo social específico houve o intencional desejo de querer mudar a temporalidade sob a qual viviam. É óbvio que enquanto atores do processo não tinham a consciência do fato como o descrevemos aqui. Mas em nenhum momento isso diminui a importância da revolta civil em si mesma.

Se de um lado, tradicionalmente a historiografia reclamou de que a narração de tantos eventos singulares havia levado a esquecer que por baixo deles há um tempo longo, estruturando, como que numa tessitura, os eventos da superfície, agora, ao contrário, um evento da superfície começa a revelar que o tempo longo

não está mais conseguindo estruturar a superfície como um todo. A revolta permite perceber que se está construindo em pequenos bolsões desse tempo longo brasileiro, novas temporalidades. Só por essa constatação a revolta civil armada em Orleans já teria adquirido o status de evento importante para a historiografia local e regional.

Nessa perspectiva de leitura braudeliana, a revolta civil no município de Orleans em 1923 aponta para o fato de que está nascendo uma nova “civilização” material.<sup>578</sup> É uma febre em um corpo que não morre por causa dela, mas revela que o organismo não se encontra mais em sua harmonia funcional de longa duração. Estamos diante de uma irrupção, cujo desconhecimento historiográfico é fruto de uma concepção de fato histórico como agente de mudança e não como evento-dianóstico. Acreditamos que, principalmente do ponto de vista da história política, há eventos cuja importância não está tanto ligada ao que ocasionam mas ao que revelam à luz do tempo longo em que estão situados. Há eventos cuja repercussão cria uma cadeia de causalidades, como a Revolução Francesa, por exemplo. Há eventos, ao contrário, que não criam consequências maiores para os rumos da história como um todo, como de fato foi a revolta civil armada de colonos de uma região de imigração no sul de Santa Catarina. Mas são importantes enquanto balizam, revelam e diagnosticam um mal estar latente na estrutura.

O fato de que o modelo de organização política da região da Colônia Grão Pará não era coerente com a estrutura material da mesma, se torna então um dado a mais para confirmar que o tempo longo do modelo monocultor de exportação brasileiro, manifestado em nível de superestrutura numa política de caráter oligárquico, estava sendo implodido na periferia do sistema, por uma nova organização material, nascida sob a tutela da pequena propriedade, cujos atores exigiam um novo ethos político.

A título de analogia entre o micro e o macro, a revolta civil em Orleans se torna em nível de história local uma antecipação da própria revolução de 1930. Quando o poder agrário de São Paulo quebra o acordo da política do café-com-leite

---

<sup>578</sup> Mais do que efeito retórico, a expressão aqui foi propositadamente escolhida para fazer referência a zonas da economia que não se enquadram na economia de mercado, mas funcionam na periferia do sistema, como acreditamos perceber na área da Colônia Grão Pará, que se tornou o território do município de Orleans. “Imagino que mais dia menos dias acabaremos por encontrar uma etiqueta mais adequada para designar esta infra-economia, esta outra metade informal da atividade econômica, a da auto-suficiência, da troca dos produtos e dos serviços num raio muito curto”. In BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo – Séculos XV e XVIII – As estruturas do cotidiano**. São Paulo, Martins Fontes, 1998. p. 12.

e impõe outro candidato paulista, em detrimento de um candidato mineiro, todo o problema de cunho estrutural, que superava em muito o acordo entre paulistas e mineiros vem à tona. Se aquele momento de impasse entre a oligarquia paulista e mineira para indicação de um novo candidato a Presidente da República, dito de forma genérica, foi o estopim da ruptura de apoio do Estado brasileiro ao setor agrário para começar a dar apoio às novas forças produtivas, ou seja, à burguesia industrial nacional, da mesma forma a deposição e imposição pelo governo do estado catarinense de um novo Superintendente para a cidade de Orleans, revelou que a forma de relações de poder político no sul catarinense não se adequava mais à estrutura econômica, social e cultural ali gestadas.

Seria demasiado simplista situar a revolta dos imigrantes somente a partir de uma visão de tempo curto, como se a articulação das estruturas de poder, que levavam às disputas acirradas entre as famílias detentoras do poder local, fosse fruto de conflitos surgidos a partir da entrada dos imigrantes. Potencialmente, na estruturação do poder na região já estavam latentes as condições que deflagraram a revolta. Essas estruturas mentais e sociais vão revelar o seu caráter explosivo quando o aumento populacional, provocado pela chegada dos imigrantes, exigir que essas estruturas sejam pensadas com e através de outros atores sociais: os imigrantes.

Portanto, a revolta dos imigrantes, do ponto de vista de um tempo longo, é o confronto contra uma estrutura de séculos que, articulada culturalmente, se impregnou nas relações de poder do vale do Rio Tubarão. São práticas que se objetivaram de uma mentalidade construída à luz do interesse de famílias, de interesses pessoais, de uma compreensão patrimonialista do Estado.<sup>579</sup> Essas estruturas mentais, que possuem uma longa persistência social e uma enorme resistência às mudanças sobreviveram e estão dando os seus últimos suspiros no contexto de mudanças a partir da colonização dessa região.

Aproveitemos a conclusão para antecipar uma objeção. Por que não se veria no atual contexto do município de Orleans uma maior consciência política se houve

---

<sup>579</sup> Para essas objetivações práticas de um mentalidade, Pierre Bourdieu utiliza a noção de “habitus”; com esse conceito quer expressar a propensão dos membros de grupos sociais para selecionar respostas de um repertório cultural particular, de acordo com as demandas de uma situação específica. Dessa forma, não reduz a ação humana a simples ato mecânico das condições materiais. As condições materiais certamente influenciam a prática, mas não de forma determinística pois não gera um ato mecânico, mas um repertório cultural. No final quem vai escolher dentre as possibilidades do repertório será o sujeito em cada caso. Esse conceito permite ao historiador reconhecer a extensão da liberdade individual dentro de certos limites estabelecidos pela cultura.

a criação de uma peculiar cosmovisão política, coluna vertebral de toda a articulação narrativa deste trabalho? Em relação a isso lembremos que a política do Estado brasileiro para com os imigrantes após a 'Revolução de 30' é um verdadeiro divisor de águas para a compreensão do ethos político dessas comunidades. A análise de documentos e testemunhos citados nesta pesquisa nos permite inferir que algo de novo estava sendo construído. Contudo, se a estrutura do Estado brasileiro, no processo de nacionalização dessas comunidades, aos poucos "aculturou" esses elementos políticos pela força, a partir do momento "que o expansionismo germânico [...] tornou-os ameaçadores",<sup>580</sup> isso compete a outros justificar. Como historiador não podemos olhar o tempo e desprestigiá-lo porque não se manteve "elementos" daquele tempo no tempo presente. Ao contrário, mais que negar o passado que não criou tradição política, cabe estudar para saber como esse ethos foi subjugado no processo de formação do Estado nacional.

Esse, de fato, é um assunto complexo. No Império o Barão de Cotegipe, ao saber através do Visconde de Taunay que as atas de muitas Câmaras Municipais em Santa Catarina eram escritas em alemão, afirmou no Senado que já estava na hora de que essas pessoas saibam porque isto aqui é Brasil, e não Alemanha. Na República, Silvio Romero fez advertências contra o perigo das áreas de imigração, principalmente no sul do país em sua obra "O Alemanismo no Sul do Brasil: seus perigos e Meios de os conjurar". O medo desses enclaves estrangeiros em território nacional, principalmente no sul do país, gerou uma verdadeira paranóia nos meios políticos, exigindo que o Estado brasileiro controlasse melhor essas comunidades e as inserisse num projeto nacional. E, neste processo, foi de roldão os imigrantes em geral e não apenas os de origem alemã. Infelizmente, a inserção dessas comunidades fez-se lastreada por uma ideologia autoritária, a do Estado Novo, onde a compreensão da inserção foi reduzida a uma igualização cultural. Não se concebia claramente a idéia de uma pátria pluricultural. Foi uma pena. Houve um verdadeiro abrasileiramento forçado dessas comunidades.<sup>581</sup>

Contudo, não se pode pensar que essa política era só voltada para os imigrantes. A idéia de que a República Velha tinha criado uma feudalização política

---

<sup>580</sup> RODRIGUES, José Honório. **Aspirações Nacionais – Interpretação histórico política**. 3ª ed., São Paulo, Fulgor, 1965. p. 108.

<sup>581</sup> Sobre a necessidade de prestar atenção para as comunidades de imigrantes no sul do país, que, como enclaves das nações imperialistas da Europa e da Ásia, poderiam colocar em risco a soberania nacional, conferir o capítulo "Aculturação e Nacionalização dos Imigrantes". RODRIGUES, José Honório. Op. cit., p. 106-113.

do Brasil contagiou o pensamento político dos grupos que tomaram o poder depois de “Revolução de 30”. Dessa forma, o controle dos “quistos” coloniais deu-se no bojo de um processo de centralização do Estado brasileiro e de controle político da União sobre as oligarquias regionais. O problema era a concepção das funções do Estado nascidas da “Crise de 1929” e de uma imagem de nacionalidade, e não uma repressão a alguns grupos por serem etnicamente diferentes. A questão era política de Estado e não repressão de fundo étnico. É importante essa matização para não interpretarmos a ação contra as comunidades dos imigrantes desvinculada da criação de um projeto de nação subjacente à intelectualidade e aos políticos que tomaram as rédeas da revolução de 30.

Temos plena consciência de que estamos dando um tecitura que em nenhum momento foi pensada diretamente pelos atores. Mas em nenhum momento isso significa admitir uma ficção ao modo literário. Na verdade, os atores históricos ao viver suas experiências imediatas dentro de uma relação de causalidade ligada aos seus interesses, permitem desvelar o a-tematizado, o não dito, tal qual a estrutura de uma língua que não é pensada, mas guia automaticamente o processo da fala.

O que nos interessa é alcançar a veracidade e não “a verdade”. Houve de fato a pretensão de nos aproximarmos do evento com uma tecitura que se pretende veraz a fim de dar inteligibilidade à revolta social dos imigrantes; arrancar um configuração que ofereça um sentido do todo, no intento apontado por Ricoeur:

Uma história, por outro lado, deve ser mais que uma enumeração de eventos numa ordem serial, deve organizá-los numa totalidade inteligível, de tal sorte que se possa sempre indagar qual é o tema da história. Em resumo, a tessitura da intriga é a operação que extrai de uma simples sucessão uma configuração.<sup>582</sup>

A “configuração” de Paul Ricoeur é a modalidade de explicação que tentamos oferecer neste trabalho. Procuramos extrair dos fatos uma “totalidade inteligível”. A “simples sucessão” já estava presente; a configuração é o novo que pretendemos oferecer na tecitura aqui construída. Houve a pretensão de que em nossa narrativa aparecessem os componentes factuais a partir de um enfoque novo, pois “compreender a história é compreender como e porque os episódios sucessivos

---

<sup>582</sup> RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. Tomo 1, Campinas –SP, Papirus, 1994. p. 103.

conduziram a essa conclusão, a qual, **longe de ser previsível, deve finalmente ser aceitável como congruente com os episódios reunidos**".<sup>583</sup> (grifo nosso)

Se foi congruente ou não, a historiografia regional terá que exercer seu papel crítico. Dessa forma, a atividade configurante é nossa e está aberta às críticas e revisões. O aspecto episódico sempre estará aí, aberto a novas configurações. O tempo que estamos oferecendo não é nem só o tempo episódico, nem uma ficção desmiolada. Usando a terminologia de Ricoeur, "é o tempo narrativo que faz a mediação entre o aspecto episódico e o aspecto configurante".<sup>584</sup> É no tempo narrativo, aqui mediado, que tivemos a possibilidade de conduzir os aspectos episódicos da revolta dos imigrantes a uma totalidade conclusiva. Entenda-se 'conclusivo' não como um único ponto de vista possível, uma espécie de "verdade" do tempo do evento, mas simplesmente como uma leitura 'aceitável' e 'congruente'.

Isso se tornou um processo incrivelmente instigante e produtivo, pois no ato de dar uma roupagem de prosa histórica ao evento, objeto deste trabalho, de antemão temos consciência de que a configuração que oferecemos carrega um caráter eminentemente temporal: outro poderá produzir um discurso histórico diferente deste mesmo evento. Contudo, jamais poderá fazê-lo sem referir-se à "configuração" que ora construímos. Se, por um lado, é verdade que nosso discurso é temporal, por outro é criador de uma tradição explicativa, pois não se poderá reescrevê-lo sem referir-se a este trabalho para justificar uma possível reescritura. Nosso trabalho, portanto,

[...] constituiu-se numa história que tem todas as características de uma tradição! Entendemos por isso não a transmissão inerte de um depósito já morto, mas a transmissão viva de uma inovação sempre suscetível de ser reativada por um retorno aos momentos mais criadores de fazer poético. Assim compreendido, o tradicionalismo enriquece a relação da intriga com o tempo com um traço novo.<sup>585</sup>

De fato, temos a pretensão de estar criando uma tradição para a história local da região de imigração da Colônia Grão Pará através da esquematização de uma tecitura nova para os eventos ocorridos naquele ano de 1923. Obviamente que hoje, ao darmos um delineamento temporal e explicativo aos elementos da revolta dos

---

<sup>583</sup> Id., *ibid.*, p. 105.

<sup>584</sup> Id., *ibid.*, p. 106.

<sup>585</sup> Id., *ibid.*, p. 107.

imigrantes, sabemos que o resultado foi violento e as conseqüências psicológicas e políticas para essas famílias repercutiram durante muitas décadas.

A geração toda quase se extinguiu mas depois de mais de sessenta anos a brasa é sempre soprada em época de campanha política, para atiçar os ardores partidários. Desapareceram as pessoas, desapareceram os responsáveis, desapareceram os partidos. Assim mesmo, ainda em 1984 alguém alertou-me: ‘E, vai escrever sobre a palmatória? Tenha muito cuidado.’<sup>586</sup>

Portanto, o objetivo maior da revolta que era se colocar contra o mandonismo local mancomunado com o poder regional e do estado catarinense, teve um certo caráter de ingenuidade. Certamente os imigrantes e seus descendentes não tinham noção do grau de estruturação da organização política que enfrentavam ao forçarem a deposição do Superintendente local. Ressaltamos isso para deixar claro que a elaboração dos eventos a partir da “tessitura” aqui apresentada, apenas expressa o espaço de experiência dessas pessoas, mas jamais pretende esgotar o horizonte de expectativa por traz dos eventos.<sup>587</sup> Expectativas geradas em todo o processo de socialização nesse novo ambiente estiveram irrigando as práticas, sendo uma das mais significativas, a revolta para a deposição do Superintendente do município de Orleans.

Não nos iludimos. Sabemos que há defeitos no interior do discurso, que outros, com análise mais acurada e maior erudição, irão perceber. Contudo, não estamos convencidos de que o discurso histórico possa se estabelecer tão quimicamente puro, sem alguns conceitos anacrônicos, a presença de algumas abstrações não totalmente alcançáveis pelas fontes e principalmente a presença de muitos resíduos de eventos paralelos ao objeto pesquisado não totalmente analisados. Mas cremos que seja da natureza desse discurso esses constantes ruídos de transmissão. Infelizmente não dá para amarrar tudo.

Nos consolamos em saber que dos gregos até hoje, o entendimento da História se tornou muito mais rico. Não no sentido de que conheçamos os princípios e os fins dos eventos gerados pela atividade humana. Ora, nem nas ciências empíricas isso foi conseguido e os físicos, esses desbravadores da matéria em sua

---

<sup>586</sup> DALL’ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986. p. 222.

<sup>587</sup> Cf. KOSELLECK, Reinhart. **Futuro e Pasado – Para una semántica de los tiempos históricos**. Buenos Aires, Paidós, 1993. p. 341-342.

essência empiricamente alcançável, já inventaram até o princípio da indeterminação quantística. E isso, não por um erro metodológico, mas pela consciência da contingência do conhecimento humano. A relação entre sujeito cognoscente e objeto cognoscido nunca terá sua fronteira suplantada. Sujeito será sempre sujeito e o objeto continuará sendo sempre objeto. Uma identidade perfeita jamais será conseguida. Pelo menos admitir essa limitação coloca-nos em estado de humildade diante do que já conseguimos entender e tranquilos diante das críticas que surgem desde o momento que tentamos aproximar essas duas pontas da realidade.

Para nós historiadores, a riqueza brota do fato de que em todo esse tempo, dos gregos até hoje, fomos aos poucos aumentando a compreensão da riqueza das causas das atividades humanas. A lista das causas dos eventos humanos que temos em mãos é bem maior que a de um Heródoto. Se o tempo humano, qual Prometeu acorrentando, nos condena a arrastar uma pedra até o topo do monte e vê-la voltar à sua base depois de tanto esforço para compreendê-lo, a verdade é que em cada subida vamos fazendo progredir a historiografia, pois o peso da pedra vai nos obrigando a pensar em modos de tornar mais leve o estafante trabalho de conduzir até o topo da compreensão, o tempo do mundo.

Se essa batalha com o tempo humano nos convida ao silêncio, como que diante de um mistério ao modo daqueles que regulam a vida pela fé, só no fim nos calaremos. Contudo, gastaremos até a última gota de suor dos neurônios para encontrar as palavras mais grávidas de sentido que nos permitam falar de um assunto para o qual não existem palavras adequadas: a consciência da historicidade. Esse privilégio e ao mesmo tempo fardo que nenhuma geração humana anterior à nossa experimentou. O tempo humano é fugidio, e qual mistério, estará sempre nos espreitando. Mas só silenciaremos no final, jamais no início. O tempo merece o cansaço de nossas procuras e não a servidão de nossa incapacidade de levá-lo ao topo do monte da compreensão. Só no final o silêncio é digno e santo.

Agora, no fim dessa jornada acadêmica, esperamos por aqueles que nos jogarão para a base do monte, quais guardiões da liturgia científica dos que se atrevem a entender o tempo humano. Não há com o que preocupar-nos! O historiador não se importa em ser ferido quando a dor dos equívocos interpretativos servirem para revelar as fraquezas de suas estratégias em dialogar com o tempo. Curaremos as feridas e nos proporemos a inventar novas artimanhas para

recomeçar a subida, rolando o tempo, sempre, sempre, sempre de novo... até o próxima queda. As cortinas se fecham. Esperamos apenas que, independente da platéia, tenha valido a pena acompanhar um pouco da correria dos bastidores da vida de colonos imigrantes da Colônia Grão Pará no sul de Santa Catarina.

## REFERÊNCIAS

### FONTES PRIMÁRIAS

1. **Relatório do Cônsul Régio em Florianópolis – Fevereiro de 1900** - Cav. Príncipe Gherardo Pio de Savóia. In DALL'ALBA, João Leonir. **Imigração Italiana em Santa Catarina – Documentário**. Florianópolis, Co-edição: Editora da UCS, EDUCS e Editora Lunardelli, 1983.
2. **Descrição do Município por Francisco Isidoro Rodrigues da Costa - 1881 - Comarca de Santo Antônio dos Anjos – Laguna**. In DALL'ALBA, João Leonir. **Laguna antes de 1880 – Documentário**. Florianópolis, Lunardelli, 1976.
3. **Notícias da povoação e fundação da Vila de Laguna por Francisco de Brito Peixoto – 1714**. In DALL'ALBA, João Leonir. **Laguna antes de 1880 – Documentário**. Florianópolis, Lunardelli, 1976.
4. **Relatório do engenheiro Charles Mitchel Smith Leslie - 1º de agosto de 1881**. Arquivo do Museu da Imigração Conde D'Eu, Orleans, Santa Catarina.
5. **Tombamento Topográfico das Terras Patrimoniais de Sua Alteza Imperial e seu Augusto Esposo**. Arquivo do Museu da Imigração Conde D'Eu, Orleans, Santa Catarina.
6. **Condições da Colônia**. Arquivo do Museu da Imigração Conde D'Eu, Orleans, Santa Catarina.
7. **Quesitos do Comendador Caetano Pinto – 1881**. Arquivo do Museu da Imigração Conde D'Eu, Orleans, Santa Catarina.
8. **Conselhos a quem quer se dedicar à fundação de colônias do Diretor Ettiene STAWIARSKI**. In DALL'ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986.
9. **Contrato de Colonização do Patrimônio Dotal**. Arquivo do Museu da Imigração Conde D'Eu, Orleans, Santa Catarina.

10. **Apontamentos para o Relatório Leslie – 1881.** Arquivo do Museu da Imigração Conde D´Eu, Orleans, Santa Catarina.
11. **Resposta aos Quesitos do Comendador Caetano Pinto – 1881.** Arquivo do Museu da Imigração Conde D´Eu, Orleans, Santa Catarina.
12. **Relatório do Pe. Valentim Oenning – Braço do Norte, 25 de abril de 1973.** In DALL'ALBA, João Leonir. **O vale do Braço do Norte.** Orleans, edição do autor, 1973.
13. **Colonos novos: Informações à sua chegada - 1884.** Arquivo do Museu da Imigração Conde D´Eu, Orleans, Santa Catarina.
14. **Relatório do Sr. G. Caruso Macdonald – Outubro de 1906 - Regente do Real Consulado em Florianópolis.** In DALL'ALBA, João Leonir. **Imigração Italiana em Santa Catarina – Documentário.** Florianópolis, Co-edição: UCS, EDUCS e Lunardelli, 1983.

## **FONTES SECUNDÁRIAS**

ALENCASTRO, Luiz Felipe de & RENAUX, Maria Luiza. Cara e Modos dos Migrantes e Imigrantes. **História de Vida Privada no Brasil – Império: a corte e a modernidade nacional.** São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes.** São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. NOVAIS, Fernando A. & SEVCENKI, Nicolau. **História de Vida Privada no Brasil – República: da Belle Époque à Era do Rádio.** São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. NOVAIS, Fernando A. & SEVCENKI, Nicolau. **História de Vida Privada no Brasil – República: da Belle Époque à Era do Rádio.** São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional.** São Paulo, Ática, 1989.

BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República – de 1889 a 1930.** São Paulo, Alfa-Omega, 1975.

BELLO, José Maria., **História da República – 1889 – 1954**. 6ª ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1969.

BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis, Vozes, 1987.

BOBBIO, Norberto. **Estado Governo Sociedade – Para uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo, Perspectiva, 1982.

BOURDIEU, Pierre. **O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais**. São Paulo, Perspectiva, 1979.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo – Séculos XV e XVIII – O Tempo e o Mundo**. São Paulo, Martins Fontes, 1998.

BRAUDEL, **Memórias do Mediterrâneo – Pré-História e antiguidade**. Rio de Janeiro, Multinova, 2001.

BURKE, Peter. **A Escrita da História – Novas Perspectivas**. São Paulo, Unesp, 1992.

CABRAL, Oswaldo R. **História de Santa Catarina**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Laudes, 1970.

CARDOSO, Ciro Flamarion., & Vainfas, Ronaldo. **Domínios da História – Ensaio de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro, Campus, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas – O imaginário da República no Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil – O longo caminho**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

CASCUDO, Luiz da Câmara. **Conde d'Eu – 1842-1922**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1933.

CORRÊA, Humberto Carlos. **Um Estado entre duas Repúblicas – A Revolução de 30 e a política em Santa Catarina**. Florianópolis, UFSC, 1984.

CUNHA, Mário Wagner da. **O sistema administrativo brasileiro**. Rio de Janeiro, s.e., 1963.

DALL'ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans, edição do autor, Instituto São José, 1986.

DALL'ALBA, João Leonir. **Imigração Italiana em Santa Catarina**. Florianópolis, Co-edição: UCS\EDUCS e Lunardelli, 1983.

DALL'ALBA, João Leonir. **Laguna antes de 1880 – Documentário**. Florianópolis, Lunardelli, 1976.

DALL'ALBA, João Leonir. **O tesouro do Morro da Igreja**. Florianópolis, Co-edição Seminário São José de Orleans e Fundação Catarinense de Cultura, 1994.

DALL'ALBA, João Leonir. **O vale do Braço do Norte**. Orleans, edição do autor, 1973.

DALL'ALBA, João, **Pioneiros nas terras dos condes**. Florianópolis, Editora Imprensa Oficial, 1971.

DEBES, Célio. **Campos Salles – perfil de um estadista**. vol. II, Rio de Janeiro, Editora Francisco Alves\MEC, 1978.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Volume 2, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1993.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**. 2 volumes., Porto Alegre\São Paulo, Globo\Edusp, 1975.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo, Edusp, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France**. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

GADAMER, Hans-George. **Verdade e Método**. Petrópolis, Rio de Janeiro, 1997.

GINSBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa, Difel, 1991.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro, DP&A, 2001.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **História da Civilização Brasileira – O Brasil Republicano**. Tomo III, Volume 2, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **História da Civilização Brasileira – O Brasil Monárquico**. Tomo II, Volume 3, São Paulo, Difel, 1985.

JENKINS, Keith. **A história repensada**. São Paulo, Contexto, 2001.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro e Pasado – Para una semántica de los tiempos históricos**. Buenos Aires, Paidós, 1993.

LAGO, Paulo Fernando. **Santa Catarina – Dimensões e Perspectivas**. Florianópolis, UFSC, 1978.

LE GOFF, J. & NORA, P. (orgs.), **História: novas abordagens**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1995.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto – O município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo, Alfa-omega, 1986.

LOTTIN, Jucely. **Orleans 2000 – História e desenvolvimento**. Florianópolis, Elbert, 1998.

MENDES JR. Antonio e MARANHÃO, Ricardo. **Brasil História: Texto e Contexto – República Velha**. São Paulo, Hucitec, 1989.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra – Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

MORAES, José Geraldo Vinci & REGO, José Márcio. **Conversas com historiadores brasileiros**. São Paulo, Editora 34, 2002.

MOTA, Carlos Guilherme. **1822 – Dimensões**. São Paulo, Perspectiva, 1986.

OLIVEIRA, João & BARRETO, Alexandre. **O ditador catarinense**. Tubarão, A imprensa, s.d.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Sobre o pensamento antropológico**. Rio de Janeiro, 3ed., Tempo Brasileiro, 2003.

ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu – Sociologia**. São Paulo, Editora Ática, 1983.

PANG, Eul-soo. **Coronelismo e Oligarquias – 1889-1934**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1979.

PEREGALLI, Enrique. O civilismo e as salvações. MENDES JR. Antonio e MARANHÃO, Ricardo. **Brasil História: Texto e Contexto – República Velha**. São Paulo, Hucitec, 1989.

PRADO JR, Caio. **História econômica do Brasil**. 9ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1965.

PRIORE, Mary Del. (org.) **História das mulheres no Brasil**. São Paulo, Contexto, 2000.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar – a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1999.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. Tomo 1, Campinas –SP, Papyrus, 1994.

RODRIGUES, Jane de Fátima Silva. História Regional e Local: problemas teóricos e práticos. **Revista História e Perspectivas**, Uberlândia, nº 16\17, 1997.

RODRIGUES, José Honório. **Aspirações Nacionais – Interpretação histórico política**. 3ª ed. revista e ampliada, São Paulo, Fulgor, 1965.

RODRIGUES, José Honório. **Teoria da História do Brasil – Introdução Metodológica**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1978.

SACHET, Celestino e SACHET, Sérgio. **Santa Catarina – 100 anos de história: da consolidação do território ao Estado Novo**. Volume 2, Florianópolis, Século Catarinense, 1998.

SACHET, Celestino e SACHET, Sérgio., **Santa Catarina – 100 anos de história: da consolidação do território ao Estado Novo**. Volume 2, Florianópolis, Século Catarinense, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do Imperador – Dom Pedro II, um monarca nos trópicos**. 2ª edição, São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**, São Paulo, Alfa-Omega, 1976.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual – natureza, capital e a produção de espaço**. São Paulo, Bertrand Brasil, 1998.

SZMRECSÁNYI, Tamás e LAPA José Roberto do Amaral. (org.) **História econômica da Independência e do Império**. 2ªed., São Paulo, Hicitec/Edusp/Imprensa Oficial-SP, 2002.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual – natureza, capital e a produção de espaço**. São Paulo, Bertrand Brasil, 1998, p. 73.

TAUNAY, Afonso D'Escragno. **História do café no Brasil**, Vol. VIII, tomo VI, Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1939.

THOMSON, E. P. **A formação da Classe Operária Inglesa – A maldição de Adão**. Volume II, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

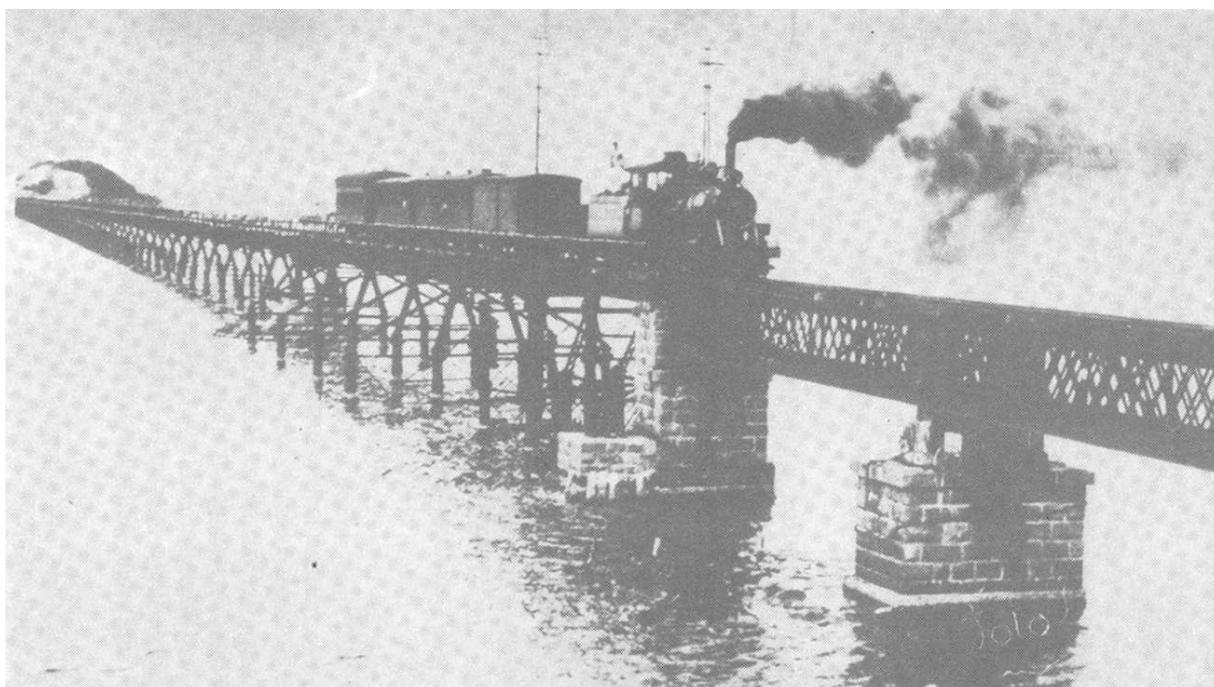
VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro, Objetiva, 2000.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. 4ª ed., Brasília, Editora Unb, 1998.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo. **A pesquisa em História**. São Paulo, Ática, 2000.

VINCENT, Gerard. A dificuldade de escolha. PROST, Antoine & VICENT, Gérard, **História da vida privada – Da primeira Guerra a nossos dias**. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

ZUMBLICK, Walter. **Este meu Tubarão...!** Florianópolis, Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, s/d.

**ANEXO 1 – PONTE DA CABEÇUDA**

**ANEXO 2 – OS TRÊS MUNICÍPIOS QUE COMPREENDIAM  
O SUL DE SANTA NO ANO DA FUNDAÇÃO  
DA COLÔNIA GRÃO PARÁ**



### ANEXO 3 – REGIÃO DA COLÔNIA GRÃO PARÁ E COLÔNIA ESPONTÂNEA DE BRAÇO DO NORTE

